Andrea Versuti
Fernanda Bonacho
Maria Cristina Gobbi
Pedro Marques Gomes
Valquíria Kneipp
(Coords.)

Registros midiáticos

RIA
Editorial

REGISTROS MIDIÁTICOS

Coordenadores

Andrea Versuti
Fernanda Bonacho
Maria Cristina Gobbi
Pedro Marques Gomes
Valquíria Kneipp

RIA
Editorial

Ria Editorial - Comité Científico

Dra. Alana Volpato, Universidade Estadual Paulista – UNESP (Brasil)
Dra. Alice Martins, Universidade Federal de Goiás - UFG (Brasil)
Dra. Aline Camargo, Universidade Estadual Paulista – UNESP (Brasil)
Dra. Ana Carla Amaro, Universidade de Aveiro (Portugal)
Dra. Andrea Versuti, Universidade de Brasília - UnB (Brasil)
Dra. Livre-docente Angela Grossi, Universidade Estadual Paulista – UNESP (Brasil)
Dra. Livre-docente Caroline Kraus Luvizotto, Universidade Estadual Paulista - UNESP (Brasil)
Dr. Livre-docente Carlo Napolitano, Universidade Estadual Paulista - UNESP (Brasil)
Dr. Livre-docente Denis Renó, Universidade Estadual Paulista - UNESP (Brasil)
Dra. Dora Santos-Silva, Universidade Nova de Lisboa/ICNOVA/Obi.Media (Portugal)
Dr. Eduardo Pellanda, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS (Brasil)
Dra. Fabiana Q. Piccinin, Universidade Federal de Santa Catarina (Brasil)
Dra. Fátima Lopes Cardoso, LIACOM/Escola Sup. de Comunicação Social - ESCS/IPL (Portugal)
Dra. Fernanda Bonacho, LIACOM/ Escola Superior de Comunicação Social - ESCS/IPL (Portugal)
Dra Iluska Coutinho, Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF (Brasil)
Dra Ingrid Assis, Universidade Federal do Tocantins - UFT (Brasil)
Dr. Jefferson Barcellos, Universidade de Ribeirão Preto - UNAERP (Brasil)
Dr. c/ Agregação João Canavilhas, Universidade da Beira Interior - UBI (Portugal)
Dr. Jorge Trindade, Instituto Politécnico de Lisboa (Portugal)
Dr. c/ Agregação Jorge Veríssimo, Instituto Politécnico de Lisboa - IPL (Portugal)
Dr. José Carlos Marques, Universidade Estadual Paulista – UNESP (Brasil)
Dr. Livre-docente Juliano Maurício de Carvalho, Universidade Estadual Paulista – UNESP (Brasil)
Dra. Júlia Leitão de Barros, LIACOM/Escola Sup. de Comunicação Social - ESCS/IPL (Portugal)
Dra. Mágda Rodrigues da Cunha, Universidade Católica Portuguesa (Portugal) / ALAIC
Dra. Livre-docente Maria Cristina Gobbi, Universidade Estadual Paulista – UNESP (Brasil)
Dra. Maria José Mata, LIACOM/ Escola Superior de Comunicação Social - ESCS/IPL (Portugal)
Dra. Michelle Roxo, Universidade Estadual Paulista – UNESP (Brasil)
Dra. Oksana Tymoshchuk, Universidade de Aveiro (Portugal)
Dr. Pedro Marques Gomes, LIACOM/Escola Sup. de Comunicação Social - ESCS/IPL (Portugal)
Dra. Pollyana Ferrari, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUCSP (Brasil)
Dra. Regilene Sarzi-Ribeiro, Universidade Estadual Paulista – UNESP (Brasil)
Dra. Sandra Lopes Miranda, Instituto Politécnico de Lisboa - IPL (Portugal)
Dra. Teresa Piñeiro-Otero, Universidade da Corunha (Espanha)
Dra. Titular Valquíria Kneipp, Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN (Brasil)
Dr. Vicente Gosciola, Universidade Anhembi Morumbi (Brasil)
Dr. Xabier Martínez-Rolán, Universidade de Vigo (Espanha)

FICHA TÉCNICA

Copyright © 2026 by Autoras e autores. Todos os direitos reservados

Foto de capa: ©Kwangmoozaa - stock.adobe.com (arquivo nº 370330362)
Design da capa: ©*Denis Renó*

ISBN 978-989-9220-59-1

Título: Registros midiáticos

Coordenadores: Andrea Versuti, Fernanda Bonacho, Maria Cristina Gobbi, Pedro Marques Gomes, Valquíria Kneipp

1.ª edição, 2026.



Esta obra tem licença Creative Commons ***Attribution-NonCommercial-NoDerivatives.*** Você tem o direito de compartilhar, copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato sempre que seja feito o reconhecimento de seus autores, não utilizá-la para fins comerciais e não modificar a obra de nenhuma forma.
https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/

©Ria Editorial



riaeditora@gmail.com
https://www.riaeditorial.com

ESSA OBRA FOI AVALIADA INTERNAMENTE E EXTERNAMENTE POR PARECERISTAS

Todos os textos foram avaliados e selecionados pelos coordenadores da obra. Os comentários foram enviados aos autores, que, mediante a aprovação, receberam tempo hábil para eventuais correções.

O livro foi posteriormente avaliado e aprovado por Dr. José Carlos Marques, que informou parecer positivo à publicação da seguinte forma:

> O e-book "Registros midiáticos", composto por 12 capítulos organizados em duas partes, propõe-se a discutir as questões que envolvem a comunicação no mundo lusófono em torno do conceito da disrupção. A obra mostra-se atual e pertinente ao lidar com temas da contemporaneidade, permitindo um olhar diverso sobre a cena midiática que envolve diferentes aspectos do Brasil, Portugal e Moçambique. Os textos apresentam de forma geral uma linguagem fluida e direta, oferecendo ao público leitor o conhecimento de uma realidade comunicacional nem sempre presente em publicações acadêmicas congêneres.

O parecer foi enviado previamente ao lançamento.

Autoras e autores

Alan Tomaz de Andrade

Andrea Versuti

Boanerges Lopes

Daiana Sigiliano

Érico Monnerat

Francisco das Chagas Sales Júnior

Gabriela Borges

Giovanni de Sousa Vellozo

João Victor da Costa Rios

José Jullian Gomes de Souza

Luis David Falcão Padilha

Luiza Zanotti Moro

Maria Cristina Gobbi

Nelson Domingos João Lino,

Rodrigo Szymanski

Silvia Aparecida do Carmo Rangel

Valci Regina Mousquer Zuculoto

Valquíria Aparecida Passos Kneipp

Vicente Gosciola

SUMÁRIO

Apresentação 11

PARTE 1 - DOCUMENTAÇÃO

Ana de Castro Osório: uma feminista portuguesa no Brasil 14
Maria Cristina Gobbi

Estudo histórico-comparativo sobre o desenvolvimento das assessorias de imprensa e de comunicação no Brasil e em Portugal 31
Boanerges Lopes

Uma proposta de periodização da televisão no sul cearense 49
José Jullian Gomes de Souza

O Piauí no mapa internacional da guerra fria: uma história revelada pelo jornalismo investigativo 75
João Victor da Costa Rios

História negra do jornalismo brasileiro: estratégias de comunicação da Alma Preta em perspectiva decolonial 103
Alan Tomaz de Andrade
Maria Cristina Gobbi

PARTE 2 - FORMAÇÃO

Cinema, juventude e território: documentário participativo como prática de inclusão, tecnologia social e desenvolvimento comunitário 123
Silvia Aparecida do Carmo Rangel
Vicente Gosciola

O olhar atento: o documentário na escola como contradispositivo 144
Érico Monnerat
Andrea Versuti

Educomunicação socioambiental na televisão: uma análise do programa Tô no Clima da TV Universitária do Rio Grande do Norte 177
Francisco das Chagas Sales Júnior

Juventude e o consumo digital religioso: um estudo com jovens evangélicos de uma escola pública em Bauru 196
Rodrigo Szymanski
Maria Cristina Gobbi

Educomunicação e cidadania digital: o papel da Escola Superior de Jornalismo de Moçambique na construção de uma comunicação democrática nas redes sociais 227
Nelson Domingos João Lino

Vozes do Algarve: a lusofonia na música independente de Portugal 250
Gabriela Borges
Daiana Sigiliano

Ecos iniciais da história da radiofonia catarinense: vestígios da atuação da Rádio Sociedade Santa Catarina, Brasil 272
Giovanni de Sousa Vellozo
Valci Regina Mousquer Zuculoto
Luis David Falcão Padilha
Luiza Zanotti Moro

Índice Remissivo 301

REGISTROS MIDIÁTICOS

Apresentação

O universo social que se apoia na comunicação é dinâmico e merece acompanhamento constante, com maior presença de transformações nos cenários em que as tecnologias acabam por se envolver, direta ou indiretamente. Como atores destes cenários, encontram-se os cidadãos, que não somente usufruem das mudanças, como também as promovem. Um mundo diverso, onde a língua portuguesa e idiomas relacionados possuem aspecto de destaque.

A história da lusofonia pelo mundo foi construída a partir dos movimentos migratórios, outrora navegáveis. Do Brasil à Guiné-Bissau, de Angola a Moçambique, de Cabo Verde à Guiné Equatorial e de São Tomé e Príncipe ao Timor-Leste, sempre saindo de Portugal, as fronteiras tornaram-se invisíveis, mas reais. Em outros momentos, como a conexão de Portugal com a Galícia, as fronteiras são quase inexistentes, perceptíveis apenas quando se observa no mapa ou nas placas. Entretanto, e como um retrocesso, vive-se hoje um movimento midiático anti-imigratório, com restrições e até mesmo desrespeitos aos acordos firmados pela CPLP, organização internacional criada em 1996, que completa 30 anos a promover amizade e cooperação entre os países lusófonos.

A partir destes aspectos, surge esta obra, que compõe uma série com mais quatro livros no debate de novos ecossistemas midiáticos. Os textos foram avaliados, selecionados e organizados a partir de resumos

expandidos submetidos ao 3o Colóquio Internacional Lusofonia em Debate, que reuniu pesquisas oriundas de diversos países - a maioria do mundo lusófono.

O livro em questão, coordenado por Andrea Versuti, Fernanda Bonacho, Maria Cristina Gobbi, Pedro Marques Gomes e Valquíria Kneipp, oferece 12 capítulos organizados em 2 partes. Buscou-se, nesta organização, uma melhor construção cognitiva sobre a temática traduzida pelo título: *Registros midiáticos*. Esperamos que as contribuições destes estudos proporcionem um novo cenário científico como suporte de um desenvolvimento social, pois é este o papel da ciência. Boa leitura.

Denis Renó
Sandra Miranda

PARTE 1 - DOCUMENTAÇÃO

Ana de Castro Osório: uma feminista portuguesa no Brasil

Maria Cristina Gobbi[1]

Na perspectiva dos estudos femininos, a proposta do texto é parte de um projeto mais amplo, apoiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que trata do resgate da presença feminina na construção do Pensamento Comunicacional Latino-Americano (PCLA). Focalizado no cenário e na produção feminina latino-americana, estamos ampliando o projeto para contemplar mulheres de outros continentes que contribuíram para a formação dessa produção comunicacional, como o caso de Ana Osório de Castro (1872-1935), uma das fundadoras do feminismo em Portugal e que em sua trajetória ofereceu contribuições significativas para os estudos feministas, também, no Brasil. Assim, o texto traz alguns aportes da pesquisadora, ainda pouco reconhecida no Brasil. Feminista, ativista em especial na

1. Livre Docente em História da Comunicação e da Cultura na América Latina pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Professora do curso de Jornalismo e dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação e em Mídia e Tecnologia. Bolsista de Produtividade do CNPq. cristina.gobbi@unesp.br

luta pelos direitos da mulher em Portugal, esteve no Brasil em 1911 e deixa um legado expressivo para a cultura luso-brasileira e em especial para o movimento feminista e comunicativo na região.

O artigo tem como referência básica os textos *Uma feminista Portuguesa no Brasil – a propaganda de Ana Castro Osório no romance Mundo Novo* e *Ana de Castro Osório no Brasil: imprensa periódica, sociabilidade, política e mercado editorial*, de Eduardo da Cruz. O primeiro publicado na Revista Araticum, em 2019 e o outro na Revista Miscelânea, em 2018. Também, o trabalho de Edwirgens A. Ribeiro Lopes de Almeida e Thalles Lemos Talher, de 2025, publicado em 2025, Revista Araticum, que tem como título *As mulheres nas páginas da Revista Araticum: a literatura ressignificando a história feminina* além de autores como Constância Lima Duarte (2016), Judith Butler (2003), Gerda Lerner (2019), Joan W. Scott (2019), entre outras(os) autoras(es). Assim, o texto busca trazer parte da contribuição de Ana Osório para os estudos da área.

Sob o olhar do "Mundo novo"

Estudar a história na perspectiva feminina é descobrir produções 'silenciadas' na historiografia que "coincide com a busca de uma História das Mulheres, gênero esquecido durante longo período em que a história foi construída ou deformada de acordo com as forças políticas envolvidas" (Nascimento, 2015, p. 286). E essa não é uma perspectiva somente do Brasil. Ultrapassa fronteiras físicas e pode ser observada em diversos países, como em Portugal, foco regional desse artigo.

Trazer a contribuição de Ana de Castro Osório reforça o argumento de Gerda Lerner ao afirmar que "O patriarcado não é natural nem

biológico, mas uma construção histórica que se desenvolveu ao longo de milênios» (Lerner, 2019, p. 18).

Assim, considerando o atual projeto que estamos desenvolvendo, com apoio do CNPq (Proc. 305265/2023-7) sobre a perspectiva das mulheres na formação do pensamento comunicacional latino-americano, observamos que a invisibilidade acadêmico-prática feminina está ligado a um projeto mais amplo. E para compreender parte deste cenário é importante recordar o que Primo Levi, em 2011, chamou de "Dever de Memória", quando explica a importância do lembrar, com bem afirmam Vitor de Sousa, Sheila Khan e Pedro Schacht Pereira, no artigo "A restituição cultural como dever de memória", publicado em 2022. Para os autores, "o dever de memória rapidamente se expandiu para além do holocausto", como tratado no livro de do Primo Levi,

> e se estendeu a outras problemáticas sociais, históricas e humanas, sublinhando uma atitude relativa ao compromisso de se preservar e reconhecer a diversidade cultural refém de uma gramática que silenciava, marginalizava e não autorizava a existência de vozes e posturas diferentes daquela que a lógica da colonialidade ocidental impôs por muitos séculos em vários contextos geopolíticos. (Sousa et al., 2022, par. 2)

Para Vitor de Sousa, Sheila Khan e Pedro Schacht Pereira, "O passado colonial teima em persistir, quer através do discurso político, que tem repercussões no espaço público e na sociedade, quer na própria academia, não obstante o esforço em alterar este estado de coisas" (2022, p. 1).

É nessa perspectiva que o texto caminha. Integrando o projeto de resgate da presença das mulheres na Comunicação, que inicialmente contemplava as contribuições latino-americanas, se amplia para trazer os

aportes das mulheres luso-brasileiras. É um trabalho inicial por meio do conhecimento das contribuições de Ana de Castro Osório, mas que evidencia a importância da recuperação da memória comunicativa das mulheres.

As colaborações de Ana Ozório para o Jornalismo

Cruz (2023) afirma que foram muitos os periódicos criados no século XIX no Brasil pela comunidade Luso. Apenas no "Rio de Janeiro eram mais de 64 títulos" (p. 1). De curta duração em sua grande maioria, os registros documentais são difíceis "pois muitos se perderam" (p. 1) e a participação feminina foi muito pequena. Porém, alguns nomes são importantes de serem mencionados, tais como: Maria Peregrina de Sousa, Amélia Janny, Maria Amália Vaz de Carvalho, entre outras. O pesquisador nos explica que imigração de Portugal para o Brasil era quase sempre constituída por homens jovens. Para ele, ao observar a imprensa nacional da época, aquelas nas quais os imigrantes faziam parte, bem como as do início do século XX, elas tinham como foco manter/reforçar a identidade dessa comunidade e a união em torno do nacionalismo português, "essas publicações vão, portanto, criar nos imigrantes uma imagem do que é ser português e, principalmente, do que é a colônia portuguesa no Brasil, e no Rio de Janeiro em especial". Com a evolução e o crescimento da imprensa brasileira, ocorreu também um "acirramento da lusofobia em alguns órgãos de imprensa" (p. 1), assinala ele.

E nesse cenário de crescimento e disputas que em 1909 ressurge *Portugal Moderno*[2] (que já era editado desde 1899), na expectativa de ter

2. Jornal da Colônia portuguesa. Está disponível no acervo da Fundação Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, até o número 758, de 31 de dezembro de 1913. Ainda de acordo com Cruz (2023, p. 5) "jornal deve ter se prolongado por mais tempo, pois há pelo menos um número de 1916 digitalizado no sítio Casa Comum, da Fundação Mário Soares. https://casacomum.org/visualizador?cota=07046.052

edições diárias e com a promessa de trazer contribuições de escritores portugueses, circulando a partir de 1910. A contribuição publicada foi de Ana de Castro Osório (1872-1935), enviada de Lisboa, com o título de "O problema feminista" (Cruz, 2023, p. 2).

Ana de Castro Osório trouxe em seus escritos a defesa da educação feminina, o sufrágio, o divórcio, a diversidade de profissões para mulheres, a igualdade de gênero, entre outros. Como aponta Cruz (2023), o primeiro artigo de Ana de Castro Osório "traz claramente os temas da luta feminista como algo necessário para o progresso da humanidade" (p. 2), cobrando a independência econômica feminina, conforme pode ser observado no trecho do material publicado na primeira edição do periódico,

> A mulher é um exército de trabalhadores sem pão, é uma maioria colossal de criaturas que se encontram na vida entre o dilema pavoroso de morrer de fome ou de entrar denodadamente no caminho da concorrência do trabalho, que vai afetar (disso as acusam os homens) a sua situação já pouco satisfatória.
> No entanto, a mulher necessita de viver como ser autônomo. Não é digno que se prolongue esta situação vexante para a maioria delas que só na esperança dum marido vivem, que só do dinheiro do homem comem, que se julgam perdidas na existência, como ramo de arvore levado na corrente impetuosa dum rio, se acaso lhes falta o apoio másculo do homem ganhapão. (Portugal Moderno 11:464, 15 jan. 1910, p. 1, como citado em Cruz, 2023, p. 4).

A partir de 1911, com sua vinda para São Paulo, Ana de Castro Osório passa a colaborar semanalmente com o jornal. Temas como feminismo e república ocupam a pauta de suas reflexões e "articula uma rede de sociabilidade que permitia ampliar seus projetos e ter seus textos bem recebidos por aqui" (Cruz, 2023, p. 5).

Carreira, produções comunicativas e contribuições para os estudos comunicativos

Carreira consolidada em Portugal. Editora de livros infanto-juvenis, literatura, tradutora, romancista, colaborou em diversos jornais e revistas, entre outras contribuições. O foco principal de seus escritos foi a defesa dos direitos das mulheres.

Ainda em Portugal foi responsável pelo primeiro Manifesto Feminista Português: às Mulheres Portuguesas (1905); do mesmo modo promoveu a fundação do Grupo Português de Estudos Feministas (1907), da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas (1908) e da Associação de Propaganda Feminista (1912). Também é atribuído a Ana Osório a direção da revista A Sociedade Futura, além de colaborações em publicações como Ave Azul, Branco e Negro, A Leitura e Serões, entre outras. Igualmente, a organização e publicação de Clepsidra (1920), único livro de Camilo Pessanha (considerado um expoente do simbolismo em língua portuguesa).

Na área do jornalismo, seus primeiros escritos, entre crônicas e artigos, foram publicados no periódico *Mala da Europa*. Nos anos seguintes teve envolvimento direto na luta pelo republicanismo e liderou os movimentos de luta pelos direitos da mulher.

Colaborou com a revista *Sociedade Futura*, cuja primeira edição é de maio de 1902 e na qual foi sua primeira diretora. A publicação objetivava divulgar o movimento feminista em Portugal. O nome da publicação reforçava as ideias e os ideais de Ana Osório, além de demonstrar que se "acreditava no carácter transformador da imprensa, nomeadamente da imprensa periódica especializada", conforme dito por Manuel João da Silveira, marido de Maria Olga de Moraes Sarmento,

que criou a publicação, se tornando sua redatora. As duas colegas, embora com opções políticas diferentes, Maria Olga era monárquica e Ana de Castro republicana, se aliaram em um projeto comum, "de divulgação cultural e a luta pela dignificação da mulher estavam acima das divergências que as separavam" (Castro, 2019, par. 2). A publicação *Sociedade Futura* era quinzenal e trazia temas ligados a Literatura, Ciência e Artes. Teve 28 edições, sendo a primeira em maio de 1902 e a edição número 28 em março de 1904, impressa na Imprensa Libânio da Silva, em Lisboa.

Com uma ampla produção comunicacional Ana de Castro Osório colaborou igualmente com o periódico *Jornal dos Pequeninos*, a revista mensal da *Liga Republicana das Mulheres Portuguesas* (LRMP), *A Mulher e a Criança* e com o jornal *O Radical*. Entre 1910 e 1911 funda a Escola Liberal de Setúbal e a Lusitânia Editora Limitada, em Lisboa, Portugal.

Em suas publicações, além de seu nome, utilizava pseudônimos, como *Ann Moore* e *Ana Doroteia Moore*, em homenagem à sua avó materna.

Com uma significativa produção jornalística, Ana de Castro Osório, especialmente a partir de 1898, também publicou romances, contos e obras didáticas. Foram diversas peças infantis (1897-1935) que lhe renderam o título de criadora da literatura infantil em Portugal (Mateus, 2003).

Foi precisamente em 1911 que Ana Osório viajou para o Brasil. O marido havia sido nomeado cônsul em São Paulo. Professora, publicou diversos livros, manuais que foram utilizados tanto pelas escolas portuguesas, como as brasileiras (Ana de Castro Osório, 2026).

Com a morte de seu marido por tuberculose em 1914, ela regressa a Portugal, quando funda com outras mulheres a Comissão Feminina pela Pátria, que tinha por objetivos "mobilizar as mulheres para o esforço de guerra", sendo responsável pelos primeiros cursos de enfermagem em Portugal. Com o início da Primeira Guerra Mundial a Comissão foi remodelada por Elzira Dantas Machado que funda a Cruzadas das Mulheres Portuguesas (CMP), que tinham como missão dar assistência aos soldados e suas famílias (Soares, 2019).

Ana de Castro Osório nasceu em 18 de junho de 1872 e faleceu no dia 23 de março de 1935. Deixou um legado significativo com mais de 50 obras literárias (ensaios, romances e contos) e publicações periódicas, como a revista quinzenal ilustrada *Brasil-Portugal*, que circulou de 1899-1914. Fundou e dirigiu diversas associações feministas, como a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas (1908).

Um dos principais destaques em sua produção é *Mulheres Portuguesas*, escrito em 1905 que recebeu a honraria de ter sido considerado o primeiro manifesto feminista português. Também foi a fundadora, em 1907, do Grupo Português de Estudos Feministas, da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas (1909), da Associação de Propaganda Feminista (1912), da Comissão Feminista pela Pátria (1916), quando então formou-se a Cruzada das mulheres Portuguesas para ajudar soldados que participaram da I Guerra Mundial (Neves & Catarino, 2015, p. 3). Militante ativa do Partido Republicano, também foi uma das responsáveis, juntamente com o ministro da Justiça, Afonso Costa na elaboração da Lei do Divórcio.

Para Ana Osório, em seu livro *Ás Mulheres Portuguesas*, não somente descreve o feminismo em Portugal, como fala de mulher e

política, conclamando as mulheres a fazerem política; mulher e casamento; mulher e formação (ignorância causada pelo analfabetismo), conclamando as mulheres para estudar; mulher e maternidade, as relações com as leis (código civil), mulher e trabalho; a da problemática da imprensa em divulgar adjetivos que desvalorizam os desafios de ser mãe, perpetuando preconceitos, conclamando a sociedade para a justiça social. Igualmente já trazia a discussão da dupla e as vezes tripla jornada feminina, entre outros temas igualmente importantes.

Na frase de Émile Zola, citada por Ana Osório, "Instruir a mulher, dar-lhe ao nosso lado o ser verdadeiro 'logar' de igual e de companheira, porque só a mulher libertada pode libertar o homem" (Osório, 924, p. 220, destaque nosso), reforçando que de acordo com Código Civil, Art. 1185, a mulher "tem que prestar obediência ao marido" (p. 235), entre outras discussões que na atualidade ainda permeiam a luta das mulheres. Ana Osório é considerada uma das pioneiras sobre a temática do feminismo e da participação efetiva das mulheres na sociedade. Esses aportes estão descritos de forma detalhada na publicação, oferecendo aos leitores que o papel defino para a mulher na sociedade Portuguesa não foi e ainda não é diferente do que ocorre na América Latina e no Brasil, mais especificamente.

Com uma produção relevante em Portugal e no Brasil, abaixo alguns de seus trabalhos, o que demonstra a importância de visibilizar essa e outra história de mulheres produtoras de conhecimento.

LIVROS INFATO-JUVENIS

• Infelizes: Historias Vividas (1898)
• As mães devem amamentar os seus filhos (Folhetos, 1901)
• Uma lição de História (1909),
• Os nossos amigos (1910?),
• Lendo e aprendendo (1913),
• O livrinho encantador (1923),
• Para as crianças - contos maravilhosos (s/d)
• As boas crianças, nona série da coleção “Para crianças” (s/d),

OUTRAS PRODUÇÕES

• Infelizes (1903) – Coletânea de contos,
• Ambições. Lisboa: Guimarães, Libanio & Cia., (Romance), 1903,
• Às mulheres portuguesas (1905),
• Quatro novelas (1908),
• O Problema Feminista. Portugal Moderno, RJ, ano 11, n. 464, p. 1, 15 jan. 1910,
• Congresso Pedagogico em Bello Horizonte. Portugal Moderno, RJ, ano 13, n. 634, p. 1, 23 out. 1912,
• A Mulher na Politica Portugueza — IX. Portugal Moderno, RJ, ano 13, n. 567, p. 1, 6 jan. 1912,
• D. Julia Lopes de Almeida. Portugal Moderno, RJ, ano 13, n. 633, p. 2, 19 out. 1912,
• Atravez de Minas — I. Portugal Moderno, RJ, ano 13, n. 636, p. 1, 30 out. 1912,
• Atravez de Minas — VII. Portugal Moderno, RJ, ano 14, n. 676, p. 1, 19 mar. 1913,
• Atravez de Minas — VIII. Portugal Moderno, RJ, ano 14, n. 680, p. 1, 2 abr. 1913,
• O direito de mãe (1920),
• Viagens aventurosas de Felício e Felizarda ao Brasil (1923),
• A grande Aliança (1924) – conferências realizadas entre 1922 e 1923,
• A Grande Aliança: a minha propaganda no Brasil. Lisboa: Lusitânia, 1924 - resultado de conferências realizadas no Brasil, no período de 1922 e 1923, no Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre, Pelotas e Santa Maria,
• Mundo Novo - Romance (1927),

• Jornal Portugal Moderno (s/d) – Artigo e se torna colunista permanente, escrevendo 52 artigos no período de 16/09/1911 a 14/12/1913, além de conto, traduções, entre outros trabalhos.
• Participação no II Congresso Pedagógico Brasileiro - Belo Horizonte, além de outras atividades na região,
• O problema feminista (s/d)
• Para ser lido em Portugal – série publicada em 13 partes, entre 3 de fevereiro e 11 de março de 1912,
• Também escreveu para outras publicações, como Almanaque das Senhoras, fundado em 1870 por Guiomar Torresão.

Elaborado pela autora.

Viveu em São Paulo (1911-1914), ministrou uma série de conferências, ainda pouco conhecidas no Brasil, atuou no meio jornalístico e editorial, colaborando em diversas publicações, defendeu o sufrágio, a autonomia das mulheres, a educação feminina e trouxe seu ativismo republicano de Portugal para o Brasil. Inspirou no Brasil diversos movimentos das mulheres, além de representativa produção comunicativa. Foi uma mediadora cultural que fortaleceu laços de amizade e de conhecimento entre os dois países. Seus trabalhos abordavam o papel e a emancipação das mulheres na sociedade, utilizando a escrita como um veículo de transformação social e de educação, sendo considerada uma intelectual transnacional. Parte de significativa de suas experiências estão disponibilizadas no livro *Mundo Novo* (1927).

A publicação é um romance que mescla questões sociais relacionadas às mulheres portuguesas. Retrata uma mulher que viaja de Portugal para o Brasil em busca de independência e autoconhecimento. A autora critica a sociedade, seus costumes e os preconceitos enraizados no machismo, enfatizando a necessidade de mudanças e a busca por

liberdade, respeito, justiça, direitos, reconhecimento e a importância da participação da mulher na vida social.

Ana de Castro Osório recebeu diversos prêmios e distinções. Sua trajetória, reflexões e contribuições para a história das mulheres, da comunicação e do jornalismo e as relações entre Portugal e Brasil merecem ser estudadas e difundidas.

Considerações finais

Por se tratar de uma pesquisa inicial, ainda se faz necessário a ampliação do quadro teórico de referência e um levantamento do material publicado por Ana de Castro Osório. Mas dentre as leituras já realizadas é possível afiançar que a pesquisadora implementou mudanças significativas, trazendo temas como o feminismo, republicanismo, imigrantes, emancipação feminina, cultura entre Brasil e Portugal, além de atrair outros colaboradores, ampliando a diversidade temática das publicações que integrava.

Como foi possível observar, a produção de Ana de Castro Osório é significativamente representativa para os estudos feministas, mas pouco referenciadas, em especial aqui no Brasil. As contribuições da pesquisadora se somam as produções de outras mulheres na área da Comunicação de maneira mais ampla, na história da imprensa e no jornalismo, foco central desse estudo. Em uma mirada mais específica é possível afiançar que há de fato uma produção comunicativa ampla e de qualidade, diluídas em temas e/ou períodos específicos e de complexa localização, ainda mais quando trazemos a disponibilização do material para o espaço da internet, que faz com que tudo fique ainda mais disperso.

Outra consideração é a de que as contribuições de mulheres pesquisadoras, como Ana de Castro Osório, basicamente não aparecem no referencial bibliográfico das disciplinas (História da Comunicação, da Imprensa e do Jornalismo). E essa problemática não é recente.

Há na área da Comunicação certa consonância entre as/os estudiosas/os sobre a escassez de fontes bibliográficas produzidas por mulheres ou que examinem a sua produção e/ou que tenham as mulheres como foco (sujeitas) de estudos (Gobbi, 2020).

Os desafios para inserção da produção feminina na academia são muitos. Como afirma Joan Scott (1995) "as pesquisadoras feministas assinalaram desde o início que o estudo das mulheres não acrescentaria somente novos temas, mas que iria igualmente impor um reexame crítico das premissas e dos critérios do trabalho científico existente" (pp. 72-73). É nessa perspectiva que a pesquisa pretende continuar. De forma a ser possível ampliar não somente o conhecimento sobre a produção por meio das citações das referências femininas, mas conhecendo o material produzido para que seja possível fazer uma leitura crítica dessas contribuições.

Tratar dos estudos em comunicação a partir da produção das mulheres é o redescobrir fatos, entender cenários, conhecer movimentos da sociedade, demandas e documentos a partir de outras perspectivas, recheadas de novas interconexões capazes de redesenhar campos e linhas de pesquisa refletidas nos movimentos culturais, com base nas práticas comunicativas, nas investigações realizas, nas experiências individuais e coletivas de quem produz e consome comunicação.

O desafio de ampliar o conhecimento da produção feminina teve início em 2002, quando do término do doutorado, sob a supervisão do

Professor Dr. José Marques de Melo, na Universidade Metodista de São Paulo.

E esse olhar para a produção feminina luso-brasileira foi estimulada pelo diálogo promovido no 2º Colóquio Internacional Lusofonia em Debate - os media na Lusofonia, de Camões à Inteligência artificial, realizado entre os dias 20 a 22 de maio de 2025, na Conferência de Abertura que teve como título: "A influência da academia lusófona nos estudos em comunicação no Brasil". Em 2026, no 3º. Colóquio, que teve como tema central "Desfronteirização Midiática", realizado entre os dias 01 e 03 de junho, aprofundamos as pesquisas e focalizamos na produção de Ana de Castro Osório, apresentada na Mesa 05 - História da Comunicação, como demonstrado nesse artigo, que objetivou a divulgação da presença feminina nas investigações conectadas a mídia, a imprensa e a História da Comunicação, no Brasil.

Igualmente importante é a continuidade das pesquisas, de modo a recuperar e ampliar as contribuições luso-brasileiras presentes nas produções das mulheres, disseminando as informações sistematizadas por meio da web, para que pesquisadoras/es, professoras/es, estudante de graduação, de pós-graduação e demais interessados na área possam ter conhecimento dos trabalhos (livros, textos, entrevistas, sites, blogs, imagens, áudios, conferências, palestras etc.) produzidos por elas, formando uma grande base de dados. Desta forma, os resultados apresentados serão incorporados na **Enciclopédia Digital do Pensamento Comunicacional Latino-Americano (PCLA) -** *Seção: MULHERES na Comunicação*, que está em desenvolvimento.

Assim, esse material vai ao encontro da utopia 'real' que se insere a pesquisa que temos desenvolvido, que busca nas contribuições das

mulheres, (re)desenhar o mapa cognitivo do pioneirismo comunicativo latino-americano (Gobbi, 2023).

Também é importante assinalar que o mote do resgate da produção comunicativa das mulheres na América Latina integra os desafios da bolsa de Produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) (Proc. 305265/2023-7), para a qual agradecemos.

Referências

Almeida, E. A. R. L. & Talher, T. L. (2025). As mulheres nas páginas da Revista Araticum: a literatura ressignificando a história feminina. *Revista Araticum, 28*(1). Dossiê Resistir e Ressignificar: a Literatura em tempos sombrios. https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/araticum/article/view/8978

Ana de Castro Osório. (2026, agosto 23). In *Wikipedia*. https://pt.wikipedia.org/wiki/Ana_de_Castro_Os%C3%B3rio#:~:text=Ana%20de%20Castro%20Os%C3%B3rio%20OSE,feminista%20e%20activista%20republicana%20portuguesa

Butler, J. (2003). *Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade.* Civilização Brasileira.

Castro, Z. O. de (2019, julho). *Sociedade Futura.* https://pt.revistasdeideias.net/pt-pt/sociedade-futura/foreword/presentation

Cruz E. (2018). Ana de Castro Osório no Brasil: imprensa periódica, sociabilidade, política e mercado editorial. *Revista Miscelânea, 24*, 197-218.

Cruz, E. da (2019). Uma feminista Portuguesa no Brasil. A propaganda de Ana de Castro Osório no Romance Mundo Novo. *Revista Araticum, 19*(1). https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/araticum/article/view/107/112

Cruz, E. da. (2023, julho 17). Mulheres e feminismo no Portugal Moderno (1899-1913). *Fundação Biblioteca Nacional*. https://www.gov.br/bn/pt-br/atuacao/pesquisa-e-editoracao/programa-nacional-de-apoio-a-pesquisa/pnap-2016/mulheres-e-feminismo-no-portugal-moderno-1899-1913

Duarte, C. L. (2016). A literatura de autoria feminina e os anos 30 no Brasil. *Revista Araticum, 12*(2), 09-24. https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/araticum/issue/view/106

Gobbi, M. C. Gobbi, M. C. (2008). *A batalha pela hegemonia comunicacional na América Latina*: 30 anos da ALAIC. Unesco-Umesp.

Gobbi, M. C. & Renó, D. (2020). *Reflexões sobre o Pensamento Comunicacional Latino-Americano*. Ria Editorial. https://www.riaeditorial.com/livro/reflexoes-sobre-o-pensamento-comunicacional-latino-americano

Gobbi, M. C. (2023). *Do silenciamento à palavra: mulheres nos estudos em Comunicação na América Latina.* Ria Editorial. https://www.riaeditorial.com/livro/do-silenciamento-a-palavra

Lerner, G. (2019). *A criação do patriarcado*: História da opressão das mulheres pelos homens. Cultrix.

Mateus, L. M. (2003). *Franco-Mações Ilustres nas Ruas de Lisboa*. Câmara Municipal de Lisboa; Biblioteca-Museu República e Resistência.

Nascimento, M. V. O. do. (2015). Sobre a história da literatura e o silenciamento feminino: questões de crítica literária e de gênero. *Historiæ, 6*(1), 283-301 https://periodicos.furg.br/hist/article/view/5418

Neves, A. & Catarino, F. (Eds.). (2015). *Às mulheres Portuguesas*. Bibliotrónica Portuguesa.

Osório, A. de C. (1924). *A Grande Aliança: a minha propaganda no Brasil*. Lusitânia,

Soares, C. (2019). *Humanitas 73*. Imprensa da Universidade de Coimbra / Coimbra University Press. https://books.google.pt/books?id=qKOWDwAAQBAJ&pg=PA106&dq=ana+castro+osorio+comissao+pela+patria&hl=pt-PT&sa=X&ved=2ahUKEwin46mr0ovvAhWNxIUKHerWCzwQ6AEwA3oECAQQAg#v=onepage&q=ana%20castro%20osorio%20comissao%20pela%20patria&f=false

Scott, J. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica [Gender: a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history. Columbia University Press. 1989.]. *Educação & Realidade, 20*(2), 71-99.

Sousa, V. de., Khan, S., & Pereira, P. S. (2022). A restituição cultural como dever de memória. *Comunicação e Sociedade, 41*. http://journals.openedition.org/cs/6459

Estudo histórico-comparativo sobre o desenvolvimento das assessorias de imprensa e de comunicação no Brasil e em Portugal

Boanerges Lopes[1]

A percepção coletiva de passagem do tempo foi profundamente alterada no mundo contemporâneo. A aceleração dos fluxos informacionais, impulsionada pelas tecnologias digitais, trouxe valores efêmeros e estabeleceu uma volatilidade comunicacional sem precedentes. Ao mesmo tempo, públicos e profissionais mais exigentes e pluralizados passaram a ocupar novos espaços colaborativos de interlocução e vigilância social. No entanto, esse panorama não surgiu de forma imediata; ele é o resultado de dinâmicas históricas, tensões políticas e transformações nos modos como são concebidas as relações humanas e organizacionais.

Este estudo, em andamento, no âmbito do curso de jornalismo da Universidade Federal de Juiz de Fora (MG), busca analisar a evolução

1. Jornalista, professor e escritor.
Professor titular da Universidade Federal de Juiz de Fora, MG.
bblopes @ufjf.br

histórico-comparativa desse processo, com foco específico nos profissionais que permeiam as relações entre instituições e sociedade: os assessores de imprensa e de comunicação no Brasil e em Portugal. A relevância desta pesquisa reside na compreensão de que as ações de assessoria não se constituem na aplicação da mera técnica instrumental de envio de informações e dados, mas sim algo que adquire uma dimensão contemporânea de um agente central na modelagem do debate público na atualidade e na legitimação do discurso institucional.

O aporte teórico baseia-se inicialmente em um levantamento bibliográfico que recupera as concepções de autores fundamentais como Chaparro (1998, 2004, 2007, 2009), Duarte (2011), Tengarrinha (1989), Sousa (2011) e V. Ribeiro (2015), entre outros, além de integrar as contribuições empíricas contemporâneas de M. R. Ribeiro (2026) que produziu um estudo similar em 2010. A investigação envolve a ideia de uma atualização a partir da observação das estruturas organizacionais, dos discursos, dos comportamentos corporativos e das posições que transformaram-se ao longo da última década e se mostram como fatores preponderantes para entender as formas pelas quais as relações de identidades — aproximações e diferenças no campo comunicacional — são marcadas em duas realidades distintas: a brasileira e a portuguesa.

A complexidade das práticas mediáticas no eixo luso-brasileiro ganha contornos geopolíticos sob a análise de Fino (2019). O autor introduz o conceito de "(in)comunicação luso-brasileira" para descrever as barreiras invisíveis e o crônico desconhecimento mútuo que afetam os fluxos de notícias entre as duas nações. Fino argumenta que, enquanto o Brasil mantém um fechamento editorial que marginaliza o factual contemporâneo europeu, a imprensa portuguesa frequentemente filtra

a realidade brasileira através de narrativas de crises ou estereótipos folclóricos. Sob a ótica da assessoria de imprensa, essa assimetria estrutural impõe um desafio severo de mediação: para além das diferenças técnicas de mercado apontadas por Duarte (2011), o assessor enfrenta um isolamento geográfico de agendas, algo que ocorre também com países vizinhos na América do Sul. Dessa forma, a circulação de informações corporativas, científicas ou tecnológicas legítimas entre as duas margens exige do profissional um esforço redobrado de desconstrução cultural e contextualização local, uma vez que os ecossistemas informativos de ambos os países operam historicamente de costas um para o outro na esfera pública global, apesar de se integrarem em outras ações de áreas específicas, como a musical.

Dentre as referências que apontam para assimetrias estruturais entre as realidades, ganha ênfase empírica o estudo comparativo desenvolvido por Novais et al. (2013) sobre os chamados "mundos jornalísticos" do Brasil e de Portugal. Ao investigarem as percepções de autonomia e as culturas profissionais nas duas situações, os autores desconstroem a noção de que a proximidade linguística unifica as práticas midiáticas. Os dados revelam que o ecossistema português apoia-se em uma percepção de independência formal rigidamente delimitada por marcos legais, o que gera barreiras protocolares mais espessas entre o repórter e o assessor. Em contrapartida, no cenário brasileiro, a amplidão territorial do mercado comercial e a configuração histórica das indústrias culturais favoreceram uma integração mais pragmática das assessorias nas rotinas produtivas, ao menos nas últimas décadas. Os autores demonstram que jornalistas brasileiros e portugueses lidam de formas diferentes com a influência externa das assessorias. Os dados

apresentados pelos autores demonstram que os jornalistas em Portugal expressam uma sensação maior de autonomia formal, blindados pelas regulamentações e pela separação ética estrita das funções (como a suspensão da carteira jornalística ao migrarem para as assessorias). Já no Brasil, embora os profissionais valorizem a independência, há uma aceitação pragmática e uma integração muito maior da assessoria nas rotinas diárias, enxergando o assessor como um par técnico, ou seja, entende-se que tanto na redação quanto na assessoria, antes de tudo se é jornalista. Há que se destacar ainda que enquanto o Brasil possui uma indústria de mídia de massa continental, comercial e com forte apelo audiovisual (modelo broadcasting), Portugal possui um mercado de mídia concentrado, de escala reduzida e marcadamente documental e corporativo. O que exige do assessor brasileiro técnicas de atração de massa, enquanto o assessor português precisa de hiper-especialização institucional. No entanto, Novais et al. (2013) alertam que ambos os mundos partilham de uma vulnerabilidade comum: o rejuvenescimento das equipes e a crescente precarização das redações, aliadas ao processo de rapidez na circulação de conteúdos amparados na evolução tecnológica. O que tem levado a um cenário de escassez crônica de tempo e forçado os profissionais de ambos os países a recorrerem sistematicamente aos conteúdos pré-elaborados pelas assessorias corporativas, transformando o que antes era uma relação de fricção em uma simbiose de sobrevivência editorial. Os textos hoje produzidos, em boa parte pelas inteligências artificiais já é um modus operandi real nas agências e assessorias e também nas redações, o que acentua discussões relacionadas à ética e à legislação. Com menos tempo para a apuração de campo em, por exemplo, Lisboa ou em São Paulo, o

subsídio das fontes torna-se a garantia de preenchimento das páginas e telas, validando empiricamente o que Vasco Ribeiro (2015) chama de indução noticiosa.

Neste contexto, definições e decisões aplicadas às ações e práticas comunicativas devem ser compreendidas a partir de seus condicionantes históricos e estruturais. Elas operam inseridas em um cenário macromidiático de identidades fluidas, formas consumptivas complexas e decisões editoriais diversificadas, amparadas nas novas formas de comunicar. O mapeamento dessas realidades permite gerar reflexões conceituais instigantes sobre o futuro da mediação editorial.

O Ecossistema Histórico da Assessoria de Imprensa no Brasil

Nas aproximações e distinções que delimitam as realidades, nota-se que a evolução do segmento de assessoria de imprensa no Brasil foi precoce e intimamente ligada aos interesses tanto do setor público quanto do privado. Os primeiros registros estruturados de intermediação profissional remontam ao início do século XX, impulsionados por ações governamentais estratégicas, como as do presidente Nilo Peçanha, e pela modernização de grandes conglomerados de infraestrutura urbana, a exemplo da Companhia Telefônica Brasileira e da Light.

De acordo com Sodré (1999), a imprensa brasileira desenvolveu-se sob forte influência do modelo comercial norte-americano, caracterizado pela dependência das receitas publicitárias e pela busca por grandes audiências, coexistindo simultaneamente com uma presença regulatória e indutora do Estado.

Durante a segunda metade do século XX, especialmente a partir das décadas de 1960 e 1970, a prática de assessoria de imprensa no Brasil

passou por um expressivo processo de autonomização técnica. Na iniciativa privada e nas autarquias estatais, o modelo evoluiu para atender às exigências de um mercado corporativo em rápida expansão econômica. A regulamentação da profissão de jornalista e a consolidação dos cursos de graduação direcionaram as agências de comunicação a comporem seus quadros majoritariamente por jornalistas diplomados. Isso gerou uma cultura profissional singular, na qual a assessoria é amplamente compreendida no Brasil como uma extensão especializada do próprio fazer jornalístico, regida por preceitos de noticiabilidade convergentes.

O Cenário de Portugal: Da Censura do Estado Novo à Transparência Democrática

Em Portugal, a trajetória histórica desenhou-se de maneira distinta no que tange à temporalidade e ao ambiente político originário. A presença formal e capilarizada da assessoria de imprensa desponta tardiamente, apenas após a queda da longa ditadura do Estado Novo, regime autoritário que perdurou de 1933 até 1974. Até a eclosão da mudança institucional, a comunicação pública e governamental em território português encontrava-se centralizada no aparelho de propaganda estatal e sob o crivo rígido da censura prévia. Não havia espaço para a livre circulação de informações organizacionais independentes ou para o diálogo horizontal com a sociedade civil. Tengarrinha, em seus estudos fundamentais sobre o controle e a estruturação da opinião pública através dos meios impressos em Portugal, registra:

> O objetivo último de criar uma opinião pública favorável, propósito para o qual a imprensa escrita se constituía como ferramenta essencial, exigia, por um lado, silenciar vozes

> opositoras e, por outro, um esforço de doutrinação. (Tengarrinha, 1989, p. 178)

Portanto, a gênese das assessorias em Portugal está diretamente ligada ao ambiente de censura estatal, onde a imprensa funcionava como instrumento de doutrinação, e não de transparência. Esse controle centralizado explica por que a assessoria de imprensa moderna, baseada no fluxo livre de informações, só se consolidou após a ruptura democrática de 1974.

Conforme esclarece Tengarrinha (1989), o processo de desenvolvimento das assessorias portuguesas dá-se de forma tardia porque o setor só adquire real fôlego operativo após a Revolução dos Cravos, em 25 de abril de 1974. O nascimento das práticas contemporâneas de comunicação organizacional em Portugal esteve intrinsecamente pautado pela premente necessidade de transparência democrática, legitimação das novas instituições públicas e descentralização do poder político. Enquanto o mercado brasileiro amadureceu sob a égide da competitividade comercial e mercadológica, a evolução portuguesa vinculou-se estruturalmente ao rigor institucional e à conformação de uma nova burocracia estatal democrática.

Sob a perspectiva teórica de Santos (2006), a evolução da comunicação também não pode ser desvinculada dos polos regionais de infraestrutura que viabilizaram as trocas culturais entre os dois países. Ele aponta que cidades portuárias e grandes centros urbanos serviram como as primeiras plataformas de recepção e irradiação das tecnologias de comunicação (como as redes telefônicas e a radiodifusão), estabelecendo as bases materiais sobre as quais as fontes de informação públicas e privadas construíram suas primeiras redes estruturadas de assessoria.

Ele argumenta que o ritmo de amadurecimento da comunicação organizacional está diretamente atrelado à consolidação das tecnologias de mediação e às barreiras políticas historicamente impostas ao ecossistema de mídia. Enquanto a realidade portuguesa desenvolveu-se sob o influxo de estruturas de comunicação centralizadas e burocráticas que retardaram a autonomia dos fluxos institucionais independentes, a realidade brasileira moldou-se precocemente a partir de um ecossistema comercial e descentralizado, o que impulsionou os agentes de comunicação a incorporarem estratégias de circulação veloz e competitiva de seus conteúdos informacionais.

O Tensionamento Contemporâneo entre Assessoria e Redação

A evolução das assessorias no eixo luso-brasileiro ganha novos contornos analíticos quando se confronta a teoria com a prática cotidiana que une os assessores aos jornalistas de redação. Nesse cenário, insere-se a contribuição de M. R. Ribeiro (2026), que investiga as dinâmicas de fricção e colaboração profissional em ambas as realidades. A autora aponta que a relação com a mídia é marcada por uma via de mão dupla paradoxal: de um lado, os jornalistas de redação dependem do subsídio informativo refinado fornecido pelas assessorias para suprir rotinas de trabalho sobrecarregadas; de outro, há um crônico tensionamento ético e operacional decorrente da escassez de feedback e do aproveitamento seletivo dos conteúdos propostos pelas fontes.

Esse fenômeno intensificou-se com a crise dos modelos de negócios tradicionais dos jornais impressos e das emissoras de radiodifusão em ambos os países. Com redações enxutas e profissionais acumulando funções, as agências de comunicação passaram a assumir um papel

ativo no fornecimento de pautas pré-produzidas, fotografias, vídeos e relatórios técnicos. M. R. Ribeiro (2026) ressalta que essa dependência estrutural exige das assessorias uma responsabilidade social ampliada, pois a linha que separa a divulgação de um interesse legítimo da mera propaganda corporativa tornou-se tênue e fluida nas rotinas produtivas contemporâneas.

Contemporaneamente, as transformações nas rotinas produtivas da mídia criaram novas demandas para os profissionais de comunicação organizacional. Ao analisar esse cenário de interdependência, Ribeiro (2026) ressalta que a atuação do assessor contemporâneo, tanto no mercado competitivo brasileiro quanto nas estruturas formais portuguesas, exige ir além do envio de conteúdos: "demanda gerenciar ruídos e construir canais de transparência ética com redações cada vez mais enxutas" (Ribeiro, 2026, p. 42).

Esse posicionamento demonstra que a escassez de recursos humanos nas redações transfere para o assessor uma responsabilidade social ainda maior na filtragem do que vira notícia.

Metodologia – "Não tenho um novo caminho, mas talvez um novo jeito de caminhar"

Para dar sustentação científica a esta pesquisa comparativa, a inspiração se deu nas palavras do poeta amazonense Thiago de Mello, apresentada pelo intertítulo e, ao adotar-se o método histórico-comparativo associado a uma revisão sistemática e exploratória de literatura especializada. O desenho metodológico organiza-se a partir de três eixos complementares:

- **Levantamento Bibliográfico**: Mapeamento e fichamento das obras de referência sobre a história da imprensa e da comunicação organizacional no Brasil e em Portugal, delimitando os conceitos de mediação e governança informativa.
- **Análise Documental**: Exame comparativo de marcos regulatórios profissionais, estatutos do jornalista e códigos de ética que norteiam o exercício das atividades comunicativas nas duas nações.
- **Síntese Interpretativa**: Cruzamento dos dados empíricos e teóricos extraídos sobre os ecossistemas de mídia, estabelecendo os pontos de divergência e convergência estrutural com base nas variáveis mercado, política e cultura.

A abordagem qualitativa privilegia os conceitos de socialização de conteúdos de Chaparro (2008), de indução noticiosa de V. Ribeiro (2016) e do diagnóstico de relacionamento com a mídia proposto por M. R. Ribeiro (2026).

Análise Comparativa: Identidades, Mercados e Práticas

Os diálogos estabelecidos entre os autores selecionados revelam que a evolução histórico-comparativa no eixo luso-brasileiro tanto pode ser compreendida sob o prisma da socialização de conteúdos, proposta comparativamente a partir da diáspora de Chaparro (2008), quanto da indução noticiosa, analisada por V. Ribeiro (2016). Chaparro atribui ao assessor o papel nobre de mediador que legitima o interesse privado na esfera pública, convertendo o dado factual institucional em matéria de legítimo interesse coletivo. Por sua vez, V. Ribeiro (2016) revela o lado pragmático dessa relação, ou seja, o assessor atua como uma fonte

sofisticada — termo usado pelo autor para descrever profissionais, assessores, porta-vozes e consultores — que trabalha a informação de forma estratégica, ao suprir as lacunas produtivas das redações.

A despeito de compartilharem o mesmo idioma oficial, Brasil e Portugal praticam a comunicação organizacional a partir de matrizes culturais e linguísticas distintas. Como afirma Chaparro (2007): "Brasil e Portugal praticam o jornalismo na mesma língua, mas em linguagens diferentes. A assessoria, em ambos, cumpre o papel de ser a voz ativa das fontes em uma esfera pública cada vez mais complexa" (p. 7).

Em Sotaques d'aquém e d'além mar, Chaparro (1998) argumenta que a prática profissional nos dois países diverge estruturalmente pela relação mantida com o mercado e com o público. Exemplifica que no Brasil o profissional atua em um cenário de protagonismo acentuado das fontes, onde a assessoria é vista como uma engrenagem vital de uma democracia de massa e de um mercado econômico competitivo. Adicionalmente, a legislação brasileira historicamente tolera o trânsito fluido de profissionais entre as funções de assessoria e de reportagem ativa nas redações.

Ao contrário, em Portugal a atuação é marcada por uma identidade institucional rígida. O autor observa que a imprensa portuguesa mantém um tom mais formal, o que exige do assessor uma abordagem menos invasiva e mais focada no rigor técnico do conteúdo. Essa rigidez também se reflete no campo jurídico: em Portugal, a legislação veda o exercício simultâneo das funções de assessor e de jornalista de redação. Para exercer a assessoria, o profissional deve obrigatoriamente solicitar a suspensão temporária de sua carteira profissional de jornalista junto

à Comissão da Carteira Profissional de Jornalista (CCPJ), reduzindo potenciais conflitos éticos de interesse.

Ainda pode ser destacado que o cruzamento das realidades luso-brasileiras demonstra que a proximidade idiomática não anula as assimetrias culturais das profissões. E que a distinção de linguagens reflete-se diretamente no nível de formalidade exigido pelas redações não só portuguesas, mas também europeias em comparação ao dinamismo do mercado sul-americano.

Se para Chaparro (1998) o foco da análise comparativa se dá nas matrizes linguísticas e discursivas, é importante incorporar o pensamento de Duarte (2011) no diálogo entre autores, já que ele acrescenta ao debate uma perspectiva instigante se pensarmos a realidade mercadológica e institucional, definindo a assessoria como a gestão de relacionamentos e fluxos de informação para atender demandas específicas (p. 54).

> A atividade de assessoria de imprensa pode ser conceituada como a gestão do relacionamento e dos fluxos de informação entre fontes de informação e imprensa. Busca, essencialmente, atender às demandas por informações relacionadas a uma organização ou fonte em particular. (Duarte, 2011, p. 54)

Sob esse prisma, o ecossistema brasileiro destaca-se por um processo no qual os jornalistas migraram maciçamente para a comunicação corporativa a partir dos anos 1980. Isso transformou a assessoria no embrião de macroestruturas estratégicas. Em contrapartida, a realidade portuguesa manteve uma divisão funcional e ética regulatória mais rígida, delimitando de forma estrita os papéis institucionais com o objetivo de evitar a sobreposição entre o profissional que divulga o interesse corporativo e o repórter de redação.

Para além das fraturas linguísticas, a compreensão das assimetrias no eixo luso-brasileiro requer uma análise sobre a própria historicidade e evolução dos meios de comunicação. Como observa Sousa (2020), "o jornalismo em língua portuguesa desenvolveu-se em ritmos e sob condicionantes políticas e econômicas muito diferenciadas em ambas as margens do Atlântico, refletindo-se na própria configuração dos seus ecossistemas de informação" (p. 45). Essa diferenciação de ritmos auxilia também a explicar por que o mercado brasileiro de comunicação corporativa expandiu-se de forma veloz e comercial, enquanto o ambiente luso estruturou-se de maneira mais tardia e fortemente atrelada ao formalismo institucional do período pós-ditadura.

Ao analisar o exercício comparativo da profissão a partir de sua inserção institucional na Europa e na América Latina, M. R. Ribeiro (2026) ratifica as assimetrias apontadas por Chaparro (1998). Sua pesquisa valida que, enquanto o ecossistema brasileiro exige do assessor uma postura de alta competitividade mercadológica para garantir espaço nas mídias, o ambiente português demanda um alinhamento prévio às especificidades acadêmicas e institucionais. Isso decorre de uma cultura de mídia que preserva limites tradicionais mais rígidos entre o interesse público jornalístico e o interesse privado corporativo.

Sob a perspectiva empírica e analítica de V. Ribeiro (2015), a condição comparativa entre as duas nações revela assimetrias na delimitação das fronteiras disciplinares. O autor enfatiza que, enquanto em Portugal o campo da assessoria de imprensa situa-se "completamente dentro das relações públicas", no ecossistema brasileiro os profissionais costumam transitar de forma híbrida entre a formação jornalística e as estratégias de relações públicas. Contudo, a despeito dessas diferenças

estruturais de formação, V. Ribeiro (2015) demonstra que ambos os mercados compartilham de uma simbiose pragmática incontornável: a dependência que as redações possuem do subsídio informativo gerado pelas fontes organizacionais para suprir a escassez de recursos humanos locais.

Ao inserir no debate comparativo a desconstrução das dinâmicas psicológicas e operacionais que regem a interação diária entre repórteres e assessores, Dejavite (1998) defende que o relacionamento com a mídia não é puramente técnico; ele opera como uma negociação sutil onde o assessor atua como o sedutor que embala a informação institucional para torná-la irresistível ao repórter. Ao tratar dos dilemas que envolvem jornalistas e assessores, ela investiga a complexa e muitas vezes tensa relação entre os profissionais: dos conflitos de interesse, aos processos de gatekeeping e a crescente dependência que os meios de comunicação têm das assessorias. Além disso, a autora analisa como a lógica do mercado e as pressões por tempo e espaço moldam a pauta e a construção da informação. Como exemplo, Dejavite diz que no ecossistema brasileiro, por exemplo, o jogo é explícito e agressivo, ou seja, o assessor utiliza estratégias de aproximação pessoal, exclusividades agendadas e eventos de relacionamento (press trips) para capturar a atenção de redações imersas em uma cultura comercial e de concorrência feroz. Já na realidade lusa, no entanto, o jogo de sedução esbarra na formalidade e no distanciamento protocolar. As barreiras éticas e legais vigentes em Portugal forçam a sedução a ser estritamente documental. O assessor atrai o jornalista pela qualidade técnica, precisão e autoridade institucional do dado, uma vez que o apelo puramente comercial ou pessoal é visto com desconfiança pela cultura jornalística portuguesa.

Outro ponto levantado por Dejavite se relaciona a análise da soberania das redações. A autora argumenta que, embora os jornalistas de redação ostentem o papel de guardiões do interesse público (gatekeepers), as assessorias de imprensa aprenderam a antecipar muitos dos critérios de noticiabilidade. Ao entregar o conteúdo com fotos profissionais, áudios editados, fontes agendadas e dados mastigados, o assessor fornece o produto praticamente "pronto". Mas, ao cruzar essa premissa com as realidades comparadas, nota-se que a escassez de recursos — mapeada por Novais et al. (2013) — faz com que os repórteres brasileiros e também os portugueses acabem cedendo à sedução do material pré-produzido, delegando, de forma inconsciente, o controle editorial e a seleção temática para as fontes organizacionais.

Considerações finais

A análise histórico-comparativa empreendida demonstra que, embora as trajetórias das assessorias de imprensa no Brasil e em Portugal guardem profundas conexões históricas e de mútua influência acadêmica, elas assentam-se em contextos políticos e econômicos distintos. No Brasil, o setor amadureceu sob a égide da profissionalização técnica acelerada e do mercado corporativo competitivo, integrando-se organicamente às dinâmicas das redações. Em Portugal, a evolução esteve umbilicalmente ligada à transição democrática pós-1974 e ao rigor institucional regulatório, demandando uma atuação pautada pelo distanciamento ético-legal das funções estritamente jornalísticas.

Ao analisar empiricamente como as rotinas de produção de conteúdos convergem no ambiente contemporâneo, a concepção de Ribeiro (2015) aponta para a desconstrução das visões moralistas sobre

a atuação do assessor na mídia. Segundo o autor, ao evitar posições conspirativas e maniqueístas, demonstra-se uma tendência pragmática de indução noticiosa praticada por assessores de imprensa, relações-públicas, consultores e porta-vozes, que "se assumem como peças basilares no processo noticioso contemporâneo" (p. 46). Essa perspectiva teórica valida o argumento de que, independentemente do sotaque cultural ou da barreira legislativa que divide Brasil e Portugal, as redações jornalísticas de ambas as nações dependem estruturalmente da atuação qualificada das fontes institucionais para alimentar o debate diário na esfera pública.

Sendo assim, ambos os ecossistemas enfrentam atualmente os desafios impostos pela digitalização das mídias, pela proliferação de canais diretos de comunicação autoral e pela consequente reconfiguração das rotinas produtivas das redações. Acrescentando no Brasil, a questão da retomada do diploma para o exercício profissional e uma regulamentação atualizada, questões históricas ainda mal resolvidas por decisões equivocados no âmbito jurídico há alguns anos. Além disso, decisões recentes do ponto de vista estatal também pesam contra a realidade exercitada pelos profissionais, tornando a carreira ainda mais vulnerável, quando se tenta estabelecer o denominado profissional "Multimídia". Pondera-se ao finalizar este texto que o papel ético e estratégico do assessor, independente dos argumentos apresentados e da sua localização geográfica, reside em atuar como um gestor consciente de interesses legítimos, transformando o factual institucional em matéria de genuíno interesse público. As identidades e linguagens profissionais divergem, mas a complexidade da esfera pública contemporânea reitera a indispensabilidade desses agentes como mediadores do conhecimento social.

Referências

Chaparro, M. C. (1998). *Sotaques d'aquém e d'além mar: Percursos do género jornalístico português e brasileiro.* Summus.

Chaparro, M. C. (2004). *Conflito equivocado. Em B. Lopes & R. F. Vieira (Orgs.), Jornalismo e relações públicas: ação e reação. Uma perspetiva conciliatória possível.* Mauad.

Chaparro, M. C. (2007). *Pragmática do Jornalismo: buscas práticas para uma ação da teoria jornalística.* Summus Editorial.

Chaparro, M. C. (2009). Cem anos de Assessoria de imprensa. Em J. Duarte (Org.), *Assessoria de imprensa e relacionamento com a mídia.* Atlas.

Dejavite, F. A. (1998). O jogo de sedução no relacionamento do jornalista com a fonte. *Revista de Comunicação Social Publicidade e Propaganda.*

Dejavite, F. A. (2006). *INFOtenimento: informação e entretenimento no jornalismo*. Paulinas.

Duarte, J. (Org.). (2011). *Assessoria de imprensa e relacionamento com a mídia: Teoria e técnica* (4.ª ed.). Atlas.

Fino, C. (2019). *A (in)comunicação Portugal-Brasil*. [Tese de Doutoramento, Universidade de Lisboa / Universidade de Brasília].

Ribeiro, M. R. (2026). *Assessor de Imprensa: estudo comparativo dessa profissão entre Brasil e Portugal e sua relação com a mídia.* Clube de Autores.

Ribeiro, V. (2016). *Assessores de Imprensa e Jornalistas - Perspectiva teórica sobre o pragmatismo das fontes profissionais na indução das notícias.* Edições Afrontamento.

Ribeiro, V. (2015). *O pragmatismo das fontes de informação: jornalistas e assessores de imprensa em simbiose indispensável.* Edições Afrontamento.

Santos, R. (2002). *Jornalistas e fontes de informação: o pragmatismo das relações profissionais.* Universidade Nova de Lisboa.

Santos, R. (2006). *A fonte não quis revelar: um estudo sobre a produção das notícias.* Campo das Letras.

Sodré, N. W. (1999). *História da imprensa no Brasil (4.ª ed.).* Mauad.

Sousa, J. P. (2011). *Uma história regional do jornalismo e do jornalismo em português.* Edições Universidade Fernando Pessoa.

Baptista, C.; Sousa, J. P. (Orgs.). (2020). *Para uma história do jornalismo em Portugal.* ICNOVA – Instituto de Comunicação da Nova

Tengarrinha, J. (1989). *História da imprensa periódica portuguesa.* Caminho.

UMA PROPOSTA DE PERIODIZAÇÃO DA TELEVISÃO NO SUL CEARENSE

José Jullian Gomes de Souza[1]

A proposta de periodização da trajetória televisiva no sul cearense objetiva versar luz a presença e expansão da televisão, e suas múltiplas formas de existência, mediante ao processo de descentralização da história da mídia televisiva, como é o caso da região do Cariri cearense. Entendemos tal movimento como fundamental a partir de outras propostas que partem de uma visão mais ampla ou "nacional" da trajetória da televisão no Brasil, a exemplo dos estudos de Caparelli (1997),

1. Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Comunicação na Universidade Federal do Ceará (PPGCOM-UFC).
Universidade Federal do Ceará
jullianjose64@gmail.com

Mattos (2010)[2] e Ferraretto e Morgado (2019) – que nos serviram de modelo para a construção dessa periodização específica.

A busca por uma proposta de periodização específica para este território visa dialogar com a trajetória local da mídia televisiva, assim como estabelecida no Rio Grande do Norte, conforme apresentou Sales Júnior (2023). Entretanto, buscamos neste estudo um recorte geográfico ainda mais específico que não abarca todo o estado cearense, mas apenas a região do sul. Uma vez que identificamos uma escassez de registros e pesquisas acerca da história da televisão no sul cearense (especialmente anteriormente a 2022), a partir de Juazeiro do Norte, apresenta contornos próprios que se diferenciam, por exemplo, de Fortaleza - a capital cearense. Logo, sendo fundamental uma reflexão que possa valorizar as ideias de proximidade e identidade com o eixo local.

Para isso, partimos das contribuições de Souza (2022, 2023, 2024, 2025) para pensar o processo de expansão da televisão brasileira, a presença da televisão no sul cearense e o início de uma periodização/categorização das formas de existência da televisão no território em análise. Dessa forma, compreendemos que as reflexões proposta pelo autor buscam a valorização do histórico da mídia televisiva local, destacando a importância do deslocamento do olhar e da produção acadêmica para além dos grandes centros urbanos e empresas midiáticas nacionais (Globo, Record, SBT, Band, RedeTV!), que ainda necessita de maiores investigações.

O quadro metodológico parte de uma pesquisa qualitativa, levantamento e discussão bibliográfica e análise das propostas de

2. A primeira edição do livro de Sérgio Mattos, "História da televisão brasileira: uma visão econômica, social e política", que propõe uma periodização é de 2002. Neste estudo, utilizamos a 5ª edição revisada e ampliada datada de 2010.

periodização da televisão brasileira (Caparelli, 1997 & Mattos, 2010 & Ferraretto & Morgado, 2019). Ademais, partimos de um mapeamento da trajetória da televisão no sul cearense elaborado por Souza (2024, 2025) para estabelecer uma proposta local de periodização. Destacamos que está é uma proposta inicial, partindo desde a presença da primeira empresa televisiva em 1999 até o ano de 2025, com as denominadas experiências televisivas (Souza, 2024).

Com o levantamento identificado, o segundo passo foi estabelecer categorias televisivas, ou seja, quais as experiências televisivas apresentavam as mesmas características que nos permitissem agrupá-las. Assim, foi possível averiguar as similitudes e diferenças da criação dessas experiências, relacionar com as propostas elaboradas por outros autores e, por fim, desenvolver as fases/períodos para a proposta de periodização com foco no sul cearense.

Algumas propostas de periodização da história televisiva brasileira

Para propor uma periodização da trajetória da televisão no sul cearense, com recorte para a região do Cariri, partimos da observação e análise de três propostas específicas voltadas para a televisão brasileira (em seu sentido macro): a) a proposta de Caparelli (1997), b) a proposta de Mattos (2010) e; c) a proposta de Ferraretto e Morgado (2019). É importante destacar que os períodos em que foram desenvolvidas tais propostas de periodização apresentam diferentes configurações do cenário televisivo (mundial e brasileiro). Logo, nos possibilita identificar que fases distintas e diferentes também são sinalizadas pelos autores.

No primeiro estudo sobre a periodização da televisão brasileira, Caparelli (1997) realizou o mesmo movimento que buscamos

perfazer aqui: identificar e analisar como outros autores apresentavam tal proposta de encaixar a televisão dentro de determinados períodos. No levantamento realizado por Caparelli (1997) é possível identificar as diferentes formas e compreensão da televisão, seus desenvolvimentos e transformações, sobretudo a partir dos contextos socioculturais e tecnológicos, como apresentado no quadro 1. As diversas propostas e fases da televisão partem da televisão em seu aspecto físico (televisor/aparelho), ligação com o sistema broadcast (televisão aberta) e as modificações com o advendo da internet e do computador.

Quadro 1. *Propostas de periodização da televisão identificadas por Caparelli*

Autoria	Ano	Fases	Descrição
Eli Noan	1995	Televisão privilegiada	Fase marcada pela televisão que consiste num pequeno número de canais, operando de forma oligopolística. Um punhado de canais é desejável, necessário e com capacidade de subsistência.
		Televisão fragmentada	Fase marcada no que se chama televisão por assinatura, ou seja, da televisão a cabo à televisão via satélite.
		Cibertelevisão	Fase marcada pela compreensão de uma "televisão do futuro", a partir de uma cibertelevisão mais distribuída e mais descentralizada.
Alejandro Piscitelli	1995	Paleotelevisão	Fase marcada pela televisão massiva, com projetos de educação cultural e popular e um modo peculiar de estruturar o fluxo das emissões, interpelados por gêneros e públicos definidos.
		Neotelevisão	Fase marcada pela introdução da televisão por assinatura.
		Pós-televisão	Fase marcada pelas telas do computador.

Jean-Michel Salaun	1989	Cinema	Fase marcada pela combinação de sistema de circulação de cópias em filme, salas de cinema propriamente dita e uma prática de saídas culturais ou recreativas.
		Televisão massiva	Fase marcada pela combinação de um espectro hertziano, com uma receita indireta - geralmente publicidade e um grande número de televisores nos domicílios e uma prática de audiência cotidiana.
		Televisão fragmentada	Fase marcada pela combinação de uma rede de grande capacidade ou multiforme (cabo, satélite), um financiamento múltiplo (assinaturas, venda direta, publicidade local, pay-tv) e uma prática de audiência segundo um menu
		Televisão interativa	Fase marcada pela combinação de rede de banda larga, com receita conforme tempo de utilização e intervenção do usuário.
Nichola Garnhan	1991	Televisão fordista	Fase marcada pelo Estado que garante a existência de infra-estrutura para a radiodifusão através da planificação de um desenvolvimento tecnológicos paulatino e a longo prazo (transição para cores, por exemplo) assegurando um mercado estável e um desenvolvimento para a industria eletrônica de consumo.
		Televisão em transição	Fase marcada pela reestruturação – desregulação, no qual empresários foram obrigados a potencializar o desenvolvimento e o estabelecimento de novos sistemas de emissão audiovisual.
		Televisão pós-fordista	Fase marcada por uma estrutura da radiodifusão e da recepção instáveis, com a implantação da HDTV.
Sérgio Mattos	2010	Televisão elitista (1950-1964)	Fase marcada pela improvisação dos primeiros programas e pelo seu funcionamento a vivo.
		Televisão populista (1964-1975)	Fase marcada por um modelo socioeconômico de desenvolvimento nacional, num conjunto de empresas estatais, empresas nacionais e multinacionais.
		Televisão em desenvolvimento tecnológico (1975-1985)	Fase marcada pelo desenvolvimento tecnológico e expansão internacional.
		Televisão em transição (1985-1990)	Fase marcada pela transição e pela expansão internacional, além de uma maior maturidade técnica e empresarial.

Elaborado pelo autor baseado em Caparelli (1997).

De modo geral, identificamos uma consonância no movimento de periodização apresentado por Caparelli (1997) baseado em outros autores que visaram uma compreensão histórica da televisão. Conforme o autor, as propostas de periodização da televisão estão sujeitas a uma determinada visão de mundo do(a) pesquisador(a). O que, por sua vez, acarreta em certas escolhas e modos de retratar os períodos históricos. Sendo assim, a partir de uma perspectiva mais abrangente, podemos apontar que a observação das periodizações identificadas e analisadas por Caparelli (1997) podem ser compreendidas da seguinte forma: (1) a fase de implantação e desenvolvimento inicial da televisão; (2) a fase de transição e expansão da televisão e; (3) a fase de digitalização da televisão e presença para além do televisor como dispositivo de acesso.

A segunda proposta foi elaborado por Mattos (2010). O autor identifica sete (7) períodos da trajetória da televisão brasileira, conforme apresentada no quadro a seguir:

Quadro 2. *Proposta de periodização da televisão de Mattos*

Períodos	Ano	Descrição
Elitista	1950-1964	Quando o televisor era considerado um artigo de luxo ao qual apenas a elite econômica tinha acesso.
Populista	1964-1975	Quando a televisão era considerada um exemplo de modernidade e programas de auditório e de baixo nível tomavam parte da programação.
Desenvolvimento tecnológico	1975-1985	Quando as redes de TV se aperfeiçoaram e começaram a produzir, com maior intensidade e profissionalismo, os seus próprios programas com estímulo de órgãos oficiais, visando, inclusive, a exportação.
Transição e da expansão internacional	1985-190	Durante a Nova República, quando se intensificaram as exportações de programa.

Globalização e da TV paga	1990-2000	Quando o país busca a modernidade a qualquer custo e a televisão se adapta aos novos rumos da redemocratização.
Convergência e qualidade digital	2000-2010	Começa no ano 2000, com a tecnologia apontando para uma interatividade cada vez maior dos veículos de comunicação, principalmente a televisão, com a internet e outras tecnologias da informação. Nessa fase é adotado o sistema de televisão digital do país e iniciada sua implantação até a substituição total do sistema analógico que deve ocorrer até o ano de 2016.
Portabilidade, mobilidade e interatividade digital	A partir de 2010	Quando o mercado de comunicação e o modelo de negócio vão se reestruturar definitivamente, devido ao espaço ocupado pelas novas mídias, a exemplo do celular digital. Nessa fase a produção e a distribuição de conteúdo serão de fundamental importância para as redes de televisão.

Elaborado pelo autor baseado em Mattos (2010).

Na primeira fase, Mattos (2010) discorre sobre o processo de implantação da televisão no Brasil e do acesso restrito ao televisor. Neste primeiro momento destacamos que a televisão ainda não era um objeto pensado para a massa, mas como um item marcador de diferença social. Na segunda fase, o autor nos apresenta como a televisão, focando na sua produção, expande a busca por novos públicos destacando a sua fase popular e caráter mais massivo. Esse processo de expansão da televisão, das elites para as massas, já evidencia como o olhar sobre a linguagem televisiva foi sendo modificado em pouco mais de uma década (especialmente no que se refere a questão comercial).

A terceira fase apresentada compreende o processo de profissionalização, marcada pelo surgimento de novos aparatos técnicos, tecnológicos e comerciais. É preciso evidenciar que no período entre 1975-1985, a sociedade brasileira saiu da televisão em preto e branco

para uma televisão colorida, do amadorismo e experimentação para uma televisão mais elaborada e sofisticada e, de uma programação feita ao vivo para uma produção gravada – permitindo uma melhor finalização dos produtos televisivos. Ademais, nessa terceira fase a presença de emissoras televisivas pelo território brasileiro e o inicial processo de afiliação, com enfoque para a TV Globo, permitia que uma programação feita no eixo Rio-São Paulo pudesse circular para além do Sudeste brasileiro.

Na quarta fase, Mattos (2010) compreende a expansão da produção televisiva para além das fronteiras nacionais. Neste período há o processo de internacionalização da televisão com a exportação de programas. Na quinta fase, a televisão é expandida para os canais a cabo. Aqui, há uma intensificação e um investimento em conteúdos diferenciados para um público mais nichado, a exemplo de canais televisivos como a GloboNews. Na sexta fase, o autor destaca a convergência digital marcada por uma interatividade entre televisão e internet. Ou seja, é a partir desta fase que identificamos essa relação de proximidade entre a velha e a nova mídia. Na última fase, o mercado televisivo atravessa processos mais profundos de transformação, quando é iniciado um diálogo com novos suportes, a exemplo do celular. Assim, produção, distribuição e consumo são processos alterados e começam a impactar a forma como a televisão enxerga as novas possibilidades de acesso ao conteúdo.

A terceira proposta de periodização foi elaborado por Ferraretto e Morgado (2019). Os autores compreendem a existência de três períodos que buscam abranger os impactos da tecnologia. Assim, apresentam três fases: (1) a fase de implantação, do final dos anos 1940 até a segunda

metade da década de 1960; (2) a fase de concentração na oferta, da segunda metade da década de 1960 até o final dos anos 1990; e (3) a fase de concentração na demanda, do início dos anos 1990 até a atualidade. No quadro abaixo apresentamos as fases e duas descrições.

A proposição dos autores parte de uma periodização mais específica, buscando contemplar uma temporalidade das transformações do cenário televisivo mediante a dimensão tecnológica – claramente, não devem ser consideradas as demais dimensões (social, cultural, política e econômica), poiss elas atuam diretamente nas mudanças ocasionadas na televisão. Assim, na primeira fase, é destacada não somente o processo de implantação da televisão brasileira, mas também o seu modo de funcionado marcado pela improvisão, amadorismo e compreensão do significado da televisão, representado pelo surgimento das primeiras emissoras de televisão: TV Tupi (1950), TV Paulista (1952) e TV Record (1953). Ainda nessa primeira fase, é preciso destacar o caráter da produção televisiva feita ao vivo, uma vez que a tecnologia do videoteipe surgiu somente no início da década de 1960.

Quadro 3. *Proposta de periodização da televisão de Ferraretto e Morgado*

Fases	Ano	Descrição
A fase de implantação	1940 a 1960	É a fase experimental da televisão brasileira, iniciada com a TV Tupi em 1950 e expandida com a chegada de novas emissoras de televisão até a década de 1960.
A fase de concentração na oferta	1960 a 1990	É a fase de a profissionalização da televisão brasileira e sua estruturação como indústria cultural que passam, em especial, por duas emissoras (a Excelsior e a Globo), caracterizadas por uma administração que não tem mais a obsessão pelo lucro rápido e imediato obtido pela manipulação do mercado ou de favores oficiais, mas que opta por metodizar o trabalho, especializar a base tecnológica da produção e manter uma expectativa de lucros a prazos médios e certo espírito de concorrência.

A fase de concentração na demanda	1990 até a atualidade	É fase que representa a passagem de uma lógica da oferta a uma lógica da demanda, já que, com tantas alternativas, os próprios espectadores começam a confeccionar a sua dieta audiovisual, flexibilizando o consumo. Além disso, é a transição de um modelo de consumo em fluxo para um mais fragmentado baseado na lógico dos arquivos.

Elaborado pelo autor baseado em Ferraretto e Morgado (2019).

Na segunda fase, Ferraretto e Morgado (2019) abrangem uma periodização que contempla mudanças significativas na televisão, a exemplo do surgimento de novas emissoras como a TV Globo e a TV Excelsior. Ademais, "Cabe observar que, nas décadas de 1960 e 1970, pela própria trans-formação do sistema capitalista, acentua-se a conglomerização no mercado de comunicação" (Ferraretto & Morgado, 2019, p. 6). Ou seja, um processo que foi iniciado com as Emissoras e Diários Associados (em 1950), foi amplamente expandido para a concetração de diversos veículos midiáticos de um meso grupo. Nessa fase, além do videoteipe, merecem destaques novas tecnologias, tais como: o sistema via satélite e a rede micro-ondas (possibilitando a dispersão e integração nacional via conteúdo televisivo).

Na terceira fase, os autores compreendem um período da televisão marcado pela fragmentação e busca de um público mais específico – para além da televisão aberta. É nesta fase que observamos a emergência da televisão por assinatura, das novas formas de relacionamento entre televisão e público e da aproximação entre televisão e internet. "É, portanto, justamente a maior oferta de conteúdos em plataformas para além da TV aberta que reforça o poder de escolha nas mãos do telespectador e faz da demanda um contrapeso crescente até se tornar algo central no mercado de televisão como um todo" (Ferraretto & Morgado, 2019,

p. 12). Um cenário que, cada vez mais, vem sendo expandido para os ambientes digitais, como é o caso das diversas e múltiplas plataformas de vídeo e serviços de streaming.

Mediante a este breve apontamento sobre as periodizações da trajetória televisivo foi possível compreender e averiguar como diferentes autores situaram as suas propostas. De modo geral, entendemos que há similaridades como é o caso do contexto histórico do surgimento, dos processos de transição e da proximidade estabelecida com o cenário das mídias digitais. Logo, é a partir de tal visualização que partimos para compreender o caso das experiências televisivas e, em seguida, de uma proposta mais específica para o território do sul cearense. Uma vez que estamos discutindo a presença e expansão da televisão que não necessariamente está atrelada com as mudanças no cenário "nacional" brasileiro.

A televisão além da televisor: o caso das experiências televisivas

As reflexões aqui propostas já apresentam determinadas discussões acerca da televisão para além do televisor e, de modo mais específico, da expansão da televisão para a internet e para as mídias digitais. Assim, trazemos algumas propostas para chegar ao conceito que estamos trabalhando: o de experiências televisivas (com recorte para o sul cearense). Este movimento de pesquisa é fundamental para mostrar, evidenciar e explorar algumas discussões dentro de uma linha temporal. Nesta pesquisa não serão mencionadas todas as discussões. Apenas discutiremos alguns conceitos centrais que nos possibilitam compreender e mostrar como os/as autores/as estão propondo o alinhamento e a aproximação entre televisão e internet.

A primeira abordagem conceitual, de PluriTV, proposta por Valério Cruz Brittos e Denis Gerson Simões (2011), destaca o contexto de digitalização da televisão e o diálogo com as mídias digitais. Como os próprios autores discorrem, "Há uma grande discussão na sociedade brasileira quanto ao potencial da digitalização em promover mudanças efetivas nas formas de ver TV. Isto se organiza em dois eixos: o que a tecnologia oferece e o que as políticas viabilizam" (Brittos & Simões, 2011, p. 83). A partir disso, visualizamos que há uma pluralidade de formatos de televisão – que se expandem para além do convecional modelo broadcast (seja TV aberta ou fechada).

> A convergência fez com que os aparelhos não só oferecessem mais de um recurso, como também os cruzou, gerando novos produtos simbólicos, agregando ainda outras opções de serviços à televisão. Simultaneamente, **outros monitores de diversos eletroeletrônicos passaram a ser também bases para audiovisuais.** Dessa forma, quando **uma grande variedade de equipamentos de exibição de conteúdos televisivos popularizou-se no cotidiano social**, também apareceram reflexos dessas novas configurações na cadeia de valores da TV – produção, programação e distribuição. (Brittos & Simões, 2011, pp. 83-84, grifo nosso)

É importante destacar o processo de convergência das mídias, assim como a utilização de equipamentos e demais telas para o espalhamento do conteúdos televisivo, sobretudo em ambientes digitais. Aqui, vale salientar, que não se trata somente da distribuição televisiva de empresas consolidadas (TV Globo, Record, SBT), mas, também, do surgimento de novos produtores de conteúdo televisivo que mediante ao barateamento de equipamentos, dispositivos, telas e plataformas conseguem produzir e distribuir conteúdos com características da televisão tradicional.

Logo, a ideia de PluriTV, como apresentada na nomenclatura, tem a função de entender a televisão dentro de um contexto de pluralidade, ou seja, de possibilidades para além do modelo tradicional (broadcast). Para Bolaño & Santos (2020), a PluriTV segue a lógica da Fase da Multiplicidade de Ofertas, mas expandida para a internet e mídias digitais. Assim, o seu foco é o conteúdo e as diversas possibilidades de estruturação, acarretando na reorganização dos modelos televisivos.

Na segunda abordagem conceitual temos a televisualidade. Conforme Kilpp (2018, p. 1, grifo nosso),

> No estudo das televisualidades às vezes atualizamos o verbete aureliano **com sentidos mais próximos ao de dispositivo**, e às vezes mais próximos ao de **limite comum a dois sistemas**, mas as duas definições são concernentes à problematização fenomenológica da TV sob o impacto das novas mídias.

Como destacado por Kilpp (2018), é importante enfatizar as diferentes e possíveis abordagens quando falamos da televisualidade. No entanto, seja enquanto dispositivo ou como limite dos sistemas é evidente que a presença e expansão das novas mídias, em especial a digital, tem transformado o que compreendemos como televisão nas últimas décadas. Mediante a tais caminhos para refletirmos a televisão, a autora explicita que:

> a TV pode ser entendida tanto como uma atualização da tele-visão (um dos modos de agir da tele-visão) quanto uma virtualidade ela mesma (o modo de ser de uma espécie da tele-visão que se atualiza e age como TV atualizando-se em outras materialidades nas quais continua, porém, em devir, como televisualidade) (Kilpp, 2018, p. 3)

Ou seja, a conceituação de televisualidade está atrelada com caraterísticas advindas das mídias digitais. No entanto, ao refletir sobre a televisão e a internet, Kilpp (2018) enfatiza a ambiência desde a presença de conteúdos televisivos nas internet até a concepção de produtos "televisivos" desenvolvidos nos ambientes digitais. Dessa forma,

> É verdade que em tudo isso ainda há muito de televisão; ou que há muitos traços ou vestígios da TV off-line que duram ou perduram (ou, como preferem alguns, remediam-se) na nova mídia. Mas não se pode ignorar que talvez a ethicidade da TV na Internet seja outra coisa, um construto da nova mídia de algo que ainda não tem nome próprio. TV on-line? Web TV? TV expandida? (Kilpp, 2018, p. 285)

A terceira proposta conceitual é a de televisionamento do mundo elaborado por Leal et al. (2022). Para refletir a televisão no contexto autores, os autores destacam que:

> A simples associação entre 'televisão' e 'televisor' – como coloca David Thomson (2016) em sua 'biografia' da TV americana –, por exemplo, deixou de ser óbvia ou natural e torna-se fundamental buscar perceber a que se refere quando alguém usa o termo. Quando falamos de TV, nos referimos à TV aberta? Aos canais, programas, modos de interação e negócios da TV fechada? Falamos dos serviços de streaming? Ou de postagens no Instagram, YouTube, Facebook, dentre outros? As séries ficcionais que hoje fazem sucesso são tipicamente 'televisão'? Até poucos anos atrás o entendimento de um serviço de streaming (por exemplo, a Netflix) como televisão poderia ser um controverso tema de debate, uma vez que a empresa surgiu como uma locadora on-line de material audiovisual diverso. (Leal et al., 2018, p. 2)

Tal perspectiva é fundamental para este estudo, uma vez que situamos a conceituação de televisão a partir de suas múltiplas possibilidades

de funcionamento, existência e interseção com novos dispositivos, plataformas e telas. É dessa forma, que os autores explicam que:

> a ideia de 'televisionamento' como sendo não a transmissão de um conteúdo televisivo, mas como um **processo no qual a lógica da TV**, em sua dimensão estilística e estética, **se espalha pelo mundo**, imprimindo sua marca em acontecimentos e […] **em outras mídias** e hábitos de consumo midiático. (Leal et al., 2022, p. 3, grifo nosso)

Dessa forma, assim como nos conceitos anteriormente apresentados, o que temos é um processo de expansão da lógica da televisão tradicional para outras mídias. E a partir de tal movimento (de experiência) é possível averiguarmos novas dimensões e propostas televisivas que utilizam características dos ambientes digitais. O último conceito apresentado é o de experiências televisivas proposto por Souza (2024). A discussão acerca da experiência televisivas surge, de modo bem específico, a partir da descentralização da televisão, a exemplo do território do sul cearense.

Rodrigues e Souza (2023) apresentaram um primeiro mapeamento dos modelos televisivos existentes em Juazeiro do Norte, município central da região do Cariri, localizado na região sul do Ceará. Este primeiro mapeamento já demonstrava a multiplicidade de formas de existência e funcionamento da televisão. Souza (2024), prosseguindo na reflexão sobre as transformações televisivas, com foco para o processo de expansão e interiorização, apresentou o conceito de experiências televisivas que:

> podem ser compreendidas como produções audiovisuais elaboradas em ou para outras plataformas, como a digital, mas que utilizam como base/padrão para o desenvolvimento de seus

> produtos e/ou conteúdos o modelo televisivo já estabelecido, como o broadcast. A partir da gramática, linguagem e formato televisivos identificamos uma expansão dos moldes televisivos para outros ambientes audiovisuais. (Souza, 2024, p. 125)

As ideias apresentadas pelo autor dialogam com as ambiências móveis e a ampliação dos espaços de produção, distribuição e acesso do conteúdo televisivo/audiovisual, a exemplo das webTVs e redes sociais digitais, o autor discute a expansividade da linguagem, formato e características dessa televisão tradicional para tais ambientes. Isso, porque, o autor destaca três possibilidades de experiências televisivas: (1) t*elevisão broadcast* (modelo clássico de televisão que funciona a partir de uma concessão pública); (2) *webTV* (modelo de televisão que surge a partir das potencialidades da internet, inicialmente com os sites e, posteriormente, com a chegada do YouTube) e; (3) *produção audiovisual nativa digital* (modelo onde não funciona com uma emissora broadcast e nem WebTV, ela está incorporada dentro de portais de notícias a exemplo de produções jornalísticas audiovisuais que são expandidas para as redes sociais digitais).

No quadro 1, identificamos cada uma das conceituações aqui apresentadas, proporcionando uma visualização mais prática e objetiva:

Quadro 4. *Conceitos televisivos para pensar a expansão da televisão*

Ano	Conceito	Descrição
2011	PluriTV	Sintetiza a ideia da pluralidade de formas na cadeia de valores da televisão, considerando a digitalização e transitando tanto pelos aspectos técnicos quanto pelos simbólicos. Abarca essa nova diversidade no fazer e consumir a mídia TV.

2018	Televisualidade	A TV pode ser entendida tanto como uma atualização da tele-visão (um dos modos de agir da tele-visão) quanto uma virtualidade ela mesma (o modo de ser de uma espécie da tele-visão que se atualiza e age como TV atualizando-se em outras materialidades nas quais continua, porém, em devir, como televisualidade).
2022	Televisionamento do mundo	A ideia de 'televisionamento' como sendo não a transmissão de um conteúdo televisivo, mas como um processo no qual a lógica da TV, em sua dimensão estilística e estética, se espalha pelo mundo, imprimindo sua marca em acontecimentos e […] em outras mídias e hábitos de consumo midiático.
2024	Experiências televisivas	São produções audiovisuais elaboradas em ou para outras plataformas, como a digital, mas que utilizam como base/padrão para o desenvolvimento de seus produtos e/ou conteúdos o modelo televisivo já estabelecido, como o broadcast. A partir da gramática, linguagem e formato televisivos identificamos uma expansão dos moldes televisivos para outros ambientes audiovisuais.

O que propomos nesta seção é ampliar o debate sobre a presença e as formas que a televisão vem assumindo na contemporaneidade, especialmente a partir de uma olhar das pesquisas brasileiras. É um movimento indispensável para sinalizarmos a pluridade de visões, conceituações e particularidades desse fenômeno que continua muito presente no cotidiano da sociedade. No caso do sul cearense, a compreensão da presença da televisão é importante, pois estamos observando a emergência de novas formas, como apresentado por Souza (2024, 2025) e que requer a necessidade de refletirmos uma proposta de periodização.

Dessa forma, será possível identificar o processo de implantação, desenvolvimento e transbordamento da televisão desde os modelos mais tradicionais até a sua chegada aos ambientes digitais. Assim, seguimos com a discussão buscamos propor uma periodização, específica, para o sul cearense e apontar como ocorreu (e ainda ocorre) a trajetória de transformação e presença da televisão neste território.

A televisão no sul cearense: uma proposta de periodização

A proposta de periodização da televisão no sul cearense surgiu mediante a identificação da falta de estudos mais aprofundados no território analisado acerca do cenário televisivo. Ademais, também partiu de estudos anteriores da autoria (2022, 2023, 2024, 2025) que buscaram compreender, analisar e registrar a história da televisão na região. Por sua vez, propor uma história em fases e períodos é também podem apresentar as mudanças e estabelecer um diálogo com o cenário mais amplo – como apresentado nas seções anteriores.

Sendo assim, estabelecemos uma periodização em três diferentes fases: (1) a fase de empreendorismo, marcada pela implantação das primeiras empresas de televisão, sem funcionamento a partir de uma concessão pública. Para isso, os fundadores utilizaram a internet, a exemplo de sites e, posteriormente, do YouTube, para a manutenção da TV; (2) a fase de profissionalização, desde o surgimento das primeiras emissoras de televisão sob a lógica da concessão pública. Aqui é possível identificar os primeiros passos de uma profissionalização, tanto em nível de pessoal quanto de conteúdo; e (3) a fase de expansão e experimentação, em que a visualizamos a expansão da produção televisiva para as redes sociais, com foco na experimentação da linguagem em ambientes digitais.

A configuração do cenário televisivo no sul cearense, diferentemente das demais propostas de periodização que identificamos e apresentamos anteriormente, apresenta alterações mais aceleradas. Isso porque a chegada da televisão local ocorreu quando a sociedade já estava mais avançada em termos estruturais e tecnológicos. Contudo, ainda assim, é possível averiguar que há uma hibridização entre as formas tradicionais

e as formas contemporâneas de existência, funcionamento e expansão da televisão. Dessa forma, no quadro abaixo apresentamos de forma resumida as fases, o período, a descrição e as experiências televisivas que funcionam como exemplos dessas diferentes fases identificadas:

Quadro 5. *Proposta de periodização televisiva no sul cearense*

Fases	Ano	**Descrição**	**Exemplos**
Fase de empreendedorismo	Final da década de 1990 e início dos anos 2000	Implantação das primeiras empresas de televisão, sem funcionamento a partir de uma concessão pública. Para isso, os fundadores utilizaram a internet, a exemplo de sites e, posteriormente, do YouTube, para a manutenção da TV.	TV Padre Cícero (1999) e WebTV TV 100 Casa Grande (2000).
Fase de profissionalização	De 2006 até 2010	Surgimento das primeiras emissoras de televisão sob a lógica da concessão pública. Aqui é possível identificar os primeiros passos de uma profissionalização, tanto em nível de pessoal quanto de conteúdo.	TV Verde Vale (2006) e TV Verdes Mares Cariri (2009).
Fase de expansão e experimentação	De 2011 até a atualidade	Nesta fase identifica-se a expansão da produção televisiva para as redes sociais, com foco na experimentação da linguagem em ambientes digitais.	TV Miséria (2011), Cariri TV (2012), TV Mãe das Dores (2016), TV No Cariri Tem (2016), TV News Cariri (2016), TV Ponta da Serra (2017), TV Caririaçu (2019), TV Juazeiro (2019), TV Horto do Padre Cícero (2020), TV Café com Leitte (2021), TV CPN (2023).

Elaborado pelo autor.

A primeira fase, a da empreendedorismo, é marcada por duas experiências televisivas: a TV Padre Cícero (1999) e a WebTV TV 100

Casa Grande (2000). Compreendemos que esta fase concentra o processo de surgimento e estruturação das televisões locais. No caso da TV Padre Cícero, como exposto por Souza (2023), a iniciativa ocorreu depois do proprietário apresentar uma longa experiência como repórter em outras emissoras de televisão, a exemplo do SBT. A partir disso, ele fundou a sua própria empresa no final da década de 1990. Assim, enquanto o Brasil já estava expandido o conteúdo televisivo para os primeiros sites, no sul cearense a televisão local se apresentava da mesmo forma como a TV chegou ao Brasil em 1950.

Já a WebTV TV 100 Casa Grande, conforme Alemberg Quindins (2011), idealizador da Fundação Casa Grande, em Nova Olinda-CE, onde está localizada a experiência televisiva – em entrevista ao programa Jogo de Ideias[3], do Itaú Cultural –, nasceu com o objetivo de utilizar linguagens de comunicação (TV, rádio, site) para valorizar a cultura local, arqueologia e a mitologia do Cariri, permitindo que os próprios jovens produzissem conteúdo. Inicialmente, a TV surgiu como o nome TV Casa Grande, em 1997.

Porém, no ano 2000, a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) desligou o sinal da TV. Logo, a comunidade e a fundação criaram o canal WebTV TV 100 Casa Grande, no YouTube, para continuar divulgando a produção audiovisual da TV Casa Grande na internet. Essas duas experiências televisivas, com objetivos diferentes, demonstram como a linguagem televisiva adentrou no território do sul cearense e, curiosimente, tiveram os seus sinais (em televisão aberta) encerrados e criaram sites para continuarem as suas atividades.

3. Informação disponível em Itaú Cultural (2012).

Na segunda fase, a da profissionalização, é quando identificamos a entrada das primeiras emissoras de televisão funcionando a partir de uma concessão pública. Para além desse aspecto, compreendemos também que a presença da televisão passou a funcionar aos mesmos moldes das emissoras implantadas em grandes cidades, a exemplo de Fortaleza. Assim, em 2006, surgiu a primeira emissora de televisão local, a TV Verde Vale, cujo proprietário é Manoel Salviano Sobrinho, médico, empresário e político (deputado pelo Partido da Social Democracia Brasileira, o PSDB, e ex-prefeito de Juazeiro do Norte-CE). Após três anos, em 2009, o sul cearense implantou a segunda emissora televisiva, a TV Verdes Mares Cariri, que também funciona como uma emissora afiliada à Rede Globo no sul estado.

Refletimos que a introdução dessas duas emissoras de televisão foi fundamental para fortalecer a produção televisiva local. Visto que de um lado, a TV Verde Vale tem um produção totalmente regionalizada, ou seja, produzida por e para pessoas de proximidade e, de outro, com a TV Verdes Mares Cariri, temos uma conexão com o território de fora mediante a ligação com a emissora Verdes Mares, de Fortaleza, assim como a TV Globo e toda a sua programação que é retransmistida localmente.

A terceira e última fase, a da expansão e experimentação, é compreendida a partir das novas possibilidades de produção televisiva e audiovisual e o seu diálogo com as ferramentas, dispositivos e ambientes digitais. Diferentemente das fases anteriores, esta é uma fase onde a televisão, sobretudo sob o cenário das emissoras, é expandida para o uso da linguagem (tradicional) em portais e redes sociais digitais. Por isso, adotamos a denominação de Souza (2024) de experiências televisivas.

Pois, ainda que utilizem como referência o modelo broadcast de produção, as novas televisões buscam propor outras formas de comunicação e estão experimentando (e descobrindo uma forma própria de fazer) a hibridização da linguagem televisiva com a linguagem nativa digital.

Assim, os exemplos citados – TV Miséria (2011), Cariri TV (2012), TV Mãe das Dores (2016), TV No Cariri Tem (2016), TV News Cariri (2016), TV Ponta da Serra (2017), TV Caririaçu (2019), TV Juazeiro (2019), TV Horto do Padre Cícero (2020), TV Café com Leitte (2021), TV CPN (2023) –, estão neste processo de descoberta de suas próprias linguagens, possibilidades de criação e de proposição. Ademais, entendemos também que ao adotarem as redes sociais digitais eles buscam uma proximidade com o público que consome informação de proximidade por tais redes e pelo celular.

Outra questão diz respeito à facilidade de criação dessas experiências televisivas. Pois, com a possibilidade de funcionar a partir de um site e/ou portal ou mesmo nativa na rede social digital, como é o caso do Instagram, essas experiências televisivas não precisam esperar por um concessão para funcionar. Por outro lado, entendemos também que isso pode se apresentar como um fragilidade no sentido de regulamentar a sua produção e o seu conteúdo – o que, no presente momento, está a critério das próprias plataformas de funcionamento (YouTube e Instagram).

Considerações finais

Compreendemos que é possível propor uma periodização da trajetória televisiva no sul cearense, a partir de três fases: a fase de empreendedorismo, a fase de profissionalização e a fase de expansão e

experimentação. A primeira fase, de empreendedorismo, é marcada pela implantação das primeiras empresas de televisão, sem funcionamento a partir de uma concessão pública. Para isso, os fundadores utilizaram a internet, a exemplo de sites e, posteriormente, do YouTube, para a manutenção da TV. A segunda fase, de profissionalização, ocorreu a partir do surgimento das primeiras emissoras de televisão sob a lógica da concessão pública. Aqui é possível identificar os primeiros passos de uma profissionalização, tanto em nível de pessoal quanto de conteúdo. E a terceira fase, de expansão e experimentação, é decorrente da expansão da produção televisiva para as redes sociais, com foco na experimentação da linguagem em ambientes digitais, como é o caso das experiências televisivas.

Mediante ao exposto, identificamos que a proposta de periodização da televisão do sul cearense perpassa a existência de três fases que não dialogam diretamente com as demais propostas de periodização estabelecidas pelos autores anteriormente citados. Tal feito é decorrente do atraso da implantação de empresas e emissoras próprias de televisão no sul cearense, quando comparamos com a chegada da televisão no Brasil, com foco para São Paulo, na década de 1950. Além disso, a terceira fase apresenta o processo de hibridização e convergência da televisão com os ambientes digitais, a exemplo das redes sociais. O que, por sua vez, aponta a necessidade e importância de expandir e descentralizar os estudos históricos sobre a televisão para os territórios afastados dos grandes centros urbanos.

Nesse sentido, esta pesquisa contribui para registrar e analisar as transformações da chegada e expansão das televisões no sul cearense a partir das diversas possibilidades de funcionamento. Além disso,

há uma forte relação com o desenvolvimento cultural e tecnológico que pertimente a existência das experiências televisivas para além do aparelho televisor e lógica das concessões públicas. Entendemos que a linguagem ainda é utilizada, porém acreditamos que isso representa um momento de transição – enquanto há o desenvolvimento de uma linguagem a partir das lógicas próprias dos ambientes digitais.

Referências

Bolaño, C. R. S., & Santos, A. D. G. (2020). Aportes teórico-conceituais de Valério Cruz Brittos à Economia Política da Comunicação. *Liinc, 16*(1), 1-14.

Brittos, V. C., & Simões, D. G. (2011). *Para entender a TV Digital: tecnologia, economia e sociedade no século XXI.* Intercom.

Caparelli, S. (1997). A periodização nos estudos em televisão. *Revista Intexto, 1*(1), 1-16.

Ferrareto, L. A., & Morgado, F. (2019). *Uma proposta de periodização para a história da TV no Brasil* [Trabalho apresentado]. Encontro nacional de história da mídia, Natal, RN, Brasil.

Itaú Cultural (2012, setembro 19). *Fundação Casa Grande - A criação - Jogo de Ideias (2011) - programa 1/3* [Vídeo]. YouTube. https://www.youtube.com/watch?v=-c_ZYkPw60M

Kilpp, S. (2018). Sentidos identitários paradoxais de TV na Internet. *Revista Significação, 45*(50), 278-296.

Kilpp, S. (2018). Tele-visões em interfaces contemporâneas. *Revista Famecos, 2*(3), 1-15.

Leal, B. S., & Jácome, P. & Borges, F. (2020). O televisionamento do mundo: movimentos no tempo entre o dentro e o fora da televisão. *Revista Famecos, 27*(1), 1-14.

Mattos, S. (2010). *História da televisão brasileira: uma visão econômica, social e política.* Editora Vozes.

Rodrigues, L. C. S., & Souza, J. J. G. (2023). *Fé (web)televisionada: expansão da linguagem e manutenção dos laços sociais na TV Mãe das Dores* [Trabalho apresentado]. VI Congresso Internacional Media Ecology and Image Studies.

Silva, C. R., Pereira, D. O., & Rezende, I. S. (2023). *O protagonismo das rádios e dos veículos online para a informação local na região do Cariri* [Trabalho apresentado]. III congresso de pesquisa, pós-graduação e inovação (CONPESQ), Juazeiro do Norte, CE, Brasil.

Sales Júnior, F. C. (2023). *A televisão no Rio Grande do Norte: uma periodização da trajetória da mídia regional* [Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte].

Souza, J. J. G. (2022). A regionalização da televisão no Ceará: um estudo sobre o processo de interiorização da TV no Cariri cearense. *Revista Eikon, 1*(11), 81-88.

Souza, J. J. G. (2024). Broadcast, WebTV e produções audiovisuais: as experiências televisivas em Juazeiro do Norte-CE. *Revista Nava, 10*(1), 114-132.

Souza, J. J. G (2025). A televisão no sul cearense (1965-2023). In J. L. Barros, M. C. Gobbi, V. Kneipp, J. Trindade, & J. C. Marques (Coords),. *Histórias e narrativas* (1ª ed, pp. 104-130). Ria Editorial.

Souza, J. J. G. (2023). Historicidade da televisão no interior do Ceará: o caso de Juazeiro do Norte. *Revista Pós-limiar, 6(1), p. 1-11*.

O Piauí no mapa internacional da Guerra Fria: uma história revelada pelo jornalismo investigativo

João Victor da Costa Rios[1]

Na segunda metade do século XX, o Brasil esteve profundamente inserido nas disputas geopolíticas da Guerra Fria[2], contexto no qual os Estados Unidos da América (EUA) ampliaram sua atuação política, econômica e estratégica na América Latina. Regiões historicamente marginalizadas pelo Estado nacional, como o Nordeste brasileiro, passaram a ser observadas em um cenário global de forma mais sistemática, sobretudo em função de seu potencial de mobilização social e da presença de movimentos considerados contra-hegemônicos.

1. Mestre em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí. Licenciado em História pela mesma instituição. joaorios09@ufpi.edu.br

2. Entende-se por Guerra Fria o período de tensões geopolíticas, ideológicas e estratégicas que se consolidou após a Segunda Guerra Mundial, caracterizado pela rivalidade entre os Estados Unidos e a União Soviética. Diferentemente de conflitos armados diretos entre essas potências, a disputa manifestou-se por meio de estratégias indiretas, como a influência política, o apoio a governos e movimentos sociais, a produção de informações e a atuação de serviços de inteligência em diferentes regiões do mundo. No contexto latino-americano, e particularmente no Brasil, essas dinâmicas assumiram formas específicas, envolvendo tanto iniciativas oficiais como programas de cooperação e desenvolvimento quanto práticas menos visíveis de monitoramento e intervenção, voltadas à contenção de movimentos considerados alinhados ao campo insurgente.

Nesse cenário, a historiografia ainda não integrou o estado do Piauí nas principais discussões sob o Nordeste brasileiro na Guerra Fria.

Este texto parte da hipótese de que tal percepção encobre uma realidade mais complexa. Compreende-se que o Piauí foi inserido nas dinâmicas da Guerra Fria por meio de processos de produção, circulação e disputa de informações que ultrapassavam os circuitos institucionais. Nesse contexto, as reportagens investigativas desempenharam um papel relevante ao construir narrativas de denúncia sobre a presença estrangeira no Nordeste, projetando o estado em uma escala de análise mais ampla. Esses episódios permanecem, em grande medida, pouco explorados tanto pela historiografia local quanto pela memória social piauiense.

Nesse contexto, o tema central da pesquisa é a atuação do jornalismo investigativo como mediador político e fonte histórica, tendo como objeto de análise as reportagens publicadas pelo periódico carioca *O Semanário* ao longo da década de 1960. A problemática que orienta o estudo situa-se na tensão entre a soberania nacional e as operações encobertas de potências estrangeiras em territórios percebidos como de baixa fiscalização estatal. O ponto de partida empírico são as matérias assinadas pelo jornalista e aviador Jocelyn Barreto Brasil Lima, publicadas entre 1962 e 1963, nas quais se denunciava a movimentação recorrente de aeronaves vinculadas à *US Air Force* no interior piauiense, a existência de áreas de acesso restrito e o transporte de minérios estratégicos, como a areia monazítica. Ao recuperar esses episódios, o trabalho busca compreender como a imprensa de denúncia contribuiu para projetar o Piauí no contexto das tensões globais, tensionando a narrativa de isolamento geográfico e político do estado.

Do ponto de vista teórico, o estudo situa-se na interseção entre a História da Imprensa e a História Política. Dialoga com a literatura sobre jornalismo investigativo, concebido como uma prática que exige métodos específicos de apuração e verificação voltados à revelação de informações ocultas (Lopes & Proença, 2003). Nessa perspectiva, as reportagens de *O Semanário* são compreendidas não apenas como registros factuais, mas como construções discursivas que participam ativamente da produção de sentidos sobre a presença estrangeira, evidenciando tensões em torno da soberania nacional no contexto da Guerra Fria.

Para atingir os objetivos estabelecidos buscou-se uma metodologia fundamenta na abordagem de Nascimento (2010), que interpreta a reportagem investigativa como resultado da capacidade analítica do repórter de reinterpretar dados e produzir novos sentidos a partir da confrontação de informações. As fontes jornalísticas são analisadas em diálogo com investigações contemporâneas aos fatos, como as de Wise e Ross (1965) e Page (1972) , além da historiografia posterior representada por Loureiro (2020) e Oliveira (2020).

O objetivo central é analisar como o jornalismo investigativo do Jornal O Semanário operou como espaço de produção de visibilidade sobre práticas de atuação estrangeira no Nordeste brasileiro, particularmente no Piauí. Desse modo, mais do que comprovar a existência de estruturas formais de presença norte-americana, o artigo busca explorar os indícios, as narrativas e os silêncios que permitem compreender como regiões consideradas periféricas foram integradas às dinâmicas da Guerra Fria, contribuindo para ampliar o debate historiográfico sobre a história da mídia entre disputas internacionais.

O Nordeste brasileiro na dinâmica da Guerra Fria e a construção de um espaço estratégico

A inserção do Brasil nas dinâmicas da Guerra Fria não se restringiu ao plano das relações diplomáticas, manifestando-se também no interior de suas estruturas sociais e regionais. No caso do Nordeste, esse processo esteve diretamente relacionado à forma como a região passou a ser percebida por agentes internacionais, especialmente a partir do final da década de 1950. A convergência entre falta de infraestrutura, crise humanitária, desigualdade agrária e mobilização social contribuiu para que o Nordeste brasileiro fosse progressivamente enquadrado como um espaço sensível no contexto das disputas geopolíticas do período.

A Revolução Cubana, em 1959, desempenhou papel decisivo nesse enquadramento, ao redefinir os parâmetros da política externa dos EUA para a América Latina. Regiões marcadas por instabilidade social passaram a ser interpretadas como potenciais focos de expansão de experiências revolucionárias. Nesse contexto, o Nordeste brasileiro adquiriu centralidade nas análises diplomáticas e nos relatórios produzidos por órgãos do governo norte-americano. Como observa Pedro Carvalho Oliveira (2020), a região passou a ser compreendida como um espaço no qual a pobreza estrutural, associada à mobilização camponesa, poderia favorecer a difusão de projetos políticos considerados ameaçadores à ordem hemisférica.

Esse enquadramento não se limitou a diagnósticos econômicos, sendo também resultado de processos mais amplos de produção de conhecimento sobre a região. Relatórios diplomáticos, análises de inteligência e estudos acadêmicos contribuíram para consolidar uma imagem do Nordeste como área de risco político. A recorrência de temas

como miséria, seca e organização camponesa operava como elemento de legitimação para a formulação de políticas específicas voltadas ao controle e à estabilização da região (contenção política). Nesse sentido, o Nordeste não apenas foi alvo de estratégias internacionais, mas também objeto de um intenso processo de coleta, sistematização e circulação de informações.

A atuação dos EUA no Nordeste brasileiro combinou diferentes formas de intervenção, articulando mecanismos oficiais e não oficiais. No plano institucional, a criação da Aliança para o Progresso (APP)[3], em 1961, representou um dos principais instrumentos de ação. Longe de se limitar a um programa de cooperação econômica, a iniciativa integrou uma estratégia mais ampla voltada à contenção de movimentos considerados contra-hegemônicos no continente. Conforme argumenta Martina Spohr (2020), a APP articulava interesses governamentais e empresariais, mobilizando recursos públicos e privados na tentativa de promover desenvolvimento econômico e estabilidade política em regiões consideradas estratégicas.

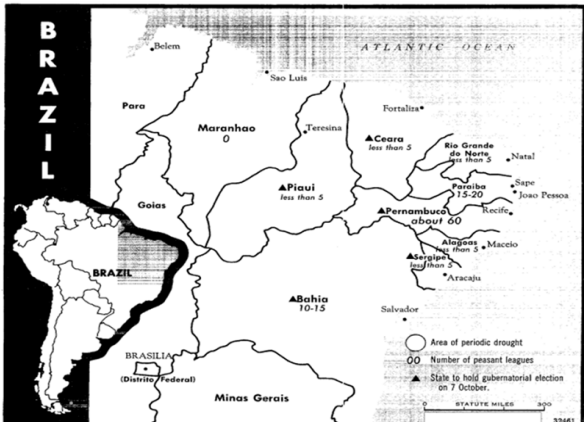
No plano regional, a implementação dessas políticas esteve associada a critérios específicos de seleção e priorização. Como destaca Oliveira (2020), as elites políticas nordestinas desempenharam papel ativo nesse processo, buscando instrumentalizar os recursos da Aliança para o Progresso como forma de manutenção de suas posições

3. A Aliança para o Progresso foi um programa de cooperação econômica e política lançado em 1961 pelo governo de John F. Kennedy, no contexto da Guerra Fria, com o objetivo declarado de promover o desenvolvimento econômico e social na América Latina. Apresentada como uma estratégia de combate à pobreza e de fortalecimento das instituições democráticas, a iniciativa na verdade se inseria em uma lógica mais ampla de contenção da influência socialista no continente, especialmente após a Revolução Cubana. No Brasil, o programa teve impacto significativo em regiões como o Nordeste, onde combinou investimentos, cooperação técnica e produção de informações sobre as dinâmicas políticas e sociais locais, revelando a articulação entre desenvolvimento, segurança e interesses estratégicos dos Estados Unidos.

de poder. Ao mesmo tempo, o discurso anticomunista foi amplamente mobilizado como justificativa para a intensificação da cooperação com os Estados Unidos.

Além disso, às ações oficiais, a atuação norte-americana no Nordeste envolveu também a produção sistemática de informações sobre a região. Documentos produzidos por órgãos como a Central Intelligence Agency (CIA) evidenciam o monitoramento de movimentos sociais, lideranças políticas e dinâmicas regionais. Em 1962, por exemplo, um relatório da agência mapeou a distribuição das Ligas Camponesas no Nordeste brasileiro, identificando sua presença em diferentes estados e destacando áreas de maior concentração, como Pernambuco e Paraíba. Esses dados indicam não apenas o interesse dos Estados Unidos na região, mas também a existência de uma estrutura organizada de coleta e análise de informações sobre o cenário político nordestino.

Figura 1. *Documento do Current Intelligence Weekly Review, produzido pela Central Intelligence Agency (CIA)*



Nota. Documento analisado neste trabalho, referente ao monitoramento das Ligas Camponesas no Nordeste brasileiro (1 jun. 1962). (Central Intelligence Agency, 1962).

Conforme podemos ver na figura 1, existe uma atenção dedicada às Ligas Camponesas deve ser compreendida no contexto mais amplo das preocupações norte-americanas com a possibilidade de radicalização política no campo. Como demonstram estudos como os de Page (1972), a mobilização camponesa no Nordeste foi interpretada por analistas estrangeiros como um dos principais fatores de instabilidade na região, reforçando a necessidade de acompanhamento contínuo por parte dos EUA. Nesse sentido, a produção de relatórios políticos e de segurança constituía parte integrante das estratégias de atuação no contexto da Guerra Fria.

Entretanto, essa presença não se distribuía de maneira homogênea pelo território nordestino. Estados como Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte concentraram maior atenção por parte das políticas norte-americanas, em função da intensidade das mobilizações sociais e da presença de projetos de desenvolvimento vinculados à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. Como demonstra Roett (1972), a estratégia da APP priorizava regiões já integradas a esses programas, buscando evitar conflitos institucionais e reduzir a percepção de interferência direta.

Nesse quadro, o Piauí ocupava uma posição particular. Embora compartilhasse características estruturais com outras áreas do Nordeste, o estado não figurava entre as principais prioridades das políticas de desenvolvimento norte-americanas. Sua menor inserção nos projetos da SUDENE contribuiu para a exclusão relativa dos grandes investimentos da Aliança para o Progresso. No entanto, isso não significa que o estado estivesse ausente das dinâmicas da Guerra Fria. Ao contrário, a presença de Ligas Camponesas, ainda que em menor número, e sua

inclusão em relatórios de inteligência indicam que o Piauí também era objeto de atenção por parte dos Estados Unidos.

O historiador Ramsés Eduardo Pinheiro de Morais Sousa, em sua dissertação *Tempo de esperança: camponeses e comunistas na constituição das Ligas Camponesas no Piauí entre as décadas de 1950 e 1960*, oferece uma contribuição fundamental e pioneira para a compreensão desse processo. Sua pesquisa constitui hoje uma referência incontornável para a historiografia brasileira e, sobretudo, para a historiografia piauiense, ao articular de maneira rigorosa as experiências camponesas locais com as dinâmicas políticas mais amplas do período. E dentre os resultados deste trabalho está claro a força que tinha as Ligas Camponesas no Piauí como grupo de oposição a hegemonia econômica e política.

Dessa forma, a inserção do Nordeste brasileiro na Guerra Fria deve ser compreendida a partir da articulação entre políticas de desenvolvimento, estratégias de contenção e produção sistemática de informações. A atuação dos Estados Unidos na região envolveu tanto mecanismos oficiais, como a Aliança para o Progresso, quanto práticas menos visíveis, associadas ao monitoramento político e social e à coleta contínua de dados sobre a realidade regional. Nesse contexto, estados como o Piauí, embora menos destacados pela historiografia, integraram essas dinâmicas de forma específica, sendo incorporados a redes de interesse estratégico que ultrapassavam os limites da intervenção econômica direta.

Diante desse quadro, torna-se evidente que, embora a historiografia reconheça a existência de relatórios de inteligência, análises diplomáticas (telegramas) e estudos produzidos por órgãos norte-americanos, ainda não se dispõe de uma interpretação consolidada sobre os modos

concretos pelos quais essas informações eram coletadas, organizadas e mobilizadas para orientar as ações dos Estados Unidos no Nordeste. Essa lacuna torna-se ainda mais evidente quando se consideram regiões como o Piauí, cuja presença nos documentos contrasta com sua reduzida visibilidade na literatura historiográfica.

Nesse sentido, a análise de fontes não convencionais, como as reportagens investigativas da época, pode oferecer caminhos relevantes para a compreensão dessas dinâmicas. Ao registrar indícios, narrar experiências locais e construir interpretações sobre a presença estrangeira, o jornalismo investigativo amplia o campo documental disponível e permite acessar dimensões menos visíveis da atuação norte-americana, especialmente no que se refere às práticas de coleta de informações e às formas indiretas de intervenção.

Assim, mais do que um espaço periférico, o Piauí pode ser compreendido como um ponto de observação privilegiado para a análise das relações entre estratégias globais e dinâmicas regionais no contexto da Guerra Fria. Parte significativa das informações que hoje permitem compreender a atuação norte-americana no Nordeste (incluindo relatórios produzidos por órgãos como a CIA tornou-se acessível apenas décadas mais tarde, sobretudo após o fim da União Soviética, no contexto da desclassificação de documentos promovida pela legislação norte-americana, como a Freedom of Information Act (FOIA). Esses materiais ampliaram o campo de investigação histórica, permitindo analisar com maior precisão as formas de monitoramento, produção de informações e interesse estratégico dos Estados Unidos na região.

No entanto, antes mesmo da abertura desses arquivos, um jornalista brasileiro já havia buscado interpretar e tornar visíveis essas

dinâmicas.[4] Na década de 1960, em um contexto marcado por limitações informacionais e restrições ao acesso a documentos oficiais, Jocelyn Barreto Brasil Lima reuniu indícios, depoimentos e observações empíricas para construir uma narrativa de denúncia sobre a presença estrangeira no interior do Piauí. Sem o respaldo de documentação institucional ou de um campo historiográfico consolidado, suas reportagens constituem uma tentativa precoce de apreender fenômenos que somente mais tarde seriam parcialmente iluminados por fontes oficiais.

A partir dessa perspectiva, a seção seguinte examina como o jornalismo investigativo contribuiu para tornar visíveis essas práticas, oferecendo pistas fundamentais para compreender as ações e contra-ações dos Estados Unidos no Nordeste brasileiro.

Jornalismo investigativo, denúncia e disputa de narrativas na Guerra Fria

A inserção do Piauí nas dinâmicas da Guerra Fria não pode ser compreendida apenas a partir das estruturas geopolíticas que orientaram a atuação dos Estados Unidos na América Latina, mas também pelas disputas políticas e sociais que se desenvolveram no interior da própria região. No Nordeste brasileiro, esse cenário foi marcado pela atuação de grupos hegemônicos (vinculados a setores conservadores, anticomunistas e alinhados à ordem vigente) em contraste com movimentos

4. É necessário reconhece que outras iniciativas jornalísticas podem ter abordado temas semelhantes no período, incluindo possíveis denúncias sobre a presença e a atuação estrangeira no Nordeste brasileiro. No entanto, a análise aqui desenvolvida concentra-se nas reportagens de Jocelyn Barreto Brasil Lima, em função de sua sistematicidade, do tempo de investigação envolvido e do conjunto de indícios reunidos, sem excluir a existência de outras experiências ainda pouco exploradas pela historiografia.

contra-hegemônicos, como as Ligas Camponesas, setores nacionalistas-reformistas, segmentos da Igreja Católica e organizações estudantis.

Essas tensões, por si só, já inserem o Piauí no contexto da Guerra Fria. No entanto, as denúncias de caráter internacional produzidas no período projetam o estado em outra escala de análise, conectando-o a dinâmicas mais amplas de vigilância, circulação de informações e atuação estrangeira. É nesse ponto que se torna necessário considerar os modos pelos quais essas dinâmicas foram reveladas, interpretadas e disputadas no espaço público.

Nesse processo, o jornalismo investigativo do periódico *O Semanário* desempenhou papel central ao produzir informações que escapavam aos circuitos institucionais e ao construir narrativas capazes de tensionar versões oficiais sobre a presença estrangeira no território brasileiro.

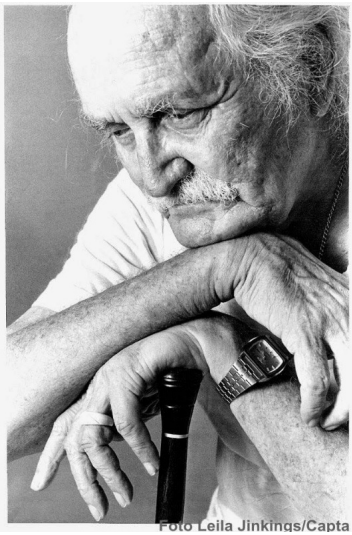
A compreensão dessas reportagens exige, contudo, considerar a linha editorial do periódico em que foram publicadas. Fundado no Rio de Janeiro em 1956, *O Semanário* destacou-se como um dos principais veículos da chamada imprensa nacionalista de esquerda no Brasil, defendendo explicitamente o que entendia como "interesse nacional" e posicionando-se contra a presença e a influência do capital estrangeiro. Nesse sentido, sua atuação editorial esteve diretamente ligada à defesa do controle estatal de recursos estratégicos e à crítica a projetos considerados entreguistas, articulando jornalismo e posicionamento político em torno da questão da soberania nacional.

Essa orientação é fundamental para interpretar o conteúdo das reportagens sobre o Piauí. As denúncias publicadas pelo periódico não se inserem em uma lógica de neutralidade informativa, mas em uma

construção discursiva situada, na qual o jornalismo atua como forma de intervenção política. Como sugere Genro Filho (1987), o jornalismo constitui uma forma de conhecimento social que organiza e interpreta a realidade a partir de determinadas perspectivas, e não apenas um espelho neutro dos acontecimentos.

A trajetória de Jocelyn Barreto Brasil Lima também é central para essa interpretação. Jornalista, escritor e militar da Força Aérea Brasileira, Jocelyn construiu uma carreira marcada pela articulação entre experiência técnica, engajamento político e produção intelectual. Nascido em 1908, em Sobral, no Ceará, alcançou a patente de coronel-aviador, sendo posteriormente reformado como brigadeiro, o que lhe conferia conhecimento privilegiado sobre questões estratégicas e aeronáuticas.

Figura 2. *Retrato de Jocelyn Barreto Brasil Lima*



Nota. Foto de Leila Jinkings, publicada por Ruy Paranatinga Barata (2019).

Sua atuação não se restringiu ao campo militar. Vinculado a posições nacionalistas, filiou-se ao antigo Partido Socialista Brasileiro (PSB) e foi preso nas primeiras horas do golpe civil-militar de 1964, o que evidencia seu envolvimento direto nas lutas contra-hegemônicas e disputas políticas do período. Bem como um alvo das forças de segurança, na Democracia como na ditadura.

Nesse sentido, Jocelyn não atuava como um observador neutro, mas como um jornalista comprometido com a investigação e a denúncia. O fato de ter identificado indícios da presença norte-americana ainda na década de 1950 e somente publicar suas conclusões em 1963, após um longo processo de apuração, reforça o caráter investigativo de seu trabalho e o diferencia de uma cobertura meramente factual.

No âmbito do jornalismo investigativo, a informação não se apresenta como um dado acabado, mas como um elemento passível de aprofundamento e reconstrução analítica. Conforme destacam Lopes e Proença (2003, p. 10), trata-se de uma prática em que a informação é "trabalhada mais a fundo, documentada, ampliada, verificada e contextualizada sob todos os ângulos". Essa definição desloca o jornalista da posição de mero transmissor para a de produtor ativo da informação, responsável por provocar dados e estabelecer conexões entre evidências dispersas.

Essa dimensão ativa da prática investigativa é central para a interpretação das reportagens analisadas neste trabalho. Como observa Nascimento (2010), é justamente a participação direta do repórter na descoberta das irregularidades que distingue o jornalismo investigativo da chamada "reportagem sobre investigações". No primeiro caso, o jornalista atua como agente da investigação; no segundo, limita-se a

mediar informações produzidas por instâncias institucionais. No caso de *O Semanário*, as reportagens se aproximam daquilo que Kovach e Rosenstiel (2003) definem como investigação original, baseada na revelação de informações inéditas a partir de trabalho empírico direto.

A literatura também aponta que esse tipo de investigação exige tempo, sistematização e rigor metodológico. Como observa Reyes (1999, p. 6), trata-se de um trabalho que ultrapassa "a pressão do fechamento", permitindo ao jornalista aprofundar a análise e ampliar o alcance das informações. Esse elemento é particularmente relevante no caso de Jocelyn Brasil, cujo intervalo entre a coleta dos indícios e sua publicação reforça a dimensão processual da investigação.

No contexto da Guerra Fria, essa prática assume uma dimensão ainda mais significativa. A circulação de informações torna-se um campo estratégico de disputa, no qual diferentes atores buscam controlar, ocultar ou revelar determinados conteúdos. Além disso, o que vamos analisar está inserido naquilo que David Wise e Thomas Ross (1965) definiram como Governo Invisível: isso era uma tática dos EUA, na qual utilizavam programas oficiais para integrar funcionários com outras intenções e, assim, coletar informações que seriam transformadas em relatórios para a CIA, como um governo invisível que é transportado por representantes oficiais, mas que age de modo oculto:

> Existem hoje, nos Estados Unidos, dois governos. Um é visível. O outro, invisível. O primeiro é o governo sobre o qual os cidadãos leem nos jornais e as crianças estudam nos compêndios de educação cívica. O outro é a maquinaria oculta e interligada que executa a política dos Estados Unidos na guerra fria. O segundo governo – invisível- coleta informações, dirige a espionagem, planeja e executa operações secretas em todo o mundo. O Governo Invisível não está formalmente organizado. É um agrupamento

> amorfo e indefinido de indivíduos e órgãos extraídos de vários setores do governo visível. (Wise & Ross, 1965, p. 1)

Nesse cenário, o jornalismo investigativo atua como uma prática de desvelamento, tornando visíveis processos deliberadamente ocultados. É nesse quadro que se insere a atuação de *O Semanário*, cujas reportagens, ao longo da década de 1960, construíram uma narrativa crítica sobre a presença norte-americana no Nordeste brasileiro. Diferentemente do noticiário convencional, essas matérias operam a partir de uma lógica investigativa que combina observação empírica, coleta de testemunhos e interpretação política, aproximando-se daquilo que Genro Filho (1987) define como uma forma de conhecimento socialmente produzida, na qual o jornalismo não apenas reflete a realidade, mas participa de sua construção.

Figura 3. *Capa do jornal O Semanário com a manchete analisada no presente trabalho, referente às denúncias sobre a presença norte-americana no Norte e Nordeste*



A infiltração ianque no Norte e no Nordeste (III)

Aviões ianques dispõem de bases militares secretas!

Reportagem de JOCELYN BRASIL

O DEPUTADO paraense Benedito Monteiro denunciou à Assembléia Estadual, pedindo abertura de inquérito parlamentar a respeito, a existência de bases norte-americanas em território paraense. Disse o deputado:

"A autonomia do Estado do Pará está sendo ferida com a presença do helicóptero 34222 do "U.S. Air Force", baseado no aeroporto de Santarém, que, acompanhado de um bimotor C-47 e de um quadrimotor Lockheed "Hercules" turbo - hélice, estão instalando bases em termos de nosso Estado, nos municípios de Oriximiná, Almoquer, Monte Alegre e Óbidos".

Acrescentara o deputado que as aeronaves eram tripuladas exclusivamente por aviadores norte-americanos, sem que o Destacamento de Aeronáutica de Santarém nada soubesse a respeito.

Nem o governo do Estado, tampouco, estaria a par do fato. O comandante do grupo que está operando naquela região, passando por cima do Destacamento, como é praxe por estas bandas — diz o deputado em sua denúncia — compareceu à Câmara Municipal de Santarém, acompanhado de um pastor protestante, para prestar esclarecimentos. Declarou que estavam instalando umas bases de radar americanas. Segundo ainda o deputado, não foi possível apurar o verdadeiro fim de tais bases, tampouco a razão das bases serem antes as quais protestos o deputado Benedito Monteiro.

Comissão de inquérito

O que é certo é que o deputado pediu abertura de inquérito sobre o assunto. A Comissão Encarregada do Inquérito Parlamentar concluiu pela veracidade da denúncia. Isso foi no governo Quadros. Anteontem que o resultado do inquérito deve haver chegado às mãos do presidente recentemente, nas vésperas de sua saída. E, como um governo jamais deve continuar, o outro sumiu o assunto das mesas oficiais.

O assunto sumiu, mas os americanos continuam lá, em toda a cerrada, por dentro da selva como estações radiotransmissoras. Afirmou que em Guajará Mirim em comum aparecer aviões americanos vindos da Bolívia, e que, como ele procurasse sempre "dar direito" nessas ocasiões denominadas, sempre esperando do Serviço, Adhemar que o sr. Francisco Meireles (do SPI) deve ser corrido sobre o assunto.

No Maranhão, ainda me falaram da presença de aviões no interior do Estado, em Codó. E falavam também em cubanos transportados. O deputado William Moreira Lima contou que um seu amigo, dado à pescaria, lhe falara que existe, ancorado na Ilha de Guaraparu, no fundo da Baía de Guajará, um navio americano continuamente a seu trabalho.

O governador Chagas Rodrigues, que passou o governo do Estado no seu vice, por ter de candidatar-se a deputado federal, declarou recentemente que, enquanto governou o Piauí, sumiram dali os seus aviões e helicópteros, e disso um testemunha. Bastou que empregasse o governo ao obrigou aos vice-governador, para que as helicópteros e o "Hercules" voltassem a cortar os ares do Piauí. O sr. Chagas Rodrigues solicitou providências ao governo federal a esse respeito.

Segundo lá ne informaram, dois helicópteros sedem diariamente para baixo e para cima, carregando umas caixas e uns tambores. Os dois helicópteros, de números ATCS 34378 e 34354, trocam caixas com um turbo-hélice "Hercules" ATCS 70322. Em uma das caixas, "alguém" leu isto: "AFR-Comander - ASTsistência da Guerra. E os americanos continuaram a seu trabalho.

Mistérios atômicos

Segundo alguns, deve existir, em todo o Estado, cerca de 80 homens. A população local andava muito curiosa a respeito das atividades daqueles estrangeiros, até que houve uma explicação dada pelo comandante da Guarnição Federal, que, sob sensão, também nada comunicou a respeito. Explicaram que os americanos andam fazendo o mapeamento da região, e que, por atual, já fazem em 1965. Por que suspenderam o serviço, durante todo o governo Chagas Rodrigues? Não seria por causa de ter sido o senador Chagas Rodrigues um deputado nacionalista? Os azul que o serviço e que uma delas já foi quase destruída de tanto pedaços que os americanos carregaram. Outra testemunha falou que os helicópteros desceu no feito do Rio Paraíba, daí devolando com tambores cheios de areia.

O SEMANÁRIO

Brasil (1963).

Nesse contexto, ao chegar ao Piauí, Jocelyn Barreto produziu uma série de reportagens que buscavam revelar aspectos pouco conhecidos da presença estrangeira no interior do estado. *O Semanário* publicou reportagens investigativas com a manchete: "Aviões ianques dispõem de bases militares secretas".

Segundo o texto da reportagem: quando o jornalista chegou, no segundo semestre de 1962, ao Piauí, constatou que um helicóptero da *US Air Force* saía constantemente do litoral em direção ao interior e pousava em territórios nos quais o Estado brasileiro não chegava. Além disso, o jornalista foi alertado por um vaqueiro de Campo Maior, que afirmou que ninguém podia entrar na área onde a aeronave pousava.

O coronel da reserva da Aeronáutica percorreu nove estados nordestinos para denunciar a "infiltração imperialista" norte-americana em regiões onde o Estado brasileiro não mantinha presença efetiva. Suas investigações revelaram a existência de bases militares secretas e o uso de helicópteros da *US Air Force* para o transporte de minérios, especialmente na extração ilegal de areia monazítica entre Pedro II e Campo Maior, no Piauí. O jornalista descreveu sua experiência no estado. Em uma de suas matérias mais emblemáticas, afirmava:

> Quando andei pelo Piauí em 1956, constatei ali a presença de helicópteros norte-americanos. Soube depois que estavam fazendo trabalho de cartografia. Tempos depois, um major do Exército abandonava o convívio com os cartógrafos. Explicou: esses serviços devem ser feitos com a presença de um fiscal brasileiro, e para isso o Ministério da Guerra designa um major. Acontece que os "gringos", vez por outra, deixavam major em terra, do que este não gostava e com o que não podia concordar. [...] O governador Chagas Rodrigues declarou que, enquanto governou o Piauí, sumiram dali os tais aviões e helicópteros. Bastou que entregasse o governo ao udenista seu vice-governador,

> para que os helicópteros e o "Hércules" voltassem a cortar os ares do Piauí [...] Esse avião e esses helicópteros têm tripulações que vivem em um acampamento no aeroporto de Teresina. Em novembro do ano passado, eram 20 os americanos existentes em Teresina, chefiados por um capitão de nome William Miller. Hospedavam-se no Hotel Piauí. Como a juventude local começasse a implicar com a presença desses estrangeiros na cidade, passaram eles a residir na base, num acampamento de barracas no aeroporto, longe das vistas de quem desembarca na cidade Agem esses americanos nas regiões de Campo Maior, Picos, Piracuruca (Sete Cidades, parque nacional), fazendo pião em Teresina. Em Campo Maior, há também um acampamento; contaram-me que um vaqueiro ia perseguindo uma rés e teve de parar ante a aparição de americanos, de armas mãos; parece que a rés havia entrado em território americano e o vaqueiro teve que respeitar. Da região de Campo Maior, eles têm carregado minérios. E de Sete Cidades, também. Contaram-me que Sete Cidades é um monumento de pedras. Segundo alguns, deve existir, em todo o Estado, cerca de 80 homens. A população local andava muito curiosa a respeito das atividades daqueles estrangeiros, até que houve uma explicação dada pelo comandante da Guarnição Federal, que, até então, também nada conhecia a respeito. Explicaram que os americanos andam fazendo o mapeamento da região, o que, por sinal, já faziam em 1955. (Brasil, 1963, p. 8)

O relato de Jocelyn Barreto ilustra o conceito de governo invisível dentro da realidade piauiense. A justificativa oficial de "trabalho de cartografia" era uma estratégia típica das operações de inteligência americana na América Latina, disfarçando atividades militares como cooperação técnica. Baseado no relato, podemos ver a exclusão do fiscal brasileiro designado pelo Ministério da Guerra e a reação de um vaqueiro de Campo Maior, que foi impedido de entrar em uma área sob controle americano, como um desrespeito à soberania nacional e a natureza da operação, que claramente ia além de uma simples cartografia.

Em outras palavras, tal quadro é uma violação importante e ademais: ela é pouco conhecida pelos próprios piauienses. Nem mesmo a geração piauiense dos anos 1960, tão pouco a atual debateu essa denúncia em seus círculos e simpósios sociais.

Além disso, a correlação entre a orientação política dos governantes e a presença das aeronaves americanas revela o caráter político da operação. Os helicópteros "sumiram" durante o mandato do governador Francisco das Chagas Rodrigues (1959-1962), mas retornaram quando o poder foi transferido para seu vice-governador, um udenista. Essa alusão sugere que a presença americana estava intrinsecamente ligada ao alinhamento político das autoridades locais com os interesses de Washington. O que é pode ser uma linha interpretativa do jornalista, mas que mesmo sendo um isso, ela tem respaldo pelos próprios acontecimentos futuros, na qual, Chagas Rodrigues manteve sua posição nacionalista e os componentes da UDN no Piauí, apoiaram o golpe de 1964 e perpetuação ou avanço da ditadura de 1964.

Apesar da explicação oficial do comandante da Guarnição Federal de Teresina, Coronel Mascarenhas Façanha, de que se tratava apenas de uma suposta pesquisa militar, a reportagem de *O Semanário* é crucial por expor a presença americana no Piauí e levantar suspeitas sobre suas ações, especialmente considerando o apoio dos EUA ao golpe civil-militar brasileiro. Tanto o editorial como o jornalista, Jocelyn Barreto, aponta que essas ações são na verdade, espionagem americana no Brasil. E isso não era novidade no Brasil. Mas sua manifestação específica no Piauí representava um fato relevante que demandava investigações históricas mais aprofundadas.

A denúncia ganha ainda maior densidade ao incorporar a dimensão econômica da presença estrangeira. Em outra reportagem, o periódico afirmava que "aviões ianques [...] estão há vários meses carregando sacos da preciosa areia monazítica existente entre os municípios de Pedro II e Campo Maior" (Frejat, 1963, p. 2). A associação entre presença aérea e exploração mineral sugere que a atuação norte-americana poderia envolver não apenas monitoramento estratégico, mas também interesses econômicos diretos, reforçando a leitura da Aliança para o Progresso como parte de uma estratégia mais ampla de controle e influência.

Essa interpretação encontra respaldo em análises como a de Moniz Bandeira (1978), que identifica a existência de uma "presença hegemônica" dos Estados Unidos na América Latina, caracterizada pela combinação entre cooperação formal e intervenção indireta. No caso brasileiro, essa presença manifestava-se por meio de programas de assistência, acordos bilaterais e operações que, embora oficialmente justificadas, frequentemente escapavam ao controle efetivo das autoridades nacionais.

As reportagens de *O Semanário* também evidenciam a tentativa de conectar dinâmicas locais a processos geopolíticos mais amplos. A oscilação na presença de aeronaves em função das mudanças de governo no Piauí, especialmente durante a transição do governo de Chagas Rodrigues, é interpretada como indicativo de que tais operações estavam condicionadas a alinhamentos políticos específicos . Ainda que essa leitura deva ser compreendida como parte da narrativa jornalística, ela revela a busca por estabelecer relações entre o cenário local e as estratégias internacionais dos Estados Unidos.

Além disso, as matérias sugerem a existência de uma rede mais ampla de operações no território brasileiro, envolvendo postos

de observação, estações de rastreamento e circulação de equipamentos militares. Ao levantar a hipótese de que regiões do interior do país estariam sendo utilizadas para fins estratégicos, o jornal insere o Piauí em uma lógica global de vigilância e controle, típica do contexto da Guerra Fria.

Nesse sentido, o jornalismo investigativo do *O Semanário* desempenha uma função que ultrapassa a simples revelação de fatos. Ao selecionar evidências, construir narrativas e estabelecer conexões entre diferentes escalas de análise, ele atua como um agente de produção de sentido, contribuindo para a interpretação dos acontecimentos. As reportagens de Jocelyn Barreto não apenas informam sobre a presença norte-americana no Piauí, mas participam ativamente da construção de uma leitura crítica sobre essa presença, articulando questões de soberania, desenvolvimento e ingerência estrangeira.

Dessa forma, a análise dessas matérias permite compreender o papel da imprensa como espaço de disputa política e de construção historiográfica. Ao dar visibilidade a fenômenos pouco documentados por outras fontes, o jornalismo investigativo contribuiu para inserir o Piauí no debate público nacional, deslocando-o de uma posição marginal para o centro de uma controvérsia sobre a atuação dos Estados Unidos no Brasil. Trata-se, portanto, de uma prática que não apenas registra a história, mas participa de sua própria construção.

Entre a denúncia e a exclamação: indícios de atuação norte-americana no Piauí

A análise das reportagens de *O Semanário* coloca um problema central para a interpretação histórica: até que ponto é possível

sustentar a existência de uma base norte-americana no Piauí a partir das evidências disponíveis? A questão não é trivial, sobretudo porque a força das denúncias contrasta com a ausência de documentação oficial que confirme, de maneira direta, a instalação de uma estrutura militar formal no estado.

De fato, não se dispõe, até o momento, de registros fotográficos com qualidade, documentos governamentais norte-americanos, telegramas diplomáticos explícitos ou confissões oficiais que atestem a existência de uma base americana no território piauiense. Essa ausência impõe limites claros à afirmação categórica de tal hipótese e exige cautela na interpretação das fontes. Nesse sentido, afirmar a existência de uma base, nos moldes convencionais, significaria ultrapassar o que o conjunto documental permite sustentar.

Entretanto, a inexistência de fontes diretas não implica a irrelevância das evidências disponíveis. As reportagens produzidas por Jocelyn Barreto Brasil Lima constituem um caso singular, não apenas pelo conteúdo das denúncias, mas pelo próprio processo de investigação que lhes deu origem. Conforme indicado pelo próprio jornalista, os primeiros indícios da presença norte-americana no Piauí remontam à década de 1950, mas somente foram publicados em 1963, após um longo período de apuração, coleta de depoimentos e verificação de informações. Esse intervalo temporal é significativo e reforça o caráter investigativo do trabalho, afastando a hipótese de uma denúncia imediata ou circunstancial.

A metodologia adotada pelo jornalista baseada na observação direta, no cruzamento de relatos e na reconstrução de eventos a partir de fontes locais, aproxima-se daquilo que a literatura define como

jornalismo investigativo em sentido estrito (Lopes & Proença, 2003; Nascimento, 2010). Nesse contexto, o valor das reportagens não reside apenas naquilo que afirmam, mas no modo como constroem um conjunto coerente de indícios, articulando elementos que, isoladamente, poderiam parecer dispersos, mas que, em conjunto, sugerem a existência de uma dinâmica específica de atuação estrangeira.

Entre esses elementos destacam-se a circulação recorrente de aeronaves em regiões do interior, a existência de áreas de acesso restrito, a presença de indivíduos estrangeiros em zonas pouco fiscalizadas e as denúncias de retirada de recursos minerais. Esses indícios, embora não comprovem a existência de uma base formal, apontam para práticas compatíveis com a lógica de vigilância, coleta de informações e atuação indireta características da Guerra Fria.

Essa interpretação ganha maior consistência quando situada no contexto mais amplo da atuação norte-americana no Nordeste. Como demonstrado na seção anterior, a região foi objeto de intenso monitoramento por parte de órgãos como a CIA, que produziram relatórios detalhados sobre movimentos sociais, lideranças políticas e condições socioeconômicas. No entanto, apesar da existência dessa documentação, permanecem lacunas significativas quanto aos mecanismos concretos de coleta dessas informações. Como eram obtidos esses dados? Quais eram os canais de circulação dessas informações? Quais estruturas operavam no território para viabilizar esse monitoramento?

Essas questões permanecem, em grande medida, sem resposta na historiografia, o que torna particularmente relevante a análise de fontes não convencionais. Nesse sentido, as reportagens de *O Semanário* podem ser compreendidas como pistas que permitem explorar essas zonas de

opacidade. Elas não oferecem respostas definitivas, mas sugerem possibilidades, indicando formas de atuação que não aparecem de maneira explícita nos documentos oficiais.

Outro elemento que merece atenção diz respeito à recepção dessas denúncias. Apesar de sua gravidade, as reportagens não tiveram grande repercussão no próprio Piauí, sendo publicadas em um periódico do Rio de Janeiro e permanecendo relativamente à margem do debate público local. Esse silêncio é, em si, um dado histórico relevante. Ele pode indicar tanto limitações na circulação da informação quanto a existência de barreiras políticas e sociais que dificultaram a apropriação dessas denúncias pela sociedade piauiense.

Ao mesmo tempo, esse baixo impacto local contrasta com a densidade das informações apresentadas, reforçando a necessidade de uma leitura crítica que considere não apenas o conteúdo das denúncias, mas também suas condições de produção e circulação. Nesse sentido, o jornalismo investigativo aparece não apenas como fonte, mas como objeto de análise, permitindo compreender como determinadas narrativas são construídas, difundidas e, por vezes, silenciadas.

Dessa forma, a hipótese de uma atuação norte-americana no Piauí deve ser formulada não como uma afirmação categórica, mas como uma possibilidade historicamente fundamentada a partir de um conjunto consistente de indícios. Mais do que comprovar a existência de uma base, o que está em jogo é compreender como o estado pode ter sido integrado a uma lógica mais ampla de vigilância, coleta de informações e atuação indireta no contexto da Guerra Fria.

Nesse sentido, as denúncias produzidas por *O Semanário* adquirem valor não apenas pelo que afirmam, mas pelo que revelam sobre os

limites do visível. Ao apontar para práticas que escapam à documentação oficial, elas abrem espaço para novas interpretações e indicam caminhos para a investigação de dimensões ainda pouco exploradas da Guerra Fria no Nordeste brasileiro.

Considerações finais

A análise desenvolvida ao longo deste trabalho permitiu reposicionar o Piauí no interior das dinâmicas da Guerra Fria, não como um espaço periférico ou ausente, mas como uma região atravessada por interesses estratégicos e práticas de vigilância que, embora pouco visíveis na documentação oficial, integravam a lógica mais ampla de atuação dos Estados Unidos no Nordeste brasileiro.

Como demonstrado, não é possível afirmar, com base nas evidências disponíveis, a existência de uma base norte-americana formalmente instalada no território piauiense. A ausência de registros documentais diretos, como relatórios oficiais explícitos, fotografias com boa qualidade ou confirmações institucionais, impõe limites claros a essa hipótese. No entanto, a análise das reportagens investigativas revela um conjunto consistente de indícios que apontam para formas de atuação compatíveis com a lógica da Guerra Fria, marcada pela coleta de informações, pela vigilância e por práticas indiretas de intervenção.

Nesse sentido, o valor dessas reportagens não reside na confirmação literal de suas denúncias, mas na capacidade de revelar cenários que, à época, permaneciam fora do alcance do conhecimento público. É precisamente nesse ponto que sua importância historiográfica se evidencia. Diversos elementos destacados pelo jornalismo investigativo (como o monitoramento de regiões estratégicas, a atenção dedicada às

Ligas Camponesas e a circulação de agentes e informações) encontram, posteriormente, correspondência em documentos tornados públicos apenas após o fim da União Soviética, especialmente aqueles produzidos por órgãos como a CIA, que confirmam a centralidade do Nordeste nas preocupações estratégicas norte-americanas.

Essa relação entre denúncia jornalística e documentação posterior não deve ser interpretada como simples coincidência, mas como indicativo da capacidade do jornalismo investigativo de captar, ainda que de forma fragmentária, dinâmicas que só seriam plenamente conhecidas décadas mais tarde. Nesse contexto, as reportagens de *O Semanário* merecem ser tratadas com atenção e respeito historiográfico, não como provas conclusivas, mas como registros precoces de um cenário que, à época, escapava às formas tradicionais de documentação.

Outro aspecto relevante diz respeito às condições de produção e circulação dessas denúncias. Produzidas em um contexto marcado por limitações materiais, restrições informacionais e disputas políticas intensas, as investigações conduzidas por Jocelyn Barreto demonstram um esforço significativo de apuração, baseado na coleta de depoimentos, na observação direta e no cruzamento de informações. O fato de tais reportagens não terem gerado ampla repercussão no próprio Piauí, permanecendo relativamente restritas ao circuito de circulação de um periódico sediado no Rio de Janeiro, reforça o caráter assimétrico da produção e da difusão de informações no período, ao mesmo tempo em que evidencia os limites da sua apropriação social.

Dessa forma, este trabalho buscou demonstrar que a inserção do Piauí na Guerra Fria não se deu inicialmente por meio da historiografia ou da produção acadêmica, mas através da mediação do jornalismo

investigativo. Foram essas reportagens que, ao construir narrativas de denúncia e articular indícios dispersos, projetaram o estado no contexto das disputas internacionais, antecipando interpretações que somente mais tarde seriam parcialmente confirmadas por fontes documentais.

Assim, mais do que um espaço esquecido, o Piauí emerge como um ponto de observação privilegiado para a compreensão das relações entre informação, poder e território no contexto da Guerra Fria. Ao evidenciar a importância do jornalismo investigativo como fonte histórica, o artigo contribui para ampliar o campo de análise sobre a atuação dos Estados Unidos no Brasil e reforça a necessidade de integrar fontes não convencionais na investigação de processos históricos marcados pela opacidade e pela disputa de narrativas.

Por fim, os resultados aqui apresentados indicam que esse campo de investigação permanece aberto e demanda atenção renovada por parte de diferentes áreas do conhecimento. Historiadores, pesquisadores da comunicação social, estudiosos do jornalismo internacional e das relações internacionais são chamados a aprofundar a análise dessas fontes e problemáticas, sobretudo diante das tensões do mundo contemporâneo. A história, nesse sentido, não se limita à reconstituição do passado, mas constitui um instrumento fundamental para compreender como se estruturaram e ainda se estruturam relações marcadas por disputas de soberania, práticas de influência externa e formas de atuação que frequentemente operam em dimensões pouco visíveis. Nesse horizonte, o estudo da Guerra Fria no Nordeste brasileiro, e particularmente no Piauí, contribui para lança não apenas um passado ainda em construção, mas também os desafios interpretativos do tempo presente.

Referências

Bandeira, L. A. M. (1978). *Presença dos Estados Unidos no Brasil: dois séculos de história* (2ª ed.). Civilização Brasileira.

Brasil, J. (1963). *O Semanário (RJ) - 1956 a 1964, VIII*(318), 8. Ano 1963\ Edição 00318. https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=149322&pagfis=4340

Central Intelligence Agency. (1962, June 1). *Current Intelligence Weekly Review* [Relatório desclassificado]. https://www.cia.gov/readingroom/document/cia-rdp79-00927a003600090001-5

Frejat, J. (1963). *O Semanário (RJ) - 1956 a 1964, VIII*(318), 2. Seção Brasilianas. Ano 1963\Edição 00318 https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=149322&id=4260403145955&pagfis=4334

Genro Filho, A. (1987). *O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo*. Tchê.

Kovach, B., & Rosenstiel, T. (2003). *Os elementos do jornalismo: o que os jornalistas devem saber e o público exigir*. Geração Editorial.

Lopes, D. F., & Proença, J. L. (2003). *Jornalismo investigativo*. Publisher Brasil.

Loureiro, F. P. (2020). *A Aliança para o Progresso e o governo João Goulart (1961–1964): ajuda econômica norte-americana a estados brasileiros e a desestabilização da democracia no Brasil pós-guerra*. Editora Unesp.

Nascimento, S. (2010). *Os novos escribas: o fenômeno do jornalismo sobre investigações no Brasil*. Arquipélago Editorial.

Oliveira, P. C. (2020). *Terra seca, Guerra Fria: as forças políticas nordestinas e as relações Brasil–Estados Unidos sob a Aliança para o Progresso (1961–1964)*. Editora CRV.

Page, J. A. (1972). *A revolução que nunca houve: o Nordeste do Brasil (1955–1964)*. Record.

Roett, R. (1972). *The politics of foreign aid in the Brazilian Northeast*. Vanderbilt University Press.

Reyes, G. (1999). *Periodismo de investigación*. Trillas.

Ruy Paranatinga Barata. (2019, 29 de março). *Jocelyn Barreto Brasil Lima (1908 - 1999) - coronel aviador reformado como brigadeiro da Força Aérea Brasileira. Nascido em Sobral, no Ceara, Jocela* [Imagem anexada] [Status update]. Facebook. https://www.facebook.com/RuyBarata100/photos/jocelyn-barreto-brasil-lima-1908-1999-coronel-aviador-reformado-como-brigadeiro-/2296458310644000/

Sousa, R. E. P. de M. (2015). *Tempo de esperança: camponeses e comunistas na constituição das Ligas Camponesas no Piauí entre as décadas de 1950 e 1960* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Piauí].

Spohr, M. (2020). *American way of business*. Appris.

Wise, D., & Ross, T. B. (1965). *O governo invisível*. Civilização Brasileira.

História negra do jornalismo brasileiro: estratégias de comunicação da Alma Preta em perspectiva decolonial

Alan Tomaz de Andrade[1]
Maria Cristina Gobbi[2]

A história do jornalismo brasileiro foi tradicionalmente narrada a partir de uma perspectiva eurocêntrica, que privilegia a chegada da imprensa com a coroa portuguesa, invisibilizando assim, outras experiências fundamentais de produção informativa no país. Entre essas experiências, destaca-se a imprensa negra, formada por periódicos e iniciativas comunicacionais que, desde o século XIX, atuaram na denúncia do racismo, na defesa da cidadania e na construção de narrativas próprias sobre a população negra.

Neste sentido, a inquietação que move a escrita deste artigo, reside no epistemicídio e no apagamento histórico de iniciativas comunicacionais jornalísticas tratadas como marginalizadas e que precisam ser revisitadas criticamente para garantir a memória e a consolidação

1. Doutorando do Programa de Mídia e Tecnologia da FAAC/ Unesp- Bauru. alan.tomaz@unesp.br
2. Livre docente em História da Comunicação e da Cultura Midiática na América Latina e professora da FAAC/ Unesp- Bauru. cristina.gobbi@unesp.br

dessas iniciativas racializadas como uma forma legítima de produção informativa.

Partindo desta problematização, o estudo discute a história negra do jornalismo brasileiro e analisa a experiência da Alma Preta como expressão contemporânea de um jornalismo antirracista e decolonial.

A partir de uma abordagem historiográfica e crítica, buscamos compreender de que forma a agência tensiona os padrões hegemônicos da produção noticiosa ao centralizar vozes negras, disputar narrativas e propor novas formas de informar, que considere o marcador de raça como uma determinante.

Nesse sentido, a pesquisa se insere no debate sobre hegemonia, colonialidade do saber e disputa por memória, entendendo a comunicação social como campo de poder simbólico e político.

Para garantir que os objetivos sejam cumpridos, a inclinação teórica apresenta o conceito de hegemonia para discutir como a história e as grades curriculares dos cursos de jornalismo no Brasil privilegiam as experiências e os modelos eurocêntricos de produção. Logo em seguida, propomos um resgate histórico sobre as experiências de imprensa negra desenvolvidas em território nacional para comprovar que esses modelos de comunicação são tão tradicionais quanto aqueles observados como hegemônicos, e para materializar essa reflexão, apresentamos a agência de notícias Alma Preta como uma manifestação contemporânea de imprensa negra.

A hegemonia do discurso eurocêntrico sobre a gênese do jornalismo brasileiro

O conceito de hegemonia trazido no título desta seção, parte da definição utilizada por Gramsci (2002, p. 62) para pensar nos dispositivos

de poder que são exercidos pelas chamadas classes dominantes contra as classes dominadas[3]. Neste sentido, o autor não pensa essa relação, exclusivamente por meio da violência direta, que se expressa na utilização da força física para operacionar o controle, mas acima de tudo, nas estratégias que possuem direção intelectual e moral para definir quais são as vozes e as histórias que devem ser valorizadas, em detrimento de outras narrativas que serão invisibilizadas. Nas palavras do autor:

> A supremacia de um grupo se manifesta de dois modos, como domínio e como direção intelectual e moral. Um grupo social domina os grupos adversários, que visa liquidar ou submeter inclusive com força armada, e dirige os grupos afins e aliados. (Gramsci, 2002, p. 62)

Ao observar a realidade brasileira, que possui como passado histórico um sistema colonial violento contra população negra, especialmente por conta do processo de escravização, esse poder da hegemonia pode ser refletido tanto na questão da operacionalização técnica das relações atravessadas no campo da exploração do trabalho, como também na questão dos discursos e das narrativas.

Neste sentido, propomos debater de que forma o discurso hegemônico eurocêntrico sobre a gênese da produção jornalística no Brasil, desconsidera as contribuições da imprensa negra, tanto na perspectiva do reconhecimento social de seus jornais para luta contra o sistema colonial, como também, as consequências da omissão histórica sobre a pauta "imprensa negra" nos componentes curriculares dos cursos de jornalismo no Brasil.

3. Conceito debatido por Jessé Souza (2021) ao pensar como o processo de colonização criou o racismo a brasileira.

Para refletir sobre hegemonia e produção jornalística, utilizamos da ciência historiográfica como método de resgate dos fenômenos sociais, econômicos e de classe que marcam a gênese da produção de conteúdo jornalístico.

Embora as ciências sociais e humanas sejam amplamente atacadas na contemporaneidade, especificamente por setores conservadores associados ao controle do capital financeiro, é possível observar um movimento muito comum em diversos momentos históricos da sociedade, que é o interesse dessas alas em demarcar o seu espaço no registro da história.

Esse movimento, historicamente não considera a polifonia de vozes e de mãos que possibilitaram a criação e a consolidação de instrumentos informativos das sociedades, muito pelo contrário, seus interesses estão relacionados ao poder, já que o pioneirismo dos registros e patentes sobre determinado campo do conhecimento, proporciona para essas elites financeiras, o poder de determinar a produção epistemológica e técnica da área e decidir quem pode e quem não pode protagonizar iniciativas legitimas de produção.

Em outras palavras, o interesse das elites financeiras por demarcar o seu lugar na história da comunicação, é utilizá-la como instrumento de poder para legitimar o controle e criar as legislações reguladoras para tais atividades, determinando assim, o seu espaço de hegemonia, subalternizando as iniciativas dissidentes.

Aqui em território nacional, a história do jornalismo é amplamente divulgada por uma perspectiva branca e europeia e isso não acontece por acaso. O próprio sistema colonial gerou inúmeras mazelas sociais e desigualdades estruturais profundas, atingindo especificamente as

populações indígenas e negras, atribuindo a esses sujeitos, o que Jessé Souza (2021) nomeia de "subcidadania".

Ao trazer esse conceito para seus estudos, o autor propõe o debate, de que os indivíduos podem conviver formalmente em uma sociedade, mas existem grupos que não possuem seus direitos básicos garantidos, tão menos o reconhecimento social que os demais.

O saldo desse processo, pode ser observado até hoje, já que tanto os registros históricos sobre o início da imprensa, como também as próprias grades curriculares dos cursos de jornalismo no país, partem do mesmo lugar, ao defender que o jornalismo brasileiro surge com a vinda da família real para o Brasil.

A narrativa apresentada acima, de fato é um retrato da realidade, considerando que as técnicas e os modelos de jornalismo que conhecemos hoje, sobretudo o impresso, foram trazidas pelo colonizador. Todavia, quando pensamos e formulamos as epistemologias do jornalismo, este deve ser um lugar de partida e não de definição de modelo único, já que na história do país, outras formas de se fazer jornalismo foram consagradas e são tão embrionárias quanto o modelo europeu.

Olhando para essa realidade, trazemos a reflexão de que esse processo não se trata de uma disputa aberta para definição de um modelo, mas sim do poder do colonizador sobre o colonizado.

Sodré (1966, p. 1) ao refletir sobre a história da imprensa no Brasil, destaca um traço ostensivo nesta relação de poder, que julga ser uma questão dialética e não simplesmente mecânica. Para o autor, a imprensa exerce um poder de influência no comportamento das massas e dos indivíduos, neste sentido, o detentor do poder consegue atingir a

unidade e a uniformidade dos discursos, dos registros e consequentemente, da própria história:

> Em que pese tudo o que depende de barreiras nacionais, de barreiras linguísticas, de barreiras culturais, -- como a imprensa tem sido governada, em suas operações, pelas regras gerais da ordem capitalista, particularmente em suas técnicas de produção e circulação- tudo conduz à uniformidade, pela universalização dos valores éticos e culturais, como pela padronização do comportamento. (Sodré, 1966, p. 1)

Um dos principais sintomas do processo de colonização, especialmente para as populações que foram colonizadas, é que esses sujeitos dentro do discurso do outro, acabam ocupando lugares de coadjuvantes de suas próprias histórias, já que a ideia de progresso das nações, sempre esteve associada aos acordos políticos e financeiros.

Neste sentido, todas as formas de conhecimento, tecnologias e de comunicação dos povos que foram violentados dentro desta relação, foram apagadas para alcançar esse objetivo do progresso técnico e causar uma espécie de esquecimento sobre as violências contra a população negra, fazendo com que grande parte das iniciativas criadas por corpos dissidentes fossem invisibilizadas- com a comunicação social não foi diferente.

Partindo agora para a segunda reflexão que propomos para essa seção, além das mobilizações sociais para o apagamento das contribuições sobre a imprensa negra no Brasil como forma de garantir o poder da hegemonia, o campo do ensino de jornalismo também se consolida como um instrumento de invisibilização e não valorização da imprensa negra brasileira.

A afirmação utilizada acima parte de um incômodo específico, de como os cursos de bacharelado em jornalismo na perspectiva nacional, acabam omitindo a história e as experiências da imprensa negra, ou inserindo esse tema apenas como uma possibilidade de pensar a especialização do jornalismo, especificamente trazendo esses modelos para discutir possibilidades de conteúdos e discursos, desconsiderando o debate sobre suas próprias estruturas.

Um exemplo tácito pode ser inserido quando observamos as matrizes curriculares dos cursos de bacharelado em jornalismo no estado de São Paulo, utilizando os exemplos da Universidade Estadual Paulista: Júlio de Mesquita Filho (UNESP) e da Universidade de São Paulo (USP), as únicas instituições de ensino públicas que oferecem o curso.

Ao fazer uma breve observação nos componentes pedagógicos (disciplinas) das referidas universidades, não se identifica nenhuma disciplina específica para retratar e reconhecer as contribuições da imprensa negra para a própria consolidação da profissão jornalística no Brasil. Um outro dado importante sobre essa avaliação, é que mesmo que ambas universidades ofereçam uma disciplina específica para debater a história do jornalismo, ao observar as referências utilizadas para construção teórica da ementa, nenhuma delas contempla as autoras e autores fundamentais para pensarmos a imprensa negra no país.

E partindo daqui, deste ponto mais elementar da atividade jornalística, que é a formação profissional, responsável pela composição dos repertórios das e dos jornalistas que vão atuar no mercado, já é possível observar como a hegemonia do pensamento colonial é um fator decisivo para as práticas de exclusão e epistemicídio, já que a decisão

por contar ou não contar as histórias de um determinado povo também é uma escolha política (Adichie, 2019).

Na contramão dos exemplos citamos acima, a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), disponibilizou no primeiro semestre do ano de 2026, um componente curricular em "Comunicação e História", com a inclinação teórica voltada exclusivamente para a história da imprensa negra no Brasil, ministrada pela professora Doutora Martha Rosa Figueiredo Queiroz.

Chamamos atenção para essa crítica na perspectiva do ensino de jornalismo, já que não tensionar essa omissão epistemológica da imprensa negra no Brasil, desconsidera todos os fatores sociais, históricos e políticos que estruturaram a formação do Estado federativo brasileiro, bem como o próprio desenvolvimento da imprensa nacional.

Uma parte dessas histórias não contadas sobre as contribuições da imprensa negra, será debatida na próxima seção, em que propomos tecer reflexões sobre a história da imprensa negra no Brasil.

História negra da imprensa brasileira: um panorama sobre a comunicação e a produção de conteúdo informativo

Logo na primeira discussão, a citação de Gramsci (2002) sobre a questão da hegemonia, apresenta uma reflexão que julgamos ser importante para pensar sobre a origem da imprensa negra no Brasil e por qual motivo essa forma específica de fazer comunicação social jornalística é vítima de um apagamento histórico tanto em âmbito global como também no próprio debate sobre a história do jornalismo.

O que o autor pontua sobre esse fenômeno que impacta diretamente no imaginário social da profissão, é que a questão da disputa

pelo domínio da direção intelectual e moral de determinada área, tem como principal objetivo reforçar as relações de poder e garantir uma das principais ferramentas utilizadas pelo discurso hegemônico: oficializar apenas uma parte da história contada, em grande medida, a parte de quem controla os dispositivos de poder.

Essa movimentação, é o que tem sido um dos objetos de estudo de Adichie (2019) como perigo da história única, já que segundo a autora:

> Mostre um povo como uma coisa, uma coisa só, sem parar, e é isso que esse povo se torna. É impossível falar sobre a história única sem falar sobre poder. Existe uma palavra em igbo na qual sempre penso quando considero as estruturas de poder no mundo: nkali. É um substantivo que, em tradução livre, quer dizer "ser maior que o outro". (Adichie, 2019, pp. 22-23)

Considerando esse diálogo entre hegemonia e a história única, refletimos sobre a imprensa negra no Brasil partindo de duas perspectivas epistemológicas. Em um primeiro momento, resgatando a memória sobre essa prática jornalística e sua relevância ainda no século XIX e em um segundo momento, trazendo essa imprensa como instrumento de resistência ao sistema escravista.

Iniciando com a perspectiva da memória, um dos instrumentos mais importantes nos estudos da história, apontamos que esses periódicos da imprensa negra são fontes vivas de informações sobre a luta da população negra escravizada e recém liberta.

Os primeiros registros históricos catalogados de imprensa negra no Brasil são as edições do pasquim "O homem de Cor", datado de 1833 na cidade do Rio de Janeiro. Além de ser um marco importante para a história do jornalismo brasileiro, o referido periódico inicia suas

atividades fazendo um debate extremamente importante para sociedade brasileira, que era refletir sobre o que Pinto (2006, p. 17) chama de "prematura cidadania".

Em sua primeira edição, o "Homem de cor" apresentava uma reflexão sobre o parágrafo 14 do artigo 179 da Constituição do Brasil de 1824, que dispunha o direito de todo cidadão poder ser admitido em "cargos públicos civis, políticos e militares, sem outra diferença que não seja a de seus talentos e virtudes" (Pinto, 2006, p. 17).

A contribuição apresentada pelo "Homem de Cor" sobre essa legislação, era a articulação já conhecida na história deste país, de tentar executar alterações no corpo da lei para prejudicar, ou melhor, para negligenciar o corpo negro como um detentor de direitos, já que o então presidente da província de Pernambuco, Manuel Zeferino dos Santos enviou uma proposição para implementação de uma espécie de divisão da "classe cidadã", considerando a pigmentação da pele. Em outras palavras, limitar o acesso da população negra na atribuição de cargos públicos.

Essa não foi e nem será uma exceção no campo dos direitos civis em nosso país, principalmente quando consideramos a existência de um tipo específico do racismo, o estrutural, que mobiliza as instituições brasileiras para agir de forma racista.

Mas aqui, nossa reflexão não está concentrada diretamente na questão legislativa, mas sim, na possibilidade de exposição sobre os reais interesses dessa alteração na lei, que só ganhou destaque quando o pasquim "o Homem de Cor" trouxe o assunto para o debate.

O que se observa desde a gênese das iniciativas de imprensa negra no Brasil, é que esses veículos ocupam um lugar de análise e

proposição de crítica a todas as formas de manutenção de racismo, preconceito e discriminação, que são dados e conteúdos informativos negligenciados dentro da cobertura do jornalismo hegemônico.

Um outro ponto importante observado tanto nessas iniciativas embrionárias da imprensa negra como nas que observamos na contemporaneidade, é que o marcador de raça é um fator determinante na produção das matérias jornalísticas, ocupando esse lugar de pauteiro das redações. Vale destacar, que essa visão racializada dos fenômenos sociais, e sua devida cobertura jornalística dentro dos volumes produzidos pela imprensa negra, são determinantes para observação das locomoções e sofisticações do racismo em nossa sociedade.

O manual de redação antirracista da agência Alma Preta, em parceria com pesquisadoras e pesquisadores no campo da imprensa negra, lança uma lista de experiências históricas nacionais de jornais negros, que comprovam a importância desses periódicos para a luta social do povo negro, criado em diversas perspectivas temáticas, demarcando assim a solidez dessa imprensa que inicia em 1833:

Quadro 1. *Jornais Negros e período de início da circulação*

Jornal	Período	Localidade
O homem de Cor	1833	Rio de Janeiro (RJ)
O Homem	1876	Recife (PE)
O Exemplo	1892-1930 (com intervalos)	Porto Alegre (RS)
O Getulino	1923-1926	Campinas (SP)
Quilombo	1948-1950	Rio de Janeiro (RJ)
Jornal SINBA	1977-1980	Rio de Janeiro (RJ)
Jornal Versus	1977-1979	
Jornegro	1978-1980	São Paulo (SP)

Maioria Falante	1987-1996	Bahia (BA)
Nêgo	1981- 1993	Salvador (BA)
Angola	1981- 1989 (com intervalos)	Recife (PE)
Negração	1988- 1991	Olinda (PE)
Negritude	1986- 2002	Recife (PE)
Djumbay	1991-1997	Recife (PE)
Omnira	1993-1994	Pernambuco (PE)
Revista Raça	1996- Atual	Tatuapé (SP)

Nota. Adaptado pelos autores, baseado no Manual de Redação Antirracista Alma Preta (2023, pp. 28-37).

Existe um outro caráter interessante de analisar sobre as iniciativas de imprensa negra, que é a própria questão da representação de corpos negros dentro da produção de conteúdo jornalístico no Brasil.

A historiografia relata que a primeira aparição da imagem de uma pessoa negra na imprensa brasileira, assim como a utilização do termo negro como um marcador da raça, é oriunda dos anúncios de compra, venda e fuga de escravizados. Essa informação materializa o sentido apresentado por Adichie (2019) sobre o ideal coisificação de corpos negros e a construção dos imaginários sociais em uma determinada realidade histórica.

Esse pensamento de corpo objeto dentro da própria consolidação da imprensa no Brasil, ainda pode ser observado nos inúmeros produtos jornalísticos brasileiros, hoje, não de forma tão explicita como no período colonial, mas carregando o mesmo sentido de objetificação de corpos.

Com a abolição da escravatura, falar em compra, venda e fuga de escravizados como pensados no período colonial não é mais tolerado.

Todavia, lemos, assistimos e ouvimos diariamente na produção de conteúdos comunicacionais[4] brasileiros, suas perversidades.

Por exemplo, na questão da compra de corpos, as estratégias discursivas observadas na contemporaneidade, migram para as campanhas publicitárias especialmente do segmento de beleza e estética, que reforçam o sentido dos padrões de beleza por meio das imagens de controle, que recaem especialmente sobre os corpos de mulheres negras (Nascimento, 2025). Aqui, essa indústria se mobiliza para falar especificamente com essa população, para vender produtos ou protocolos de beleza que apagam os traços étnicos e raciais de pessoas negras, com o objetivo de torná-los mais aceitáveis pela ótica da branquitude (Nascimento, 2025).

A reflexão sobre o sentido de venda, pode ser observada também pela indústria da publicidade, que hipersexualiza corpos de homens negros por meio do discurso fitness e vende essas imagens para criar uma narrativa de exotização e erotização dos corpos negros masculinos, esvaziando mais uma vez suas humanidades (Andrade, 2021).

Já sobre a questão da fuga, observamos diariamente os noticiários brasileiros, especialmente os que são especializados na temática criminalidade, explorando territórios racializados como por exemplo as periferias, para resgatar o significante da criminalidade.

Apesar dessas perversidades encontradas no campo da memória, que tem sido um terreno importante de atuação da imprensa negra, vale resgatar o espaço de produção de conteúdo informativo contra o regime de colonização e como forma de trazer uma narrativa diferenciada da

4. Jornalismo, Publicidade e Propaganda e Marketing.

pautada pela imprensa hegemônica, fatores que só são possíveis pelo protagonismo direto dos sujeitos de pesquisa nas redações.

A população negra se organiza de forma ancestral para tentar propor alternativas dialéticas e discursivas, com o objetivo de fazer com que seus corpos e suas pautas sejam valorizados e debatidos nas organizações sociais.

A polifonia discursiva apresentada pelas pesquisas sobre a imprensa negra, define essas iniciativas racializadas de comunicação, como jornais escritos por coletivos e grupos de pessoas negras, que buscavam disputar os espaços das esferas informativas, apresentando um modelo próprio, que se difere da cobertura hegemônica ao tensionar as mazelas sociais criadas pelo racismo.

É por considerar esse protagonismo e resistência da imprensa negra brasileira, que lançamos a tese dos quilombos midiáticos no brasil, ou seja, uma forma de observar as iniciativas contemporâneas da imprensa negra como uma forma alternativa da produção de conteúdo jornalístico, utilizando o conceito ancestral de quilombo (Nascimento,1980) que propõe a criação de uma sociedade alternativa à colonialista, que no caso do debate da comunicação social, se expressa nas iniciativas jornalísticas racializadas no século XXI, que criaram seus próprios modelos e manuais de redação, como por exemplo a agência de notícias Alma Preta, que é objeto de estudos tanto da tese quanto deste artigo.

A experiência da Alma Preta na perspectiva decolonial da história do jornalismo

A Agência de Notícias Alma Preta, tem sua fundação no ano de 2015 e se propõe a realizar uma cobertura da realidade brasileira a

partir do olhar de jornalistas negros, produzindo conteúdos em diferentes formados (textual e audiovisual), sobre diferentes linhas temáticas (editorias), sempre utilizando o marcador racial como um determinante.

Valendo-se dos exemplos das iniciativas embrionárias da imprensa negra que existem desde 1833, a Alma trabalha com a possibilidade de quebrar as narrativas hegemônicas do jornalismo brasileiro, combater o epistemicídio e a invisibilidade da cobertura informativa, realizando um trabalho transparente e posicionado sobre os assuntos de nível nacional e internacional que envolvem questões raciais.

A escolha deste veículo é justificada não apenas pelo fato de hoje, serem um dos maiores modelos de produção jornalística racializada do país, mas acima de tudo, sobre a disputa narrativa apresentada pela Alma Preta enquanto uma iniciativa de jornalismo tradicional e a construção do primeiro manual de redação antirracista brasileiro.

Sobre a questão da disputa narrativa do veículo enquanto uma iniciativa de jornalismo tradicional, os profissionais e pesquisadores lançam uma crítica ao fato de que as epistemologias do jornalismo, assim como o próprio mercado de produção de notícias, costumam atribuir o lugar de especialidade jornalística para esses veículos racializados, o que a Alma Preta discorda, já que a imprensa negra é tão tradicional e consolidada como os outros modelos jornalísticos vistos no Brasil.

> A longevidade dos jornais e revistas, demonstrada a partir dos registros históricos desde 1833, é a prova de como a mídia feita por pessoas negras é tradicional. Não é apenas a imprensa corporativa, feita por pessoas brancas e com o desejo de manutenção do status quo, que pode carregar esse título. Essa trajetória da imprensa negra e a solidez dos projetos editoriais serviram de base para a criação dos canais atuais, alguns deles profissionalizados. A geração de hoje mantém

> as características do passado, de ser feita por pessoas negras, dirigir-se a esse público e ter como norte a luta antirracista; além disso, inova em formatos editoriais, comerciais e administrativos. (Alma Preta Jornalismo, 2023, p. 27)

Em um segundo momento, refletimos sobre a importância da criação do primeiro Manual de Redação Antirracista criado pela agência, que aparece como uma narrativa de possibilidade de alcançar uma cobertura jornalística mais democrática e que respeito os corpos e as histórias da população negra.

Esse documento não apenas orienta os procedimentos editoriais que devem ser seguidos pelas redações, mas também explicita a necessidade do resgate das questões éticas da profissão jornalística, que ainda mantém suas estruturas colonialistas e desconsideram valores importantes como a necessidade da descolonização da linguagem, com a valorização da utilização de fontes negras e o próprio enfrentamento aos estigmas historicamente reproduzidos pela imprensa.

Desse modo, a Alma Preta não apenas produz conteúdo informativo, assim como as iniciativas hegemônicas já conhecidas, mas também possibilita a formação antirracista, justamente por participar da disputa por novas referências de qualidade, rigor e responsabilidade no jornalismo.

A leitura da experiência da Alma Preta pela perspectiva decolonial permite compreender que o jornalismo não é apenas um espaço técnico de apuração e transmissão de fatos, podendo ser observado e estudado enquanto um território de produção de sentido e de reorganização das hierarquias simbólicas.

Ao centralizar a experiência negra como ponto de partida para a produção noticiosa, a agência contribui para romper com a lógica que historicamente definiu quem pode falar, sobre o que pode falar e a partir de qual lugar social essa fala é legitimada. Assim, a Alma Preta se insere no debate sobre comunicação decolonial como uma experiência que articula memória, identidade, resistência e inovação editorial.

Considerações

A análise proposta neste artigo, permitiu observar que a história do jornalismo brasileiro não pode ser compreendida de forma plena sem considerar a imprensa negra e suas contribuições para a formação do estado federativo brasileiro e suas formas de produzir comunicação social jornalística.

A permanência da narrativa eurocêntrica sobre a origem do jornalismo reforça um processo de apagamento histórico que não é apenas acadêmico, mas também político, pois limita o reconhecimento das experiências comunicacionais negras como parte constitutiva da trajetória da imprensa nacional.

Nesse contexto, a Alma Preta se apresenta como uma continuidade contemporânea dessa tradição iniciada em 1833 com o "Homem de Cor", ao desenvolver uma prática jornalística comprometida com a denúncia do racismo, valorização de sujeitos historicamente subalternizados e a construção de um manual de redação antirracista.

Sua atuação evidencia que comunicar não é apenas transmitir fatos, sem considerar a responsabilidade social com as populações que são historicamente violentadas no Brasil, mas acima de tudo, disputar

sentidos, restaurar memórias e produzir legitimidade para perspectivas historicamente silenciadas.

Vale destacar, que as iniciativas de imprensa negra do passado, presente e consequentemente do futuro, trabalham também no processo de desfronteirização midiática, ao romper com as barreiras do eurocentrismo e do pensamento único, disputam sentidos em nível nacional e internacional com suas produções jornalísticas e desestabilizam as fronteiras tradicionais e coloniais do se fazer jornalismo.

Assim, conclui-se que a gira ancestral realizada pela população negra no campo da comunicação social jornalística para descolonização do jornalismo, passa necessariamente pelo reconhecimento da imprensa negra como fundamento histórico, político e epistemológico da comunicação brasileira.

Referencias

Adichie, C. N. (2019). *O perigo de uma história única*. Companhia das letras.

Andrade, A. T. de. (2021). *Bixa preta: das narrativas de violência do estado às redes de enfrentamento ao genocídio de homens negros gays*. [Dissertação de mestrado, Universidade Estadual Paulista (UNESP)]. http://hdl.handle.net/11449/216923

Alma Preta Jornalismo. (2023). *Manual de redação: O jornalismo antirracista a partir da experiência da Alma Preta.* Ibirapitanga.

Carine, B. (2025). *E eu, não sou uma intelectual?* Planeta do Brasil.

Moura, C.S. A de. (2021). *Quilombos: Resistência ao escravismo*. Eduespi.

Nascimento, A. do. (1980). *O quilombismo: Documentos de uma militância Pan-Africanista.* Vozes.

Nascimento, C. C. (2025). *Imagens de controle: a perpetuação do racismo na publicidade brasileira* [Universidade Estadual Paulista (Unesp)]. In NASCIMENTO. https://hdl.handle.net/11449/310456

Pinto, A. F. M. (2006). *De pele escura e tinta preta: a imprensa negra do século XIX (1833-1899)* [Universidade de Brasília (UNB)].

Santos, M. (2006). *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.* Record.

Sodré, N. W. (1966). *História da imprensa no Brasil.* Civilização Brasileira.

Souza, J. (2021). *Como o racismo criou o Brasil*. Estação Brasil.

PARTE 2 - FORMAÇÃO

Cinema, juventude e território: documentário participativo como prática de inclusão, tecnologia social e desenvolvimento comunitário

Silvia Aparecida do Carmo Rangel[1]
Vicente Gosciola[2]

Uma investigação aprofundada sobre o documentário participativo enquanto prática educativa nos mostra uma perspectiva capaz de fomentar processos de desenvolvimento comunitário e transformação social. A análise realizada se estrutura a partir da aproximação entre duas experiências audiovisuais situadas em contextos marcadamente distintos: o longa *Sr. Bachmann e Seus Alunos* (2021), dirigido por Maria Speth e ambientado em uma sala de aula multicultural na cidade industrial de Stadtallendorf, na Alemanha, e o curta *Rixas do Badra* (2024), produzido por adolescentes do Projeto Mentes Brilhantes, executado pela AAMAE, no bairro periférico Miguel Badra, em Suzano (SP). Apesar

1. Doutoranda PPGCOM Anhembi Morumbi.
Professora dos cursos de Gestão do Centro Universitário UNIPIAGET.
drasilviarangel@gmail.com
2. Doutor em Comunicação pela PUC-SP.
Professor Permanente do Prog. de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Anhembi Morumbi.
vicente.gosciola@gmail.com

das diferenças geográficas, históricas e socioculturais que caracterizam esses territórios, ambas as obras convergem ao evidenciar o cinema como espaço de escuta, convivência e ressignificação, articulando práticas que valorizam o diálogo, a participação e a construção coletiva de sentidos.

A discussão fundamenta-se nos estudos de documentário, na educomunicação e na educação popular, compreendendo o audiovisual não apenas como linguagem estética, mas como instrumento pedagógico e político capaz de promover a emergência de vozes historicamente silenciadas. O documentário participativo, nesse sentido, desloca os sujeitos filmados da posição de objeto para a de autores de suas próprias narrativas, em consonância com a pedagogia freireana, que enfatiza a escuta ativa, a horizontalidade e a produção compartilhada do conhecimento. Assim, o cinema é concebido como dispositivo de intervenção e formação crítica, especialmente em contextos atravessados por desigualdades, migração, tensões culturais e disputas simbólicas.

A análise de *Sr. Bachmann e Seus Alunos* evidencia a constituição de uma prática pedagógica orientada pela escuta, pelo respeito à diversidade e pela negociação de identidades no espaço escolar. O professor Bachmann atua como mediador de processos formativos que envolvem música, diálogo e reflexão crítica, transformando a sala de aula em um ambiente de convivência intercultural e de resistência às tensões sociais que atravessam a comunidade. Em contraste, *Rixas do Badra* apresenta uma experiência de cinema comunitário em que jovens em situação de vulnerabilidade social assumem integralmente o processo criativo, elaborando uma narrativa que problematiza conflitos cotidianos e propõe alternativas de convivência, como o esporte e o diálogo. O uso de celulares como ferramenta de produção reforça

a democratização do acesso ao audiovisual e amplia as possibilidades de expressão e protagonismo juvenil.

A aproximação entre essas duas obras permite identificar práticas pedagógicas que, embora distintas em metodologia e dinâmica de poder, compartilham a valorização da escuta, da participação e da criação coletiva. Enquanto o documentário alemão se desenvolve em um ambiente institucional mediado por um educador, o curta brasileiro emerge de um contexto comunitário marcado pela autogestão e pela centralidade da juventude. Essas diferenças evidenciam a pluralidade de caminhos possíveis para integrar o audiovisual a processos formativos, ao mesmo tempo em que revelam convergências importantes na construção de vínculos sociais, no fortalecimento da autonomia e na ressignificação dos territórios.

Dessa forma, este artigo busca compreender como as concepções de educação, território e juventude presentes em cada filme podem inspirar práticas comunitárias e políticas públicas voltadas à inclusão social. Ao articular teoria e prática, argumenta-se que o audiovisual, quando apropriado por educadores e jovens, opera como tecnologia social capaz de ampliar repertórios críticos, estimular a criatividade e fortalecer iniciativas comunitárias. Assim, propõe-se que o cinema participativo e o cinema comunitário sejam reconhecidos não apenas como recursos didáticos, mas como práticas formativas e políticas, capazes de contribuir para a construção de territórios mais justos, inclusivos e participativos.

Referencial Teórico

A análise dos documentários parte de três campos conceituais centrais: os estudos de documentário, a educomunicação e a educação

popular. Esses referenciais permitem compreender como o cinema pode atuar como dispositivo de formação crítica, mediação de conflitos e construção de narrativas sobre territórios e juventudes.

Segundo Jean Rouch (2003), o documentário oscila entre o registro do real e a intervenção, funcionando como arma de luta cultural. Em contextos latino-americanos, essa perspectiva se amplia para práticas de documentário participativo, nas quais os sujeitos filmados assumem papéis de codiretores de suas próprias histórias (Aumont & Marie, 2007). Essa abordagem valoriza a autenticidade do vivido e a participação ativa dos personagens, indo além das aparências para revelar verdades ocultas ou adormecidas (Rouch & Morin, 1962).

No campo da educação, Paulo Freire (1996) propõe práticas que rompem com o modelo bancário, rígido e estático, transformando a comunicação em espaço de diálogo, conscientização e criatividade. O cinema, nesse contexto, torna-se laboratório de "educação pela imagem", deslocando o estudante para a posição de produtor de sentido (Keppel, 2015) e protagonista na pedagogia da autonomia.

A noção de território, por sua vez, incorpora dimensões afetivas e de poder (Haesbaert, 2013), sendo compreendida como espaço de vida marcado por disputas simbólicas, estigmas e utopias. Os documentários analisados reinscrevem os territórios a partir do ponto de vista cultural e vivencial dos sujeitos envolvidos, utilizando a câmera como instrumento de renascimento para novas possibilidades. Esses referenciais sustentam a análise das obras, permitindo discutir como o cinema pode promover escuta ativa, protagonismo juvenil e ressignificação de espaços comunitários, articulando práticas pedagógicas inovadoras em contextos de vulnerabilidade social.

Análise dos Filmes

Sr. Bachmann e seus Alunos

O documentário dirigido por Maria Speth acompanha o cotidiano da turma 6B em uma escola pública de Stadtallendorf, cidade industrial alemã marcada por uma história de trabalho forçado e migração. A sala de aula, composta majoritariamente por filhos de imigrantes, torna-se um microcosmo das tensões sociais e culturais presentes no território.

O filme adota uma abordagem observacional de longa duração, registrando não apenas as aulas expositivas, mas também momentos de música, brincadeiras e discussões sobre preconceito e pertencimento.

Figura 1. *O Professor Sr. Bachmann conduz atividades que valorizam a diversidade e o protagonismo*



Nota. Fotograma do filme *Sr. Bachmann e seus Alunos* (2021) de Maria Speth

A figura do professor Sr. Bachmann é central para a narrativa. Sua postura pedagógica se destaca por uma metodologia diferenciada pela escuta ativa, pela valorização das diferenças e pela construção de vínculos afetivos. Ao invés de reproduzir lições prontas, Sr. Bachmann

propõe situações de aprendizagem que estimulam o protagonismo dos alunos, negociando autoridade e horizontalidade.

A sala de aula é apresentada como laboratório documental, onde os estudantes podem experimentar novas formas de convivência e de construção de conhecimento. O filme evidencia como a educação se desenrola em meio a disputas de memória e tensões históricas, mostrando que o espaço escolar é atravessado por camadas de violência e silenciamento. A presença do passado nazista na cidade infiltra-se nas trajetórias dos estudantes, conectando suas biografias às memórias traumáticas do território. Nesse contexto, a escola opera como espaço de resistência e de reinvenção, promovendo a integração e o respeito à diversidade.

Rixas do Badra

O curta-metragem foi produzido por adolescentes do SCFV Mentes Brilhantes, um programa de socialização, fortalecimento de vínculos e fomento ao protagonismo de crianças e adolescentes, desenvolvido na AAMAE (Associação de Assistência a Mulher, ao Adolescente e a Criança Esperança), uma organização social comunitária com foco em projetos de assistência social, educação e cultura, com 27 anos de existência, forte envolvimento com a comunidade e que tem como cenário o bairro Miguel Badra, periferia de Suzano (SP). Um dos maiores desafios da juventude desta região é a vulnerabilidade social e a exposição as drogas, a falta de oportunidades, ausência de lazer, cultura e perspectivas profissionais, e o espaço da organização é lugar de fala, acolhimento e liberdade.

Entre as atividades temos as oficinas que ampliam o conhecimento sobre cinema e fotografia, com sensibilização para o espaço de convivência, fortalecendo a imagem do bairro onde residem. O filme nasce das oficinas de audiovisual que envolvem os jovens a transformarem conflitos cotidianos e a imagem estigmatizada do território em narrativa audiovisual própria.

Figura 2. *Oficina do Projeto Mentes Brilhantes da AAMAE: Cinema Comunitário*



Arquivo Pessoal

O roteiro apresenta brigas de bairro como dramaturgia crítica, com participação dos adolescentes em todas as etapas do processo criativo, aproximando-se do documentário participativo ao transformar vivências cotidianas em matéria narrativa. Uma partida de futebol converte-se na "arma"simbólica para a mediação dos conflitos juvenis, articulando os personagens em um exercício de diálogo e negociação registrado pelas

câmeras dos celulares - dispositivos que, mais do que ferramentas técnicas, operam como mediadores de expressão, autonomia e voz.

A centralidade do celular na produção de Rixas do Badra não se limita à sua função instrumental. Trata-se de um dispositivo que democratiza o acesso à linguagem audiovisual, reduz barreiras técnicas e financeiras e permite que jovens periféricos se apropriem de práticas de criação antes restritas a equipamentos profissionais. O celular, ao integrar câmera, microfone, edição básica e circulação digital, torna-se uma tecnologia de baixo custo que amplia repertórios comunicacionais e viabiliza processos formativos em contextos de vulnerabilidade. Sua presença naturalizada no cotidiano dos adolescentes favorece uma relação de intimidade com a imagem, estimulando espontaneidade, improvisação e experimentação estética. Assim, o dispositivo atua como extensão do corpo e da subjetividade, permitindo que os jovens registrem o território a partir de seus próprios enquadramentos, ritmos e sensibilidades.

A produção reinscreve o bairro como território de criação, onde os jovens negociam identidades, elaboram conflitos e exercitam a convivência diante da câmera. O cinema comunitário, gerenciado pela AAMAE, articula música, fotografia, teatro e curtas-metragens centrados nos desafios e oportunidades vivenciados pelos adolescentes em seus territórios. Nesse contexto, o celular potencializa a circulação das imagens produzidas, permitindo que o filme ultrapasse os limites da oficina e alcance redes sociais, escolas, coletivos e outros espaços comunitários, ampliando o impacto simbólico da obra.

O filme evidencia, portanto, o potencial do audiovisual como tecnologia social, capaz de fortalecer laços, estimular o protagonismo

juvenil e criar espaços de negociação simbólica dentro da comunidade. Ao mobilizar o cinema como prática de intervenção social, Rixas do Badra contribui para a ressignificação do território, permitindo que os jovens se apropriem da palavra, reinterpretando suas histórias e ensaiando outras formas de estar juntos. O curta recusa estereótipos, evidenciando afetos, micropolíticas de convivência e a potência criativa da juventude periférica - potência que se intensifica justamente pela apropriação crítica e inventiva do celular como ferramenta de criação, expressão e cidadania.

Análise Comparativa

A análise dos filmes *Sr. Bachmann e seus Alunos* e *Rixas do Badra* revela tanto aproximações quanto diferenças significativas em relação às práticas pedagógicas, à construção dos territórios e ao protagonismo juvenil.

Ambas as obras utilizam o cinema como ferramenta de escuta, mediação de conflitos e fortalecimento de vínculos. Tanto na sala de aula multicultural de Stadtallendorf quanto nas oficinas comunitárias do bairro Miguel Badra, o audiovisual é empregado para dar voz a sujeitos historicamente marginalizados, permitindo que crianças e adolescentes narrem suas próprias experiências e ressignifiquem os espaços que habitam. Em ambos os contextos, a escuta ativa e o diálogo são centrais para a construção de relações de confiança e para o desenvolvimento da autonomia dos jovens. Outro ponto comum é a recusa dos estereótipos e das narrativas redutoras sobre os territórios. Os filmes evidenciam que tanto a cidade de Stadtallendorf quanto o bairro Miguel Badra são marcados por desigualdades, memórias traumáticas e estigmas sociais, mas

também são espaços de potência, criatividade e reinvenção. A câmera, ao registrar o cotidiano e os conflitos, desacelera tensões e possibilita a experimentação de novas formas de convivência, trazendo a paz como regra para o desenvolvimento.

Apesar das semelhanças, há diferenças importantes nos modos de produção e nos contextos institucionais. *Sr. Bachmann e seus Alunos* se passa em uma escola formal, com um professor que atua como mediador e facilitador do processo educativo, enquanto *Rixas do Badra* emerge de uma iniciativa comunitária, em que os próprios adolescentes assumem papéis de roteiristas, atores e diretores. Essa distinção impacta as metodologias: no primeiro, a sala de aula é o laboratório de experimentação; no segundo, as ruas e oficinas comunitárias são o espaço de criação e intervenção. Além disso, o documentário alemão enfatiza a negociação de autoridade e horizontalidade em um ambiente institucional, enquanto o curta brasileiro destaca a autogestão e o protagonismo juvenil em um contexto de vulnerabilidade social.

O passado histórico de Stadtallendorf, marcado pelo trabalho forçado e pela presença de migrantes, contrasta com a realidade do Miguel Badra, onde a violência simbólica e a exclusão social são enfrentadas por meio da arte e da coletividade. A comparação entre os filmes evidencia que, independentemente do contexto, o cinema pode operar como dispositivo de formação crítica, promovendo a escuta, a convivência e a ressignificação dos territórios. As experiências analisadas inspiram práticas educativas que valorizam a diversidade, a criatividade e o compromisso com a justiça social, demonstrando que a educação por meio da imagem tem potencial para transformar tanto a escola quanto a comunidade. Seus impactos são efetivos e configuram uma realidade

passível de ser reproduzida em outras localidades, desde que adaptada às especificidades de cada contexto.

O Audiovisual como Tecnologia Social e Prática Pedagógica

A utilização do audiovisual em contextos educativos e comunitários tem se consolidado como uma das mais potentes estratégias de formação crítica e desenvolvimento social na contemporaneidade. Quando apropriado por educadores, jovens e coletivos comunitários, o cinema participativo deixa de ser apenas uma linguagem artística e passa a operar como tecnologia social, isto é, como um conjunto de métodos, práticas e processos capazes de promover transformação social, autonomia e fortalecimento de vínculos comunitários.

Essa perspectiva dialoga diretamente com a educomunicação, com a pedagogia freireana e com abordagens críticas da educação que compreendem o sujeito como produtor de sentidos e não como mero receptor de conteúdo. O audiovisual, nesse contexto, torna-se um dispositivo de leitura e escrita do mundo, permitindo que jovens expressem suas vivências, questionem desigualdades e construam novas narrativas sobre si e seus territórios.

A seguir, aprofunda-se cada uma das dimensões formativas que emergem do cinema participativo.

Autonomia como fundamento da formação crítica

A produção audiovisual participativa exige que os jovens tomem decisões, negociem ideias, assumam responsabilidades e construam coletivamente um produto final. Trata-se de um processo que desloca

os participantes de uma posição passiva - frequentemente associada às práticas escolares tradicionais - para uma postura ativa, investigativa e autoral. Essa dinâmica favorece o desenvolvimento de uma autonomia que é simultaneamente intelectual, criativa, ética e política.

Na perspectiva freireana, a autonomia não se constitui como um estado fixo ou como uma competência isolada, mas como um processo contínuo, construído na prática social, na relação dialógica e na articulação entre ação e reflexão. Paulo Freire enfatiza que sujeitos autônomos são aqueles capazes de interpretar criticamente o mundo, posicionar-se diante dele e transformá-lo. O cinema participativo materializa esse princípio ao engajar os jovens em atividades que exigem reflexão, tomada de decisão e responsabilidade coletiva: escrever roteiros, operar câmeras, editar imagens, organizar cenas, discutir temas relevantes e negociar sentidos.

Nesse contexto, a autonomia não se limita ao domínio técnico dos equipamentos ou das etapas de produção. Ela se manifesta como autonomia epistemológica, isto é, como a capacidade de reconhecer-se como produtor de conhecimento. Ao elaborar narrativas sobre seu território, ao problematizar conflitos cotidianos e ao propor soluções criativas, os jovens passam a compreender que suas experiências têm valor, que suas histórias merecem ser contadas e que eles são capazes de interpretar criticamente a realidade que habitam. Esse reconhecimento é fundamental para romper com lógicas de silenciamento que historicamente atravessam juventudes periféricas.

Além disso, a autonomia construída no processo audiovisual envolve dimensões éticas e políticas. Ao decidir como representar o bairro, quais conflitos abordar, que personagens incluir e quais mensagens

transmitir, os jovens exercitam responsabilidade coletiva e consciência social. Eles aprendem a lidar com divergências, a negociar perspectivas e a construir consensos, desenvolvendo competências essenciais para a participação cidadã. O audiovisual, nesse sentido, torna-se um espaço de experimentação democrática, onde se praticam formas de convivência, escuta e cooperação.

A autonomia também se expressa na relação com as tecnologias. O uso de celulares como ferramentas de produção amplia a capacidade dos jovens de registrar, editar e circular suas narrativas sem depender de equipamentos profissionais ou de mediações externas. Essa apropriação crítica das tecnologias móveis reforça a ideia de que a autonomia é também tecnológica: ao dominar dispositivos acessíveis e presentes em seu cotidiano, os jovens ampliam sua agência comunicacional e sua capacidade de intervir simbolicamente no território.

Assim, a produção audiovisual participativa não apenas desenvolve habilidades técnicas, mas promove uma formação crítica que articula saberes, práticas e experiências. Ao transformar jovens em autores de suas próprias narrativas, o cinema participativo contribui para a construção de sujeitos mais conscientes, criativos e capazes de atuar na transformação de suas comunidades.

Criatividade como potência de reinvenção do território

O audiovisual convoca a imaginação, a experimentação e a invenção de novas formas de narrar o cotidiano. Em territórios marcados por estigmas, como periferias urbanas, a criatividade torna-se ferramenta de resistência simbólica. Ao transformar conflitos, afetos e vivências em linguagem cinematográfica, os jovens reinventam seus

espaços e constroem novas possibilidades de existência. A criatividade, nesse sentido, não é mero adorno estético: é uma forma de reconfigurar o olhar sobre o território, de romper com narrativas hegemônicas e de afirmar a potência cultural das comunidades.

Consciência crítica e leitura política da realidade

O cinema participativo estimula a reflexão sobre temas como desigualdade, violência simbólica, racismo, migração, pertencimento e convivência. Ao discutir o que filmar, como filmar e por que filmar, os jovens exercitam uma leitura crítica da realidade. Freire chama esse processo de "consciência crítica", que se opõe à consciência ingênua e à adaptação passiva ao mundo. O audiovisual, ao permitir que os jovens revisitem suas próprias imagens, amplia a capacidade de análise e de compreensão das estruturas sociais que atravessam suas vidas. Essa dimensão crítica é fundamental para a formação cidadã e para o fortalecimento de práticas democráticas.

Desenvolvimento de habilidades socioemocionais

A produção audiovisual envolve cooperação, escuta, negociação, resolução de conflitos, empatia e responsabilidade coletiva. Essas habilidades socioemocionais são essenciais para a convivência e para o desenvolvimento integral dos jovens. Ao trabalhar em equipe, os participantes aprendem a lidar com frustrações, a respeitar diferenças, a valorizar contribuições diversas e a construir soluções conjuntas. Essas competências são reconhecidas por políticas educacionais

contemporâneas — como a BNCC (Base Nacional Comum Curricular) — como fundamentais para a formação integral.

Pertencimento e identidade territorial

O audiovisual permite que os jovens se vejam e se reconheçam em suas próprias narrativas. Ao filmar o bairro, a escola, a comunidade, eles constroem um sentimento de pertencimento e ressignificam espaços frequentemente associados à violência ou à marginalização. Território, aqui, não é apenas espaço físico, mas espaço simbólico, afetivo e político. A câmera torna-se mediadora de vínculos e instrumento de afirmação identitária. Ao narrar suas histórias, os jovens afirmam: "Nós existimos, temos voz e temos valor". Esse processo é fundamental para combater estigmas e fortalecer a autoestima coletiva.

Mediação de conflitos e construção de convivência

O cinema participativo cria espaços de diálogo e reflexão sobre conflitos cotidianos. Ao transformar tensões em narrativas audiovisuais, os jovens exercitam a escuta, a argumentação e a busca por soluções pacíficas. No caso de *Rixas do Badra*, por exemplo, a própria narrativa propõe o esporte e o diálogo como alternativas à violência. Esse processo evidencia que o audiovisual pode funcionar como ferramenta de mediação simbólica, permitindo que conflitos sejam reelaborados e compreendidos de forma mais ampla. A mediação de conflitos, nesse contexto, não é apenas temática, mas também metodológica: filmar exige cooperação, respeito e negociação constante.

Leitura crítica do território e produção de novas narrativas

Ao registrar o cotidiano, os jovens desenvolvem uma leitura crítica do território, identificando problemas, potências e contradições. Essa leitura é ampliada quando as imagens são revisadas, discutidas e editadas coletivamente. O audiovisual permite que o território seja visto de dentro, a partir das perspectivas de quem o vive. Isso rompe com narrativas externas e estigmatizantes, produzindo representações mais complexas, humanas e plurais. Essa dimensão é central para políticas públicas que buscam fortalecer identidades locais e promover desenvolvimento comunitário.

Audiovisual e Políticas Públicas: articulações necessárias

As dimensões formativas desenvolvidas pelo cinema participativo dialogam diretamente com políticas públicas de:

- **juventude**, ao promover protagonismo e participação social;
- **educação integral**, ao articular dimensões cognitivas, socioemocionais e culturais;
- **cultura**, ao democratizar o acesso à produção audiovisual;
- **assistência social**, ao fortalecer vínculos comunitários e prevenir violências;
- **direitos humanos**, ao promover escuta, diversidade e inclusão;
- **comunicação**, ao garantir o direito à expressão e à produção de narrativas próprias.

O audiovisual, enquanto tecnologia social, pode ser incorporado em escolas, organizações sociais, centros culturais, políticas de juventude e programas de prevenção à violência. Sua eficácia está justamente na capacidade de articular formação crítica, expressão criativa e fortalecimento comunitário. O cinema participativo desenvolve:

- **autonomia**, ao colocar jovens como autores;
- **criatividade**, ao reinventar narrativas e territórios;
- **consciência crítica**, ao estimular reflexão sobre desigualdades;
- **habilidades socioemocionais**, ao promover cooperação e diálogo;
- **pertencimento**, ao fortalecer identidades e vínculos;
- **mediação de conflitos**, ao transformar tensões em reflexão;
- **leitura crítica do território**, ao produzir novas representações.

Esses elementos são essenciais para práticas educativas comprometidas com a justiça social e para políticas públicas que buscam promover inclusão, cidadania e desenvolvimento comunitário.

Considerações Finais

A análise dos documentários *Sr. Bachmann e Seus Alunos* e *Rixas do Badra* evidencia que o audiovisual, quando integrado a práticas educativas, transcende sua função estética e comunicacional para se constituir como uma **tecnologia social** — isto é, como um conjunto de métodos, processos e saberes construídos coletivamente, capazes

de promover transformação social, fortalecer vínculos comunitários e ampliar a participação cidadã. Em contextos marcados por desigualdades, estigmas e disputas simbólicas, o cinema participativo emerge como ferramenta estratégica para democratizar a comunicação, estimular o protagonismo juvenil e ressignificar territórios historicamente marginalizados.

Ao longo deste trabalho, ficou claro que a escuta ativa, o protagonismo juvenil e a valorização das experiências locais não apenas enriquecem o processo educativo, mas também operam como dispositivos de reconstrução simbólica e afetiva dos espaços de vida. Tanto na sala de aula multicultural de Stadtallendorf quanto nas oficinas comunitárias do Miguel Badra, o audiovisual se mostrou capaz de criar ambientes de convivência, diálogo e reflexão crítica, nos quais jovens podem se reconhecer como sujeitos de direitos, produtores de cultura e agentes de transformação.

O cinema, ao ser apropriado por jovens e educadores, revela-se como tecnologia social porque articula três dimensões fundamentais:

1. **Metodológica**, ao propor práticas colaborativas, horizontais e dialógicas;
2. **Pedagógica**, ao promover autonomia, criatividade e consciência crítica;
3. **Comunitária**, ao fortalecer vínculos, identidades e pertencimento territorial.

Essas dimensões se materializam na prática quando os participantes assumem papéis de roteiristas, diretores, atores e mediadores de conflitos, exercitando competências socioemocionais e cognitivas que

extrapolam o campo artístico. A câmera, nesse contexto, não é apenas instrumento técnico, mas mediadora de relações, catalisadora de aprendizagens e promotora de novas formas de convivência.

Uma contribuição original deste estudo está justamente na articulação entre teoria e prática: ao conectar referenciais clássicos da educação popular, da educomunicação e do documentário participativo com experiências concretas de produção audiovisual, foi possível demonstrar que metodologias baseadas na escuta, na cooperação e na criação coletiva são fundamentais para a promoção de uma educação mais democrática, sensível às realidades locais e comprometida com a justiça social. O cinema participativo, ao deslocar jovens da posição de espectadores para a de autores, rompe com modelos hierárquicos de ensino e amplia o repertório de experiências formativas.

Como desdobramento, sugere-se que projetos educativos, organizações sociais e políticas públicas considerem o cinema comunitário não apenas como ferramenta de expressão artística, mas como estratégia estruturante de inclusão, formação crítica e mobilização social. Em territórios vulneráveis, onde a ausência de políticas culturais e educacionais é frequentemente acompanhada por estigmas e violências simbólicas, o audiovisual pode funcionar como ponte entre escola, comunidade e poder público, contribuindo para a construção de redes de proteção e pertencimento.

A experiência analisada aponta para a necessidade de ampliar espaços de participação, diálogo e protagonismo juvenil, reconhecendo que o audiovisual, enquanto tecnologia social, tem potencial para transformar relações, fortalecer identidades e promover justiça social. Ao permitir que jovens narrem suas próprias histórias, o cinema contribui

para a construção de novas representações sobre territórios periféricos e sobre a juventude que neles habita, rompendo com discursos estigmatizantes e abrindo caminhos para novas formas de reconhecimento.

Por fim, este trabalho convida educadores, pesquisadores e gestores a repensarem o papel do cinema, da comunicação e da educomunicação na escola e na comunidade. Apostar em práticas que valorizem a diversidade, a escuta e a construção coletiva de sentidos é apostar em uma educação que reconhece a potência dos sujeitos e de seus territórios. O desafio que se coloca é transformar o audiovisual em instrumento de cidadania, capaz de inspirar novas formas de convivência, pertencimento e transformação social — e, sobretudo, capaz de afirmar que toda comunidade tem o direito de contar sua própria história.

Referências

Aumont, J., & Marie, M. (2007). *Dicionário teórico e crítico de cinema*. Papirus.

Freire, P. (1987). *Pedagogia do oprimido*. Paz e Terra.

Freire, P. (1996). *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. Paz e Terra.

Haesbaert, R. (2013). *O mito da desterritorialização: Do "fim dos territórios" à multiterritorialidade*. Bertrand Brasil.

Keppel, A. (2015). *Educação pela imagem: Práticas pedagógicas no audiovisual*.

Projeto Mentes Brilhantes. (2024). *Rixas do Badra* [Filme]. AAMAE – Associação de Assistência à Mulher, ao Adolescente e à Criança Esperança.

Rouch, J. (2003). *Ciné-ethnography*. University of Minnesota Press.

Rouch, J., & Morin, E. (1962). *Chronique d'un été* [Filme]. Argos Films.

Soares, I. O. (2011). *Educomunicação: O conceito, o profissional, a aplicação*. Paulinas.

Speth, M. (2021). *Sr. Bachmann e seus alunos* [Filme]. Madonnen Film.

O OLHAR ATENTO: O DOCUMENTÁRIO NA ESCOLA COMO CONTRADISPOSITIVO

Érico Monnerat[1]
Andrea Versuti[2]

Segundo a pesquisa TIC Educação 2024, ao serem perguntados sobre plataformas e redes sociais utilizadas, 94% dos alunos dos anos finais do ensino fundamental e 97% do ensino médio declaram usar o YouTube; no TikTok, os percentuais são de 50% (anos finais do fundamental) e 63% (ensino médio), enquanto no Instagram chegam a 80% e 93%, respectivamente. Esses números evidenciam a presença constante das plataformas de vídeo no cotidiano de crianças e adolescentes (Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR [NIC.br], 2025). Por outro lado, na mesma pesquisa, quando a pergunta é sobre o apoio dos professores no uso de tecnologias digitais, no mesmo recorte de tempo, somente 30% dos alunos dos anos finais do ensino fundamental e 48% do ensino médio reportaram ter conversado com

1. Doutorando em Educação, Universidade de Brasília.
Professor Instituto de Educação Superior de Brasília (IESB)
ericomonnerat2@gmail.com
2. Doutora em Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).
Professora da Universidade de Brasília. Membro permanente do Programa de Pós- Graduação em Educação (PPGE).
andrea.versuti@gmail.com

os docentes sobre como as informações que buscam, postam ou curtem na internet são usadas para lhes enviar propaganda ou recomendações (NIC.br, 2025, p. 25).

Esses dados sugerem que existe uma distância considerável entre o consumo dos vídeos e o entendimento dos mecanismos envolvidos na circulação, curadoria e recomendação de conteúdos por meio das plataformas. Esse hiato é especialmente importante se considerarmos as orientações dos documentos que guiam as políticas públicas sobre o tema.

A Base Nacional Comum Curricular destaca que os alunos devem saber:

> Utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva. (Ministério da Educação [MEC], 2018, p. 9)

No caso da Política Nacional de Educação Digital (PNED), a *Lei nº 14.533* (2023), ao instituir a política, reforça o objetivo de garantir educação digital nos ambientes escolares, articulando letramento e competências digitais a princípios ligados à cultura digital e à proteção e segurança, incluindo a dimensão de direitos e dados pessoais. Seguindo esta mesma perspectiva, a Estratégia Brasileira de Educação Midiática (EBEM) sintetiza sua missão como: "Promover o desenvolvimento de habilidades e competências… para compreensão, análise, engajamento e produção crítica […] de forma criativa, saudável, consciente e cidadã" (Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República [Secom], 2023, p. 21).

No contexto atual, em que alunos são simultaneamente consumidores e produtores, torna-se essencial discutir o papel da educação midiática diante de desafios contemporâneos como a plataformização (Poell et al., 2020), a datificação e monitoramento social (Van Dijck, 2017), o design persuasivo (5Rights Foundation, 2023; Su et al., 2021) e a curadoria algorítmica, ao mesmo tempo em que se delineiam propostas pedagógicas capazes de sustentar participação crítica, reflexiva e saudável no ambiente digital (Assis et al., 2025; NIC.br, 2025).

David Buckingham (2022) sustenta que a educação midiática é um pré-requisito básico da cidadania contemporânea, um direito fundamental. Mas argumenta que muitas vezes os debates sobre o uso das mídias pelos jovens são contextualizados de forma binária, entre riscos e benefícios, e pelo seu uso instrumental. O autor aponta que nem sempre a consciência dos riscos se traduz em prevenção aos danos, assim como a participação criativa dos estudantes em atividades de produção pode perder o sentido sem um viés crítico, o que indica a existência de uma dinâmica contínua entre as habilidades de leitura e escrita, ação e reflexão como proposta pedagógica (Buckingham, 2022, p. 86).

A partir dessa análise, propomos reflexões teóricas sobre a prática documental (Guzmán, 2017) e a construção de um quadro com exemplos de dispositivos fílmicos documentais (Migliorin et al., 2016), de modo a orientar ações pedagógicas que enfatizem a observação e a escuta, os tempos mais longos, a reflexividade na montagem e a autoria compartilhada, assim como fomentar formas de circulação alternativas às plataformas, com ênfase na experiência comunitária e coletiva, por meio de exibições na escola, no bairro, em cineclubes e festivais.

As redes sociais como dispositivo

Giorgio Agamben (2009) argumenta que, embora seja um termo fundamental na estratégia de pensamento de Foucault, o filósofo francês nunca deu uma definição fechada sobre a palavra "dispositivo". Entretanto, defende que três pontos ajudam a compreender a acepção foucaultiana do termo:

> É um conjunto heterogêneo, que inclui virtualmente qualquer coisa, linguístico e não linguístico no mesmo título: discursos, instituições, edifícios, leis, medidas de segurança, proposições filosóficas etc. O dispositivo em si mesmo é a rede que se estabelece entre esses elementos. 2. O dispositivo tem sempre uma função estratégica concreta e se inscreve sempre em uma relação de poder. 3. É algo de geral (um réseau, uma "rede") porque inclui em si a episteme, que para Foucault é aquilo que, em certa sociedade, permite distinguir o que é aceito como enunciado científico daquilo que não é científico. (Agamben, 2009, pp. 29-30)

A partir dos pontos acima, propomos analisar como as plataformas de redes sociais, especialmente as orientadas para a circulação de imagens, operam como um dispositivo, no sentido foucaultiano, atuando como "produtores de saber, multiplicadores de discursos, indutores de prazer e geradores de poder" (Foucault, 1999, p. 35). Para isso, seguimos a proposição do filósofo francês, segundo a qual é necessário observar as condições de surgimento e funcionamento para compreender as estratégias de poder imanentes a essa vontade de saber: como se formam, quais fatos ocultam e quais são explicitados.

Uma breve vista na história pode nos auxiliar a entender como chegamos ao contexto atual de ubiquidade dessas plataformas. Durante

os primeiros anos da internet, a circulação de informações se deu de maneira mais livre e descentralizada. Os *links* eram as principais formas de acesso aos sites, e a navegação se dava, em grande parte, por meio da pesquisa do usuário em *sites* de busca ou redirecionamento dentro de sites que operavam de forma não coordenada. Havia, então, uma crença utópica com princípios como a *web* aberta, inteligência distribuída, igualdade entre usuário e nos sistemas colaborativos que se enfraquecem a partir da plataformização (Beiguelman, 2021; Poell et al., 2020). A internet passa a funcionar como um espaço dominado por algumas poucas corporações, pelos pedágios dos *logins* nas principais lojas de aplicativos e pela navegação nas bolhas individualizadas das grandes redes sociais. Não seria por isso exagerado dizer que a primeira vítima da *Web 2.0* e seu regime de cidadelas fortificadas é o *link* e o que a cultura das conexões desautorizadas promove (Beiguelman, 2021, p. 74).

Segundo Poell et al. (2020), a *Web 2.0* aparece como um conceito que, por volta de 2005, entrou no léxico popular para apontar que a internet havia se tornado uma plataforma para usuários e empresas. Esse discurso será apropriado por serviços como o *YouTube* e o *Facebook*, que passam a se chamar de plataformas de redes sociais. Gillespie (2010) destaca que a escolha dessa metáfora por parte das *Big Techs* não é neutra; pelo contrário, destaca elementos atrativos, como a visibilidade e a igualdade, e esconde pontos problemáticos, como quem orienta essas conexões, por exemplo. Assim, retornando a Foucault (1999), a adoção desse termo pode ser considerada um ato discursivo estratégico por parte das empresas de tecnologia. Como ele aponta, o discurso pode ser percebido como segmentos descontínuos, em que a função tática não é estável ou uniforme, o "que supõe de variantes e de efeitos diferentes

segundo quem fala, sua posição de poder, o contexto institucional em que se encontra; com o que comporta de deslocamentos e de (re) utilizações de fórmulas idênticas para objetivos opostos" (Foucault, 1999, p. 48).

Nesse caminho de compreender a posição de poder e os contextos institucionais, parece-nos produtivo destacar a descrição de Poell et al. (2020, p. 4) para as plataformas: "infraestruturas digitais (re)programáveis que facilitam e moldam interações personalizadas entre usuários finais e complementadores, organizadas por meio de coleta sistemática, processamento algorítmico, monetização e circulação de dados". A partir dela, podemos elencar alguns dos elementos cruciais para entender o contexto de realização de vídeos e as consequências que a adoção dos modelos propostos por essas plataformas implicam na organização do poder e dos discursos.

Em primeiro lugar, a coleta sistemática de dados é o elemento crucial para o funcionamento dessas companhias. A partir da interação com as plataformas, ao fazer vídeos, curtir postagens e comentar, por exemplo, é possível identificar as ações dos usuários, "rastrear, otimizar o engajamento, ampliar a retenção e a monetização dos usuários" (Poell et al., 2020, p. 7). Com essas informações coletadas nessas interações, as redes sociais podem organizá-las, definindo perfis de consumidores, e oferecê-las para as empresas como um ativo. Para Zuboff (2021), esse processo é tornado opaco aos usuários, na medida em que os serviços digitais se oferecem muitas vezes como gratuitos e a dimensão da distribuição das informações reunidas não é informada. O Guia de Telas do Governo Federal também nos adverte que as plataformas utilizam essa aparente gratuidade para atrair o usuário enquanto "coletam e transacionam dados sobre você sem que se

perceba" para monetizar anúncios (Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República [Secom], 2024, p. 17). Essa opacidade atua estrategicamente para "ofuscar seus modelos de negócios e infraestruturas tecnológicas" (Poell et al., 2020, p. 3).

Mais uma vez, voltamos à força do discurso, que se utiliza de termos aparentemente neutros, como algoritmo, palavra oriunda da lógica e da matemática, definida, a princípio, como uma sequência finita de instruções, para orientar não apenas nossas relações de consumo, mas também nossas relações pessoais, políticas e afetivas. Como observa Beiguelman (2021), "nesse sentido, pode-se afirmar que os algoritmos são o aparato disciplinar de nossa época, que ganha eficiência quanto mais as pessoas procuram responder a suas regras para se tornarem visíveis" (p. 15).

Aqui, é relevante notar como Deleuze (2008), em texto originalmente publicado em 1990, portanto, antes da expansão da internet, já indicava que "o *marketing* é agora o instrumento de controle social, e forma a raça impudente de nossos senhores. O controle é de curto prazo e de rotação rápida, mas também contínuo e ilimitado" (p. 224). Ao formular o conceito de sociedade de controle, o autor aponta para um deslocamento importante do capitalismo, que passa a ser dirigido cada vez mais em torno da circulação, dos serviços e do *marketing*, e menos para a produção, no sentido estrito. Nesse contexto, "os indivíduos tornaram-se 'dividuais', divisíveis, e as massas tornaram-se amostras, dados, mercados ou 'bancos'" (Deleuze, 2008, p. 222). Assim, é possível pensar que, com o desenvolvimento das tecnologias de coleta e processamento de dados, esse modelo se intensifica, no que Shoshana Zuboff (2021) viria conceituar como capitalismo de vigilância, com

formas mais refinadas de controle, nas quais os próprios usuários passam a ser incorporados como matéria-prima, produtores de dados e ativos econômicos que serão vendidos aos anunciantes, reforçando os mecanismos de controle social.

No caso do "dispositivo redes sociais", destacamos como segundo estágio a forma como ele avança da coleta de dados para a organização de regras, discursos e "medidas de segurança" que orientam a forma como os usuários vão interagir e produzir dentro de seus espaços. Colocado de outra forma, as plataformas não apenas recebem passivamente esses dados, mas estabelecem estratégias concretas para guiar como deve ser esse consumo e quais participações terão ou não destaque, ou seja, como acontecerá o controle. Como pontua Tarleton Gillespie (2018):

> Essas estruturas certamente não são neutras: elas são projetadas para convidar e moldar a participação, visando a fins específicos. Isso inclui que tipo de participação elas convidam e encorajam; o que é exibido primeiro ou com maior destaque; como as plataformas projetam a navegação do conteúdo para o usuário e para a troca; as pressões exercidas pelos modelos de precificação e receita; e como organizam a informação por meio de ordenação algorítmica, privilegiando alguns conteúdos em detrimento de outros, de maneiras opacas. E inclui o que não é permitido, e, como e por que policiam conteúdos e comportamentos inadequados. (p. 5)

Todo esse arranjo de trocas mediadas pela plataforma, a navegação e a produção de conteúdos tornam-se vigiadas, organizadas e capturadas pelo discurso de neutralidade. Nesse sentido, operam mais uma vez de forma aproximada à noção de dispositivo formulada por Foucault e retomada por Agamben (2009), compreendida como uma

rede estratégica capaz de "capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes" (Agamben, 2009, p. 40).

Especificamente sobre o controle e a modelagem dos gestos, cabe esmiuçar algumas das estratégias utilizadas pelas plataformas nesse processo. No Guia de Telas, o design manipulativo é definido como um "conjunto de práticas e conhecimentos que têm como objetivo influenciar o comportamento do usuário; não para o seu melhor interesse e bem-estar, mas para o objetivo de manipulá-lo para que aja conforme os interesses da plataforma digital" (Secom, 2024, p. 34). Dentre essas práticas, o guia destaca o apelo emocional por meio de ícones tristes para manter o usuário na página, políticas de privacidade inacessíveis, muitas opções de compartilhamento (para coletar dados pessoais) e procedimentos que dificultam a revogação de consentimento.

Analisando as plataformas de redes sociais, Valença Santos (2025) destaca os padrões de Captura de Atenção (Attention Capture) e Investimento Social (Social Investment) como pilares dessas redes. Recursos como o número de visualizações, as reações às postagens e os comentários de amigos e seguidores criam um padrão de vinculação do usuário com a plataforma, fortalecendo uma ideia de consumo em que somente o uso constante (seja no Instagram, Facebook, YouTube ou TikTok, por exemplo) evitaria a perda do "progresso" das ações e do tempo já despendido nelas, tornando-se, assim, uma rotina necessária. Esse círculo vicioso também é mantido pelos padrões de Reprodução Automática (Autoplay) e Puxar para Atualizar (Pull-to-refresh): o primeiro ativa o recurso próximo vídeo, mantendo os usuários consumindo conteúdos de forma contínua, ao passo que o segundo consiste na rolagem infinita,

que carrega novidades na parte inferior ininterruptamente (Valença Santos, 2025). O dispositivo rede social opera, assim, de um lado incentivando o uso contínuo e, de outro, mascarando suas lógicas de retenção de atenção.

Dentro desse processo, os realizadores de vídeo têm um papel muito relevante, pois vêm deles os conteúdos que serão consumidos e datificados dentro das plataformas. São eles as faces visíveis, os responsáveis pela produção do discurso e pela orientação dos desejos; contudo, como nos aponta Foucault sobre o funcionamento dos dispositivos, isso não é feito apenas em um único sentido: esses criadores também são moldados por possibilidades e rejeições impostas pela interface. Existem para eles também interdições e normas algorítmicas que vão guiar o que pode ou não ser produzido e o que será divulgado ou invisibilizado nessas redes. O termo produsador (produser) (Beiguelman, 2021) é importante nessa compreensão, pois, derivado do inglês, apresenta uma fusão de producer + user, destacando o conceito de um usuário da internet que, ao mesmo tempo, produz e consome conteúdo. Dessa forma, na formulação foucaultiana de saber-poder, podemos pensar os criadores auxiliando o algoritmo a identificar e classificar as pessoas, constituindo um saber a partir do qual as plataformas exercem o seu poder: treinando, condicionando e vigiando esses usuários e também os próprios criadores.

O discurso das plataformas: análise dos sites da Meta e TikTok voltados para os criadores de conteúdo

Tomando como referência a metodologia de análise de discurso proposta por Rosalind Gill (2002), faremos a seguir uma leitura das páginas oficiais do Instagram e do TikTok destinadas aos criadores de

conteúdo, ou seja, o espaço institucional em que a voz da plataforma se manifesta de maneira direta. Neste processo, buscamos compreender quais formas de discurso são empregadas para a orientação e a normatização dos conteúdos a serem criados para essas redes sociais. Interessa-nos perceber quais táticas textuais e imagéticas são utilizadas nos enunciados como parte dessa estratégia de controle. Por essa razão, optamos por reproduzir os textos diretamente, para que seja possível verificar a forma e o contexto em que operam, pois, conforme define a autora, "uma análise de discurso é uma leitura cuidadosa, próxima, que caminha entre o texto e o contexto, para examinar o conteúdo, organização e funções do discurso" (Gill, 2002, p. 266)

Instagram: criadores de conteúdo

O site em português para criadores de conteúdo do Instagram apresenta uma tela inicial em fundo preto, em que um título em branco aparece destacado: "Inspirando a criatividade que une as pessoas". Logo abaixo, um botão em rosa e laranja convida: "Vamos criar". Seguindo a rolagem da página, vemos um gif com imagens representando o perfil desejado: jovens, descolados, interagindo com a câmera, com uso de filtros que carregam cores saturadas; todos parecem felizes.

Descendo a rolagem, vemos a seção que identifica os diferentes tipos de vídeo, suas respectivas funções e um curto texto publicitário que orienta as ações possíveis dentro de cada modalidade (grifos nossos):

Quadro 1. *Descrição das categorias de postagem no Instagram*

Formato	Orientação da plataforma
REELS	Poste reels para que suas ideias tenham o maior palco de todos: Aumente e divirta seu público com vídeos curtos. Seu próximo reel pode ser o que alcança milhões.
STORIES	Compartilhe stories e convide as pessoas para seu dia a dia: conecte-se de forma espontânea com seus amigos e seguidores.
LIVE	Inicie uma transmissão ao vivo para curtir o momento com outras pessoas: responda a perguntas, faça um streaming ao vivo de apresentações, converse sobre novos projetos e muito mais.
PERFIL	Destaque suas lembranças favoritas no perfil: a maneira perfeita para que qualquer pessoa conheça você e seu tipo de conteúdo.

Nota. Texto extraído da própria plataforma. Recuperado em 4 de maio de 2026, de https://creators.instagram.com/?locale=pt_BR

Essa divisão já destaca algumas das estratégias da plataforma: em primeiro lugar, organizar dentro de categorias próprias como os vídeos devem ser realizados pelos criadores, como estes devem pensar o conteúdo, a duração e o potencial de alcance. Dessa forma, o discurso coordena como os diferentes momentos da vida dos realizadores devem ser encaixados para que os usuários finais saibam antecipadamente o que vão encontrar. É aí que é possível pensar na lógica de uma otimização da coleta de dados e de uma captura da atenção. Os *reels* são para vídeos divertidos e curtos, e serão distribuídos para um público amplo, em *autoplay*. Os *stories* são para os momentos do dia, devem ser espontâneos para se comunicar com um público já seguidor; as *lives* são voltadas para a transmissão em tempo real; e o perfil, por permanecer fixo, presta-se a manter as lembranças dentro da plataforma.

Podemos deduzir que essas categorias ocultam as intenções do Instagram para público e criadores. Para o público, na medida em que,

ao escolher as diferentes abas de forma automatizada, vai encontrar um conteúdo que se alinhe ao tempo e à forma de consumo possível naquele momento: navegar de forma aleatória por muitos *reels* (vídeos curtos), sem que seja exigido um grande nível de concentração, por exemplo. Para os criadores, essas categorias também servirão como regras para que eles possam produzir em função do que o algoritmo potencialmente venha a entregar. Mais do que isso, ao propor em que momento da vida cada vídeo deve estar presente, o discurso orienta também a forma como esses corpos vão se sujeitar à rede. Um arranjo de forças, ou, como Deleuze e Guattari (2008) definiriam, um agenciamento maquínico, em que a máquina Instagram não apenas conecta, mas captura e modula os desejos dos usuários e as possibilidades e desejos dos criadores, orientando a própria forma de viver, criar e orientar os discursos dentro dessa engrenagem.

Descendo na rolagem, o discurso de criatividade e expressão livre aparece novamente: "Expresse todas as facetas da sua criatividade. Não há uma forma certa de usar o Instagram. Descubra as diversas formas de personalizar". Ao lado, três botões orientam a navegação. Faremos aqui um resumo do que encontramos em cada um deles.

1 — Encontrar sua inspiração: "Você não precisa começar do zero. Muitas vezes, as grandes ideias surgem ao notar o que já existe: um som, uma dança ou uma tendência. O Instagram facilita a captura desses momentos e o desenvolvimento com base neles".

Nesta página, o potencial criador encontra a descrição de ferramentas que podem facilitar o processo de criação, com destaque para a possibilidade de colaboração com outros usuários, o *remix* (possibilidade de juntar com outro *reel* já existente) e os modelos (formatos

pré-organizados de edição e cor). Essas características apontam para o princípio da variabilidade descrito por Manovich (2005), isto é, a possibilidade de criação de múltiplas versões e combinações a partir dos mesmos dados. O texto da plataforma continua: "Os áudios em alta permitem que você navegue pelas 50 faixas principais no Instagram. Veja como outros criadores de conteúdo estão usando-as como plano de fundo e dê seu próprio toque. Confira os modelos em alta na câmera do Reels! Esses modelos pré-criados facilitam a criação de conteúdo atraente que está em alta".

Notamos novamente a opacidade do discurso. Por um lado, o texto destaca que o criador deve buscar inspiração e se expressar; por outro, apresenta uma lista de áudios com as músicas principais e modelos de cor e edição para que os criadores possam encaixar suas ideias da forma profissional desejada pelo Instagram. Por fim, oferece ajuda da Meta IA (inteligência artificial da Meta) para a criação dos roteiros. De forma resumida, vemos uma orientação clara de como a plataforma quer que seus vídeos sejam vistos e ouvidos.

2 — Criar conteúdo envolvente "No Instagram, você pode compartilhar todos os lados da sua criatividade. Também pode fazer experimentos, testar coisas novas e apostar em novas ideias, sejam elas grandes ou pequenas".

> Aqui a ideia é **divulgar as ferramentas e estratégias que podem aumentar o engajamento do público.** Em destaque, os recursos mais recentes permitem: **a) compartilhar *reels* com não seguidores primeiro para ver o que tem melhor desempenho, antes de decidir compartilhar com seus seguidores**; b) *usar ferramentas de texto e melhorias nas ferramentas de criação para oferecer mais maneiras de se expressar e tornar seu conteúdo verdadeiramente seu*; c) adicionar **até 20 faixas a**

> **um único *reel* e alinhar o áudio visualmente com elementos como texto, figurinhas e clipes enquanto está editando no aplicativo** [grifos adicionado].

Como podemos notar pela formulação do discurso, as ferramentas prometem possibilidades de expressão individuais e potência de criação, mas, logo em seguida, delimitam e evidenciam que elementos expressivos como a música e o texto podem ser mais adequados se obedecerem à estética da plataforma: o excesso de faixas musicais ao mesmo tempo, o uso de figurinhas e clipes na edição e o uso de IA para tornar o conteúdo verdadeiramente seu.

Figura 1. *Boas práticas para Reels na página de criadores do Instagram*



Nota. Captura de tela realizada em 4 de maio de 2026, de Instagram Creators.

A figura acima é reveladora, pois apresenta o que a rede social considera boas práticas. Nela, temos um resumo do que a plataforma considera um modelo, sendo os *reels* a categoria oferecida com mais visibilidade para os usuários. Segundo o próprio Instagram, interessa-nos especialmente compreender que modelo é esse a ser seguido e

como ele potencialmente padroniza as produções e, por consequência, o olhar de criadores e consumidores desses vídeos. Segundo a figura, ele deve ser: curto, com qualidade de alta definição, com músicas em alta (quem as escolheu?), com menos de três minutos e que chame a atenção logo nos primeiros três segundos.

Além do formato, a orientação extrapola também para a relação entre criador e usuário ao destacar que o vídeo deve ainda ser algo que as pessoas vão querer compartilhar, sem especificar o que exatamente é isso, e que os comentários devem ser respondidos nos primeiros dias.

Nessa distância entre o discurso e a prática é que podemos notar aquilo que Foucault (1999) destaca como uma das marcas dos dispositivos de poder: mascarar parte importante de si mesmo para ser tolerado. Os textos presentes na página destinada aos criadores fazem precisamente isso, porque ao invés de delimitar claramente que esses usuários/criadores estão sujeitos a um regime de produção que vai maximizar a rotatividade das obras, capturando a atenção e estimulando novas visualizações, promovendo, em suma, o maior tempo de tela para geração dos dados a serem minerados (o que seria possivelmente rechaçado como um trabalho burocrático), a rede social vai positivar essa tarefa, tornando-a um processo divertido, pretensamente coletivo e no qual o criador de conteúdo pode agir livremente. "É somente mascarando uma parte importante de si mesmo que o poder é tolerável. Seu sucesso está na proporção daquilo que consegue ocultar dentre seus mecanismos" (Foucault, 1999, p. 41).

3 — Economize tempo na criação "Ferramentas rápidas e eficientes para todas as suas ideias de conteúdo".

Nessa nova página, a atenção está voltada para as ferramentas que possibilitam uma melhoria na performance e na produtividade do criador. Os enunciados destacam as ferramentas e as facilidades que estas proporcionam na velocidade de criação dos conteúdos: "O trabalho que você faz como criador de conteúdo não deve ser chato. Nossas ferramentas foram criadas para facilitar a edição, o planejamento e a criação de conteúdo para o Instagram, para que você possa se concentrar no que mais importa".

Aqui destacamos o painel de *Insights*, que orienta a interação entre criadores e usuários e todas as ações que potencializam o trabalho e a produtividade. Amparada nos enunciados positivos e na imagem dos pés com dedos cruzados, a página aponta como as relações entre os utilizadores da rede podem ser maximizadas: "Consulte seus *Insights* para entender quem está vendo seu conteúdo e o que as pessoas gostaram de ver até agora (mesmo se não seguirem você). Essas informações ajudam a identificar o tipo de conteúdo que você deveria compartilhar mais".

O enunciado expõe que essas ferramentas auxiliam a entender as métricas de adoção e rejeição do que foi criado, evidenciando que a plataforma orienta uma experiência em que o criador deve se tornar um reforçador do desejo do outro. Criando sem autonomia, na busca por uma aprovação datificada pelo Instagram, provoca-se um reforço dos padrões de comportamento e das formas possíveis de expressão dentro da plataforma. Com isso, o ônus recai sobre o criador, que passa a buscar reproduzir o que já deu certo, para ele e/ou em outros perfis, como possibilidade de se destacar no meio de tantos outros.

Figura 2. *Orientações sobre o uso de Insights na página de criadores do Instagram*

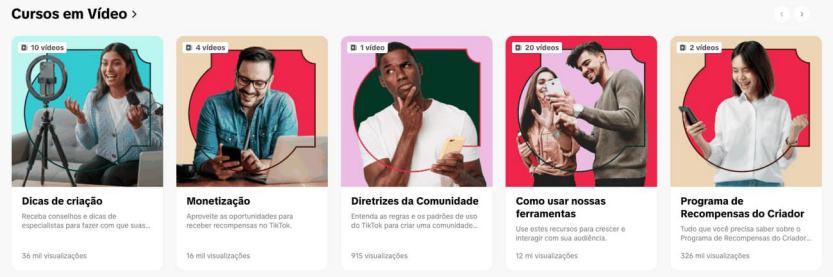


Nota. Captura de tela realizada em 4 de maio de 2026, de Instagram Creators.

Academia de Criadores : TikTok

Ao contrário do concorrente, a página inicial da Academia de Criadores é branca e oferece menos textos; o destaque está nos cursos em vídeo. As imagens que ilustram esses cursos trazem diversidade étnica e etária maior. Uma possibilidade de leitura é que essas imagens respondam melhor aos objetivos de monetização, recompensas e diretrizes da comunidade do que pessoas jovens, como as que vimos no Instagram. As orientações em texto não aparecem em destaque, pois estão restritas à seção de artigos. Para efeitos metodológicos de comparação, vamos nos ater às orientações dos enunciados em textos. Para isso, analisaremos a seção de artigos, que aparece de forma mais discreta logo abaixo. Nela, destacamos a publicação “Oito dicas para se tornar um criador de sucesso no TikTok”, por apresentar conteúdo semelhante ao analisado anteriormente no Instagram no que se refere à forma como orienta seus criadores.

Figura 3. *Cursos em vídeo na Academia de Criadores do TikTok*



Nota. Captura de tela realizada em 7 de maio de 2026, de TikTok Creator Academy.

O item 1, intitulado *Encontre seu nicho (ou seja, o que torna você especial)*, descreve:

> **O sucesso no TikTok tem tudo a ver com autenticidade!** Por isso é importante encontrar o nicho de conteúdo ou tópico que conversa com você. **É você que terá que criar esses vídeos repetidamente**, então garanta que seja algo de que você realmente goste, **não só o que você acha que as pessoas querem ver.** [...] **Precisa de ideias? Confira seus criadores favoritos para se inspirar.** As opções são infinitas; é só evitar as áreas de interesse "geral". **Quanto mais você se concentrar, será mais provável você encontrar uma comunidade de fãs entusiasmados e apaixonados.** [...] E o mais importante: **continue criando!** Publicar com frequência e otimizar continuamente seu conteúdo com base nos seus vídeos com melhor desempenho e feedback da audiência é a melhor maneira de continuar crescendo! (grifos nossos e do original)

Os enunciados propõem leituras dúbias sobre o que a plataforma espera desse criador: sugerem uma positividade para o ato de criação, destacando a autenticidade, ao mesmo tempo em que apontam que os criadores podem se inspirar nos outros, evidenciando a homogeneização estética demandada pela economia dos *likes* (Beiguelman, 2021).

Além disso, oferecem as recompensas de uma comunidade apaixonada, mas somente se houver uma performance de continuidade e persistência até encontrar esses fãs. O reforço dado pela expressão "continue criando" é um lembrete de que o esforço sistemático deve ser uma meta para o sucesso. Poell et al. (2020) chamam essa configuração de trabalho aspiracional (*aspirational labor*) ou trabalho de esperança (*hope labor*). Nesse modelo, a plataforma captura e governa o esforço exaustivo do criador com a promessa de recompensas e visibilidade futuras.

Alinhada a esse posicionamento do criador como investidor, a plataforma solicita um investimento técnico e de recursos materiais. Podemos verificar isso na forma como o TikTok encaminha os criadores no item 5, *Preste atenção aos detalhes quando estiver filmando*: **"eleve o nível do seu conteúdo** concentrando-se nesses fatores: Mantenha *a* ***câmera estável com uma posição fixa ou estabilizador para reduzir tremores e borrões***. Certifique-se de que *possui a iluminação ideal em cada tomada.* Enriqueça com diferentes ângulos e tomadas **ou várias câmeras**" (grifo nosso).

Além de sugerir a compra de equipamentos, o item também aponta para o componente estético: uma imagem estável, diversidade de câmeras e boa iluminação, que deve então ser editada conforme as regras apontadas no item 6, *Eleve suas habilidades de edição*. Juntos, esses dois itens resumem o que a plataforma considera essencial como estética: narrativa ágil, cortes rápidos, utilização intensiva de música e ênfase na isca inicial dos primeiros segundos:

> **Deseja que mais pessoas vejam seu conteúdo?** Edite seus vídeos de forma que eles se destaquem na plataforma. Isso **significa incorporar narrativa ágil, cortes rápidos, tomadas atraentes,**

> **ótima música e um visual divertido**! **É importante capturar a atenção dos seus espectadores nos primeiros 3 segundos**. Considere apresentar uma pergunta que você responderá no seu vídeo, definir um cronômetro ou incluir o tempo no seu título. Pode também começar o vídeo com uma amostra rápida do resultado final antes de conduzir sua audiência durante todo o processo. Seja qual for sua escolha, **certifique-se de que a primeira coisa que os espectadores vejam seja diferente, original e cativante.** (grifos nossos)

Por último, observamos como as formas de monitoração e controle das interações serão responsabilidade compartilhada com os criadores. Como nos coloca Rolnik (2018), é a própria vida que será apropriada pelo capital: "A força vital da criação e cooperação assim, canalizada pelo regime para que construa um mundo segundo seus desígnios" (p. 26). Notamos isso no item 7, *Mergulhe nas Análises*, que vai colocar a vigilância e o dever de recompensa aos usuários como parte da cartilha para os criadores. É deles o dever de analisar o que está funcionando ou não e fazer os ajustes necessários para que o arranjo com a máquina não deixe de operar de forma plena. Os dados fornecidos pelos usuários são planilhados e comparados para que o criador se policie e retorne com conteúdos que atendam aos desejos das pessoas, em um ciclo de busca por uma demanda externa que, em última análise, acaba por aprisionar o realizador.

> As Análises do TikTok podem oferecer várias informações úteis sobre sua audiência e até mesmo oferecer inspiração criativa para futuros vídeos. **Você poderá analisar minuciosamente o desempenho do seu vídeo, número de seguidores e sua conta para saber o que está funcionando ou não, e então é só fazer os ajustes necessários**! Está pensando por onde começar? **Sugerimos se concentrar no "tempo de visualização" dos seus**

vídeos (que você pode encontrar na guia Conteúdo). **Isso ajudará você a entender como sua audiência está respondendo ao seu conteúdo**. **Ao analisar o ponto em que as pessoas deixam de ver seus vídeos, você poderá saber o que deve melhorar na próxima vez. Onde você está perdendo as pessoas e por quê?** Por outro lado, se seu vídeo tiver um tempo de visualização médio excepcionalmente longo, ele está claramente repercutindo com sua audiência e deverá informar o que você criará em seguida! (grifos nossos)

Quadro 2. *Resumo das orientações das plataformas aos criadores de conteúdo*

Plataforma	Duração dos vídeos	Imagem	Som	Edição	Ferramentas de controle do criador
Instagram	Variável em função das categorias, com destaque para os 3 minutos dos reels.	Vertical. "Carregue a maior resolução possível". Usar texto e figurinhas na tela.	Músicas em alta na plataforma. Melhorar o texto dos criadores com o uso de IA. Otimizar para o som desativado (usando texto/legendas).	"Prenda a atenção do seu público nos três primeiros segundos".	Consulte seus Insights para entender quem está vendo seu conteúdo e o que as pessoas gostaram de ver até agora (mesmo se não seguirem você). Essas informações ajudam a identificar o tipo de conteúdo que você deveria compartilhar mais.
TikTok	Tempo variável, com preferência por vídeos curtos.	"Preferencialmente Vertical, mas o vídeos longos podem ser horizontais". "tomadas atraentes, câmera estável com uma posição fixa ou estabilizador para reduzir tremores e borrões. iluminação ideal em cada tomada."	"ótima músicas".	"Chamar atenção nos primeiro 3 segundos, uso de cortes rápidos".	"Crie uma sólida estratégia de conteúdo e um calendário de conteúdo em torno dela, depois concentre sua energia em criar vídeos de alta qualidade que sua audiência vai amar." "tempo de visualização" dos seus vídeos. Entender como sua audiência está respondendo ao seu conteúdo. Ao analisar o ponto em que as pessoas deixam de ver seus vídeos, você poderá saber o que deve melhorar na próxima vez.

Nota. Elaboração própria com base nas páginas oficiais do Instagram Creators e TikTok Creator Academy.

Outro aspecto sobre a vigilância e o poder do discurso é que ele se sustenta também pelo não dito e pelos silêncios, como afirma Foucault (1999). A verticalidade dos vídeos pode ser entendida nessa chave. Ela não aparece de forma explícita nas páginas do Instagram e é mencionada apenas brevemente no TikTok; entretanto, é um elemento fundamental na estética e no formato de produção das redes sociais,

uma diferenciação essencial do conteúdo audiovisual produzido para a TV e para o cinema, por exemplo. O enquadramento vertical se tornou uma regra tão natural e introjetada pelo *design* das plataformas que nem precisa mais ser reforçado em suas orientações, operando como mais um mecanismo invisível da homogeneização do olhar.

O contradispositivo: resistências e fissuras

Ao analisarmos as práticas e discursos das redes sociais, nos colocamos em uma posição estratégica para pensar nas possibilidades de resposta à sua presença hegemônica. De um lado, mapeando os perigos da plataformização e do comércio de dados (Poell et al., 2020; van Dijck, 2017), do *design* manipulativo (5Rights Foundation, 2023; Valença Santos, 2025), da diminuição do autocontrole e do uso excessivo (Su et al., 2021), da exploração da vulnerabilidade neurológica de crianças e adolescentes incapazes de distinguir entretenimento de publicidade predatória (Rossini & Zanatta, 2026; Secom, 2024), e do controle dos corpos e do capitalismo de vigilância (Beiguelman, 2021; Zuboff, 2021).

Por outro, reconhecendo que esses espaços não operam de forma nitidamente opressora ou limitadora dos desejos; ao contrário, pois, como define Foucault (1999), o seu poder está em se mascarar e se diluir. O sucesso está na medida em que a plataforma consegue utilizar o discurso como estratégia de atenuação dos seus mecanismos de controle, pois, afinal, é esse o seu maior trunfo: operar de forma positiva.

A mesma produção massiva de vídeos que cria as condições de controle dos dados também aparece como forma de expressão para usuários que, de outra forma, dificilmente gravariam algo. É possível

reconhecer que as orientações para os criadores limitam as possibilidades de expressão; ao mesmo tempo, não é difícil localizar perfis que conseguem operar dentro dessa engrenagem de forma transgressora, muitas vezes questionando as próprias plataformas e suas regras. Compreender essa dinâmica dual, entretanto, não significa aceitar ou se submeter ao poder das redes como instrumentos de padronização do olhar, especialmente na perspectiva da educação midiática, que entendemos não ser apenas um treinamento instrumental para o uso de tecnologias, mas sim como o desenvolvimento de habilidades que possibilitem a apropriação crítica, reflexiva e cidadã das linguagens nos ambientes digitais (Buckingham, 2022; Secom, 2024). Afinal, ao lidarmos com os dispositivos de poder, "não se trata simplesmente de destruí-los, nem, como sugerem alguns ingênuos, de usá-los de modo justo" (Agamben, 2009, p. 13). Cabe, antes, pensar em formas de expressão que possam servir como fissuras dentro desse sistema.

Neste ponto, recorremos a Giorgio Agamben (2009) e ao seu conceito de contradispositivo, compreendido essencialmente como uma ação de profanação que "restitui ao uso comum aquilo que o sacrifício tinha separado e dividido" (p. 45). Em outras palavras, trata-se de um mecanismo de resistência que tenta desativar a captura promovida pelo dispositivo, como a massificação do olhar e a padronização dos modos de produção audiovisual, devolvendo ao uso coletivo aquilo que havia sido confiscado por ele.

Nossa estratégia de resistência passa então pela proposição de um olhar atento, de uma escuta do outro, de um novo tempo de produção, de novas conexões entre criadores e espectadores (não usuários), e pela valorização das imagens e sons captados, redescobrindo-os na edição e

na exibição dos filmes. Ancoramos tal proposta na prática pedagógica e no potencial da criação audiovisual, especialmente de documentários, dentro do ambiente escolar (Fresquet, 2013; Migliorin et al., 2016).

Embora essa iniciativa pareça modesta e frágil diante da força ubíqua das redes sociais, reconhecemos nela uma verdadeira potência de insurreição micropolítica. Afinal, como defende Rolnik (2018):

> A atualização desse mundo [...] se efetuará por meio da invenção de algo – uma ideia, uma imagem, um gesto, uma obra de arte [...]. Seja qual for esse algo, o que conta é que ele carregue consigo a pulsação intensiva dos novos modos de ver e de sentir. (pp. 60-61)

Como ponto crucial dessa estratégia de buscar novos modos de ver e sentir, está a prática documental, por sua ênfase no contato com o real, no diálogo com o outro e na exploração dos espaços comuns. Patricio Guzmán (2017) define o documentário como um processo em constante construção do olhar e da capacidade de articulação entre esses pedaços da nossa vida:

> Há, em cada lugar da cidade, nas ruas, nas casas, em todas as partes, em todas as horas, inumeráveis átomos dramáticos que refletem um pedaço da vida, uma cena microscópica da existência humana. Esses átomos são como letras soltas de um enorme abecedário, e com essas letras o cineasta constrói palavras; com estas palavras, constrói frases. E pouco a pouco o cineasta (o poeta) vai construindo história com aqueles átomos que voam pelo ar. Esse é o segredo do documentário. (p. 19)

Alinhada a essa proposta de encontro com as sutilezas do real, localizamos nos Cadernos do Inventar, de Migliorin et al. (2016),

possibilidades de dispositivos fílmicos que servem de referência para práticas em espaço escolar. Migliorin et al. entendem dispositivos como "exercícios, jogos, desafios com o cinema, um conjunto de regras para que o estudante possa lidar com os aspectos básicos do cinema e, ao mesmo tempo, se colocar, inventar com ele, descobrir sua escola, seu quarteirão, contar suas histórias" (p. 14).

A partir da análise dos diversos dispositivos presentes no livro, propomos uma tabela com uma classificação aberta, a partir de três categorias: (re)descoberta, memória e encontro. Este material pode servir para guiar a principal potência dos dispositivos e como estes se articulam a uma resistência ao regime de imagens das redes sociais.

Sugerimos a categoria de (re)descoberta para os exercícios que possuem uma ênfase no reencantamento do olhar, seja por refletir em como criar uma imagem muito simples ao invés do gesto automatizado de apertar o rec no celular, caso do *Minuto Lumière*, ou ainda olhar para o entorno da escola de forma atenta, como em *Volta no quarteirão*. Na categoria memória, selecionamos os que acessam essa dimensão afetiva e cuidadosa do relembrar. No mundo onde novas produções de imagens e sons saturam as telas, pausar e buscar o passado parece um exercício de resistência, que abre também janelas para experiências com muita potência pedagógica, como a tradição oral, a análise das imagens históricas pessoais e dos objetos daquela comunidade, por exemplo. E, por fim, os dispositivos fílmicos em que o encontro é central para a realização do filme. Seja de forma direta, como em *Lá longe, aqui perto*, em que o realizador deve se aproximar de um desconhecido e trocar o gesto de filmar com ele, ou em encontros mediados por imagens, sons

e palavras, mas que ainda têm na relação com o outro o seu objetivo, como no caso do *Filme-carta*.

Quadro 3. *Dispositivos fílmicos como possibilidades de resistência ao regime de imagens das plataformas*

Dispositivo	Tipo de dispositivo	O que é?	Por quê?	Resistências	Aproximações fílmicas
Minuto Lumière (Migliorin et al., 2016, p. 25).	**(Re)descoberta**	Rodar um plano fixo de aproximadamente um minuto, sem cortes, sem filtros e sem edição posterior. A proposta retoma o gesto simples dos primeiros filmes dos Irmãos Lumière, mas desloca essa referência para a experiência escolar e para a câmera que o estudante tem à mão, inclusive o celular.	A aparente simplicidade do exercício recoloca o estudante diante de gestos fundamentais do cinema: escolher o que filmar, posicionar a câmera, compor o enquadramento e decidir o momento de iniciar a gravação. "bastante simples em sua estrutura", mas capaz de antecipar "boa parte de uma série de desafios da linguagem cinematográfica"(Migliorin et al., 2016, p. 25).	Resistir ao uso da câmera padronizado pelas redes sociais.. Redescobrir a câmera como instrumento gerador de imagens horizontalmente, sem filtros ou outros artifícios, a partir do olhar atento . Em vez de responder ao gesto automatizado de apertar o rec, cortar, filtrar e postar, o estudante deve sustentar o olhar sobre uma pequena duração do mundo.	**A saída dos operários da fábrica Lumière** — Louis Lumière, França, 1895. https://www.youtube.com/watch?v=bWcVh--owVI **A chegada de um trem à estação** — Auguste e Louis Lumière, França, 1896. https://www.youtube.com/watch?v=NBBtNUvxwQI
Volta no quarteirão (Migliorin et al., 2016, p. 52).	**(Re)descoberta**	Fotografar ou filmar uma volta ao redor da escola, registrando imagens do entorno, dos trajetos, das pessoas, dos objetos e das marcas do território.	O dispositivo intensifica o olhar sobre aquilo que, por estar perto demais, muitas vezes deixa de ser visto. O quarteirão da escola, ou equivalente simbólico, passa a ser observado e narrado não apenas como espaço de passagem do dia a dia, mas como território de experiência, memória, deslocamento e vida comum.	Resistir à desterritorialização do olhar produzido pelas redes sociais. Exercício de olhar para si e para o próprio entorno: a escola, a rua, o bairro, as pessoas e os gestos cotidianos que constituem seu mundo.	**A vida na roça na aldeia** — Romanã Wãlãpi, Brasil, s.d. https://www.youtube.com/watch?v=OMwkpxv3gJc
Histórias dos objetos (Migliorin et al., 2016, p. 40).	**Memória**	Filmar uma pessoa idosa e a relação afetiva que ela estabelece com algum objeto significativo. O objeto funciona como disparador das lembranças, hábitos, dos vínculos familiares e dos modos de vida.	O dispositivo valoriza a memória oral e os vínculos entre objeto, tempo, família e comunidade. "valorizar a memória e a história oral" e "registrar e compor imagens que falem sobre outros tempos e outras formas de se relacionar com o mundo"	Resistir à obsolescência acelerada das imagens e dos objetos. O objeto deixa de aparecer como mercadoria, adereço visual ou coisa descartável e passa a funcionar como mediador de memória, afeto e história.	**Santiago** — João Moreira Salles, Brasil, 2007. **Cabra marcado para morrer** — Eduardo Coutinho, Brasil, 1984.
Música e memória (Migliorin et al., 2016, p. 60)	**Memória**	Pesquisar músicas, cantos e repertórios musicais ouvidos por diferentes gerações da comunidade. A proposta pode envolver família, trabalhadores da escola, vizinhos, idosos, crianças e outros sujeitos do território.	O dispositivo articula música, memória, identidade e território. "apresentar a cultura e a identidade musical do entorno e pensar na relação música, memória e território". (Migliorin et al., 2016, p. 60)	Resistir à padronização sonora das plataformas, marcada por trilhas virais, áudios repetidos e músicas usadas como gatilhos de engajamento. Aqui, a música aparece como experiência coletiva, lembrança, cultura, trabalho e pertencimento.	**Cantos de trabalho: cacau** — Leon Hirszman, Brasil, 1976. https://www.youtube.com/watch?v=-klIA7Yp-oc **Cantos de trabalho: mutirão** — Leon Hirszman, Brasil, 1975. https://www.youtube.com/watch?v=kNTZLi1mUJA
Fotografias narradas (Migliorin et al., 2016, p. 32).	**Memória**	Filmar alguém narrando uma fotografia impressa, dando atenção à imagem, à voz, aos gestos, ao entorno e ao que emerge entre lembrança e fabulação.	O dispositivo permite descobrir ou revisitar memórias do outro. A fotografia deixa de ser apenas uma imagem fixa e passa a ser reaberta pela palavra, pela lembrança e pela fabulação."	Resistir ao excesso de imagem Em vez de muitos planos acelerados. o exercício pede a permanência diante de uma única fotografia, proporcionando de tempo de escuta e imaginação	**Todo mundo tem sua cachaça** — João Dumans, Brasil, 2014. https://vimeo.com/86987618
Filme-carta (Migliorin et al., 2016, p. 76).	**Encontro**	Produzir um filme destinado a alguém: uma pessoa, uma turma, uma comunidade, uma cidade, um objeto ou um lugar.	O filme-carta recupera a estrutura de uma comunicação endereçada. No Cadernos do Inventar, ele é apresentado como forma que "promove uma forma de encontro" e que "imprime a necessidade de se comunicar com outras pessoas através de imagens, de inventar um espectador" (Migliorin et al., 2016, p. 76).	Resistir à lógica de falar para todos e, ao mesmo tempo, para ninguém. Contra a lógica das métricas, do alcance e da audiência genérica, o filme-carta valoriza uma comunicação diretamente endereçada e afetiva	**Carta para Glauber** — Gregory Baltz, Rio de Janeiro/Brasil, 2022, 12 min, digital, P&B. Diálogos: inglês e português. Legenda: inglês. Classificação: livre. https://www.youtube.com/watch?v=TgMzAdbvi34 **Elena** — Petra Costa, Brasil, 2012. Material de apoio/making of: https://www.youtube.com/watch?v=_QprO_AOUrI
Lá longe, aqui perto (Migliorin et al., 2016, p. 28).	**Encontro**	Aproximar-se de uma pessoa desconhecida, filmá-la em diferentes tamanhos de plano e, ao final, entregar a câmera para que ela também produza imagens.	O exercício faz do cinema uma forma de aproximação com o outro. A câmera não serve apenas para capturar alguém, mas para produzir uma situação de troca, deslocando a posição de quem filma e abrindo espaço para o ponto de vista de quem é filmado.	Resistir à captura do outro como conteúdo e a imagem centrada em si.. Ao entregar a câmera, o dispositivo desloca a posição de poder de quem filma e abre espaço para reciprocidade, troca, escuta e interpretação do seu olhar e do outro.	**Fala, Brasília** — Nelson Pereira dos Santos, Brasil, 1966. https://www.youtube.com/watch?v=zdEHtdefOBY&t=73s **Rua de mão dupla** — Cao Guimarães, Brasil, 2002.

Nota. Elaboração própria com base em Migliorin et al. (2016).

Buscamos responder aos formatos massificados e padronizados das redes sociais reforçando a potência autoral e criativa dos exercícios audiovisuais. Assim, a tabela destaca uma coluna onde elencamos as principais propostas de resistência daquele dispositivo e como ele pode

mobilizar estratégias de realização contra-hegemônica das plataformas. E, por último, a coluna de aproximações traz exemplos de obras que dialogam com cada um dos dispositivos. Nessa curadoria, buscamos documentários brasileiros de diversas épocas e com multiplicidade de temas e realizadores. O objetivo é auxiliar a compreender os mecanismos em funcionamento e como esses elementos narrativos foram acionados de forma criativa, servindo então como estudo prévio ou análise comparativa posterior com os filmes realizados pelos próprios alunos.

Considerações finais: a proposta do olhar atento

Ao longo do texto, discutimos diversas proposições para o termo dispositivo na busca de compreender os usos capturados da produção de imagem e seus efeitos, destacando as estratégias de saber e poder praticadas pelas plataformas de redes sociais, e como estas nos afetam cotidianamente orientando nossas vidas e olhares. Embora o recém-aprovado ECA Digital (*Lei nº 15.21*1, 2025) e as diretrizes de letramento da BNCC e da EBEM demonstrem que avançamos nas políticas públicas de proteção e destaquem a importância da educação midiática como parte fundamental nesse processo, a concretização dessas políticas na escola ainda é um desafio. O quadro atual, marcado pelos altos índices de consumo de tela apontados pela pesquisa *TIC Educação* (NIC.br, 2025), evidencia que não basta apenas blindar os estudantes dos danos do capitalismo de vigilância; é preciso ir além e, como defende Buckingham (2022), promover uma participação criativa, crítica e emancipatória.

Neste contexto, propor a realização de documentários na escola parece quase inofensivo, pouco efetivo. Reconhecemos essa fragilidade

e nos apoiamos nela, porque as práticas pedagógicas operam mesmo nessa escala, do cotidiano e do simples. Mas também na constância, na multiplicação e na resiliência. Nesta proposição de um olhar atento, percebemos uma potência contestadora, uma resistência micropolítica que pode não derrubar nenhuma parede, mas que possivelmente cria fissuras e desestabiliza o automatismo vendido como única possibilidade.

O olhar atento como prática propõe: olhar atentamente a si mesmo e ao outro, olhar a câmera, pensar com ela, ver o que foi filmado, refletir sobre como o plano gravado vai ser editado, em qual contexto ele vai se encaixar, quantos segundos são necessários para ler a imagem, qual trecho mais relevante deve permanecer na edição. De onde vejo, o que escuto, de quem é essa voz, qual é a minha voz? Que sons estão lá fora e quais estão dentro do filme? Os encontros possíveis na tela, fora dela, depois dela. A conversa sobre como fazer, por que fez e o que achou. Atroca da tela unitária pelo espaço comum de uma exibição no pátio, em sala, no cineclube. Saem os cliques, entram os espectadores reais, que reagem coletivamente ao filme, para deixar de ser usuário, criador de conteúdo, *influencer*; e assumir-se como observador, documentarista, cineasta, artista.

Referências

5Rights Foundation. (2023). *Pathways: How digital design puts children at risk*.

Agamben, G. (2009). O que é um dispositivo? In *O que é o contemporâneo? e outros ensaios* (V. N. Honesko, Trad., pp. 25-54). Argos.

Assis, R. de, Nejm, R., & Silva, D. (2025). Educação digital para além dos celulares: diversificando as linguagens para a emancipação digital – das múltiplas infâncias às adolescências. In Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (Org.), *Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nas escolas brasileiras: TIC Educação 2024* (pp. 105-112). Comitê Gestor da Internet no Brasil.

Beiguelman, G. (2021). *Políticas da imagem: Vigilância e resistência na dadosfera*. Ubu Editora.

Buckingham, D. (2022). *Manifesto pela educação midiática* (J. F. Sabino, Trad.). Edições Sesc São Paulo.

Deleuze, G. (2008). *Conversações: 1972–1990* (P. P. Pelbart, Trad.). Editora 34.

Deleuze, G., & Guattari, F. (2008). *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia* (A. Guerra Neto et al., Trads., Vol. 3). Editora 34. (Obra original publicada em 1980)

Foucault, M. (1999). *História da sexualidade I: A vontade de saber* (M. T. da Costa Albuquerque & J. A. Guilhon Albuquerque, Trads., 13ª ed.). Graal.

Fresquet, A. (2013). *Cinema e educação: Reflexões e experiências com professores e estudantes de educação básica, dentro e fora da escola*. Autêntica.

Gill, R. (2002). Análise do discurso. In M. W. Bauer & G. Gaskell (Orgs.), *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: Um manual prático* (pp. 244-270). Vozes.

Gillespie, T. (2010). The politics of 'platforms'. *New Media & Society*, *12*(3), 347-364. https://doi.org/10.1177/1461444809342738

Gillespie, T. (2018). Regulation of and by platforms. In J. Burgess, A. Marwick, & T. Poell (Eds.), *The SAGE handbook of social media* (pp. 254-278). SAGE.

Guzmán, P. (2017). *Filmar o que não se vê: Um modo de fazer documentários* (J. F. Sabino, Trad.). Edições Sesc São Paulo.

Instagram. (s.d.). *Instagram for creators*. Recuperado em 4 de maio de 2026, de https://creators.instagram.com/?locale=pt_BR

Lei nº 14.533, 2023, 11 de janeiro. Política Nacional de Educação Digital. Diário Oficial da União.

Lei nº 15.211, de 17 de setembro de 2025 (Estatuto Digital da Criança e do Adolescente). https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/lei/l15211.htm

Manovich, L. (2005). Novas mídias como tecnologia e ideia: dez definições. In *O chip e o caleidoscópio: reflexões sobre as novas mídias* (pp. 24-50). Editora SENAC.

Migliorin, C., Pipano, I., Garcia, L., Nanchery, C., Guerreiro, A., Martins, I. M., Benevides, F., & Egrejas, F. (2016). *Cadernos do Inventar: cinema, educação e direitos humanos*. EDG.

Ministério da Educação [MEC]. (2018). *Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental*.

Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR [NIC.br]. (2024). *TIC Educação 2024: G2 – Alunos, por plataformas e redes sociais utilizadas* [Tabela]. Cetic.br. https://cetic.br/pt/tics/educacao/2024/alunos/G2/

Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR [NIC.br]. (2025). *Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nas escolas brasileiras: TIC Educação 2024*. Comitê Gestor da Internet no Brasil.

Poell, T., Nieborg, D., & van Dijck, J. (2020). Plataformização. *Fronteiras – Estudos Midiáticos*, *22*(1), 2-10. https://doi.org/10.4013/fem.2020.221.01

Rolnik, S. (2018). *Esferas da insurreição: Notas para uma vida não cafetinada*. n-1 edições.

Rossini, C. A. A., & Zanatta, R. A. F. (2026). Algorithmic design, product liability, and the protection of children online: K.G.M. v. Meta Platforms, Inc., et al. and lessons for Brazil's Digital ECA. *Pensar - Revista de Ciências Jurídicas*, *31*, e16796. https://doi.org/10.5020/2317-2150.2026.16796

Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República [Secom]. (2023). *Estratégia Brasileira de Educação Midiática*. Governo Federal.

Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República [Secom]. (2024). *Crianças, adolescentes e telas: Guia sobre usos de dispositivos digitais*. Governo Federal.

Su, C., Zhou, H., Gong, L., Teng, B., Geng, F., & Hu, Y. (2021). Viewing personalized video clips recommended by TikTok activates default

mode network and ventral tegmental area. *NeuroImage*, *237*, Artigo 118136. https://doi.org/10.1016/j.neuroimage.2021.118136

TikTok. (s.d.). *Oito dicas para se tornar um criador de sucesso no TikTok*. TikTok Creator Academy. Recuperado em 9 de maio de 2026, de https://www.tiktok.com/creator-academy/pt-BR/article/8-tips-for-becoming-a-successful-TikTok-creator

Valença Santos, G. A. (2025). Design enganoso e manipulativo em plataformas digitais: Um mapeamento entre estudos empíricos e reflexões para regulação. *Revista poliTICs*, *40*.

Van Dijck, J. (2017). Confiamos nos dados? As implicações da datificação para o monitoramento social. *MATRIZes*, *11*(1), 39-59. https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v11i1p39-59

Zuboff, S. (2021). *A era do capitalismo de vigilância: A luta por um futuro humano na nova fronteira do poder* (G. Schlesinger, Trad.). Intrínseca.

EDUCOMUNICAÇÃO SOCIOAMBIENTAL NA TELEVISÃO: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA TÔ NO CLIMA DA TV UNIVERSITÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE

Francisco das Chagas Sales Júnior[1]

No Brasil, a televisão pública surgiu em 1968 com a inauguração da TV Universitária de Recife, da Universidade Federal de Pernambuco (Angeiras, 2018). No entanto, o Rio Grande do Norte é o único estado brasileiro em que as produções televisivas locais tiveram início com finalidades educativas, por meio do canal de TV da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), para as transmissões de aulas (Sales Júnior, 2023).

Ao longo da trajetória da TVU da UFRN, o caráter educativo foi sendo desenvolvido também por meio de uma programação voltada para a cidadania, cultura e prestação de serviço (Sales Júnior & Sousa, 2022). Em 2025, o programa Tô no Clima entrou no ar, reforçando o compromisso com a formação crítica do público, se tornando

1. Professor doutor do Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa). Docente permanente do Programa de Pós-graduação em Estudos da Mídia (PPgEM), da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).
jornalistafranciscojunior@gmail.com

uma ferramenta de educomunicação socioambiental (Freire, 1967; Kaplún, 1998) e ecoalfabetização (Capra, 2000), ao abordar temáticas como sustentabilidade e as mudanças climáticas.

Nesse contexto, este estudo buscou compreender o papel do programa Tô no Clima e da TV Universitária do Rio Grande do Norte para a educação socioambiental no estado. A investigação partiu do questionamento de como a comunicação televisiva pode se tornar uma ferramenta importante para as discussões sobre questões ambientais e mudanças climáticas em nível regional. O estudo se justifica pela necessidade de entender a relevância desses espaços midiáticos na educação brasileira e para a conscientização das pessoas sobre temas sensíveis e urgentes para o nosso planeta.

Para alcançar os objetivos desta pesquisa, foi realizado um estudo de caso (Yin, 2011) do programa Tô no Clima e da trajetória da TV Universitária do Rio Grande do Norte, além de uma revisão bibliográfica. Foram feitas ainda análise da programação de TV transmitida em sinal aberto e consultas a arquivos de vídeo e postagens dessa produção televisiva no YouTube. Esta investigação adotou uma abordagem qualitativa para analisar as informações coletadas.

Trajetória educativa da TVU do Rio Grande do Norte

A TV Universitária do Rio Grande do Norte desempenhou um papel fundamental no processo de implantação da televisão no Rio Grande do Norte e na consolidação da comunicação educativa no Brasil. Afinal, a TVU foi a primeira emissora de TV do estado, inaugurada em 1972. As produções televisivas locais surgiram com a proposta de construir as

bases de uma teleducação brasileira e para a democratização do acesso ao ensino (Pedroza, 2017).

O canal da TV Universitária do Rio Grande do Norte entrou no ar com o objetivo de transmitir as aulas do projeto Satélite Avançado de Comunicações Interdisciplinares (SACI), desenvolvido pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). A iniciativa fazia parte do Programa Nacional de Teleducação (PRONTEL), que tinha como objetivo geral a alfabetização de crianças e adultos e a redução dos índices de analfabetismo no país (Pedroza, 2017).

Segundo Sales Júnior (2023), essa primeira fase da televisão potiguar pode ser denominada Fase da Implantação e Teleducação (1972–1987), justamente porque a TVU surgiu com objetivos educacionais e durante quinze anos foi a única emissora de televisão local do estado. Diferentemente dos demais estados brasileiros, onde as emissoras de televisão locais surgiram com um perfil comercial, no Rio Grande do Norte a televisão teve uma origem pública e educativa, evidenciando uma singularidade histórica no cenário televisivo regional.

Conforme Pedroza (2017), as primeiras transmissões consistiam na recepção de aulas produzidas pelo INPE em São José dos Campos e transmitidas via satélite para Natal e para escolas do interior do estado. As produções eram destinadas principalmente às escolas públicas situadas em regiões pobres e de difícil acesso, muitas delas sem energia elétrica. "As aulas para o interior do estado eram distribuídas via retransmissores instalados em locais estratégicos, atingindo uma área de cerca de 60% do Rio Grande do Norte, principalmente em lugares onde, à época, não havia energia elétrica" (TVU RN, 2026).

De acordo com Paiva (2013), o uso da mais moderna tecnologia de comunicação da época, em um estado marcado por desigualdades sociais, gerou grande impacto na população. A televisão educativa passou a funcionar como instrumento de combate ao analfabetismo e de ampliação do acesso ao ensino básico. Andrade (2005) explica que o Rio Grande do Norte foi escolhido para sediar essa experiência pioneira por possuir condições favoráveis ao desenvolvimento do projeto, como a existência de um canal educativo concedido à UFRN e aos altos índices de analfabetismo na população potiguar. Outras razões também são destacadas pelo pesquisador.

> porque já tinha um escritório em Natal, por conta das atividades desenvolvidas com a base de lançamentos de foguetes da Barreira do Inferno; porque a UFRN já era concessionária de um canal de televisão educativa; a Secretaria Estadual de Educação demonstrou interesse e, finalmente, mas não por último, no Rio Grande do Norte, as condições eram tão difíceis que os resultados bem poderiam ser projetados para as regiões mais pobres do país. (Andrade, 2005, p. 134)

O projeto SACI representou uma inovação tecnológica e pedagógica no Brasil. As aulas eram produzidas com linguagem televisiva própria, utilizando dramatizações e atores para facilitar a aprendizagem das crianças. Pedroza (2017) afirma que os conteúdos educativos passaram a ganhar forma por meio de personagens interpretados por atores e pela atuação conjunta de comunicadores e educadores. Essa metodologia diferenciada aproximava o ensino da realidade dos estudantes e demonstrava o potencial pedagógico da televisão enquanto meio de comunicação.

Além disso, o projeto exigiu a formação de equipes multidisciplinares. Professores universitários, radialistas, técnicos e artistas participaram da produção dos conteúdos educativos. De acordo com Fernandes, Palhares e Lima (2018), o elenco da emissora chegou a reunir cerca de setenta pessoas fixas, incluindo crianças. Essa estrutura contribuiu não apenas para a educação básica, mas também para a formação profissional de comunicadores e técnicos no estado.

Outro aspecto do papel educativo da TVU foi sua capacidade de levar ensino a comunidades afastadas. Conforme Motta (2003), aproximadamente quinhentos aparelhos de televisão recebiam as aulas transmitidas para escolas públicas do estado. Em muitas localidades, os televisores precisavam funcionar com baterias automotivas devido à ausência de energia elétrica. A logística envolvia equipes técnicas que percorriam o interior potiguar para garantir o funcionamento do sistema.

Mesmo após o encerramento do projeto SACI em 1975, a TV Universitária permaneceu exercendo funções educativas. A UFRN assumiu definitivamente a administração do canal e criou o Sistema de Teleducação do Rio Grande do Norte (SITERN), ampliando as ações voltadas ao ensino básico e à formação de professores. O objetivo era suprir carências educacionais da rede pública, principalmente em regiões periféricas e interioranas. Dessa maneira, a televisão consolidou-se como ferramenta de apoio ao ensino presencial e como mecanismo de inclusão social (Sales Júnior, 2023).

O papel educativo da TVU não ficou restrito apenas às transmissões escolares. A emissora também atuou intensamente na valorização da cultura e da memória potiguar. A programação passou a incluir atrações culturais, musicais e jornalísticas voltadas à realidade local.

Programas como Canta Nordeste *e* Viajando o Sertão promoveram artistas regionais e ajudaram a fortalecer a identidade cultural do Rio Grande do Norte (Sales Júnior, 2023). Dessa forma, a TVU também foi decisiva para a formação de um público telespectador regional, como destaca Pedroza (2017).

> O público potiguar acostumara-se a consumir – e a tomar como modelo – a programação nacional ou alguns programas produzidos em Recife, o que dificultava a aceitação de um padrão estético novo, diferente, local. E foi na TV Universitária (Canal 5) que o natalense começou a se ver na TV e isso causou um estranhamento enorme. A comparação entre o padrão nacional e o padrão local era inevitável e as diferenças se tornavam ainda mais acentuadas. (Pedroza, 2017, p. 144)

Gurgel (2015) aponta ainda que o jornalismo produzido pela TV Universitária também foi fundamental na formação desse público, uma vez que foi fundamentado nos princípios do jornalismo público, "preocupado com assuntos que digam respeito ao homem, como indivíduo e como cidadão, procurando oferecer as informações necessárias e de maneira compreensível, de forma a possibilitar a reflexão sobre a sua vida e seus direitos" (Gurgel, 2015, p. 10). Por isso, o telejornalismo na TVU se caracteriza por ser um jornalismo mais analítico e com maior reflexão.

> A TV Universitária nasceu com a responsabilidade de produzir aula para o ensino fundamental na década de 1970, mas, através de seus profissionais, logo identificou a necessidade de exibir programas com conteúdos regionais. Assim, produziu e colocou no ar uma quantidade expressiva de programas, situando-se, desde então, como instância de reflexão e debate de questões sociais. (Gurgel, 2015, p. 65)

No plano nacional, a experiência da TV Universitária do Rio Grande do Norte integrou um movimento mais amplo de expansão da televisão educativa brasileira. Conforme Rocha (2016), os projetos de televisão educativa surgiram como instrumentos para suprir carências educacionais em países em desenvolvimento. Entre 1968 e 1974, foram implantadas nove emissoras educativas no Brasil, entre elas a TVU-RN. A Constituição Federal de 1988 reforçou posteriormente esse compromisso ao estabelecer que a programação das emissoras deveria priorizar finalidades educativas, culturais, artísticas e informativas.

Portanto, ao analisar a trajetória da televisão no Brasil e no Rio Grande do Norte, verificamos que a TV Universitária do Rio Grande do Norte exerceu um papel educativo amplo e multifacetado. Sua atuação envolveu a democratização do acesso ao ensino, a formação profissional de comunicadores, a difusão da cultura regional, a preservação da memória histórica e a construção de uma identidade televisiva local. Mais do que uma emissora pública, a TVU consolidou-se como instrumento de desenvolvimento social, cultural e educacional, tornando-se peça fundamental para a comunicação pública e educativa do país.

Letramento midiático socioambiental

Quando observamos o papel do telejornalismo na sociedade, verificamos que a produção da notícia não busca apenas informar, mas também formar cidadãos, ou pelo menos oferecer as informações necessárias para que possa tomar decisões importantes no cotidiano. Nesse sentido, Vizeu (2009) identifica e destaca a função pedagógica que o jornalismo televisivo carrega em sua essência e que fazem com seja caracterizado como um produto social e não apenas um simples

recorte da realidade. “Consideramos que a mídia não só transmite, mas prepara e apresenta uma realidade dentro das normas e das regras do campo jornalístico contribuindo dessa forma para a percepção do mundo da vida” (Vizeu, 2009, p. 78).

Nessa perspectiva, o telejornalismo contribuiu diretamente para aproximar realidades distantes, a do telespectador com a do fato noticiado. Para isso acontecer plenamente, o jornalismo televisivo traduz os principais acontecimentos cotidianos. “O que os jornalistas fazem diariamente é “organizar o mundo” procurando torná-lo mais compreensível. Por isso, há uma preocupação pedagógica no jornalismo que se legitima como o lugar de “poder mostrar”, de “poder dizer” e de “poder analisar” (Vizeu, 2009, p. 79).

Nesse processo educativo da comunicação, de acordo com os estudos de Vizeu (2009), são mobilizados três fatores: 1) saberes, que são os conhecimentos adquiridos tanto pelos produtores das notícias quanto os que o público já possui; 2) linguagens, que é a forma como as informações são transmitidas para facilitar a compreensão sobre os assuntos apresentados; 3) dispositivos didáticos, que são os mecanismos utilizados ilustrativo que buscam detalhar e explicar as informações da forma mais pedagógica possível. No telejornalismo, podemos dizer que esses elementos são considerados básicos durante a confecção das notícias que serão veiculadas em programas e telejornais.

Nas produções e coberturas sobre meio ambiente e crise climática, por exemplo, essa função pedagógica fica ainda mais evidente, uma vez que é preciso informar e conscientizar ao mesmo tempo para temas sensíveis para o futuro do nosso planeta. Para Miranda e Oliveira (2025), a memória climática e ambiental pode ser utilizada

pelo telejornalismo como dispositivo de alfabetização para as questões ecológicas e ambientais.

> A crise climática contemporânea exige novas formas de compreender as interdependências que sustentam a vida. Mais do que um problema ambiental, trata-se de uma "crise de percepção" (Capra, 2000), que requer abordagens sistêmicas capazes de integrar dimensões ecológicas, sociais e culturais. Nesse cenário, o telejornalismo atua como um importante mediador simbólico, construindo sentidos e memórias sobre a relação sociedade-natureza. (Miranda & Oliveira, 2025, p. 62)

Nessa perspectiva, o jornalismo audiovisual encontra amparo em pesquisas que potencializam ainda mais esse papel pedagógico que o telejornalismo desempenha na sociedade. Conceitos como o de ecoalfabetização, fundamentado na ecologia sistêmica (Capra, 2002), o de letramento em ecomídia (Lopéz, 2025) e educomunicação socio-ambiental (Freire, 1967; Kaplún, 1998). Apesar de apontarem para caminhos próprios, ambos os estudos têm como ideia central o papel da mídia e da comunicação na educação para as questões ecológicas, de sustentabilidade e proteção do meio ambiente.

Para Capra (2002), ecoalfabetizar é ensinar a fazer uma leitura do mundo a partir dos princípios que regem a ecologia. O que contribui para aproximar o ser humano das dinâmicas dos seres vivos. Seguindo nessa percepção de educação ecológica, Lopez (2025), concebe a noção de letramento em ecomídia, que propõe enxergar a atuação dos meios de comunicação como produtores de sentidos capazes de moldar crenças, afetos e imaginários sociais. "O letramento ecomidiático surge como um campo interdisciplinar vital que preenche essa lacuna, oferecendo uma estrutura abrangente para analisar e abordar os impactos ambientais da

nossa vida digital ao mesmo tempo em que examina como a mídia molda nossas percepções e relações com a natureza" (Lopez, 2025, p. 51).

Reforçando esses pensamentos, com base nos estudos de Kaplún (1998) e Freire (1967), o conceito de educomunicação socio-ambiental destaca uma abordagem que compreende a comunicação não apenas como uma transmissora de informações, mas também como um espaço pedagógico e político que podem contribuir para à promoção de transformações sociais e ambientais. A partir dessas reflexões teóricas, Miranda e Oliveira (2025) afirmam que o telejornalismo configura-se como um objeto ecomidiático paradigmático:

> ao passo que sua infraestrutura técnica está inserida em cadeias produtivas que implicam custos ecológicos expressivos, ao mesmo tempo em que seu conteúdo simbólico exerce influência direta sobre a forma como o público interpreta e se posiciona diante das mudanças ambientais globais. O jornalismo audiovisual, portanto, atua como espaço pedagógico informal, com potencial formativo para o letramento ecológico. (Miranda & Oliveira, 2025, p. 62)

Apesar da importância que as temáticas ambientais e discussões sobre mudanças climáticas tem, nem é dado o devido espaço para o debate ou mesmo para potencializar o papel educativo e pedagógico que a televisão pode e deve exercer. Olegário (2025, p. 99) destaca esse protagonista do meio televisivo ao afirmar que "o telejornalismo, como um dos principais veículos de informação e formação de opinião pública, assume um papel central na mediação da realidade, na construção de narrativas e na orientação para a ação coletiva". Portanto, para o letramento por meio da TV ser possível, é preciso reforçar elementos utilizados pelo jornalismo para transmitir informações e educar para as questões

ambientais ao mesmo tempo. “A inclusão da perspectiva científica, o uso de fontes especializadas e a tradução de dados complexos para uma linguagem acessível são cruciais para que a audiência compreenda a raiz do problema e as implicações futuras” (Olegário, 2025, p. 100).

Nesse sentido, como aponta Jesus (2025), verificamos que a prática de um jornalismo ambiental consciente e educativo ainda é recente no Brasil. A autora aponta que a regionalização dos conteúdos pode ser um caminho a ser percorrido para aproximar as informações do público.

> Quando este jornalismo ambiental é desenvolvido, dentro de um contexto de uma mídia regional, há a possibilidade de ampliar esse olhar de modo mais aproximativo. Isso porque, quando feito dentro de uma mídia regional, o olhar se debruça sobre a realidade como alguém que olha para si, de modo muito intimista. (Jesus, 2025, p. 155)

No entanto, o primeiro passo para que isso possa acontecer é necessária uma reflexão profunda e responsável sobre o clima nas telas jornalísticas e sobre os modos de reportá-lo. Dessa forma, teremos, para Jesus (2025, p. 156), teremos:

> a oportunidade de avaliar caminhos e traçar novos trajetos, especificamente, no que diz respeito à amplitude de questões ligadas ao “como acontecem” e “porque acontecem”. Com o intuito de possibilitar uma reflexão crítica e produtiva acerca da temática, especificamente quanto a minimização dos impactos, estimulando uma cultura educacional.

Por tudo exposto até aqui, considerando a função pedagógica do telejornalismo, este estudo buscou analisar como essas dinâmicas estão

presentes na produção televisiva no Rio Grande do Norte. O programa Tô no Clima, da TV Universitária da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, seria um exemplo prático de como é possível utilizar a televisão como ferramenta de ecoalfabetização, de letramento em ecomídia e de comunicação socioambiental. Além de se apresentar como um esforço coletivo para dar visibilidade e discutir questões ambientais urgentes.

Tô no Clima como ferramenta de ecoalfabetização

Imagem 1. *Bastidores de gravação de reportagem para o programa Tô no Clima*



Reprodução TVU RN (2025a).

A primeira temporada do Tô Clima foi produzida pela TV Universitária da Universidade Federal do Rio Grande do Norte em parceria com a Faculdade de Comunicação da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa). A produção do programa faz parte de um projeto de extensão que conta com a participação de estudantes, professores e servidores de ambas as instituições de ensino, conforme Imagem 1. Na Unifesspa, esta ação se tornou um espaço de prática do

telejornalismo, por meio da Agência Paiá – Núcleo Experimental de Jornalismo, onde os alunos utilizam o conhecimento aprendido em sala de aula. Ao mesmo tempo, os estudantes desenvolvem um produto educativo para o público.

A primeira edição foi exibida em 22 de outubro de 2025. No total, foram produzidos dez programas, exibidos nas quartas-feiras, às 18h, como ilistrado na Imagem 2. As transmissões ocorreram em sinal aberto de TV para o estado do Rio Grande do Norte e disponibilizadas em seguida no canal da TVU no YouTube. O que caracteriza essa iniciativa como sendo uma produção multiplataforma, uma vez que o conteúdo também é compartilhado nas redes sociais digitais do Tô no Clima, da TVU, da Agência Paiá e do Curso de Jornalismo da Unifesspa.

Imagem 2. *Programa Tô no Clima da TVU do Rio Grande do Norte*



Reprodução TVURN (2025b).

Ao longo dos programas, foram discutidas temáticas como a importância da arborização, a preservação dos recursos hídricos e a necessidade da reciclagem de materiais. Também foram realizadas entrevistas com pesquisadores das universidades envolvidas na produção

do Tô no Clima. Uma das reportagens produzidas por estudantes da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará foi sobre o papel dos povos indígenas na preservação das florestas, conforme a Imagem 3. A equipe formada por alunos e professores viajou até a Terra Indígena Mãe Maria, no município de Bom Jesus do Tocantins no estado do Pará, para ouvir as lideranças do Povo Gavião da Aldeia Akrântikatêjê e saber qual é a visão que eles têm sobre as questões ambientais e como eles têm contribuído para a preservação da floresta amazônica.

Imagem 3. *Reportagem com os indígenas da Aldeia Akrântikatêjê no Pará*



Reprodução TVURN (2025a).

A primeira temporada do programa Tô no Clima contou ainda com quadros fixos como o Viralizou, que trazia um resumo de conteúdos que circulavam nas redes sociais digitais e falavam sobre clima e sustentabilidade. Outros assuntos abordados durante as primeiras edições do programa foram as discussões da Conferência das Nações Unidas para as mudanças climáticas, a COP 30, realizada pela primeira vez no Brasil, na região amazônica, em Belém, no estado do Pará.

Como foi possível observar, a seleção dos temas do programa é orientada pelas temáticas ligadas às questões ambientais em geral, com foco na sustentabilidade e nas mudanças climáticas. As equipes da UFRN e da Unifesspa fazem reuniões periódicas para discutir os direcionamentos das entrevistas e reportagens que serão produzidas para o programa. Dessa forma, se mantém uma linha editorial clara que atenda aos objetivo desse tipo de produção, que busca não apenas informar, mas também conscientizar e mobilizar o público telespectador para a necessidade de mudanças de hábitos e ações contundentes e urgentes, além da cobrança por políticas públicas mais eficientes.

Com a produção do programa Tô no Clima, verificamos que a TV Universitária do Rio Grande do Norte consolida um relevante papel na sociedade potiguar, ao abrir espaço para as discussões sobre questões ambientais e para produções que têm um forte caráter educativo. A emissora cumpre assim uma função primordial na complementaridade dos sistemas de comunicação no Brasil (público, estatal e privado). O que contribui para a formação de cidadãos críticos e conscientes sobre a importância de iniciativas que busquem diminuir os impactos do aquecimento global e, consequente, mudanças climáticas que colocam em risco o futuro em nosso planeta.

Considerações finais

A partir deste estudo, foi possível identificar a função pedagógica que a televisão ainda exerce na contemporaneidade, ao abordar e discutir temáticas relevantes para uma compreensão das mudanças climáticas e da importância de ações de sustentabilidade para o futuro do nosso planeta. Nesse sentido, verificamos que o programa Tô no

Clima da TVU da UFRN contribui para a configuração regional de um educomunicação socioambiental e ecoalfabetização, uma vez que ajuda a ampliar o acesso à informação ambiental e permite a participação de variados atores da sociedade civil nas discussões sobre questões climáticas e ambientais.

Nesse contexto de produção do programa, pudemos observar que o jornalismo audiovisual se configura como um espaço pedagógico informal, uma vez que tem o potencial formativo para o letramento ecológico, assim como observam Miranda e Oliveira (2025). Uma constatação que corrobora com a ideia de que o telejornalismo exerce uma função pedagógica na sociedade ao contribuir para a compreensão da realidade e construir um espaço informativo de referência e de segurança para o público (Vizeu, 2009).

Portanto, identificar e analisar espaço midiático como este criado pela TVU da UFRN se justifica pela necessidade de compreender melhor os diferentes e diversos elementos que compõem o ecossistema televisivo brasileiro contemporâneo. A escassez ou quantidade ainda insuficiente de pesquisas sobre as emissoras públicas reforça a importância de lançar o olhar sobre os ambiente midiáticos públicos e educativo, principalmente nos âmbitos regionais e locais, que ainda carecem de estudos mais aprofundados que possam dar conta da complexidade que é entender as diferentes dinâmicas que se desenrolam nesses espaços.

Referências

Andrade, A. A. M. de. (2005). Política e afeto na produção de identidades e instituições: A experiência potiguar. *Revista Brasileira de Educação,* (30), 133-138. http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1413-24782005000300011&script=sci_abstract&tlng=en

Angeiras, A. C. de A. (2018). *TVU, canal 11: a primeira TV Educativa do Brasil*. Ed. UFPE.

Capra, F. (2000). *O ponto de mutação*. Cultrix.

Fernandes, E., Palhares, M.; Lima, P. (2018). Maurício Pandolphi: Relatos de um jornalista feliz. In M. do S. F. Veloso, & J. W. Lopes (Orgs.), *Depoimentos para uma história da imprensa potiguar.* Editora Tribo.

Freire, P. (1967). *Educação como prática da liberdade*. Editora Paz e Terra.

Gurgel, M. G. (2015). Jornalismo público em questão: Uma análise do TVU Notícias [Dissertação de mestrado profissional, Universidade Federal do Rio Grande do Norte]. https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/20664

Jesus, R. M. (2025). Quando as ruas da cidade alagam: relatos do experenciar em uma cobertura telejornalística conduzida pelas lentes da mídia regional. In E. Mello, A. P. G. de Andrade, C. Finger, & C. Emerim (Orgs.), *O clima nas telas jornalísticas: mutações ambientais e na cadeia produtiva* (pp. 148-164). Insular.

Kaplún, M. (1998). *Una pedagogia de la Comunicación*. Ediciones de la Torre.

Lopez, A. (2025). Letramento em Ecomídia: uma introdução à interseção entre mídia, tecnologia e sustentabilidade ambiental. *Revista Eco-pós, 28*(1), pp. 49-64.

Miranda, P. A. S. & Oliveira, A. C. C. (2025). A memória Climática e ambiental nas coberturas jornalísticas da GloboNews como dispositivo de ecoalfabetização. In E. Mello, A. P. G. de Andrade, C. Finger, & C. Emerim (Orgs.), *O clima nas telas jornalísticas: mutações ambientais e na cadeia produtiva* (pp. 62-79). Insular.

Motta, A. G. (2003). *Esboço histórico da pesquisa espacial no Brasil. Foco Editora.*

Olegário, L. (2025). Emergência climática e desinformação no telejornalismo: construindo protocolos de prática a partir do desastre de 2024 no Rio Grande do Sul. In E. Mello, A. P. G. de Andrade, C. Finger, & C. Emerim (Orgs.), *O clima nas telas jornalísticas: mutações ambientais e na cadeia produtiva* (pp. 99-113). Insular.

Paiva, M. M. de. (2013). As primeiras iniciativas da Teleducação no Brasil: Os Projetos SACI e EXERN. *Educação em Perspectiva, 4*(2), 271-293. https://periodicos.ufv.br/educacaoemperspectiva/article/view/6631

Pedroza, C. J. P. (2017). Ver + aprender + fazer / Canal 5: Anotações para uma história da primeira televisão do Rio Grande do Norte. In V. A. P. Kneipp (Org.), *Trajetória da televisão no Rio Grande do Norte: A fase analógica* (pp. 133-156). EDUFRN.

Rocha, R. (2016). Trajetória da televisão pública no Brasil. Em N. M. W. Santos, & A. L. C. Moraes (Orgs.), *Tvs públicas*: memórias de arquivos audiovisuais. Oikos.

Sales Júnior, F. das C. (2023). *A televisão no Rio Grande do Norte: uma periodização da trajetória da mídia regional* [Tese de Doutorado

em Estudos da Mídia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte]. https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/28727

Sales Júnior, F. das C., & Sousa, R. F. (2022). A TVU do Rio Grande do Norte na formação de estudantes de comunicação: um estudo da prática do telejornalismo no TVU Notícias. Em A. Versuti, & G. Zauith (Coords.), *Comunicação na educação* (pp. 195-220). Ria Editorial. https://www.riaeditorial.com/livro/comunicacao-na-educacao

TVURN. (2025a, outubro 23). *Tô no Clima - Episódio 1 (22/10/2025)* [Vídeo]. YouTube. https://www.youtube.com/watch?v=OqGvqbg6jE4

TVU RN. (2025b, dezembro 10). *Tô no Clima | Episódio 7 (10/12/2025)* [Vídeo]. YouTube. https://www.youtube.com/watch?v=u-UEq1SPDh8

TVU RN. (2026). Histórico da TVU. https://tvu.ufrn.br/pagina.php?a=historia

Vizeu, A. (2009). O telejornalismo como lugar de referência e a função pedagógica. *Revista Famecos, 16*(40), 77-83. https://doi.org/10.15448/1980-3729.2009.40.6321

Yin, R. K. (2015). *Estudo de caso: planejamento e métodos*. (5Ed.). Porto Alegre: Bookman.

Juventude e o consumo digital religioso: um estudo com jovens evangélicos de uma escola pública em Bauru

Rodrigo Szymanski[1]
Maria Cristina Gobbi[2]

A consolidação das plataformas digitais alterou significativamente os modos de sociabilidade, produção de sentido e circulação de discursos na sociedade contemporânea. No campo religioso, tais transformações incidem de maneira particular sobre os jovens, que passam a experienciar a fé para além dos espaços institucionais tradicionais, em contextos cada vez mais mediados por lógicas algorítmicas.

A presente pesquisa examina os modos pelos quais jovens evangélicos do ensino médio consomem conteúdos religiosos nas redes sociais e como esses conteúdos repercutem sobre sua fé, suas condutas e suas concepções de mundo. Para compreender que a juventudes é

1. Doutorando em Midia e Tecnologia pela Unesp- Faac Bauru Universidade Estadual Paulista (UNESP). rodrigo.szymanski@unesp.br
2. Pós-Doutora pelo Prolam-USP (Universidade de São Paulo). Universidade Estadual Paulista (UNESP). cristina.gobbi@unesp.br

> Muito mais do que uma definição cronológica ou biológica, esse conceito [juventude] pode ser encarado como uma espécie de 'moratória social' para justificar determinadas atitudes, ações e um período de grandes conflitos. É uma espécie de postergação de tempo para assumir sua participação na sociedade. (Gobbi, 2012, p. 14)

O foco recai sobre as dinâmicas de interação entre o consumo de redes sociais e a experiência religiosa de adolescentes e jovens inseridos no contexto de uma escola de ensino médio da cidade de Bauru, investigando de que maneira a mediatização da fé altera as rotinas devocionais e a percepção de mundo desse grupo. Adota-se como hipótese central que as plataformas digitais não substituem a instituição religiosa, mas atuam como dispositivos de amplificação e ressignificação da experiência de fé, produzindo uma forma híbrida e algorítmica de vivência religiosa que reconfigura, sem abolir, o papel formativo da igreja presencial.

A pesquisa insere-se no campo interdisciplinar dos estudos de comunicação, cultura digital e religião, dialogando com a compreensão de que as mídias digitais não são apenas instrumentos de comunicação, mas ecossistemas sociotécnicos que produzem sentidos e reorganizam práticas culturais (Lemos, 2013; Van Dijck, 2020). Essas referências permitem compreender as plataformas não como simples canais de difusão, mas como ambientes que estruturam as práticas sociais, culturais e simbólicas dos seus usuários, inclusive as religiosas.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa combinou abordagens qualitativa e quantitativa, com a aplicação de um questionário online a 11 estudantes, selecionados a partir de um grupo de 20 adolescentes participantes da investigação. A coleta foi realizada entre os dias 15 e

17 de abril de 2026 e abrangeu jovens com idades entre 14 e 17 anos, vinculados a distintas denominações evangélicas, pentecostais, neopentecostais e batistas, residentes em Bauru. As respostas fornecem subsídios para compreender a relação entre o ambiente digital, os padrões de comportamento religioso e a participação institucional na igreja.

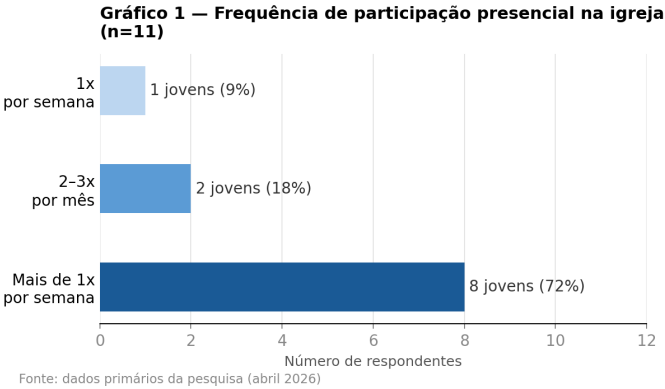
O artigo se organiza em três movimentos: primeiro, apresenta e cruza os dados empíricos coletados; em seguida, analisa o papel dos influenciadores religiosos que emergem nas respostas como mediadores centrais entre fé e plataforma; por fim, debate teoricamente esses achados à luz das noções de plataformização, mediatização da religião e construção de identidades juvenis.

O que os dados revelam: perfil, uso e experiência religiosa digital

Perfil dos respondentes e presença religiosa institucional

A amostra é composta por 11 jovens , 6 mulheres e 5 homens, com idades entre 14 e 17 anos, todos cursando o ensino médio. As denominações presentes incluem Assembleia de Deus (3), Igreja Batista (2), Igreja Pentecostal (1), Ministério Evangelístico Filhos do Reino (1), Missão Mais Vidas (1), Vineyard (1), Igreja do Evangelho Quadrangular (1) e Agindo Segundo o Coração de Deus (1). A heterogeneidade denominacional é relevante: apesar das diferenças doutrinárias, os padrões de consumo digital são notavelmente convergentes, sugerindo que a cultura de plataforma produz uma experiência religiosa digital que transcende as fronteiras institucionais, onde o digital se torna um elo religioso sem a instituição.

Figura 1. *Frequência de participação presencial na igreja (n=11)*



Dados primários da pesquisa, abril 2026.

Como evidencia a Figura 1, o ponto de partida analítico não se refere a jovens afastados da religião, mas a sujeitos institucionalizados que, ao mesmo tempo, se encontram intensamente inseridos nas dinâmicas das plataformas digitais. Nesse sentido, o ambiente digital não aparece como substituto da experiência religiosa, mas como sua extensão, reforçando a hipótese central deste trabalho. Os dados corroboram, com o intuito do grupo, que é de origem religiosa, essa leitura ao indicar que 72% dos jovens frequentam a igreja mais de uma vez por semana e que nenhum deles se declara ausente das atividades presenciais, o que desmonta a ideia de que o consumo de conteúdos religiosos nas redes esteja associado a um processo de afastamento institucional, evidenciando, ao contrário, a coexistência entre engajamento religioso presencial e imersão digital. Essa integração entre o físico e o digital reflete a emergência de novas práticas religiosas, nas quais as 'mediações tradicionais do mundo territorializado real passaram a conviver com a midiatização da fé no mundo virtual'. Nascimento (2018) define

esse fenômeno como a 'ampliação da experiência religiosa subjetiva para o ciberespaço', constituindo este como um novo território para o exercício cotidiano da fé.

Devocionais no Ambiente Escolar: Quem são os jovens entrevistados

No intervalo de toda quarta-feira, um grupo de jovens se reúne em uma escola de Bauru, com cerca de 750 jovens do ensino Médio e Fundamental 2, para realizar o que chamam de "devocional" encontros de oração, louvor e pregação realizados dentro do espaço escolar. O grupo não possui nome oficial, sendo referido pelos próprios membros por termos variados: *devocional, crew, flyout ou INC (Jovens Cristão Inconformados)*. A ausência de uma identidade formal é, segundo eles, intencional: "nós não nos preocupamos muito com nome", explica Nicolas, um dos organizadores. A origem do grupo é difusa. Nicolas, que ingressou no ensino médio em 2024, afirma não saber ao certo quando as atividades começaram: "a gente só tem continuado algo que o pessoal já fazia". Os devocionais já existiam quando ele chegou à escola, conduzidos por outros alunos. Desde então, Nicolas passou a assumir o papel de organizador, convocando participantes e estruturando os encontros, uma liderança que ele mesmo define como informal: "o pessoal meio que me vê como o 'líder' ali do grupo, mas não é nada oficial".

A justificativa para a realização dos encontros é declaradamente religiosa. O ambiente escolar é visto para os adolescentes evangélicos, como campo fértil para a evangelização: "é um ambiente onde tem muitas pessoas que passam por dificuldades e problemas". Os encontros

organizados pelos próprios jovens, seguem uma estrutura relativamente fixa "oração, louvor, oração, palavra, oração, louvor", na descrição de Nicolas e contam com participação voluntária de adolescentes que pregam, cantam ou tocam instrumentos, não há nenhuma participação de adultos na escola . A escolha pelo horário do intervalo é justificada pragmaticamente: "para não haver problemas ou atrapalhar as aulas".

O grupo afirma reunir entre 30 e 40 pessoas em seu círculo, com presença média de 20 a 30 por encontro, porém pelas fotos do grupo no instagram, cerca de 15 a 20 pessoas participam do momento. O conteúdo das mensagens, segundo Nicolas, busca se distanciar de uma religiosidade institucional: "não um evangelho de religião, muito menos placa de igreja, mas levar a mensagem da cruz a todos". Os jovens não fazem parte de uma igreja, são jovens evangélicos de diversas denominações que se encontram. Até o momento, as atividades se restringem ao intervalo escolar. No entanto, o grupo planeja ampliar sua atuação com "encontros mensais em praças e lugares abertos", o que indicaria uma eventual transição para um formato mais público e independente do ambiente da escola.

Conforme aponta Winques (2020), as instituições religiosas atuam como mediações estruturantes que oferecem um sistema de crenças fundamental, o qual molda os sentidos e interpretações que os fiéis atribuem às informações recebidas no ambiente digital (p. 212).

Intensidade de uso e plataformas preferidas

A infraestrutura de acesso observada na pesquisa é marcada pela centralidade do celular como principal dispositivo de conexão, associado à dependência do Wi-Fi doméstico, consolidando-se como

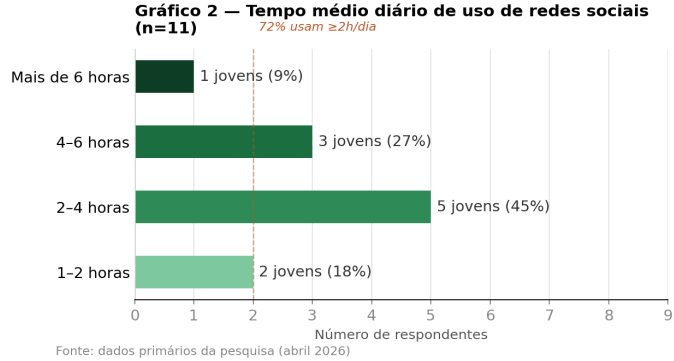
a principal interface de mediação entre os jovens e o ambiente digital. Esse dado acompanha a tendência nacional "Em 2025, 92% dos brasileiros de 9 a 17 anos eram usuários de Internet, o que corresponde a cerca de 24 milhões de crianças e adolescentes" (NIC.br, 2025, p. 2). No que se refere ao tempo de uso das redes sociais, os dados revelam um padrão de imersão cotidiana significativa: 18% dos participantes utilizam as plataformas entre 1 e 2 horas por dia, 45% entre 2 e 4 horas, 27% entre 4 e 6 horas e 9% mais de 6 horas diárias. Em termos agregados, 72% dos jovens permanecem conectados por pelo menos 2 horas diárias, enquanto 36% se enquadram em um regime de uso intensivo, com 4 horas ou mais, sendo que apenas um respondente declarou uso inferior a 2 horas. Esse padrão converge com os dados nacionais, que indicam que 84% dos jovens acessam a internet várias vezes ao dia, predominantemente pelo celular, evidenciando não apenas um alto nível de uso, mas uma condição de imersão contínua.

Nesse sentido, as redes sociais deixam de ocupar um lugar secundário e passam a configurar o próprio ambiente estruturante da experiência social e simbólica desses jovens. Esse movimento juvenil ocorre em consonância com o que se convenciona chamar de revolução digital, contribuindo ativamente para a reconfiguração das dinâmicas sociais contemporâneas, segundo Gobbi (2012, p. 103) "Nesse cenário de mudanças e experimentações surge a geração atual, chamada geração tecnológico-digital" que preferem a interatividade das redes sociais, para muitos sendo nativos digitais.

Quando articulado ao perfil de alta participação religiosa identificado no grupo, esse cenário revela um ponto analítico central: a experiência de fé não se desenvolve à margem do digital, mas no interior de

um ecossistema conectado, no qual práticas, linguagens e referências religiosas circulam de forma integrada ao cotidiano. Nesse processo, como destaca Winques (2020), "a vigilância digital e a personalização fundamentadas em variáveis programáveis indicam e reforçam o papel dos algoritmos de mediar e performar as formas de interação, sociabilidade, consumo e recepção" (p.24), evidenciando que a vivência religiosa contemporânea não apenas ocorre nas plataformas, mas é também modulada por suas lógicas algorítmicas.

Figura 2. *Tempo médio diário de uso de redes sociais (n=11).*

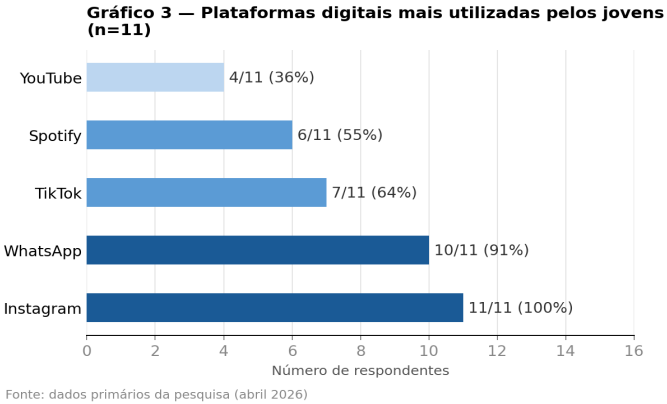


Dados primários da pesquisa, abril 2026.

Esses números não apenas indicam exposição elevada, mas sugerem que as redes sociais constituem, para esses jovens, o ambiente no qual grande parte da experiência cotidiana, e fundamentalmente a religiosa, é processada e significada. O Instagram é utilizado pela totalidade dos respondentes (11/11), seguido de WhatsApp (10/11), TikTok (7/11) e Spotify (6/11), evidenciando uma diversificada digital, que combina plataformas de vídeo curto, mensageria e áudio. O TIC Kids confirma

que o uso de redes sociais aumenta com a idade, atingindo 89% entre os 13 e 17 anos, e que o Instagram (66%) e o TikTok (57%) são as plataformas onde os jovens mais possuem perfis próprios (NIC.br, 2025, p. 8). Ao analisar a busca por informações, observa-se que "o consumo informativo nessas ferramentas costuma ocorrer em um estado de 'piloto automático'" (Winques, 2020, p. 259), indicando que os usuários confiam na neutralidade do ranqueamento algorítmico.

Figura 3. *Plataformas digitais mais utilizadas (n=11)*



Dados primários da pesquisa, abril 2026.

Os dados evidenciam que os influenciadores digitais ocupam um papel central na mediação entre a doutrina religiosa e a vida cotidiana dos jovens, funcionando como referências que traduzem conteúdos religiosos em linguagem acessível e experiencial. Entre os principais nomes citados, destacam-se, no público masculino, *Nick Moretti, Teo Hayashi, Elizeu Rodrigues, Douglas Gonçalves e Luca Martini*, enquanto, entre as referências femininas, aparecem *Thalya Lopes, Luísa Fonseca,*

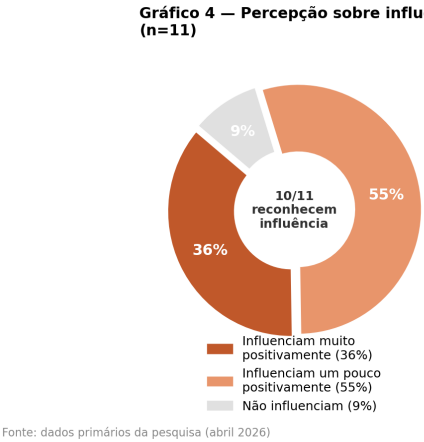
Raphaela Gonçalves, Junia Hayashi e Vitória Souza. Importante a relação que meninas escutam mulheres e seguem estas como influencers. Além das figuras individuais, há forte presença de ministérios e movimentos organizados como *Jesuscopy, Dunamis Movement, Morada e Fhop*, indicando que o consumo não se restringe a personalidades, mas também a comunidades digitais organizadas.

Nesse ecossistema, o formato podcast, tem consumo moderado, cerca de 45% dos jovens (5 de 11) afirmam explicitamente ouvir podcasts religiosos, os demais relatam não ouvir, assistir apenas em partes ou não responderam à questão como Hegemonia de Conteúdo o podcast *Jesuscopy Podcast* é a referência, citado por 80% dos ouvintes de podcast da amostra emerge como uma ferramenta relevante de aprofundamento, ainda que consumido de forma desigual ao lado de outros programas como *Dunamis Hangout, Hub Podcast e The Bryce Crawford Podcast.* Esse consumo ocorre predominantemente via YouTube seguido pelo Spotify, sendo mediado por indicações de amigos, da igreja e pelos próprios algoritmos.

Influência das redes na fé e no comportamento: cruzamento de dados

Um dos achados mais expressivos é a quase unanimidade na percepção de influência das redes sobre a vida religiosa: 90,9% dos respondentes afirmam que as redes influenciam sua fé, 36% de forma muito positiva e 55% de forma moderada. Apenas um jovem (J11, 17 anos, 1–2h diárias de uso) afirma não perceber qualquer influência.

Figura 4. *Percepção sobre influência das redes sociais na fé (n=11)*



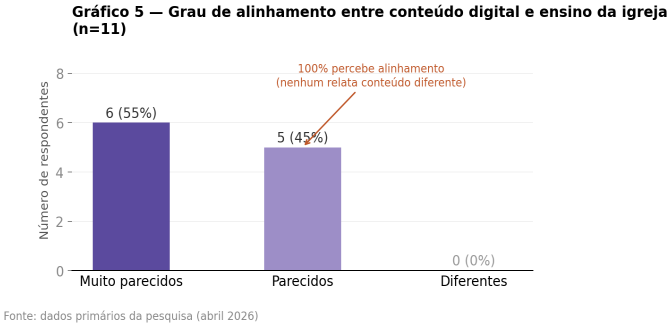
Dados primários da pesquisa, abril 2026.

O cruzamento entre tempo de uso e intensidade da influência percebida revela um padrão consistente: todos os jovens com 4 horas ou mais de uso diário relatam influência forte, enquanto os dois respondentes com uso abaixo de 2 horas são os únicos que apresentam variação, um relata influência forte e o único que não percebe influência integra esse grupo. Essa correlação positiva entre exposição e impacto percebido sugere que a imersão digital não é neutra: ela molda, progressivamente, a experiência religiosa.

Esse processo se manifesta também na dimensão comportamental. 90,9% das respostas afirmam que algum conteúdo religioso consumido nas redes já influenciou sua forma de pensar ou agir. A fala de J4, jovem de 15 anos de uma missão pentecostal, ilustra com precisão esse mecanismo "Ela me influencia muitas vezes em questões bíblicas que eu não sabia e se eu descobrir algo que eu não faço, eu começaria a fazer, e é assim que me influencia" (J4, 15 anos).

O conteúdo digital não opera apenas como informação religiosa: ele produz orientação moral e prática, funcionando como extensão da autoridade institucional da igreja para o cotidiano digital. A fala de J4 (15 anos), ao afirmar que a rede apenas o 'ensina questões bíblicas' que ele não sabia, exemplifica a natureza subjetiva dessa mediação. Conforme explicam Koffermann e Aguaded (2023), o jovem 'consegue perceber a ação da família, da escola, dos amigos ou da Igreja, que se dão de uma forma explícita, mas não a influência das mídias digitais porque ela não se dá explicitamente' (p. 134). No caso de J4, a modulação algorítmica por trás do vídeo é invisível, permitindo que ele interprete o conteúdo como uma descoberta autônoma e puramente religiosa, sem notar a 'arquitetura de decisões' que selecionou aquela pregação específica para o seu feed

Figura 5. *Alinhamento percebido entre conteúdo digital e ensino da igreja (n=11)*



Dados primários da pesquisa, abril 2026.

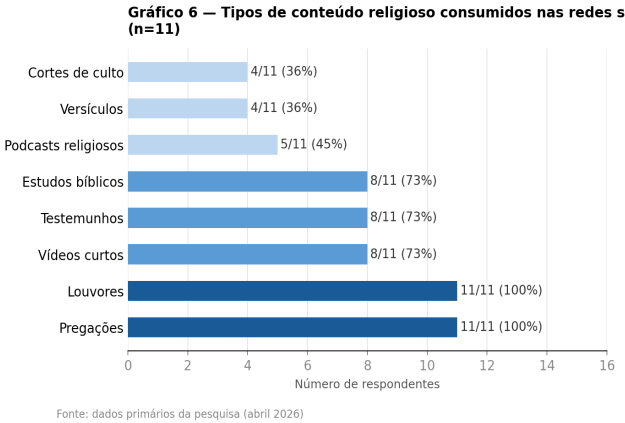
Esse alinhamento não é trivial: ele indica que as plataformas digitais e as igrejas operam em continuidade discursiva, e não em

tensão. Os algoritmos reforçam conteúdos já alinhados com a matriz ideológica das denominações frequentadas pelos jovens, produzindo o que Pariser (2011) denomina "bolha de filtros" um ecossistema informacional fechado que amplifica a coerência interna da crença e reduz a exposição à diversidade.

Tipos de conteúdo e hierarquia temática

A análise dos conteúdos consumidos revela tanto a persistência de formatos tradicionais quanto sua adaptação às lógicas das plataformas. Pregações e louvores são consumidos pela totalidade dos respondentes (11/11). Vídeos curtos e testemunhos aparecem em 8 de 11 casos, evidenciando a coexistência entre formas litúrgicas clássicas e o formato plataformizado dos Reels e TikToks.

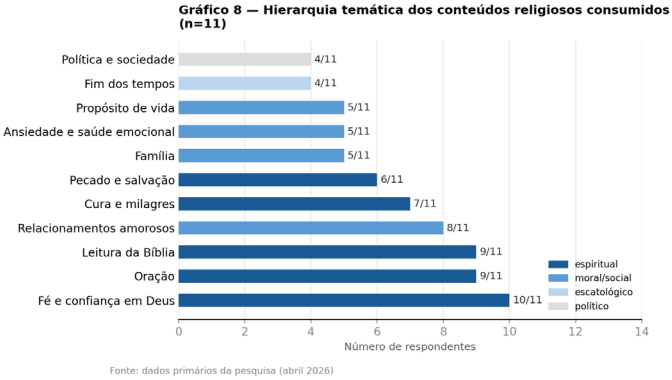
Figura 6. *Tipos de conteúdo religioso consumidos nas redes sociais (n=11)*



Dados primários da pesquisa, abril 2026.

No que diz respeito aos temas, a hierarquia, a fé, oração e leitura bíblica dominam (9-10/11); temas morais e relacionais aparecem em posição intermediária; política e sociedade surgem em posição periférica, mencionados por apenas 4 dos 11 respondentes. Essa hierarquia reflete o modo como as plataformas religiosas traduzem questões estruturais da sociedade em termos morais e individuais, esse ponto será aprofundado na seção de debate teórico.

Figura 7. *Hierarquia temática dos conteúdos religiosos consumidos (n=11)*



Dados primários da pesquisa, abril 2026.

Em relação ao engajamento, os dados revelam uma dinâmica assimétrica entre consumo e produção de conteúdo religioso. Observa-se que 100% dos jovens curtem publicações, 82% compartilham conteúdos e apenas 27% produzem material religioso próprio. Esse padrão indica que a maioria atua como consumidora e replicadora de conteúdos, enquanto uma minoria assume um papel mais ativo na produção e circulação de mensagens religiosas.

Esse comportamento dialoga com a análise de Gobbi (2012), ao afirmar que as novas gerações não apenas dominam as tecnologias digitais, mas as incorporam como parte constitutiva de sua realidade cotidiana: "Diferentemente de seus pais, elas não temem as novas tecnologias, pois não são tecnologia para eles, são realidade. [...] Pela primeira vez, os jovens, e não seus pais, são as autoridades numa inovação central da sociedade" (Gobbi, 2012, p. 123).

No entanto, os dados da pesquisa sugerem que essa familiaridade com o ambiente digital não implica necessariamente protagonismo na produção de conteúdo. Ao contrário, a maior parte dos jovens permanece em uma posição de recepção e difusão, reproduzindo discursos já consolidados. Por outro lado, o grupo minoritário que produz conteúdo tende a apresentar maior envolvimento com os temas religiosos, indicando um grau mais elevado de internalização e apropriação da fé no ambiente digital.

Os influenciadores religiosos como mediadores de fé: quem são e o que representam

Uma das questões centrais do formulário solicitava que os jovens citassem os influenciadores religiosos que acompanham. As respostas revelam um ecossistema relativamente concentrado, com forte sobreposição entre os perfis mais citados:

Nick Moretti aparece em 5 das 11 respostas, configurando-se como o influenciador mais reconhecido do grupo. Jesuscopy é citado por 4 respondentes; Dunamis Movement por 3; Elizeu Rodrigues por 3; Theo Hayashi por 2; Morada por 2; Thalya Lopes por 2. Os demais perfis citados são mencionados por um único respondente.

Os influenciadores citados pelos jovens enquadram-se no que Silva e Costa (2021) denominam como 'pastor de internet', um fenômeno da midiatização digital onde a autoridade e a identidade pastoral não dependem de um ministério em uma igreja física ou local, mas da circulação de suas estratégias de comunicação midiática. Diferente do pastor institucional, o pastor de internet ocupa um 'lugar de fala privilegiado' que atrai milhões de seguidores ao transformar a pregação em um conteúdo moldado pelas lógicas das redes sociais.

Essa concentração não é acidental. Ela reflete o funcionamento dos algoritmos de recomendação, que tendem a amplificar os perfis já consolidados em detrimento de vozes menores, o que Nick Srnicek (2017) identifica como um dos efeitos estruturais do capitalismo de plataforma a tendência à monopolização da atenção por um número restrito de produtores. No campo religioso, isso implica que a formação espiritual dos jovens passa crescentemente por um número pequeno de mediadores que alcançam simultaneamente milhões de seguidores.

Do ponto de vista do conteúdo, esses influenciadores compartilham um perfil comum: são majoritariamente jovens, com estética cuidada, linguagem acessível e produção voltada para o universo juvenil. Nick Moretti e Theo Hayashi são pastores ligados ao movimento Hillsong e a igrejas com forte apelo cultural jovem; Jesuscopy e Dunamis produzem conteúdo com alto investimento em identidade visual e formato de vídeo curto; Elizeu Rodrigues e Morada são artistas do louvor contemporâneo. Todos operam na interseção entre fé e cultura jovem, construindo uma religiosidade que se apresenta como contemporânea, emocional e identitária.

O modo como os jovens encontram esses perfis também é revelador: 8 de 11 respondentes mencionam indicação de amigos como um dos caminhos de descoberta; 5 citam indicação da própria igreja; e 4 atribuem a descoberta ao algoritmo da rede social. Ou seja, a curadoria algorítmica se soma e intensifica as redes de sociabilidade presenciais, reafirmando aquela busca e sua própria bolha. A igreja indica, os amigos replicam, e o algoritmo amplifica. Esse circuito fecha a bolha discursiva identificada na seção anterior.

Mas há um aspecto mais sutil nessa mediação. Diferentemente de um pastor local, o influenciador digital não conhece seus seguidores individualmente, não responde às suas demandas específicas e não está sujeito ao controle institucional de uma denominação. Sua autoridade é carismática e estética, ela se constrói pela recorrência, pela identidade visual e pela emoção que o conteúdo provoca. J8, de 17 anos, traduz bem esse processo "Acompanhando mais os influenciadores religiosos, eu começo a mudar em vários aspectos" (J8, 17 anos, Igreja Batista).

A mudança é atribuída à pregação do pastor, mas também ao acompanhamento contínuo do influenciador. Isso aponta para uma reconfiguração da autoridade religiosa, ela não desaparece, mas se distribui e se personaliza, o pastor digital tem poder moral e religiosos sobre aqueles que assistem seus vídeos, um processo de hibridação entre digital e o religiosos , que nasce um desafio de compreender quais influenciam quem, a instituição para o produtor de conteúdo digital. Como afirma Hjarvard (2014), a mídia passa a assumir funções antes atribuídas às instituições religiosas não as substituindo, mas reorganizando o campo de mediação do sagrado.

Os influenciadores funcionam, assim, como ponte entre os dados e o debate teórico que se segue eles são o nó visível de uma rede invisível, a lógica algorítmica que organiza, sem que os jovens percebam, quem fala, o que circula e o que fica de fora.

Plataformização da fé: debate teórico

Plataformas como ecossistemas sociotécnicos e a reorganização da religiosidade

Para compreender o que os dados desta pesquisa revelam, é necessário partir de uma definição de plataforma que vá além do senso comum. José van Dijck (2020) define as plataformas digitais como infraestruturas sociotécnicas que organizam interações sociais, culturais e econômicas a partir de dados, e que não são neutras, pois estruturam práticas e relações de poder de modo invisível para seus usuários.

> A midiatização é caracterizada por um desenvolvimento bilateral, no qual a mídia se tornou institucionalizada dentro de outros domínios sociais, ao mesmo tempo em que adquiriu o status de instituição social em si mesma. (Hjarvard, 2014, p. 26)

Nick Srnicek (2017), por sua vez, situa as plataformas como o modelo central do capitalismo contemporâneo, baseado na exploração de dados como matéria-prima. Winques (2020) argumenta que os algoritmos deixam de ser meros códigos técnicos para se tornarem agentes mediadores que organizam a sociabilidade, estabelecendo regimes de visibilidade que determinam o que é relevante para o público (p. 18). Esses sistemas são definidos como novos "gatekeepers, capazes de atuar na governança do processo informativo" (Winques, 2020, p. 18).

Nessa perspectiva, quando um jovem evangélico de Bauru abre o Instagram às 22h e encontra um vídeo de Nick Moretti sobre ansiedade e fé, isso não é resultado de uma escolha livre e aleatória. É o produto de um sistema de recomendação que aprendeu, a partir de interações anteriores, que aquele conteúdo tem alta probabilidade de gerar engajamento. Sérgio Amadeu da Silveira (2019) chama atenção para o papel dos algoritmos na mediação da informação: eles influenciam visibilidade, comportamento e acesso ao conteúdo de modo que os próprios usuários raramente percebem. No campo religioso, isso significa que a formação espiritual dos jovens é parcialmente gerida por sistemas computacionais orientados à maximização do tempo de tela e não à formação humana ou teológica.

Os dados desta pesquisa corroboram esse argumento, o alinhamento entre o conteúdo digital e os ensinamentos da igreja não resulta de uma coincidência doutrinária, mas de um efeito de câmara de eco. O algoritmo aprende que o jovem consome conteúdo evangélico e passa a entregar exclusivamente conteúdo evangélico, amplificando a coerência interna da crença e reduzindo sistematicamente a exposição à diferença. Plataformização da vida, na formulação de Lemos (2021), significa exatamente isso: a organização da experiência cotidiana, incluindo a experiência religiosa, segundo a lógica de dados das plataformas.

A experiência de fé desses jovens mostra-se profundamente mediada pelo ambiente digital, no qual os algoritmos passam a operar como instâncias de organização e acesso ao conteúdo religioso. Nesse contexto, a vivência espiritual não se dá apenas por uma busca intencional e estruturada do sujeito, mas também por meio dos conteúdos que lhe são apresentados pelas plataformas.

Os dados da pesquisa indicam que os jovens não apenas consomem conteúdos religiosos, mas atribuem a eles um sentido espiritual. Vídeos, pregações e mensagens motivacionais, muitas vezes recebidos por recomendação algorítmica, são interpretados como formas de aproximação com o transcendente. Nesse sentido, o ambiente digital deixa de ser apenas um meio técnico e passa a configurar-se como espaço de experiência religiosa.

As falas dos entrevistados evidenciam esse processo. Ao afirmarem que conteúdos digitais "fortalecem a fé" ou que "Deus fala por meio dos vídeos", os jovens indicam que a mediação algorítmica não é percebida como um filtro externo, mas como parte legítima da própria experiência com o divino. A utilização das mídias digitais como canais de propagação da fé permite que o fiel acesse uma dimensão de transcendência imaterial, denominada por Oliveira (2019) como espaço sagrado imaginalis, onde o contato com a divindade ocorre de forma desvinculada das limitações geográficas tradicionais. Assim, a relação com o sagrado passa a ser atravessada por dinâmicas de recomendação, repetição e visibilidade, nas quais o que é recebido, e não apenas o que é buscado, assume centralidade na construção da experiência religiosa.

Juventude, identidade e pertencimento em contexto digital

As juventudes não são uma categoria homogênea. Karl Mannheim (1968) já apontava para a dimensão histórica e geracional da juventude: cada geração constrói sua experiência a partir dos eventos e estruturas do seu tempo. Maria da Glória Gohn (2004) aprofunda essa perspectiva ao enfatizar o caráter plural e situado das juventudes especialmente em contextos periféricos, onde as formas de participação

e pertencimento se constroem em condições de acesso desigual a bens materiais e simbólicos.

Os jovens desta pesquisa são filhos de uma geração que nunca conheceu o mundo sem internet. Para eles, a distinção entre "on-line" e "off-line" é cada vez menos operativa: o culto da quarta-feira e o vídeo de louvor no Spotify de quinta pela manhã fazem parte do mesmo contínuo de experiência religiosa.

> As mídias digitais estão cada vez mais deslocando as práticas sociais de ambientes físicos [...] significa que os locais físicos se entrelaçam com um espaço virtual, na medida em que se torna possível realizar mais e mais práticas fora da localização física. (Hjarvard, 2014, p. 35)

Regina Novaes (2006) observa que a religiosidade juvenil contemporânea é marcada pela busca de experiências intensas, pela valorização do emocional e pela flexibilidade institucional, características que encontram nas plataformas digitais um ambiente especialmente propício. Nesse sentido, os influenciadores religiosos não apenas transmitem conteúdo: eles oferecem modelos identitários. Nick Moretti, Theo Hayashi e Jesuscopy não são apenas pregadores, são jovens com estética, linguagem e estilo de vida que os seguidores podem imitar e incorporar. Como aponta Jorge Larrosa (2002), a experiência é o que nos acontece e nos transforma, e o consumo contínuo de figuras com as quais o jovem se identifica tem potencial formativo que vai além da informação transmitida. O influenciador religioso digital é, nesse sentido, um educador não formal, uma referência, um pastor da internet e seu alcance supera em muito o do pastor local da comunidade religiosa.

Para os jovens de uma escola pública em Bauru, em contexto periférico, essas figuras digitais funcionam também como vetores de pertencimento a uma comunidade imaginada que extrapola as fronteiras geográficas da cidade. Seguir Nick Moretti ou o Dunamis Movement é participar de uma rede simbólica que conecta jovens evangélicos de todo o Brasil, e que confere uma identidade que transcende o bairro, a escola e a denominação local, é um rompimento com as estruturas fechadas das comunidades e uma abertura do externo que influencia o modo de ser destas comunidades.

A gestão da identidade religiosa nas redes sociais faz parte da construção de interfaces autoconstruídas, onde o indivíduo realiza filtros prévios, como aceitar perfis ou bloquear conteúdos, que direcionam a modulação algorítmica sobre sua própria experiência subjetiva (Winques, 2020).

Mediatização da religião e reorganização do sagrado

O conceito de mediatização, conforme Stig Hjarvard (2014), designa o processo pelo qual a mídia deixa de ser apenas um canal de comunicação e passa a ser uma instituição social que formata as lógicas de outras esferas da vida, incluindo a religião. A tese de Hjarvard é que a mídia não simplesmente reflete a religião: ela a reorganiza, substituindo parcialmente as funções das instituições religiosas tradicionais na produção de sentido, pertencimento e orientação moral. A experiência dos jovens exemplifica a transição da "igreja na rede" para a "igreja em rede" (Silva & Costa, 2021). Nesta última, a instituição compreende as mídias como ecossistemas que moldam a comunicação a partir de lógicas e experiências midiáticas próprias (Silva & Costa, 2021).

Como resultado, a produção religiosa "escapa às paredes do templo" e passa a ser "reconfigurada e reorganizada em outras novas práticas e novos sentidos" no ambiente digital (Silva & Costa, 2021, p. 2)

Pedro Gilberto Gomes (2010) aprofunda essa perspectiva no contexto brasileiro, mostrando como a comunicação religiosa midiática cria comunidades de sentido que operam paralelamente e às vezes em tensão com as comunidades presenciais das igrejas. Os dados desta pesquisa, contudo, sugerem um cenário de integração mais do que de tensão: os jovens não percebem conflito entre o que a igreja ensina e o que consomem digitalmente. Isso pode ser lido de dois modos: como evidência de coerência teológica entre as igrejas frequentadas e os influenciadores seguidos, ou como efeito da câmara de eco algorítmica que impede a exposição ao dissonante.

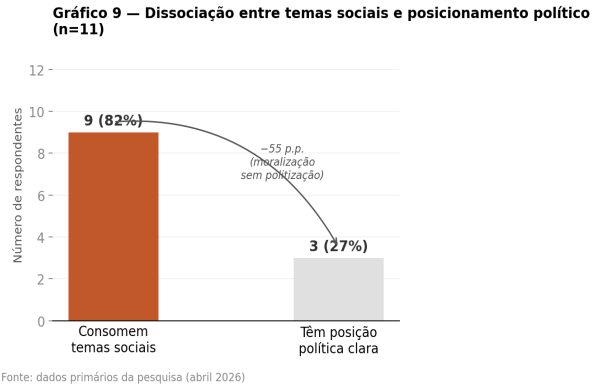
Ambas as leituras têm implicações importantes. Se a coerência é real, as plataformas amplificam e aprofundam uma formação religiosa que a igreja já iniciou. Se a coerência é produzida algoritmicamente, as plataformas constroem uma ilusão de unanimidade que pode fragilizar a capacidade crítica dos jovens diante da diversidade do mundo.

A dimensão sociopolítica ausente: moralização sem politização

Um dos achados mais relevantes desta pesquisa é a dissociação entre o consumo de temas sociais e o desenvolvimento de posicionamento político. 82% dos jovens consomem conteúdos sobre racismo, desigualdade e direitos humanos mas apenas 27% apresentam posicionamento político explícito. Esse dado aponta para um fenômeno que pode ser descrito como um processo de moralização da realidade social, os problemas estruturais são abordados nos conteúdos religiosos

digitais como questões de *amor, respeito e solidariedade individual*, e não como estruturas de poder que demandam transformação coletiva.

Figura 8. *Dissociação entre consumo de temas sociais e posicionamento político (n=11)*



Dados primários da pesquisa, abril 2026.

J2, de 16 anos, articula com clareza essa operação "Ame o teu próximo como a ti mesmo" implica entendermos que todos são iguais, a mulher não é menor que o homem, nem alguém de outra cor é menor que outro" (J2, 16 anos).

O enunciado é moralmente includente, mas politicamente neutro, a desigualdade de gênero e o racismo são traduzidos em termos de amor cristão, não em termos de direitos, políticas públicas ou transformação estrutural. Essa operação é constitutiva da linguagem dos influenciadores religiosos digitais, que tendem a abordar temas sensíveis sem romper com o consenso moral de seus públicos, condição necessária para manter o engajamento algorítmico em escala.

Esse ponto conecta a pesquisa ao debate mais amplo sobre o papel das mídias digitais na formação política dos jovens. Manuel Castells (2013) mostrou como as redes podem ser espaços de mobilização e resistência, mas as condições para isso exigem exposição à diversidade, ao conflito e ao dissenso, elementos que a câmara de eco algorítmica tende a suprimir. Para os jovens desta pesquisa, as plataformas funcionam mais como espaços de reforço identitário do que como arenas de formação cidadã.

Síntese: a fé reconfigurada pela lógica das plataformas

Os dados desta pesquisa, lidos à luz do referencial teórico apresentado, permitem afirmar que a religiosidade dos jovens evangélicos de Bauru não está em declínio, mas está sendo reconfigurada. Ela opera crescentemente como um sistema híbrido composto por três elementos articulados: a igreja, que provê a estrutura doutrinária e comunitária; os influenciadores religiosos, que exercem a mediação entre a autoridade institucional e o cotidiano digital dos jovens; e os algoritmos das plataformas, que organizam de modo invisível a distribuição, o reforço e a personalização da experiência religiosa. Essa submissão à lógica do mercado de atenção é mascarada por um 'imaginário de soberania e superioridade tecnológica', no qual as plataformas favorecem a percepção de que o 'indivíduo está no controle de suas escolhas' (Koffermann & Aguaded, 2023, p. 133), reforçando um 'eu soberano' desconectado da complexidade dos algoritmos".

A 'fé algorítmica' observada em Bauru é o resultado desse cruzamento: uma dependência institucional (Hjarvard, 2014, p. 26) mascarada por uma autonomia subjetiva (Koffermann & Aguaded, 2023).

O sistema de recomendação garante que o conteúdo seja 'personalizado' e 'emocional', satisfazendo a busca juvenil por experiências intensas (Novaes, 2006). Contudo, essa personalização é o motor do 'eu soberano' desconectado da complexidade dos algoritmos (Koffermann & Aguaded, 2023). O jovem sente-se no comando de sua 'bolha de filtros' (Koffermann & Aguaded, 2023; Pariser, 2011), enquanto a religião se torna um 'objeto de consumo' gerido por lógicas de mercado de atenção (Hjarvard, 2014, p. 40). Essa tensão define a interface sagrada contemporânea: um sujeito que se sente mais livre do que nunca, vinculado a uma instituição que nunca esteve tão presa à lógica midiática (Hjarvard, 2014)

Essa reconfiguração produz uma fé mais contínua, mais emocional, mais rápida e mais algorítmica. O jovem não precisa esperar o domingo para ter uma experiência religiosa: ela está disponível a qualquer momento, personalizada pelo histórico de interações, apresentada por rostos com os quais ele se identifica. Isso amplia o alcance e a intensidade da experiência religiosa, mas também a submete a uma lógica de mercado de atenção que não foi desenhada para a formação humana.

Essa fé reconfigurada é alimentada por um fluxo comunicacional que não se limita ao consumo passivo, mas envolve os "atos de interação, como comentar, curtir, compartilhar ou se inscrever" (Silva & Costa, 2021, p. 6, 16). Tais ações geram uma 'complexidade no processo midiático' na qual o influenciador e o seguidor se autocompreendem mutuamente. Portanto, a autoridade religiosa contemporânea deixa de ser puramente teológica para tornar-se autorreferencial, vinculada a um 'eu' midiático que domina as lógicas de alcance e engajamento das plataformas (Silva & Costa, 2021).

No contexto das redes sociais, o silenciamento pode ser impulsionado por ambientes onde "o ato de se posicionar de maneira contrária ao pensamento hegemônico pode resultar em isolamento" (Winques, 2020, p. 52). Em última análise, o algoritmo atua como um agente mediador que organiza a memória social dos fiéis, determinando quais fragmentos da experiência religiosa serão lembrados ou silenciados (Winques, 2020).

A grande questão que este estudo deixa aberta, e que investigações futuras deverão enfrentar, é até que ponto essa reconfiguração fortalece ou fragiliza a capacidade dos jovens de pensar criticamente sobre o mundo, de reconhecer a diversidade e de agir politicamente sobre as condições que determinam suas vidas. As plataformas oferecem uma fé acessível, contínua e identitária, mas ao preço de uma curadoria invisível que os jovens, em sua maioria, ainda não conseguem ver.

Considerações finais

Este artigo investigou os modos pelos quais jovens evangélicos do ensino médio de uma escola pública em Bauru consomem conteúdos religiosos nas redes sociais e como esses conteúdos repercutem sobre sua fé, suas condutas e suas concepções de mundo. A análise empírica, baseada em questionário aplicado a 11 jovens, foi articulada a um referencial teórico que compreende as plataformas como infraestruturas sociotécnicas e não como simples canais de comunicação.

Os resultados indicam que as plataformas digitais não substituem a instituição religiosa, confirmando a hipótese central da pesquisa: elas amplificam e ressignificam a experiência de fé, produzindo uma religiosidade híbrida que integra o culto presencial, o consumo

de influenciadores digitais e a organização algorítmica do conteúdo. O alinhamento total entre o que os jovens consomem nas redes e o que ouvem na igreja, longe de ser uma coincidência teológica, é em parte um efeito da câmara de eco produzida pelos sistemas de recomendação.

A análise dos influenciadores mais citados Nick Moretti, Jesuscopy, Dunamis, Elizeu Rodrigues revelou que esses mediadores constroem autoridade religiosa por vias estéticas e emocionais, oferecendo modelos identitários que ultrapassam os limites geográficos e denominacionais das comunidades presenciais. Para jovens de contextos periféricos como Bauru, esses perfis funcionam também como vetores de pertencimento a uma comunidade imaginada que transcende a cidade e a escola.

O dado sobre a dissociação entre consumo de temas sociais e posicionamento político aponta para um efeito relevante da mediatização religiosa: a moralização dos problemas estruturais, que os traduz em termos de amor e solidariedade individual, esvaziando sua dimensão coletiva e política. Esse achado tensiona o papel das plataformas na formação cidadã dos jovens e abrem agendas para futuras investigações.

Espera-se que os resultados contribuam para o entendimento de dinâmicas contemporâneas de articulação entre juventude, religiosidade e cultura digital, evidenciando como práticas de consumo midiático participam da construção de sentidos, identidades e pertencimentos de jovens evangélicos. Investigações futuras, com amostras maiores e métodos etnográficos, poderão aprofundar as dimensões qualitativas que este estudo apenas esboça.

Referências

Castells, M. (2013). *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da Internet* (C. A. Medeiros, Trad.). Zahar.

Gobbi, M. C. (2012). *Na trilha juvenil da mídia: dos suplementos teen para as tecnologias digitais*. Cultura Acadêmica.

Gohn, M. da G. (2004). *Juventude e participação social: movimentos sociais, ONGs e redes de mobilização no Brasil contemporâneo*. Vozes.

Gomes, P. G. (2010). *Mídia, religião e cultura: percepções e tendências*. Paulinas.

Hjarvard, S. (2014). *A midiatização da cultura e da sociedade*. Unisinos.

Koffermann, M., & Aguaded, I. (2023). A influência das redes sociais sobre os adolescentes: Ciberconsumo e educação crítica. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Universidade Federal de Juiz de Fora / UFJF*, *16*(1), 123-139.

Larrosa, J. (2002). Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Revista Brasileira de Educação*, (19), 20-28.

Lemos, A. (2021). Dataficação da vida. *Civitas: Revista de Ciências Sociais*, *21*(2), 193-202.

Mannheim, K. (1968). *Sociologia da cultura*. Perspectiva.

Morina, D. (2021). Plataformização e os impactos nas relações sociais contemporâneas. *Revista ComCiência*, (230).

Nascimento, J. (2018). Cristianismo tecnológico: As igrejas evangélicas e as novas tecnologias. *Revista Eletrônica Espaço Teológico*, *12*(22), 63-77.

Novaes, R. (2006). Os jovens "sem religião": ventos secularizantes, "espírito de época" e novos sincretismos. In CNBB (Org.), *Juventude e religião: novos tempos, novas perspectivas*. Loyola.

Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR. (2025). *Pesquisa TIC Kids Online Brasil 2025: Resumo executivo*. Comitê Gestor da Internet no Brasil. https://cetic.br/pt/pesquisa/kids-online/indicadores/

Oliveira, J. R. de. (2019). Geografia, religião e mídia: novas interfaces do sagrado na era hipermoderna. *Revista Eletrônica Espaço Teológico*, *13*(24), 55-77.

Pariser, E. (2011). *The filter bubble: What the internet is hiding from you*. Penguin Press.

Silva, B. E. da, & Montardo, S. P. (2025). *Plataformização da cultura e das práticas comunicacionais: apontamentos teóricos* [Trabalho apresentado]. Intercom.

Silva, O. R. N., & Costa, L. M. (2021). O pastor de internet e a midiatização digital da religião. *Revista Tropos: Comunicação, Sociedade e Cultura*, *10*(1), 1-19.

Silveira, S. A. da. (2019). *Democracia e os códigos invisíveis: como os algoritmos estão modulando comportamentos e escolhas políticas*. Sesc.

Srnicek, N. (2017). *Capitalismo de plataforma*. Caja Negra.

Van Dijck, J. (2020). *A cultura da conectividade: uma história crítica das redes sociais* (A. Czarnobai, Trad.). Paulus.

Winques, K. (2020). *Mediações algorítmicas e espiral do silêncio: as dimensões estruturantes igreja e sindicato na recepção de conteúdos noticiosos em plataformas digitais* [Tese de doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina]. Repositório Institucional UFSC.

EDUCOMUNICAÇÃO E CIDADANIA DIGITAL: O PAPEL DA ESCOLA SUPERIOR DE JORNALISMO DE MOÇAMBIQUE NA CONSTRUÇÃO DE UMA COMUNICAÇÃO DEMOCRÁTICA NAS REDES SOCIAIS

Nelson Domingos João Lino[1]

As transformações no ecossistema comunicacional contemporâneo, impulsionadas pelo avanço das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), têm provocado mudanças estruturais nas formas de interação social, produção de conhecimento e participação cidadã. Nesse cenário, as redes sociais digitais consolidam-se como espaços privilegiados de mediação simbólica, nos quais diferentes atores sociais indivíduos, organizações e instituições interagem, produzem conteúdos e disputam visibilidade.

A emergência da sociedade em rede, conforme argumenta Castells (2006), introduz uma nova lógica de organização social baseada em fluxos informacionais descentralizados, ampliando as possibilidades

1. Mestrando pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação da UNESP - Universidade Estadual Paulista.
nelson-domingos.lino@unesp.br

de participação e expressão. No entanto, essa ampliação não deve ser interpretada de forma determinista. Como alerta Wolton (2006), o aumento da circulação de informação não equivale, necessariamente, à efetivação da comunicação, uma vez que esta depende de processos mais complexos, como a escuta, o reconhecimento do outro e a construção de relações.

Nesse sentido, a célebre formulação de McLuhan (1964), ao afirmar que "o meio é a mensagem", contribui para compreender que as tecnologias digitais não apenas ampliam a comunicação, mas reconfiguram profundamente as formas de interação, percepção e construção de sentido. Complementarmente, a noção de cibercultura proposta por Lemos (2008) destaca a emergência de um ambiente comunicacional marcado pela interatividade, conectividade e pela liberação do polo emissor, no qual os sujeitos passam a atuar também como produtores de conteúdo.

Essa transformação é reforçada pela perspectiva da cultura participativa desenvolvida por Jenkins (2018), segundo a qual os públicos deixam de ser meros receptores para se tornarem agentes ativos na produção e circulação de conteúdos. Contudo, a participação efetiva não é garantida apenas pela existência de plataformas digitais, exigindo competências críticas, mediação e estratégias comunicacionais adequadas.

É nesse contexto que se insere a Educomunicação, entendida como um campo que articula comunicação e educação com o objetivo de promover práticas dialógicas, participativas e emancipadoras (Soares, 2011). Inspirada na pedagogia crítica de Freire (1987), essa abordagem compreende a comunicação como um processo de construção

coletiva de sentidos, no qual os sujeitos são reconhecidos como interlocutores ativos.

No âmbito das instituições de ensino superior, especialmente aquelas voltadas à formação em comunicação, como a Escola Superior de Jornalismo de Moçambique (ESJ), emerge o desafio de ressignificar o uso das redes sociais. Mais do que canais de divulgação institucional, essas plataformas podem constituir-se como espaços de mediação pedagógica, capazes de promover pensamento crítico, participação e cidadania digital.

Diante desse cenário, o presente artigo tem como objetivo analisar como a ESJ utiliza o Facebook enquanto espaço de comunicação institucional, à luz da Educomunicação e da Educação Midiática e Informacional. Busca-se compreender em que medida as práticas comunicacionais adotadas contribuem ou não para a construção de uma comunicação democrática, considerando os desafios impostos pela sociedade em rede e pela cultura digital contemporânea.

Fundamentação Teórica

Educomunicação, Sociedade em Rede e Comunicação Democrática

As transformações contemporâneas no campo da comunicação estão profundamente associadas ao desenvolvimento das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), que reconfiguram não apenas os meios, mas também as formas de interação social, produção de conhecimento e participação cidadã. Nesse contexto, a noção de sociedade em rede, proposta por Castells (2006), torna-se central para compreender a emergência de uma estrutura social baseada em fluxos informacionais

descentralizados, nos quais a comunicação assume caráter dinâmico, distribuído e interativo.

Entretanto, a ampliação das possibilidades de circulação da informação não implica, necessariamente, o fortalecimento da comunicação enquanto prática relacional. Como argumenta Wolton (2006), comunicar vai além de transmitir mensagens, exigindo reconhecimento do outro, negociação de sentidos e construção de vínculos sociais. Assim, ao articular Castells e Wolton, evidencia-se uma tensão fundamental: embora a infraestrutura tecnológica amplie o acesso e a emissão de conteúdos, a qualidade da comunicação depende de processos simbólicos e intersubjetivos que não são garantidos pela tecnologia.

Essa problemática é aprofundada quando incorporamos a perspectiva de McLuhan (1964), segundo a qual os meios não são neutros, mas estruturam as formas de percepção e interação social. Nesse sentido, ao afirmar que "o meio é a mensagem", o autor sugere que as redes sociais não apenas ampliam a comunicação, mas redefinem suas lógicas, influenciando comportamentos, temporalidades e modos de participação. Tal entendimento dialoga diretamente com a noção de cibercultura desenvolvida por Lemos (2008), que destaca a emergência de um ambiente comunicacional caracterizado pela interatividade, conectividade e pela liberação do polo emissor.

No entanto, como observa o próprio Lemos (2008), a possibilidade técnica de participação não se traduz automaticamente em práticas participativas efetivas. Essa limitação torna-se mais evidente quando articulada com a teoria da cultura participativa de Jenkins (2018), que enfatiza o papel ativo dos sujeitos na produção e circulação de conteúdos,

mas reconhece que essa participação depende de competências, mediações e contextos institucionais específicos.

É nesse cenário que a Educomunicação se consolida como um campo estratégico, ao propor a integração entre comunicação e educação como forma de promover práticas dialógicas, críticas e emancipadoras (Soares, 2011). Inspirada na pedagogia Freireana, essa abordagem compreende a comunicação como um processo de construção coletiva de sentidos, no qual os sujeitos deixam de ser receptores passivos e passam a atuar como interlocutores ativos.

Ao articular Freire (1987) com Jenkins (2018) e Castells (2006), observa-se que a participação, para ser efetivamente democrática, precisa ser mediada por processos educativos que desenvolvam autonomia crítica e capacidade de intervenção dos sujeitos. Dessa forma, a Educomunicação não apenas se adapta à sociedade em rede, mas atua como condição para sua democratização, ao transformar a comunicação em prática pedagógica e formativa.

Assim, a comunicação democrática no ambiente digital não deve ser compreendida como resultado automático da conectividade, mas como construção social que depende da articulação entre tecnologias, práticas institucionais e processos educativos. No contexto das instituições de ensino superior, como e o caso da escola superior de jornalismo essa perspectiva implica ressignificar a comunicação institucional, transformando-a em espaço de diálogo, participação e formação cidadã.

Cidadania Digital, Cultura Participativa e Educação Midiática

A cidadania digital emerge como um conceito fundamental para compreender a participação dos sujeitos no ecossistema comunicacional

contemporâneo. Luvizotto e Sena (2022) destacam que essa cidadania ultrapassa o uso instrumental das tecnologias, envolvendo competências críticas, éticas e participativas que permitem aos indivíduos atuar de forma consciente e responsável no ambiente digital.

Essa abordagem ganha maior densidade quando articulada com as contribuições de Livingstone (2004, 2019), que enfatiza a importância da Educação Midiática e Informacional (EMI) como condição para o exercício qualificado da cidadania. Para a autora, o acesso às tecnologias não garante, por si só, a compreensão crítica dos conteúdos, sendo necessário desenvolver habilidades analíticas que permitam avaliar a credibilidade das informações e compreender os processos de produção e circulação mediática.

Ao cruzar essa perspectiva com a teoria da cultura participativa de Jenkins (2018), observa-se que a transformação do papel dos públicos de receptores a produtores de conteúdo está diretamente relacionada ao desenvolvimento dessas competências. No entanto, conforme argumenta Castells (2006), essa capacidade de produção e difusão de mensagens configura o que ele denomina de autocomunicação de massas, na qual indivíduos podem alcançar audiências amplas sem a mediação de instituições tradicionais.

Todavia, a articulação entre Jenkins, Castells e Livingstone evidencia uma contradição central: embora os sujeitos tenham maior poder de produção e circulação de conteúdos, nem sempre possuem as competências necessárias para exercer essa participação de forma crítica e responsável. Nesse ponto, a análise de Lemos (2008) reforça que a cibercultura cria possibilidades, mas sua concretização depende de práticas sociais e mediações institucionais.

Além disso, a influência dos meios digitais sobre a percepção e o comportamento dos indivíduos, destacada por McLuhan (1964), reforça a necessidade de uma educação que vá além do conteúdo, incorporando a compreensão dos próprios meios e suas implicações sociais. Dessa forma, a cidadania digital deve ser entendida como resultado da intersecção entre tecnologia, cultura participativa e educação crítica.

No contexto educacional, essa perspectiva implica reconhecer as redes sociais como espaços de aprendizagem, nos quais se desenvolvem competências cognitivas, sociais e éticas. No entanto, para que esse potencial se concretize, é necessário que as instituições como e o caso da escola superior de jornalismo Moçambique assumam um papel ativo na mediação desses processos, integrando a educação midiática às suas estratégias comunicacionais.

Educação Midiática como Estratégia Institucional e Fundamento da Legitimidade Democrática

A Educação Midiática tem sido amplamente reconhecida como elemento essencial para o fortalecimento da cidadania em contextos marcados pela intensificação da circulação de informações e pela crescente presença da desinformação. Buckingham (2019) define a literacia midiática como a capacidade de compreender criticamente os processos de produção, circulação e recepção de conteúdos, permitindo aos sujeitos interpretar, questionar e produzir informações de forma consciente.

Entretanto, ao articular Buckingham (2019) com Livingstone (2004), observa-se que a educação midiática não deve ser restrita ao ambiente escolar, mas compreendida como prática transversal que atravessa diferentes espaços sociais, incluindo as instituições.

Essa perspectiva torna-se ainda mais relevante quando considerada à luz da pedagogia de Freire (1987), que enfatiza o diálogo como elemento central do processo educativo e da construção da autonomia.

Nesse sentido, a integração entre Educação Midiática e Comunicação Organizacional representa uma ampliação do papel das instituições, que deixam de atuar apenas como emissoras de informação e passam a assumir função formativa. Essa transformação implica deslocar a comunicação de uma lógica instrumental para uma lógica pedagógica, na qual a interação digital se torna espaço de aprendizagem e construção coletiva de sentidos.

Ao cruzar essa abordagem com as contribuições de Castells (2006) e Jenkins (2018), observa-se que a legitimidade institucional, no contexto digital, não depende apenas da visibilidade, mas da capacidade de promover participação, diálogo e formação crítica. Assim, a legitimidade democrática passa a ser construída não apenas pela presença nas redes, mas pela qualidade das interações estabelecidas com os públicos.

Dessa forma, a Educação Midiática, quando incorporada às estratégias institucionais, contribui para a formação de sujeitos críticos e para o fortalecimento de relações baseadas na confiança, transparência e participação. Em um ambiente marcado pela desinformação e pela polarização, essa integração torna-se condição fundamental para a consolidação de instituições socialmente relevantes.

Relações Públicas Digitais e Comunicação Institucional no Ecossistema Conectado

As Relações Públicas, no contexto digital, passam por uma reconfiguração profunda, impulsionada pelas transformações na estrutura

comunicacional contemporânea. Terra (2010) destaca que a atuação estratégica das organizações depende cada vez mais da construção de relacionamentos baseados na interação, transparência e confiança, elementos que se tornam centrais em ambientes digitais.

Essa transformação pode ser mais bem compreendida quando articulada com a noção de ecologia das mídias, que dialoga com McLuhan (1964) e é aprofundada por autores como Martino (2015) e Lemos (2008). Nesse novo cenário, os meios não operam de forma isolada, mas interconectada, criando um ambiente híbrido, dinâmico e em constante transformação.

A partir da perspectiva de Castells (2006), a comunicação organizacional passa a ocorrer em redes, nas quais os fluxos informacionais são descentralizados e os públicos possuem maior poder de influência. Nesse contexto, a reputação institucional deixa de ser controlada exclusivamente pelas organizações e passa a ser construída de forma relacional, a partir das interações entre múltiplos atores.

Ao integrar essa visão com a cultura participativa de Jenkins (2018), observa-se que os públicos assumem papel ativo na produção de significados, exigindo das organizações uma postura mais dialógica e aberta. No entanto, conforme alerta Wolton (2006), a existência de interação não garante comunicação, sendo necessário desenvolver práticas que promovam escuta, reconhecimento e negociação de sentidos.

Nesse sentido, as Relações Públicas digitais assumem um papel que ultrapassa a gestão da visibilidade, incorporando dimensões educativas e mediadoras. Ao articular Terra (2010), Freire (1987) e Soares (2011), evidencia-se que a comunicação institucional pode

ser compreendida como prática educomunicativa, capaz de promover participação, aprendizagem e construção coletiva de conhecimento.

Assim, no contexto das instituições de ensino superior como e caso da escola superior de jornalismo, as redes sociais deixam de ser apenas canais de divulgação e passam a configurar-se como espaços de mediação pedagógica, nos quais se constroem identidades, relações e formas de cidadania. Essa perspectiva reforça a necessidade de estratégias comunicacionais que integrem educação, participação e diálogo, contribuindo para o fortalecimento da comunicação democrática no ambiente digital.

Metodologia

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de natureza exploratório-analítica, orientada pelo método de estudo de caso, tendo como objeto empírico a página oficial da Escola Superior de Jornalismo de Moçambique (ESJ) na plataforma Facebook. Essa escolha metodológica justifica-se pela necessidade de compreender, em profundidade, as dinâmicas comunicacionais estabelecidas no ambiente digital, considerando suas dimensões simbólicas, relacionais e pedagógicas.

O estudo de caso, conforme Yin (2015), mostra-se particularmente adequado para a análise de fenômenos contemporâneos inseridos em contextos reais, sobretudo quando as fronteiras entre o fenómeno e o contexto não são claramente definidas. Nesse sentido, a página institucional da ESJ não é compreendida apenas como um canal de comunicação, mas como um espaço de produção de sentidos, interação social e potencial mediação educomunicativa.

Ao articular essa perspectiva com a abordagem qualitativa, busca-se ultrapassar a mera descrição de conteúdos, privilegiando a interpretação das práticas comunicacionais à luz de referenciais teóricos que concebem a comunicação como processo relacional, dialógico e formativo (Freire, 1987; Soares, 2011; Wolton, 2006). Dessa forma, a análise não se limita ao que é publicado, mas investiga como essas publicações se configuram enquanto práticas que podem ou não promover participação, diálogo e cidadania digital.

Delimitação do corpus e critérios de seleção

O corpus da pesquisa foi constituído por publicações realizadas entre Janeiro de 2024 e Dezembro de 2025, recorte temporal que permite observar a atuação recente da instituição no ambiente digital, considerando as transformações contemporâneas da comunicação em rede (Castells, 2006; Jenkins, 2018).

A seleção do corpus seguiu critérios intencionais, alinhados à lógica qualitativa, que privilegia a relevância analítica em detrimento da representatividade estatística. Foram selecionadas nove publicações institucionais com base nos seguintes critérios:

- Publicações de caráter institucional (eventos, comunicados e atividades académicas);
- Postagens que apresentaram algum nível de interação (curtidas, comentários ou compartilhamentos);
- Conteúdos relacionados à comunicação institucional, formação e interação com os públicos.

Essa estratégia metodológica está em consonância com Bardin (2011), ao afirmar que a pertinência do corpus é mais relevante do que sua extensão, especialmente em análises que buscam compreender significados e não apenas quantificar ocorrências.

Além disso, ao selecionar publicações que apresentam interação, a pesquisa desloca o foco da emissão para a relação, permitindo analisar não apenas o conteúdo produzido pela instituição, mas as dinâmicas comunicacionais estabelecidas com os públicos, em consonância com a perspectiva relacional da comunicação (Terra, 2010; Wolton, 2006).

Procedimentos analíticos e categorias de análise

A análise dos dados foi realizada por meio da técnica de análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2011), compreendida como um conjunto de procedimentos sistemáticos e interpretativos que permitem inferir significados a partir de conteúdos comunicacionais.

No presente estudo, a análise foi orientada por categorias analíticas previamente definidas, construídas a partir do referencial teórico e dos objetivos da pesquisa. Essas categorias incluem:

- **Tipo de conteúdo** (informativo, promocional ou interativo), permitindo identificar a lógica predominante da comunicação institucional;
- **Nível de interação**, considerando indicadores como comentários, compartilhamentos e reações;
- **Presença de diálogo**, analisando a existência de respostas institucionais e continuidade nas interações;

- **Estímulo à participação**, observando se as publicações incentivam coautoria, debate ou construção coletiva de sentidos.

Essas categorias não são meramente descritivas, mas analíticas, pois permitem interpretar as práticas comunicacionais à luz de conceitos como comunicação dialógica (Freire, 1987), cultura participativa (Jenkins, 2018) e comunicação relacional (Terra, 2010).

Ao articular Bardin (2011) com Freire (1987) e Jenkins (2018), a análise assume caráter interpretativo, buscando compreender em que medida as práticas observadas se aproximam ou se distanciam de uma comunicação democrática e participativa.

Análise e Discussão dos Resultados

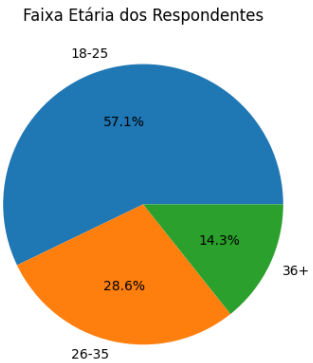
A análise das publicações da página oficial da ESJ no Facebook, no período de 2024 a 2025, evidencia a predominância de conteúdos de natureza informativa, voltados à divulgação de eventos, comunicados institucionais e atividades acadêmicas. Essa configuração revela a centralidade de uma lógica comunicacional orientada pela difusão de informações, em detrimento da construção de relações dialógicas com os públicos.

Ao articular esse resultado com a perspectiva de Wolton (2006), observa-se que a predominância da informação não implica, necessariamente, a efetivação da comunicação, uma vez que esta depende de processos de interação, reconhecimento e construção compartilhada de sentido. Nesse caso, a comunicação institucional da ESJ aproxima-se

de um modelo instrumental, no qual a emissão de conteúdos prevalece sobre a construção de relações.

Neste primeiro gráfico procuramos perceber sobre a análise Sociodemográficos onde:

Gráfico 1



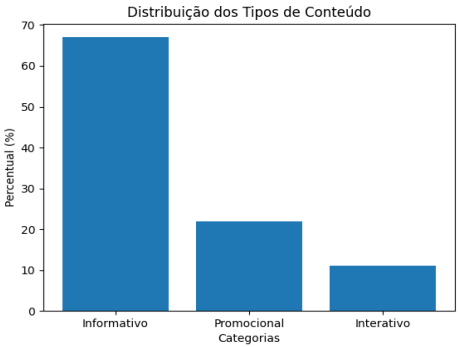
Elaborado pelo autor.

Os dados revela predominância de jovens entre os participantes da pesquisa, esse dado é relevante, pois indica que a comunicação institucional está inserida em um contexto caracterizado por dinâmicas próprias da cultura digital juvenil, marcada por consumo rápido de informação, forte presença de conteúdos visuais e elevada exposição à desinformação.

Diante desse perfil, torna-se fundamental que a estratégia comunicacional incorpore elementos pedagógicos e críticos, alinhados às necessidades e características desse público.

Neste segundo gráfico procuramos perceber sobre a distribuição e tipos de conteúdo onde:

Gráfico 2



Nota. Baseado na pagina do Facebook da ESJ no período de 2024 -2025. Elaborado pelo Autor.

Embora se observe a presença de elementos interativos, como comentários dos seguidores e a formulação de perguntas dirigidas ao público, tais iniciativas não se traduzem em níveis significativos de participação. A baixa incidência de respostas e a ausência de continuidade nas interações revelam que a interatividade observada se configura como superficial, não se consolidando como prática comunicacional efetivamente dialógica.

Essa dinâmica pode ser compreendida à luz da distinção proposta por Wolton (2006), onde observa que transmitir informação não equivale comunicar, uma vez que a comunicação implica necessariamente a consideração do outro e a construção compartilhada de sentido. No caso analisado, verifica-se que a ESJ privilegia a emissão de conteúdos, mas não desenvolve estratégias consistentes de escuta e resposta, limitando o potencial relacional da plataforma.

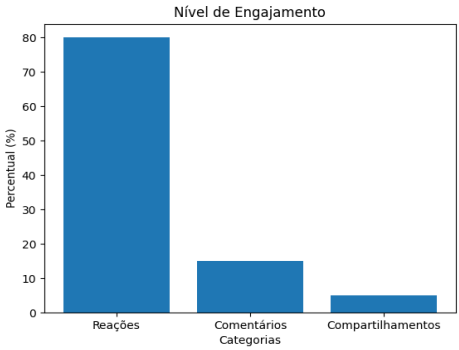
Além disso, ao considerar a perspectiva da cultura participativa, desenvolvida por Jenkins (2018), observa-se que os públicos

contemporâneos possuem potencial para atuar como co-produtores de conteúdo e agentes ativos na construção de significados. No entanto, os dados empíricos indicam que a comunicação da ESJ não mobiliza efetivamente esse potencial, mantendo-se ancorada em uma lógica predominantemente informacional, na qual os usuários assumem um papel mais próximo ao de receptores do que de participantes.

Sob a ótica da Educomunicação, essa limitação torna-se ainda mais evidente. Conforme argumenta Soares (2011), os processos comunicacionais devem promover participação, diálogo e coautoria, configurando-se como espaços de aprendizagem e construção coletiva de conhecimento. No entanto, a ausência de práticas consistentes de interação e engajamento indica que a atuação da ESJ nas redes sociais ainda não se configura como prática educomunicativa consolidada, mas sim como extensão digital de modelos tradicionais de comunicação institucional.

Neste terceiro gráfico procuramos perceber sobre o nível de engajamento onde:

Gráfico 3



Nota. Baseado na pagina do Facebook da ESJ no período de 2024 -2025. Elaborado pelo Autor.

Dessa forma, a análise revela que, embora a ESJ esteja inserida no ambiente digital e utilize as redes sociais como ferramenta de comunicação, sua atuação ainda não incorpora plenamente os princípios da comunicação democrática, da cultura participativa e da Educomunicação, evidenciando uma lacuna entre potencial tecnológico e prática comunicacional.

Os resultados obtidos evidenciam uma tensão central entre a presença digital da ESJ e a efetivação de práticas comunicacionais democráticas. Embora a instituição esteja inserida no ecossistema digital e utilize o Facebook como canal de comunicação institucional, sua atuação ainda não promove, de forma consistente, a participação ativa dos públicos.

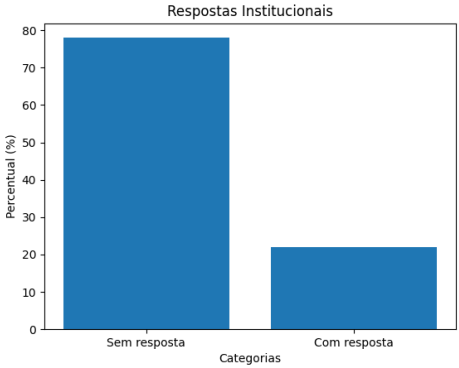
Essa contradição pode ser compreendida a partir da articulação entre diferentes perspectivas teóricas. Por um lado, autores como Castells (2006) destacam que a sociedade em rede amplia as possibilidades de participação e interação. Por outro, Wolton (2006) alerta que o simples acesso às tecnologias não garante a efetivação da comunicação, sendo necessário considerar os processos de mediação, escuta e reconhecimento do outro.

Nesse sentido, os dados analisados indicam que o principal desafio da ESJ não reside na ausência de presença digital, mas na falta de estratégias comunicacionais estruturadas, capazes de transformar a interação potencial em participação efetiva. A comunicação institucional permanece, em grande medida, orientada por uma lógica instrumental, centrada na difusão de informações, o que limita a construção de relações mais profundas com os públicos.

Além disso, a ausência de diálogo contínuo, de respostas institucionais e de estímulo à coautoria compromete a construção da cidadania digital. Conforme discutem Luvizotto e Sena (2022), a cidadania digital pressupõe não apenas o acesso às plataformas, mas a participação crítica, ativa e colaborativa dos sujeitos. No entanto, a baixa incidência de engajamento qualitativo observada na página da ESJ indica que essas competências não são plenamente mobilizadas.

Neste quarto gráfico procuramos perceber sobre as respostas institucionais onde:

Gráfico 4



Nota. Baseado na pagina do Facebook da ESJ no período de 2024 -2025. Elaborado pelo Autor.

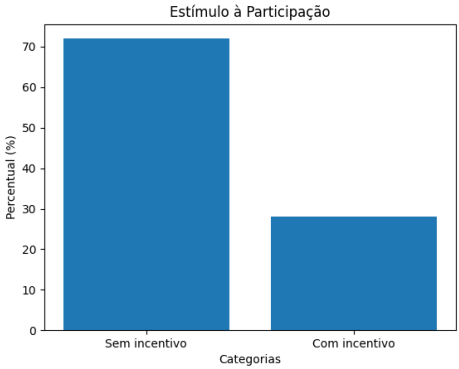
A baixa incidência de respostas institucionais evidencia a ausência de uma estratégia de comunicação dialógica. Esse dado é particularmente relevante quando analisado à luz da pedagogia de Freire (1987), que concebe o diálogo como condição fundamental para a construção do conhecimento e da autonomia.

Ao cruzar Freire com Terra (2010), observa-se que a comunicação organizacional contemporânea exige escuta ativa e interação contínua. No entanto, a ausência de respostas institucionais indica que a ESJ não consolida práticas de escuta, limitando o potencial relacional da comunicação digital.

Dessa forma, a comunicação institucional mantém-se predominantemente unidirecional, mesmo em um ambiente tecnologicamente interativo.

Neste quinto gráfico procuramos perceber sobre o estímulo a participação onde:

Gráfico 5



Nota. Baseado na pagina do Facebook da ESJ no período de 2024 -2025. Elaborado pelo Autor.

A baixa incidência de estímulos à participação revela que a instituição não explora plenamente o potencial das redes sociais como espaço de construção coletiva.

Ao articular esse resultado com Castells (2006), observa-se que a autocomunicação de massas permite que os indivíduos produzam

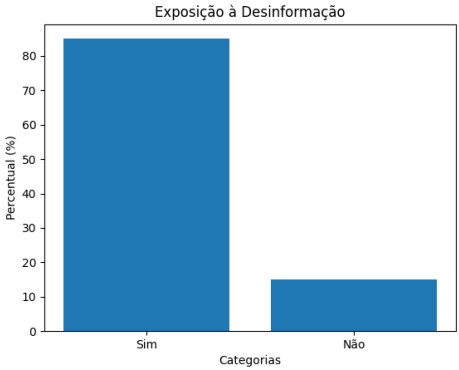
conteúdo e influenciem redes amplas. No entanto, essa possibilidade depende de incentivos institucionais que promovam engajamento ativo.

Além disso, Soares (2011) argumenta que a Educomunicação pressupõe práticas que incentivem a participação, a coautoria e a construção coletiva de sentido. A ausência desses elementos indica que a comunicação da ESJ ainda não se configura como prática educomunicativa consolidada.

A análise dos dados revela que a desinformação constitui um elemento recorrente na experiência informacional dos participantes.

Neste sexto gráfico procuramos perceber sobre a exposição a desinformação onde:

Gráfico 6



Nota. Baseado na pagina do Facebook da ESJ no período de 2024 -2025. Elaborado pelo Autor.

A maioria dos respondentes afirma já ter tido contato com conteúdo classificados como fake news, evidenciando a presença constante da desinformação no ambiente digital. Esse resultado corrobora o conceito de "desordem informacional" proposto por Wardle

e Derakhshan (2017), no qual a circulação de conteúdos manipulados não depende apenas de intenções maliciosas, mas também de práticas sociais e culturais fragilizadas.

Além disso, ao relacionar esse dado com o gráfico anterior sobre verificação da informação, observa-se que, embora haja consciência da existência de fake news, as práticas de checagem permanecem inconsistentes. Tal cenário evidencia uma dissociação entre conhecimento e prática, reforçando a necessidade de intervenções formativas estruturadas.

Ao cruzar esses achados com Livingstone (2019) e Buckingham (2019), observa-se que o acesso à informação não garante competência crítica. Nesse sentido, a cidadania digital exige não apenas acesso, mas formação mediática. A ausência de integração entre comunicação institucional e educação midiática contribui para a manutenção dessa vulnerabilidade, reforçando a necessidade de estratégias educomunicativas.

Ao articular essa análise com a perspectiva da Educomunicação, observa-se que a comunicação institucional da ESJ ainda não se configura como espaço de aprendizagem e mediação pedagógica. Conforme Freire (1987), o diálogo é condição fundamental para a construção do conhecimento e da autonomia dos sujeitos. No entanto, a ausência de práticas dialógicas efetivas limita o potencial das redes sociais enquanto ambientes educomunicativo.

Dessa forma, a discussão evidencia que a ESJ se encontra em um estágio intermediário de maturidade comunicacional: embora reconheça a importância das redes sociais, ainda não desenvolveu plenamente estratégias capazes de promover comunicação democrática, participação ativa e construção coletiva de sentidos.

Considerações Finais

A presente pesquisa teve como objetivo analisar o papel da Escola Superior de Jornalismo de Moçambique na construção de uma comunicação democrática nas redes sociais, à luz da Educomunicação e da cidadania digital. Os resultados indicam que, embora a instituição possua presença digital consolidada e utilize o Facebook como ferramenta de comunicação institucional, suas práticas ainda se caracterizam predominantemente por uma lógica informacional e instrumental.

A análise evidenciou que a predominância de conteúdos informativos, aliada à baixa incidência de participação efetiva, limita o potencial das redes sociais enquanto espaços de interação, aprendizagem e construção de cidadania digital. Nesse sentido, confirma-se que a presença digital, por si só, não é suficiente para garantir a democratização da comunicação.

Assim, conclui-se que a ausência de estratégias comunicacionais estruturadas compromete a efetivação de práticas educomunicativas, uma vez que limita a participação ativa dos públicos e reduz as redes sociais a canais de difusão institucional. Dessa forma, a presença digital sem estratégia limita a participação efetiva dos sujeitos, comprometendo a construção de espaços educomunicativos democráticos.

Diante desse cenário, recomenda-se que a ESJ desenvolva estratégias comunicacionais baseadas na escuta ativa, no diálogo contínuo e na coautoria, promovendo a participação dos públicos na produção de conteúdos e na construção de sentidos. Tais práticas podem transformar as redes sociais em espaços de aprendizagem, interação e cidadania digital, alinhando a comunicação institucional aos princípios da Educomunicação e às demandas da sociedade em rede

Referencias

Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. Edições 70.

Castells, M. (2006). *A sociedade em rede*. Paz e Terra.

Freire, P. (1987). *Pedagogia do oprimido*. Paz e Terra.

Jenkins, H., Ito, M., & boyd, d. (2018). *By any media necessary: the new youth activism*. NYU Press.

Livingstone, S. (2019). *The class: Living and learning in the digital age*. NYU Press.

Luvizotto, C. K., & Sena, K. E. R. (2022). Cidadania digital e tecnologias em rede. *Liinc em Revista, 18*(2).

Martino, L. M. S. (2015). *Teoria das mídias digitais*. Vozes.

Soares, I. O. (2011). *Educomunicação*. Paulinas.

Terra, C. F. (2010). *Redes sociais e relações públicas*. Difusão Editora.

Wolton, D. (2006). *É preciso salvar a comunicação*. Paulus.

Vozes do Algarve: a lusofonia na música independente de Portugal

Gabriela Borges[1]
Daiana Sigiliano[2]

Este artigo apresenta resultados preliminares do projeto "Vozes do Algarve", desenvolvido no âmbito no *Observatório da Qualidade no Audiovisual* e integra o projeto internacional "Redes de música pop-periférica lusófonas: gêneros, formatos, performances e narrativas em fluxos no ecossistema digital", coordenado pela professora Simone Pereira de Sá, da Universidade Federal Fluminense, com financiamento do CNPq. Tem como objetivo analisar a dinâmica de diferentes gêneros musicais no mercado da música independente em Portugal, bem como compreender as especificidades da inserção da região periférica do Algarve, a fim de refletir sobre as mudanças introduzidas pela cultura digital no cenário musical do país.

1. Professora Adjunta da Escola Superior de Educação e Comunicação e investigadora do Centro de Investigação em Artes e Comunicação da Universidade do Algarve. gaborges@ualg.pt
2. Pesquisadora de pós-doutorado com bolsa da FAPESP no PPGPCM/UFSCar. Doutora e pesquisadora associada no PPGCom/UFJF. daianasigiliano@ufscar.br

O protocolo teórico-metodológico adotado está baseado nos estudos de Borges & Sigiliano (2021, 2022) e neste artigo explora duas etapas da pesquisa: o mapeamento dos artistas independentes portugueses a partir de repositórios de dados estruturados como, por exemplo, sites especializados, catálogos de associações e na plataforma de *streaming* Spotify e, especialmente, as entrevistas em profundidade (Duarte, 2006) com artistas independentes algarvios a fim de conhecer as particularidades dos processos criativos construídos a sul do Tejo, as literacias relativas às mudanças no panorama musical com o incremento da cultura digital e os possíveis diálogos artísticos e culturais entre as variantes da língua portuguesa. É de destacar que o seu desenvolvimento contou com a colaboração dos alunos da licenciatura em Ciências da Comunicação da Escola Superior de Educação e Comunicação da Universidade do Algarve[3].

A lusofonia e seus tensionamentos

Segundo Vanspauwen (2011), Bastos e Brito (2013) e Bastos et al. (2019) as discussões sobre a lusofonia se popularizaram a partir da década de 1990 e abarcam tanto a língua (idioma) quanto as práticas culturais, as memórias históricas e as experiências compartilhadas entre os sujeitos. Como iremos discutir mais adiante, a comunidade lusófona, ao se configurar como um espaço cultural e intercultural, está em constante transformação. Isto é, ao ser pautada por características como a diversidade e a heterogeneidade, essa "comunidade imaginada" é constantemente atravessada e tensionada por distintas experiências históricas,

3. Colaboração de Bárbara Reguengo, Duarte Baião, Hugo Rocha, José Duarte, Luana Piegas, Mafalda Nobre e Valdemir Neto. Além dos alunos das unidades curriculares "Análise e crítica de linguagens midiáticas" e "Cultura digital e entretenimento", ambas ministradas pela professora Gabriela Borges na Escola Superior de Educação e Comunicação (ESEC).

sociais e culturais, engendrando processos de influência, hibridismo e mestiçagem (Bastos et al., 2019). Deste modo, para Vanspauwen (2011), Brito (2013), Bastos e Brito (2013) e Alves (2018) os contextos simbólicos, culturais e imaginários que integram a lusofonia não se restringem estritamente ao espaço linguístico, político e geográfico.

> Lusofonia que se constitui como espaço marcado não apenas pelo uso da língua, mas também pelos usos e costumes culturais comuns, capazes de promover as bases essenciais para um ambiente fecundo de comunicação inter, trans, pluri e multicultural. Nesse sentido, a Lusofonia traz uma unidade atávica, em constante movimento de ir e vir, centrado em influências, hibridismos e mestiçagens, que permitem tornar a comunicação intercultural endogênica, a partir de normas e valores com baixo nível diferencial. (Bastos & Brito, 2013, p. 1)

Apesar de ter como base a junção de dois elementos linguísticos (*luso* + *fonia*) a lusofonia é marcada por relações históricas, identidades diversas e interações transculturais. Segundo Bastos e Brito (2022), o conceito está diretamente ligado à colonização[4] portuguesa, principalmente ao período das grandes navegações. Como pontuam os autores, a expansão marítima de Portugal contribuiu para a difusão da língua e da cultura portuguesa em diversos territórios. Neste contexto, a língua portuguesa funcionava como mecanismo de imposição sobre os povos colonizados, operando sobretudo como vetor político e cultural de dominação colonial (Bastos & Brito, 2013; Galindo, 2022; Vanspauwen, 2011). Deste modo, a lusofonia está intrinsecamente vinculada às práticas de

4. Conforme discutido por Bernardino-Costa et al. (2018, p. 9), "A colonização no âmbito do saber é produto de um longo processo de colonialidade que continuou reproduzindo as lógicas econômicas, políticas, cognitivas, da existência, da relação com a natureza, etc. que foram forjadas no período colonial".

expansão, colonização e controle exercidas por Portugal. Porém, diversos processos contemporâneos contribuíram diretamente para a sua ampliação semântica. Como afirma Vanspauwen (2011, p. 70) o conceito ganhou um

> novo significado com a migração crescente a partir das ex-colônias portuguesas, principalmente de África para Lisboa, desde 1974. A criação da CPLP (1996), a realização de eventos internacionais tais como a Expo '98, a actividade da indústria transnacional da música, bem como o advento da Internet (tanto informação como redes sociais), foram factores que contribuíram também para ampliar a percepção de lusofonia muito além de um âmbito estritamente linguístico.

Martins (2018) e Bastos et al. (2019) afirmam que apesar de ser plural e heterogêneo, é importante ressaltar que o conceito pode reforçar, mesmo que indiretamente, uma perspectiva lusocêntrica, em que Portugal ocupa uma posição central em relação aos demais países lusófonos, tais como Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste e Guiné Equatorial (Vanspauwen, 2011). De acordo com Bastos et al. (2019) a lusofonia opera como um espaço de disputa simbólica e política. Ou seja, a lusofonia pode estar associada e reverberar a permanência dessas hierarquias culturais e linguísticas herdadas do colonialismo, principalmente no que se refere à imposição de uma norma da língua vinculada às elites. Outro ponto importante nas discussões sobre a lusofonia é que, como destaca Martins (2018), embora abarque diferenças históricas, sociais e culturais, o que se observa é uma construção de identidades compartilhadas entre os povos que falam a língua portuguesa. Para o autor a multiplicidade, heterogeneidade e diversidade se configuram como um elemento constitutivo e fundamental da própria lusofonia.

É a partir desse espaço intercultural que se configura o diálogo entre a lusofonia e a música (Alves, 2018; Vanspauwen, 2011). De acordo com Cidra (2022), ao propiciar o intercâmbio entre diferentes culturas e sujeitos, a lusofonia engendra e incorpora novos significados. Esse processo, segundo o autor, faz com que as manifestações culturais não se restrinjam aos limites geográficos e políticos. A música, nesse contexto de circulação e produção de sentido, constitui uma das manifestações culturais mais expressivas da lusofonia. Como pontua Cidra (2022, p. 60), "Enquanto categoria política e cultural, a lusofonia mobilizou centralmente a música popular para se imaginar enquanto comunidade".

Porém, apesar de ressaltar a pluralidade social e identitária dos países de língua portuguesa, a relação entre a lusofonia e a música também reverbera os processos de colonização, diáspora e miscigenação cultural (Alves, 2018; Alves, 2023). Para Alves (2018) esse processo pode ser observado, por exemplo, nos países lusófonos mesmo tendo gêneros musicais próprios e com características muito específicas (como o fado em Portugal, a bossa nova no Brasil, e a kizomba/kuduro em Angola), se influenciam mutuamente e dialogam. Deste modo, a música estabelece uma espécie de linguagem comum, propiciando a interação e a fusão entre distintos contextos culturais e sociais que integram o universo lusófono.

A plataformização da música independente em Portugal: novos modos de produção, circulação e consumo na cultura digital

O termo plataforma é polissêmico e integra diversas áreas do conhecimento (Van Dijck et al., 2018). De acordo com Van Dijck et al. (2018, p. 9) a plataforma é conceituada como "uma arquitetura programável

projetada para organizar as interações entre os usuários[5]". Os autores pontuam que as plataformas emergem da convergência entre o avanço da infraestrutura física da internet e a criação de protocolos de navegação. Deste modo, a plataforma vai além de uma ferramenta tecnológica, ela é norteada por uma anatomia própria, "alimentada por dados, automatizada e organizada por meio de algoritmos e interfaces, formalizada por meio de relações de propriedade orientadas por modelos de negócios e governada por acordos de usuário[6]" (Van Dijck et al., 2018, p. 9). É a partir da expansão e da popularização das plataformas que emerge a plataformização, um processo social, econômico e tecnológico em que diversas atividades passam a ser mediadas, organizadas e/ou dependentes de plataformas (Poell et al. 2020). Isto é, a plataformização se refere, segundo Poell et al. (2020, pp. 5-6), "a penetração das infraestruturas, processos econômicos e estruturas governamentais das plataformas em diferentes setores econômicos e esferas da vida".

Segundo De Marchi (2006, 2023), Baym (2013) e Zincone (2023) no âmbito da música a plataformização envolve, de modo geral, os processos de produção, circulação e consumo dos conteúdos. Os autores destacam que a popularização do acesso à internet e o compartilhamento das músicas em rede, envolvendo estratégias legais ou ilegais de distribuição, propiciam novos modos de acesso aos conteúdos. Como pontua Zincone (2023), neste contexto, para escutar uma canção o público não precisaria necessariamente recorrer aos suportes físicos, mas a plataformas digitais através dos *downloads* e *streaming*. Deste modo, a cultura digital "Não apenas aumentou a quantidade de música produzida como

5. Original: A programmable architecture designed to organize interactions among users.
6. Original: Driven by data, automated and organized through algorithms and interfaces, formalized through property relations oriented by business models, and governed by user agreements.

também as grandes gravadoras não podem ser mais a única via de acesso ao mercado musical" (De Marchi, 2006, p. 181).

Essas novas dinâmicas também interferiram na atuação de artistas e selos independentes[7]. Segundo De Marchi (2006, p. 179), "Com as novas ferramentas tecnológicas, como a internet e a virtualização dos suportes sonoros, os independentes estão atingindo diretamente seu público-alvo, sem a necessidade das complexas negociações com atravessadores". No âmbito português, o cenário independente não se restringe aos processos de produção e circulação, de acordo com Guerra et al. (2021), as apresentações ao vivo se configuram como um fator fundamental neste circuito. O autor afirma que os shows em salas, clubes, associações culturais e festivais são a principal fonte de renda dos músicos e um ponto de troca e possíveis colaborações entre esses artistas.

Para De Marchi (2006) e Guerra et al. (2021) as redes sociais também desempenham um papel importante na consolidação dos artistas independentes. Os autores afirmam que na plataformização o músico deixa de atuar apenas como produtor e passa a administrar sua "persona" on-line. Porém, essa nova demanda abarca uma multiplicidade de funções envolvendo a produção de posts, planejamento de ações, estratégias de comunicação e interação com o público. No contexto dos músicos independentes as redes sociais contribuem diretamente para a construção da identidade pública dos artistas (Eça, 2022). Em Portugal, esse uso do Instagram e do Facebook pelos artistas independentes

7. Neste artigo consideramos a música independente como produções realizadas sem o controle direto (total ou parcial) das grandes gravadoras. Os músicos e pequenos coletivos podem administrar de maneira mais autônoma as etapas de produção, gravação, distribuição e divulgação de suas obras (De Marchi, 2006; Guerra et al., 2021).

se intensificou principalmente durante a pandemia de COVID-19 (Guerra et al., 2022). Atualmente os músicos portugueses utilizam as plataformas para divulgar singles e apresentações ao vivo.

Protocolo da entrevista em profundidade

Antes de detalharmos o protocolo adotado na realização das entrevistas em profundidade (Duarte, 2006; Kidder, 1987), é importante descrevermos o levantamento dos músicos independentes portugueses. Para garantir a consistência e a abrangência do mapeamento, foram utilizados os seguintes repositórios: Volumes I e II do *Acervo da Música Portuguesa*, produzido pela Associação Profissional de Músicos, bases dedicadas a Artistas e Editoras Independentes, Catálogo de sites de produtores independentes e o conjunto de artistas participantes do *Festival da Canção*. Essas fontes permitiram a identificação dos nomes atuantes em diferentes circuitos da música portuguesa e também a aplicação da amostragem em bola de neve[8] (Fragoso et al., 2011; Handcock & Gile, 2011; Vinuto, 2014).

De acordo com Handcock e Gile (2011), Fragoso et al. (2011) e Vinuto (2014) a amostragem em bola de neve é uma técnica não probabilística usada, principalmente, quando o pesquisador não conhece o tamanho da população investigada. Segundo os autores, ela também se configura como uma estratégia pertinente quando o grupo é fechado, sensível ou de difícil acesso. A técnica se articula através de cadeias de indicação ou correlatas. A partir de um primeiro caso ou elemento de interesse identificado pelo pesquisador a rede de participantes (*corpus*)

8. *Snowball sampling* no inglês.

vai se ampliando progressivamente até chegar a um ponto de saturação em que deixam de surgir novas informações referentes ao objeto da pesquisa (Fragoso et al., 2011; Vinuto, 2014).

Quadro 1. *Tipologias adotadas nas entrevistas em profundidade*

Pesquisa	Questão	Entrevista	Modelo	Abordagem	Respostas
Qualitativa	Não-estruturada	Aberta	Questão central	Em profundidade	Indeterminadas
	Semi-estruturada	Semi-aberta	Roteiro		
Quantitativa	Estruturada	Fechada	Questionário	Linear	Previstas
Seleção da Amostra					
Conveniente					
Intencional					
Categoria					
Especialista					
Informante-chave					
Informante-padrão					
Informante-complementar					
Informante-extremista					
Entrevistador					
Fraco					
Forte					
Neutro					

Nota. Elaborado a partir de Duarte (2006)

A partir do mapeamento (Observatório da Qualidade no Audiovisual, 2025) foram realizadas entrevistas em profundidade com o objetivo compreender as especificidades da inserção da região periférica do Algarve no cenário português e analisar a dinâmica de diferentes gêneros musicais no mercado da música independente. Segundo Duarte (2006, p. 62) a entrevista individual em profundidade se refere a uma "técnica qualitativa que explora um assunto a partir da busca de informações, percepções e experiências dos informantes para analisá-las e apresentá-las de forma estruturada". Entretanto, o autor afirma que é fundamental que se estabeleça um protocolo antes da realização das entrevistas, a

delimitação e a explicitação destes procedimentos metodológicos validam as informações e auxiliam na análise dos resultados.

Inicialmente, com base no objeto da pesquisa, definimos as seguintes tipologias a serem adotadas: entrevista qualitativa, semi-estruturada, semi-aberta, com roteiro, em profundidade e com respostas identificadas (Duarte, 2006).

Posteriormente, estabelecemos os critérios de seleção da amostra final a partir de dois parâmetros: 1) o gênero musical e a 2) conveniência. Deste modo, a amostra foi composta por músicos de diversos gêneros, e que, ao longo de suas carreiras colaboraram com outros artistas, trazendo pluralidade ao seu trabalho. Já o segundo parâmetro está relacionado à viabilidade da realização das entrevistas, por se tratarem de artistas da região do Algarve as fontes foram selecionadas por proximidade e/ou disponibilidade. Com base nesses dois parâmetros chegamos à seguinte amostra final: Kristóman, Rafael Correia, RealPunch, Sara Badalo, Inês Miranda, Lana Gasparøtti, Leonor, Cabrita e Marco Martins.

Figura 1. *Artistas independentes entrevistados*



Elaborado pelas autoras.

Ao estarem diretamente envolvidos com os objetivos desta pesquisa, os artistas operam como informantes-chave (Duarte, 2006). As entrevistas em profundidade foram realizadas pelos pesquisadores José Duarte, Luana Piegas e Hugo Rocha, em parceria com a Rádio Universitária do Algarve (RUA FM) (Observatório, 2025). Para fins didáticos e metodológicos elaboramos seis perguntas norteadoras para cada um dos artistas, que se dividiram em três eixos temáticos: 1) o processo criativo e a experiência como músico(a) independente no Algarve, 2) a adoção de plataformas digitais para a divulgação do trabalho e 3) a relação com a lusofonia. As entrevistas, realizadas entre março e maio de 2025, tiveram duração média de 50 minutos.

Figura 2. *Códigos analíticos adotados no Atlas.ti. Elaborado pelas autoras*



Elaborado pelas autoras.

Por fim, o material foi transcrito e analisado a partir da triangulação de dados (Marcondes & Brisola, 2014), com o objetivo de verificar a consistência e/ou a complementaridade das informações obtidas. Para a análise adotamos o *software* Atlas.ti, uma ferramenta especializada na

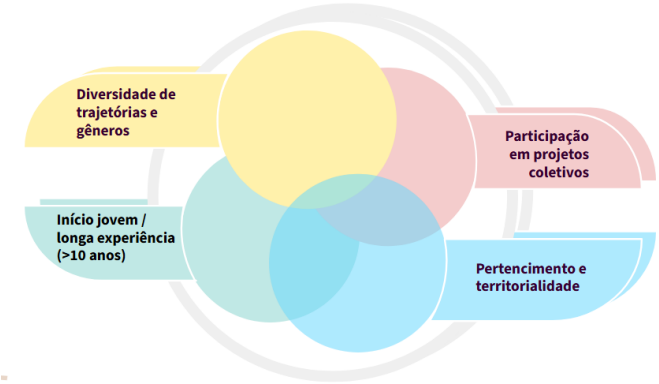
organização e codificação de dados qualitativos. A partir da inserção do *corpus* na plataforma, realizamos a codificação seletiva de sentenças e parágrafos, com a atribuição de códigos analíticos específicos (CP, RS e L).

Os códigos possibilitaram a identificação dos elementos significativos e a sistematização das informações por meio de memos e redes semânticas.

O processo criativo e a experiência dos artistas independentes do Algarve

Para este artigo iremos focar no primeiro eixo temático, voltado para a discussão sobre o processo criativo e a experiência como músico(a) independente no Algarve. Com base na codificação das respostas, foram identificados quatro tópicos recorrentes: diversidade de trajetórias e gêneros; participação em projetos coletivos; pertencimento e territorialidade; início jovem/longa experiência (>10 anos).

Figura 3. *Sistematização das respostas das entrevistas em profundidade referente ao código analítico CP*



Elaborado pelas autoras.

Os percursos de Kristóman, Rafael Correia, RealPunch, Sara Badalo, Inês Miranda (The Mirandas), Lana Gasparøtti, Leonor, Cabrita e Marco Martins mostram que a cena musical independente do Algarve é pautada pela diversidade de estilos e pelo diálogo entre várias frentes artísticas. Ao invés de se limitarem a um gênero específico, os músicos preferem transitar por diferentes sonoridades locais e globais. Na entrevista de Lana Gasparøtti, por exemplo, a artista afirma que a sua trajetória passa por estilos como o *acid jazz*, a eletrónica e o *drum and bass*, articulando a produção musical, a performance e a docência. A ex-participante do *The Voice Portugal* (RTP1, 2011 - atual) Sara Badalo, que também atua em diferentes segmentos como a educação musical, a performance e a experimentação artística, disse durante a entrevista que é impossível enquadrar-se "numa só caixinha". Entretanto, como pontuam De Marchi (2006) e Guerra et al. (2021), essa dinâmica não se restringe ao cenário português, a flexibilização das fronteiras estéticas e a recusa de classificações muito rígidas é uma das marcas centrais da música independente.

Outro ponto observado é a importância da convivência e do diálogo entre diferentes matrizes culturais e sonoras na formação dos artistas, o que reforça critérios de seleção da amostra final deste trabalho. A identidade sonora de RealPunch é norteada, principalmente, pelo rap e pelas batalhas de improviso, Leonor Cabrita, também conhecida como Orca, explora uma mistura entre o *art pop* e o jazz, e os The Mirandas exploram referências do rock, soul e blues das décadas de 1960 e 1970. Deste modo, mesmo estando na periferia regional do país, a cena algarvia não é isolada. Pelo contrário, os artistas entrevistados ao mesmo tempo em que preservam marcas identitárias lusófonas dialogam com

tendências internacionais. Nesse contexto, a música independente no Algarve opera a partir de uma multiplicidade de gêneros e de experiências, essa inter-relação contribui, mesmo que indiretamente, para uma estratégia de diferenciação artística e de permanência no mercado musical no ambiente digital.

Os artistas entrevistados para esta pesquisa tiveram o primeiro contato com a música ainda muito jovens, os dados codificados no Atlas.ti indicam que a maioria começou ainda na infância ou adolescência, o que influenciou na consolidação de carreiras com mais de uma década de atuação em diferentes frentes da indústria musical independente. Como, por exemplo, Lana Gasparøtti que aos cinco anos começou os estudos de piano e Orca que iniciou sua formação musical na infância, aos seis anos de idade. Já RealPunch teve seu primeiro contato com o rap aos quinze anos, as batalhas de improviso, segundo ele, foram fundamentais para a criação de algumas *punchlines*.

De acordo com De Marchi (2006) e Guerra et al. (2021) o cenário independente exige dos músicos uma constante reinvenção profissional. Os autores afirmam que com a inconstância do mercado, os artistas são, de certa forma, obrigados a desempenharem diferentes funções e/ou ocupações paralelas, abarcando áreas como o ensino, a curadoria, o design, a criação audiovisual, etc. Este ponto pode ser observado, por exemplo, na fala de Kristóman, o rapper se divide entre a música, a barbearia e o treino esportivo, Marco Martins também transita entre a composição, a curadoria, a direção de festivais e as atividades acadêmicas para garantir a estabilidade econômica e a continuidade criativa.

Entretanto, apesar da sobrecarga ao atuarem em diversos contextos, os artistas relatam que essa experiência é fundamental para

compreender a cena musical contemporânea independente. Neste sentido, os músicos portugueses ressaltam questões como as transformações engendradas pela cultura digital, tais como a inserção dos *streamings* na distribuição dos conteúdos e a importância das redes sociais na divulgação dos trabalhos. Para Lana Gasparøtti, o cenário atual faz com que o artista esteja em constante processo de aprendizado e afirma ainda que está sempre estudando e que essa curiosidade é fundamental para se manter ativa na cena independente do Algarve.

De modo geral, as carreiras dos músicos entrevistados no "Vozes do Algarve" são compostas por práticas colaborativas. A participação em projetos de outros artistas se configura não só como uma estratégia criativa, mas como uma forma de driblar as limitações estruturais impostas pela condição periférica da região. Os artistas estão, geralmente, inseridos em redes de colaboração, abarcando bandas, coletivos, festivais, produtoras, espaços culturais, entre outros. Para Kristóman "estas parcerias fortalecem a conectividade dentro da indústria musical", ressaltando que as trocas entre artistas ajudam na visibilidade e na circulação dos conteúdos. Apesar de terem carreiras solo, RealPunch faz *collabs* com os Tribruto e Rafael Correia atua em iniciativas como Kimahera e outros projetos ligados à música eletrónica, ao design e à formação cultural. Já Marco Martins é um dos nomes centrais da Mákina de Cena, coletivo que promove o diálogo interdisciplinar entre a música, o teatro e a pedagogia.

Na codificação das respostas dos oito artistas entrevistados foi possível observar que as colaborações também funcionam como espaços de aprendizagem e experimentação. A participação em diferentes projetos possibilita que os artistas desenvolvam competências técnicas,

estéticas e profissionais. Essa pluralidade é relevante principalmente em contextos periféricos, em que as limitações tanto de infraestrutura cultural (espaços, recursos, equipamentos, serviços, demandas, etc) quanto mercadológica são supridas, mesmo que parcialmente, por redes de cooperação que ajudam a viabilizar as produções, as apresentações e os lançamentos, etc. Desse modo, os processos colaborativos observados operam como um dos pilares da música independente no Algarve, constituindo uma estrutura vital para a independência dos artistas.

A territorialidade emerge também como uma codificação recorrente nas entrevistas dos artistas. Este ponto é atravessado por questões inerentes à lusofonia no âmbito da música como, por exemplo, as tensões entre pertencimento identitário e o orgulho regional. Isto é, como discutimos anteriormente, de acordo com Vanspauwen (2011), Bastos & Brito (2013) e Bastos et al. (2019) o conceito ressalta como muitas vezes a relação com o território é marcada simultaneamente por afetos, resistência e percepção das desigualdades geográficas.

Neste sentido, os artistas entrevistados apontam que a distância em relação aos grandes centros urbanos de Portugal como, por exemplo, Lisboa e Porto, interfere diretamente na escassez de possibilidades de circulação, acesso a oportunidades e reconhecimento profissional. Inês Miranda diz que "abaixo do Tejo é muito difícil conseguires vingar", chamando a atenção para a marginalização frequentemente associada às regiões periféricas portuguesas. O The Mirandas ressalta que as dificuldades logísticas estão ligadas principalmente à realização de shows, aos deslocamentos e aos lançamentos musicais. Porém, a condição periférica também se configura como elemento constitutivo de identidade artística. Kristóman se intitula um representante regional,

pois carrega com orgulho a "bandeirinha Algarve", deste modo, o território deixa de ser apenas um dado geográfico e passa a funcionar como elemento discursivo, estético e político da criação musical dos artistas.

De modo geral, os oito artistas apresentam uma relação ambivalente com o Algarve. Ou seja, ao mesmo tempo em que reconhecem as limitações estruturais da cena musical, eles valorizam a região como um espaço de memória, inspiração e construção de redes afetivas e colaborativas. Essa dualidade ressalta como a periferia cultural não pode ser resumida apenas pela ausência de infraestrutura e pela distância dos centros, pois abarca a capacidade de produzir identidades próprias, circuitos alternativos e formas singulares de criação artística.

Nesse contexto, a territorialidade opera como um eixo fundamental para compreender a inserção do Algarve no cenário nacional da música independente de Portugal. Em suma, os artistas lusófonos ocupam um entrelugar na busca por reconhecimento em escala nacional e a afirmação de vínculos locais, em que a condição periférica engendra um espaço de tensão, resistência e produção cultural.

Considerações Finais

A análise das entrevistas em profundidade feitas com os artistas independentes Kristóman, Rafael Correia, RealPunch, Sara Badalo, Inês Miranda, Lana Gasparøtti, Leonor, Cabrita e Marco Martins ressalta como o cenário musical independente do Algarve é composto por dinâmicas de pluralidade estética, colaboração e forte relação com o território. As carreiras e os percursos dos músicos são pautadas por uma multiplicidade de gêneros e uma articulação entre diferentes frentes artísticas e profissionais. A construção de redes colaborativas

se configura como uma das estratégias fundamentais não só para a permanência no mercado português, mas também como forma de consolidação de identidades artísticas próprias. Deste modo, mesmo com a plataformização da música e as instabilidades do setor, observamos que os artistas algarvios apresentam competências ligadas à adaptação, à experimentação e à reinvenção.

A condição periférica do Algarve opera, a partir da análise das entrevistas da amostra que compõe este artigo, de maneira ambivalente. Ou seja, ao mesmo tempo em que a distância em relação aos grandes centros portugueses, tais como Lisboa e Porto, limita o acesso às oportunidades, à circulação e reconhecimento profissional dos artistas independentes, também fortalece vínculos afetivos, identitários e colaborativos, trazendo singularidade para a produção musical da região. Desse modo, a territorialidade lusófona vai além de um marcador geográfico e linguístico, mas opera como um elemento político e estético que integra as experiências relatadas pelos músicos entrevistados. A partir dessa perspectiva, o Algarve se configura como um espaço ativo de criação cultural, em qual a música independente lusófona engendra formas de resistência, pertencimento e inserção no cenário nacional diante da plataformização.

Agradecimentos

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito dos projetos "UID/04019/2025 – CIAC" DOI: 10.54499/UID/04019/2025 e "UID/PRR/04019/2025" DOI: 10.54499/UID/PRR/04019/2025

O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Brasil. Processo nº 2025/04607-4.

O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) - Processo: 403228/2023-9 (edital Universal CNPq)

Referências

Alves, F. S. F. (2023). *O impacto dos meios digitais no setor do entretenimento musical em Portugal: Um retrato pré, durante e pós Covid-19* [Dissertação de mestrado, Universidade Lusíada de Portugal].

Alves, T. C. (2018). Musicalidades da língua portuguesa: Introdução a uma sonoridade fonética e acústica da lusofonia. *Revista Lusófona de Estudos Culturais, 5*(1), 171-189. https://bit.ly/4q9uVcf

Bastos, N. M. B., & Brito, R. P. de. (2013). Cultura e lusofonia: Unidade e pluralidade. *Nhengatu, 1*(1), 1-12. https://doi.org/10.23925/nhengatu.v1i1.34176

Baym, N. K. (2013). Fãs ou amigos? Enxergando a mídia social como fazem os músicos. *Matrizes, 7*(1), 13-46. https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v7i1p13-46

Bernardino-Costa, J., Maldonado-Torres, N., & Grosfoguel, R. (Orgs.). (2018). *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. Autêntica.

Borges, G., & Sigiliano, D. (2021). *Qualidade audiovisual e competência midiática: Proposta teórico-metodológica de análise de séries*

ficcionais [Trabalho apresentado]. Anais do 30º Encontro Anual da Compós.

Borges, G., & Sigiliano, D. (2022). *A qualidade e a competência midiática na ficção seriada contemporânea no Brasil e em Portugal*. Grácio Editor.

Cidra, R. (2022). Identidades de diáspora, cosmopolitismo e a promessa da cidadania. *Análise Social, 57*(242), 56-84.

De Marchi, L. (2006). Indústria fonográfica e a nova produção independente: O futuro da música brasileira? *Comunicação, Mídia e Consumo, 3*(7), 167-182. https://doi.org/10.18568/cmc.v3i7.76

De Marchi, L. (2023). *A indústria fonográfica digital: Formação, lógica e tendências*. Mauad.

Duarte, J. (2006). Entrevista em profundidade. In J. Duarte & A. Barros (Orgs.), *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação* (2ª ed., pp. 62-83). Atlas.

Eça, E. S. (2022). *A perspectiva dos artistas independentes de rock acerca da música na era digital: O rock nos grandes centros de Portugal* [Dissertação de mestrado, Universidade Autónoma de Lisboa].

Fragoso, S., Recuero, R., & Amaral, A. (2011). *Métodos de pesquisa para internet*. Sulina.

Guerra, P., Oliveira, A., & Sousa, S. (2021). Um réquiem pelas músicas que perdemos: Percursos com paragens pelos impactos da pandemia

na produção musical independente em Portugal. *O Público e o Privado, 19*(38).

Handcock, M. S., & Gile, K. J. (2011). On the concept of snowball sampling. *Sociological Methodology, 41*(1), 367-371. https://doi.org/10.1111/j.1467-9531.2011.01243.x

Kidder, L. H. (Org.). (1987). Selltiz - Wrightsman - Cook. *Métodos de pesquisa nas relações sociais, Medidas Na Pesquisa Social - Volume 2*. EPU.

Marcondes, N. A. V., & Brisola, E. M. A. (2014). Análise por triangulação de métodos: um referencial para pesquisas qualitativas. *Revista Univap, 20*(35), 201-208.

Martins, M. (2018). A lusofonia no contexto das identidades transnacionais e transcontinentais. *Letrônica, 11*(1), 3-11.

Observatório (s.d.). *Levantamento – Música independente.* Observatório da Qualidade no Audiovisual. https://bit.ly/4dGGuDr

Poell, T., Nieborg, D. B., & Van Dijck, J. (2020). Plataformização. *Revista Fronteiras, 22*(1). 1-9. https://www.researchgate.net/publication/341921979_Plataformizacao

Van Dijck, J., Poell, T., & De Waal, M. (2018*). The platform society: Public values in a connective world.* Oxford University Press.

Vanspauwen, B. P. (2011). A importância de implementar uma noção de lusofonia na educação cultural e cívica em Portugal. *Anuário*

Internacional de Comunicação Lusófona, 67-83. https://bit.ly/4br9akD

Vinuto, J. (2014). A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: Um debate em aberto. *Temáticas, 22*(44), 203-220. https://doi.org/10.20396/tematicas.v22i44.10977

Zincone, R. (2023). A indústria fonográfica digital: Transformações e tendências da nova economia da música sob a lógica da plataformização. *Comunicação & Educação, 28*(2), 241-248. https://doi.org/10.11606/issn.2316-9125.v28i2p241-248

Ecos iniciais da história da radiofonia catarinense: vestígios da atuação da Rádio Sociedade Santa Catarina, Brasil

Giovanni de Sousa Vellozo[1]
Valci Regina Mousquer Zuculoto[2]
Luis David Falcão Padilha[3]
Luiza Zanotti Moro[4]

A narrativa histórica consolidada do advento do rádio no estado de Santa Catarina, na região sul do Brasil, apresenta particularidades cartográficas, especialmente com distinções temporais e geográficas em relação ao restante do país. Ao se observar o relato histórico, verifica-se que é tardia a implantação do radiofônico no estado catarinense. A primeira emissora implantada no país, conforme chancelado recentemente pela Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia

1. Doutorando em Jornalismo na Universidade Federal de Santa Catarina.
giovannivellozo1999@gmail.com
2. Doutora em Comunicação.
Professora Associada do Curso de Graduação e do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) - Brasil.
valzuculoto@hotmail.com
3. Doutorando em Jornalismo na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) - Brasil.
Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES).
luisdavidpadilha@gmail.com
4. Doutoranda em Jornalismo na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) - Brasil.
Bolsista Fapesc.
luiza_zanotti@hotmail.com

(Alcar, 2019), foi a Rádio Club de Pernambuco, em 1919, na capital daquele estado, Recife. Já em Santa Catarina, as estações pioneiras começam a ser fundadas somente mais de uma década após, a partir de 1932. Geograficamente, a trajetória do rádio catarinense é demarcada a partir do interior do estado e não da capital, como ocorre em boa parte dos estados brasileiros. As emissoras registradas como primeiras no relato histórico são a Rádio Clube de Blumenau, instalada em 1932, a Difusora de Joinville e a Difusora de Itajaí, ambas inauguradas em 1941 (Medeiros & Vieira, 1999; Mustafá, 2009).

Na capital Florianópolis, a Rádio Guarujá é realçada como a inicial, tendo entrado no ar em 1943 (Severo & Medeiros, 2005). Porém, como a história não é imutável e a compreendemos em acordo com Le Goff (1990, p.24), para quem o "passado é uma construção e uma reinterpretação constante", tenciona-se revisar o relato histórico do rádio em Santa Catarina, buscando rastros e vestígios de possíveis experiências e experimentações antecessoras. Neste artigo, o foco são indícios de movimentações para criar uma primeira estação na capital ainda no início da década de 1930, como as de grupos de interesse mobilizados para inserir a cidade nas ondas radiofônicas. Um desses grupos, que pode ser considerado precursor, foi o da Rádio Sociedade Santa Catarina. Reunido pela primeira vez em 10 de julho de 1932, pretendia obter autorização para instalar uma estação em Florianópolis, e para isso, ao longo de anos seguintes, promoveu reuniões, palestras, entrevistas e requerimentos políticos. A empreitada não logrou êxito – a pioneira Rádio Guarujá, de 1943, é narrada sem relação direta com a associação (Severo & Medeiros, 2005) –, mas notícias sobre ações

do grupo demonstram que houve expectativa social em torno do meio radiofônico antes mesmo da sua implantação na cidade.

Partindo deste breve contexto, propõe-se traçar um panorama da Rádio Sociedade Santa Catarina e refleti-lo inserido no relato histórico, neste primeiro momento do estudo com base em vestígios percebidos em menções à associação na imprensa florianopolitana da década de 1930. Em termos historiográficos, a pesquisa se justifica por buscar uma narrativa histórica revista do rádio catarinense e, mais especificamente, da capital. Um relato que supere a redução a fatos fundacionais, por vezes selecionados com esquecimento ou apagamento de outros importantes, anteriores ou temporalmente concomitantes (Ferraretto, 2020). Também distanciada do que Gambaro (2019) descreve como "narrativa mitológica" do rádio, em que o meio se personificaria, ocultando os vários agentes envolvidos na sua formação. Investiga-se com bases do que Marialva Barbosa (2010), à luz dos pressupostos de Ricoeur (1997) a respeito da mediação dos rastros ou vestígios no acesso ao passado, defende como a construção de uma história dos sistemas de comunicação.

Nessa linha, este texto apresenta reconstrução e interpretação da produção jornalística enquanto fiadora de uma época, selecionando acontecimentos que possibilitem reconstituição histórica revisitada. Trata-se aqui de transformar textualidades da imprensa local em contexto narrativamente (re)elaborado da história precursora do rádio em Florianópolis e, por consequência, em Santa Catarina.

Metodologicamente, adota-se, sobretudo, a Análise Documental, em movimentos propostos por Cellard (2008) para desconstrução e reconstrução da documentação em estudo. São estes movimentos os que incluem, principalmente, o exame e a avaliação do contexto

econômico, político e cultural em que os documentos sob análise foram produzidos, suas confiabilidades, os interesses da autoria dos registros, dos conceitos-chave e lógica das escritas e a natureza do texto. Como ferramentas e fontes de coleta, recorre-se à Hemeroteca Digital Catarinense. Pesquisando com palavras-chave, catalogamos menções a respeito da Rádio Sociedade Santa Catarina, na década de 1930, em três principais periódicos de Florianópolis daquele período: A República, A Gazeta e O Estado. Após, realizamos triagem do contexto histórico e autoria das publicações, da natureza jornalística do texto e exame de conceitos-chave presentes nas menções à associação.

Percurso da pesquisa

Assim, como corpus de análise dentro do recorte temporal da década de 1930, os três periódicos foram selecionados por sua relevância histórica no jornalismo impresso florianopolitano do século XX. Por ordem de data de fundação, a primeira seleção recaiu sobre o jornal República (1889-1937), ligado explicitamente ao Partido Republicano Catarinense e que funcionou, com interrupções, desde novembro de 1889 com a proclamação da República no país até o golpe do Estado Novo. O segundo escolhido foi o jornal O Estado (1915-2009), considerado o mais longevo da história do jornalismo impresso florianopolitano. No período da década de 1930, o jornal estava sob a direção do editor Altino Flores, pessoalmente associado ao grupo político da família Konder — de quem fazia parte Adolfo Konder, governador do estado entre 1926 e 1930, e Vitor Konder, ministro de viação e obras públicas no governo Washington Luís (Budde, 2013). Por fim, foi selecionada A Gazeta (1934-1987), então o jornal mais recente do grupo, que iniciou

a sua publicação dois anos depois do começo das tentativas de fundação da Rádio Sociedade. Sob a direção de Jairo Callado, o periódico, buscando se apartar das ligações bastante explícitas com o poder dos outros jornais, se autoproclamava "livre de quaisquer interesses políticos" — o que não impediu A Gazeta de apresentar, ainda na mesma década, edições abertamente pró-nazismo (Severo & Medeiros, 2005) e de, em décadas posteriores, se alinhar em defesa do grupo oligárquico Konder-Bornhausen (Valente, 2005).

Selecionados os jornais, executou-se, inicialmente, uma busca por palavra-chave na Hemeroteca Digital Catarinense e na Hemeroteca Digital Brasileira contendo a expressão "Rádio Sociedade Santa Catarina" em todas as suas diferenças de grafia — como a utilização ou não de acento gráfico e da antiga grafia Catharina para se referir ao nome do estado[5] — e separando também os termos "Rádio" e "Rádio Sociedade" a fim de garantir que o máximo de menções fosse coletada. Depois, foram catalogadas todas as menções à instituição, considerando data e edição do jornal, além dos critérios de Análise Documental propostos por Cellard (2008), como autoria das publicações, natureza jornalística do texto e conceitos-chave presentes nas menções.

Dados gerais das menções

A pesquisa reverteu 15 menções à Rádio Sociedade Santa Catarina no República, 25 no jornal O Estado e 10 em A Gazeta. O período vai de 12 de julho de 1932, com menções à primeira reunião tanto no República quanto em O Estado, até 16 de outubro de 1939, com a publicação de

5. Por fins de acurácia histórica, optou-se pela transcrição de todos os textos conforme a grafia apresentada nos periódicos.

uma breve nota em O Estado sobre uma assembleia geral da Sociedade. Ao todo, 27 das 50 menções totais não têm autor definido. Textos de autoria declarada aparecem sobretudo nos materiais aparentemente enviados pela própria Rádio Sociedade, como o Estatuto da instituição publicado no República em 25 de junho de 1933, com todos os membros fundadores relacionados ao final; em um total de 20 convocações de reunião assinadas por membros da diretoria. Estas convocações foram publicadas nos anos de 1932 — uma menção no República, assinada conjuntamente pela diretoria provisória composta pelo presidente Pedro de Moura Ferro, o secretário Dionísio Marcionilo de Souza e o tesoureiro Augusto Livramento —, 1933 — quatro no República, todas assinadas pelo agora 1º Secretário oficial Dionísio Marcionilo de Souza — e 1939 — nove n'O Estado e seis n'A Gazeta, todas assinadas pelo presidente provisório à época, Florêncio Thiago da Costa.

Além dos materiais publicados a pedido da Rádio Sociedade, dois outros excepcionais de texto com autoria são veiculados em 1935: em 27 de junho, em um parecer de Martinho Calado Junior sobre um pedido encaminhado ao Conselho Consultivo do Estado; e em 08 de julho, uma coluna em O Estado, intitulada "Radio Farroupilha" e creditada ao pseudônimo de Thorn, menciona a emissora catarinense em comparação às atividades radiofônicas do estado vizinho do Rio Grande do Sul. Ainda relativo ao aspecto da autoria, observou-se a matéria "Rádio Sociedade Santa Catharina - Um dedo de palestra com o seu Secretario sr. Dionysio M. de Souza", na edição de O Estado de 08 de agosto de 1933. Trata-se de uma entrevista com o secretário da emissora, mas sem identificação do entrevistador, sendo referido apenas como "um dos nossos companheiros" e "redator de O Estado". A equipe

redatora do jornal, na primeira página do jornal, é listada com os nomes Gustavo Neves, Tito Carvalho e Cassio da Luz Abreu.

Outros 26 materiais sem autoria declarada trazem informações diversas sobre a Rádio Sociedade Santa Catarina, reportando um evento ou uma ação promovida pela instituição. Combinam noticiário com opinião do jornalista não creditado. Ressalta-se, nesse sentido, não ter sido encontrada qualquer posição opinativa que não fosse de apoio às atividades da emissora, o que, ao menos no período em que se concentram as menções, de 1932 a 1935, evidencia um relativo alinhamento editorial dos jornais com os objetivos de implantação da rádio.

Buscando uma sistematização dos principais assuntos abordados nas menções à Rádio Sociedade nos textos sem autoria, estes foram divididos em seis categorias temáticas. A maior delas, abrangendo oito menções, relativa às reuniões da instituição, com objetivo de eleger diretorias e deliberar assuntos. Ela é seguida por seis menções em textos cujo assunto principal é a questão da instalação da emissora de rádio — com o termo broadcast sendo amplamente usado em Florianópolis, tida como principal objetivo estatutário da Rádio Sociedade. Cinco menções tratam de relatos de adesões à instituição pelo estado, enquanto quatro abordam as comunicações interinstitucionais da associação, via envio de ofícios, telegramas e memoriais a veículos de imprensa, emissoras de rádio e entidades governamentais. Completam a lista duas menções que relatam a promoção, por parte da Rádio Sociedade, de uma conferência com um representante da Philips do Brasil, Victorino Augusto Borges; e uma outra sobre uma atividade da associação fora de Florianópolis, com objetivo de solucionar um problema na recepção de sinal de rádio em Itajaí.

Atos fundacionais

A partir das menções nos jornais, é possível traçar um esboço narrativo da trajetória da Rádio Sociedade Santa Catarina em três partes temáticas: o período de atos fundacionais; as ações gerais desenvolvidas pela associação após o seu estabelecimento; e as ações ligadas ao objetivo-fim de implantação de uma emissora de rádio em Florianópolis. Em uma pré-análise, já chama atenção a concentração de citações no período de 1932 a 1935. São interrompidas nos quatro anos seguintes e somente retornam em outubro de 1939, com convocações de uma reunião a "fim de tratar de assunto de interesse geral, eleição de uma Diretoria Provisoria para reerguimento desta Sociedade e providenciar a respeito da admissão de novos socios". Considerando essa suposta situação de "reerguimento" e a própria narrativa oficial sobre a implantação do rádio em Florianópolis, cuja primeira emissora viria a se estabelecer apenas em 1943, evidencia-se também a necessidade de investigar possíveis hipóteses para esse hiato de atividades da instituição a partir do apresentado nos jornais.

Parte-se de três menções anteriores às primeiras aparições explícitas, nos periódicos pesquisados, ao termo "Rádio Sociedade Santa Catarina". São as relacionadas com a criação de um grupo de entusiastas defensores da implantação de transmissão radiofônica em Florianópolis. Em 19 de maio de 1931, uma nota de um parágrafo relata que "afficionados deverão dentro de breves dias reunir-se afim [sic] de tratarem da organização de um club que segundo pudemos apurar terá a denominação de 'Radio Club Catharinense'". O objetivo, conforme a nota, era dotar a capital de "uma estação 'broadcasting'", para que "os habitantes do Estado com um receptor de preço baratíssimo" pudessem

"ouvir os programas do club a ser fundado e das estações irradiadoras do Rio e São Paulo" (O Estado, 19.05.1931). Não há citação a nomes envolvidos, nem local de reunião. Também não se verificou novas referências diretas ao "Radio Club Catarinense", sugerindo efemeridade a mais esta pretensão de instalar a pioneira emissora em Florianópolis.

Mais duradoura seria a iniciativa presente nas próximas duas menções. A primeira aparece em O Estado, pouco mais de um ano depois, em 07 de julho de 1932. Trata-se da nota "Sociedade de amadores de Radio", com chamamento de uma reunião, "pública", aos"amadores de radio desta capital, afim [sic] de tratarem da fundação de um club" (O Estado, 07.07.1932). O jornal República também referencia o encontro em sua edição de 10 de julho de 1932, na nota "Radio club". Em tom explicitamente favorável à iniciativa, anuncia que "Florianopolis, felizmente, vai ter a sua *broadcasting*", afirmando "esperar a colaboração de todos os elementos de nosso meio social para o exito completo da radio difusão entre nós" (República, 10.07.1932).

O tal "Radio club" noticiado é, com efeito, a Rádio Sociedade Santa Catarina, que será mencionada pela primeira vez nos títulos de textos publicadosem 12 de julho de 1932, tanto em O Estado quanto no República. No primeiro caso, a notícia tem texto mais conciso, com três parágrafos, informando deliberações da reunião, como a concepção do nome, a diretoria provisória e a convocação de adesões para uma próxima assembleia.

> Estiveram reunidos, domingo p. p. na sede da Caixa Beneficente dos Empregados no Commercio, os amadores de radio desta capital, que fundaram a "Radio Sociedade de Santa Catharina" nome este proposto pelo sr. Dionisio M. Souza e aceito pela assembléa [...]. Pede-nos a directoria que appellemos, para

> todos os amadores do Radio, desta capital, afim de que adhiramá iniciativa, cujos louváveis intuito [sic] de cultura ninguem contestará. (O Estado, 12.07.1932)

O República cita algumas das mesmas informações, como a constituição da diretoria, mas faz um relato consideravelmente mais aprofundado das decisões da reunião:

> Constituída, assim, a diretoria provisoria, o sr. presidente fez uso da palavra expondo os fins daquela congregação de elementos em prol da organização de uma radio sociedade com o objetivo de desenvolver entre nós a radio difusão sob todos os pontos de vista [...]. A nossa futura estação transmissora se tornará um centro de publicidade comercial pela palavra falada, um poderoso fator de instrução coletiva e o meio irradiador de todos os acontecimentos mundiais. A simples exposição desse programa basta para que todos levemos à "Rádio Sociedade Santa Catarina" o nosso apoio e colaboração. (República, 12.07.1932)

Desse momento inicial de implantação da Rádio Sociedade, podem ser depreendidas algumas informações importantes que viriam a balizar toda a cobertura em torno do assunto nos anos seguintes. Primeiro, há uma franca valorização do meio radiofônico nos textos, ressaltando o caráter modernizador, educativo e integrador. Por consequência, o entusiasmo dos veículos também se estendia à iniciativa da Rádio Sociedade Santa Catarina, enquanto possível realizadora do empreendimento de instalação do "broadcasting".

O reconhecimento da importância do meio radiofônico pela imprensa da capital converge para o que Lia Calabre (2009) define como a "utopia radiofônica" da década de 1930. O rádio era envolvido por um viés de messianismo tecnológico, por meio do qual se projetava

a crença de que o broadcasting atuaria como o principal vetor para a modernização social, a educação das camadas populares, a instrução das massas analfabetas e a integração cultural do território nacional. (Calabre, 2009; Ortriwano, 2002).

O segundo destaque observado é relativo aos envolvidos na instituição. Além da reunião acontecer em um espaço ligado ao setor dos comerciários e dos próprios veículos de mídia enquanto representantes dos interesses das agremiações políticas às quais estes se associavam à época, os nomes da diretoria eleita também denotam envolvem integrantes de outros grupos sociais, particularmente vindos de camadas médias. Tal relação se refletia com a consolidação política do meio radiofônico no país. Em São Paulo, a Rádio Record foi pioneira em introduzir programação política, abrindo espaço em seus estúdios para a presença de políticos (Ortriwano, 2002).

O primeiro presidente da Rádio Sociedade, identificado como "dr. Pedro de Moura Ferro", além de ter menções nos jornais pesquisados desde os anos 1920, relatando sua atuação profissional como promotor público e advogado. O nome do tesoureiro Augusto Livramento aparece em citações na década anterior como ajudante de escrivão e jurado convocado e em 1933, é referido como presidente da Associação dos Empregados no Commercio de Florianópolis (Assemercio). Já Dionísio Marcionilo de Souza se destaca por ser o único dos três com relação mais estrita com a radiodifusão, uma vez que era encarregado da Repartição Geral dos Telégrafos e foi atuante na instalação de estações telegráficas sem fio em Florianópolis a partir de 1927.

Após a primeira reunião da Rádio Sociedade Santa Catarina em julho de 1932, as próximas menções à associação aparecem apenas em

outubro do mesmo ano, no jornal República. Após a convocação de uma nova reunião, assinada pela diretoria provisória e publicada em 23 de outubro, outro relato de encontro aparece na edição do dia 25 do mesmo mês. Nele, é informado que "após vários debates" chegou-se à aprovação do projeto do Estatuto e à aclamação de um Conselho Diretor da Rádio Sociedade, que contava, para além dos três nomes já citados, com o "major" Florêncio T. da Costa como vice-presidente, Roberto Oliveira no cargo de 2º secretário, Américo de Campos Souto de 1º Tesoureiro e Máximo Martinelli como procurador. Afora a organização formal da instituição, também foram descritas formas de arrecadação e de garantir a adesão de mais sócios, via doações em Livro Ouro.

Depois desse encontro, as próximas referências à Rádio Sociedade só apareceriam em meados do ano seguinte. Em 25 de junho de 1933, o jornal República publica que o livro de adesões, destinado pela reunião do ano anterior a ficar relojoaria Galluf, agora se encontrava no escritório do presidente Pedro de Moura Ferro. A mesma edição também divulga uma versão dos Estatutos da associação, apresentando os principais objetivos da Rádio Sociedade nos artigos segundo e terceiro: "instalar uma estação radiotelefonica, de tipo moderno" contando com "studio para orquestra, canto e palestra no microfone". A potência da estação deveria "abranger em alcance, pelo menos, todo o Estado de Santa Catarina". Vale lembrar que, por volta do mesmo período, a Rádio Clube de Blumenau já estava no ar, fundada em março de 1932 pelo empresário e radioamador João Medeiros Junior e considerada a primeira emissora no estado catarinense. De início, realizou transmissões experimentais e somente em 1935 recebe autorização oficial do governo Getúlio Vargas (Mustafá, 2009).

Entre outros objetivos da Rádio Sociedade, conforme os Estatutos, estavam temáticas educacionais, para "facilitar aos seus socios o conhecimento e a pratica dos metodos mais aperfeiçoados da radiotelefonia", manter "escola de radiotelegrafia", "bibliotéca", "salas de conferências e estudos de radio com pequeno laboratório". Quanto à programação, determinava que deveria irradiar "discursos, conferencias, concertos, musica em geral, poesias, contos literarios" (República, 25.06.1933)

O Estatuto contava com o registro de todos os sócios que assinaram o documento. A listagem inclui apenas homens e, tal como no que foi apresentado anteriormente em relação à Diretoria Provisória, evidencia a presença de grupos sociais específicos, como a presença de sete títulos de doutor ("Dr."), três de tenente ("Tte.") e, respectivamente, um de Comandante ("Cte."), de "Padre" e Padre Frei ("P. Frei."). Considerando a pesquisa feita em veículos de mídia, também chama atenção a presença de "Jairo Calado" entre os assinantes, sendo muito provavelmente o Jairo Callado que, no ano seguinte, despontaria como editor fundador do jornal A Gazeta.

Entre as considerações do Estatuto se destaca a previsão do aspecto financeiro, com "mensalidade de 5$000" aos sócios, com a autorização ao Conselho Diretor para a emissão de "ações de dez mil réis (Rs. 10$000); sem juros; até trinta contos de réis, (Rs. 30:000$000), divididas em series de Rs. 10:000$000 (dez contos de réis)". Em termos de reuniões, os encontros do Conselho Diretor deveriam acontecer "uma vez por semana, e, sempre que se tornar necessario, por convocação do Presidente" (República, 25.06.1933). Já a Assembleia Geral tinha duas reuniões obrigatórias por ano, uma em 15 de novembro para eleição do Conselho Diretor; e outra no primeiro domingo de cada ano, para

empossar a Diretoria. Curiosamente, em 27 de junho de 1933, dois dias após a publicação do estatuto, uma convocação de reuniões de sócios foi chamada para reunião às 19 horas do mesmo dia, na Rua Trajano, número 1.

Ações desenvolvidas

O segundo semestre de 1933 seria bastante prolífico em menções nos jornais: ao todo, treze citações em O Estado e seis citações no jornal República, que fornecem um panorama das ações desenvolvidas pela Rádio Sociedade no período. Começando pelo jornal O Estado, seu apoio à empreitada já fica claro na primeira menção registrada em um texto opinativo sem autoria intitulado "Bella iniciativa", publicado em 06 de julho de 1933. Nele, é comentado que a associação "já não é simples iniciativa em promessa de realização: é uma realidade viva, que conquista a adhesão de elementos valiosos, vinda de todos os recantos do estado" (O Estado, 06.07.1933).

Publicações de 28 de julho e 01 de setembro do mesmo ano em O Estado e em 06 de julho no República também relatam as "numerosas adhesões" (O Estado, 01.09.1933) em toda Santa Catarina, com os pedidos de "acções de 10$000" (O Estado, 28.07.1933) emitidos pela instituição e a lista de sócios contribuintes só da capital atingindo "número superior a duzentos, o que demonstra o entusiasmo com que vae marchando a Radio Sociedade" (República, 06.07.1933). O aspecto modernizante é utilizado como justificação, ao afirmar que por meio da Rádio Sociedade "o nosso Estado vai-se collocando, assim, ao lado de outros que cuidam de elevar o nivel mental do povo, por todos os

meios efficientes que o progresso humano vem pondo à disposição dos homens de realização" (O Estado, 28.07.1933).

Nesse sentido, ainda que seja passível de questionamento esse suposto sucesso em adesões por Santa Catarina, indiscutível é a relativa proximidade nesse momento entre o periódico O Estado e a associação. Essa relação vizinha é notável na nota publicada em 20 de julho de 1933, que registra um ofício de agradecimento da Rádio Sociedade enviado ao jornal, e na entrevista feita com o secretário Dionísio Marcionilo de Souza publicada em 08 de agosto daquele ano. Não por acaso, o telegrafista entrevistado questiona que "«O Estado» quer dar mais uma prova do seu interesse pelo público e do consciente apoio que sempre presta ás boas iniciativas, não é?", ao que o entrevistador anônimo retruca que "«O Estado», desde o primeiro momento, apoiou a idéa" (O Estado, 08.08.1933).

A seguir, na entrevista, Dionísio passa a enumerar usos do rádio e iniciativas de governos do mundo todo em relação ao meio de comunicação. Ao se voltar para o contexto brasileiro, em que o Governo Provisório de Vargas tivera no dizer de Dionísio "no radio um precioso elemento da victoria, em 1930", é mencionado o decreto 21.111 de 1932 que passou a regular o serviço de radiodifusão no país, e frisado o apelo financeiro de emissoras locais, pois estas favoreceriam "principalmente, quanto á recepção, as classes menos abastadas que, por preço infimo, ao alcance de todos, poderão ter os seus receptores". Em relação ao governo catarinense do período, há esperança: Dionísio coloca que a Rádio Sociedade teria "fundados motivos para confiar no patriotico patrocinio do actual Interventor Federal, Coronel Aristiliano Ramos", já que, "como bom catharinense e brasileiro, S. Ex. tem a elevada visão

do interesse publico e, assim, é licito esperar-se o seu integral e valioso apoio á novel sociedade catharinense" (O Estado, 08.08.1933).

Em 11 de agosto de 1933, três dias após a publicação da entrevista, é noticiado um possível exemplo dessa tentativa de inserção da Rádio Sociedade na "communhão brasileira" em sentido radiofônico. A notícia afirma que ontem — portanto, dia 10 de agosto — os "amadores da radiodiffusão deste Estado" puderam ter "uma magnífica noitada". Tratava-se da irradiação de um "espetáculo lyrico" com a presença da cantora Bidu Sayão que fora promovido no Theatro Municipal do Rio de Janeiro, patrocinado pelo jornal O Globo e transmitido por iniciativa da Confederação Brasileira de Rádio. A Rádio Sociedade Santa Catarina é mencionada ao final do texto, por ter enviado um telegrama de agradecimento à Confederação, "interpretando o enthusiasmo dos amadores deste Estado" (O Estado, 11.08.1933).

Outras duas ações interinstitucionais da Rádio Sociedade também seriam noticiadas no começo do mês seguinte. Em 05 de setembro de 1933, O Estado noticia na matéria "Irregularidade sanavel" um empenho da Rádio Sociedade em resolver um problema de recepção de rádio na cidade de Itajaí, que é afetado pelas perturbações de um "apparelho teletypo que funcciona ali continuamente". O texto encerra ainda em um tom negativo em relação à situação de amparo ao rádio no país, em comparação ao resto do mundo, afirmando que em diversos países, a radiodifusão era utilizada pelos governos como instrumento de educação e desenvolvimento cultural. No Brasil, apesar de ser considerada de utilidade pública, faltavam ações efetivas para apoiar e fortalecer esse serviço.

Falando de relações estabelecidas com o resto do mundo, a Rádio Sociedade Santa Catarina promoveu no dia 06 de setembro uma

conferência sobre rádio e cinema sonoro com Vitoriano ou Victorino Augusto Borges, técnico representante da Philips do Brasil. O fato foi noticiado tanto em O Estado, no dia 08, quanto no República, dia 09. Durante a reunião, o técnico teria "explanado o assunto com proficiencia, ilustrando as suas palavras com exemplos no quadro negro, principalmente na parte relativa ao fenomeno do 'fadding'" (República, 09.09.1933) — muito provavelmente, o efeito de fading, relacionado à variação na intensidade dos sinais de rádio. Após as explicações sobre rádios, Vitoriano "falou, depois, sobre o cinema sonoro, salientando as vantagens dos dispositivos recentemente estudados e construidos nos laboratorios Philips e terminou a conferencia fazendo uma exposição sobre a lampada incandescente, consideradas no seu duplo aspecto de economia e eficiencia de luz" (República, 09.09.1933).

Em novembro de 1933, conforme previsto pelo Estatuto, aconteceram eleições para a Diretoria, convocadas em comunicado escrito pelo secretário Dionísio e publicadas em República quatro vezes. O Estado, no dia 28 de novembro, registrou a eleição do novo Conselho Diretor, "que ficou constituído dos srs. dr. José da Costa Moellmann, Engenh. Miguel Vela, Florencio Theotonio da Costa, João Alcantara da Cunha, capitão-tenente Maximo Martinelli, Carlos Miguel Koerich e Humberto de Freitas Tibau" (O Estado, 28.11.1933), chamando atenção a presença de José da Costa Moellmann, que fora prefeito de Florianópolis entre 1930 e 1933 e era à época dessa eleição secretário estadual da fazenda, denotando proximidade com a interventoria estadual daquele momento. Em 07 de janeiro de 1934, o jornal República noticiou a cerimônia de posse desse Conselho, constando dos mesmos nomes.

A (não) implantação do *broadcasting*

Junto da suposta distribuição de ações a aderentes pelo estado, da promoção de conferências educativas sobre o meio de comunicação, de auxílios na solução de problemas de recepção radiofônica, da interação com outras instituições brasileiras de transmissão de rádio e da sua própria continuidade como associação assegurada pela eleição do Conselho Diretor, a Rádio Sociedade Santa Catarina, em 1933 iniciou a instalação da emissora de rádio "broadcasting" em Florianópolis. A promessa de um programa a ser "irradiado pela Radio Sociedade Santa Catharina, quando em funccionamento" já aparece em "Apparelho de radio para todos", breve nota de um parágrafo publicada n'O Estado em 15 de agosto de 1933. A nota relata que está a fenda um receptor local de rádio fabricado "pelo sr. Adolpho Tremel, habil e competente mechanico eletricista" e vendido a preço de 70$000, passível de "ser adquirido por qualquer pessoa" (O Estado, 15.08.1933).

Para além do mero *wishful thinking* de colocar a emissora como "verdadeiro centro de diffusão cultural de Santa Catharina e revelará, num raio de algumas centenas de milhas, as possibilidades artisticas, literarias, commerciais e industriais do nosso Estado" (O Estado, 07.12.1933), ações mais concretas começam a ser relatadas ao final do ano de 1933. Na já comentada matéria de O Estado sobre a eleição do Conselho Diretor, há a menção ao fato de que estariam em exame pelos diretores e técnicos da Rádio Sociedade "várias propostas de venda de estações irradiadoras e podemos informar com segurança, que a capital catharinense possuirá, dentro de pouco, uma das melhores e mais potentes estações radio-diffusoras do sul do país" (O Estado, 28.11.1933). Mais detalhes aparecem em 20 de dezembro no mesmo jornal, onde

mostra que a Rádio Sociedade já recebeu quatro propostas de instalação do aparelho de rádio transmissão, que estariam sendo estudadas.

A essa declarada avaliação de propostas se seguiu um longo hiato de quase um ano de menções relacionadas à implantação do "broadcasting". A próxima matéria sobre o tema é datada de 17 de outubro de 1934 e é, também, a primeira menção à Rádio Sociedade encontrada n'A Gazeta, que coloca que o periódico está informado "de novos entendimentos, por parte de elementos da Directoria da nossa Radio Sociedade, para o estabelecimento da estação emissora nesta Capital". A novidade estaria na determinação de um decreto de 14 de julho que colocava que "sómente poderá ser installada nesta Capital uma estação da potencia de 2.000 watts de energia na antenna, mas, não obstante o elevada custo de uma estação dessa potencia, as negociações a respeito vão, favoravelmente, encaminhadas" (A Gazeta, 17.10.1934).

Esse encaminhamento tomaria novas dimensões no primeiro semestre de 1935. Em 26 de março, A Gazeta noticiaria o envio de um memorial à Interventoria Federal do Estado, "solicitando a concessão de auxilio para o financiamento da installação da broadcasting daquella sociedade, em Florianopolis". O texto afirmava a boa vontade do interventor Aristiliano Ramos em prontificar-se "a attender, na medida do possível á Rádio", pedindo à diretoria um "um orçamento das despesas com o referido commettimento e, bem assim, uma exposição dos fins e utilidade da mesma sociedade". O relato termina afirmando que "talvez ainda hoje, os diretores da Rádio satisfarão o pedido da Interventoria" (A Gazeta, 26.03.1935).

Não se conseguiu confirmar se o pedido foi entregue no mesmo dia, mas depreende-se de uma publicação de República em 11 de abril de

1935 que houve um encaminhamento da Interventoria sobre o assunto. O jornal relatou a reunião do Conselho Consultivo do Estado, órgão criado durante a Era Vargas para dar apoio às ações das Interventorias estaduais, em que é colocado que fora enviado um "oficio da Interventoria, solicitando parecer sobre o assunto de um memorial da Radio Sociedade de Santa Catarina" (República, 11.04.1935). Em 17 de abril, A Gazeta também reiterou o pedido, colocando que "já se acha em mãos do interventor para deliberação, o orçamento da proposta preferida na concorrencia", assim como uma descrição dos serviços da rádio e das garantias como penhor do auxílio. O texto também relata a conversa de um redator do jornal com um membro anônimo da Rádio Sociedade, que afirmou que a empresa brasileira escolhida instalaria a emissora ainda naquele ano.

O Conselho Consultivo do Estado, no entanto, pensava diferente. Um parecer assinado não pelo supostamente encarregado inicial Roberto Oliveira, mas por Martinho Callado Junior, foi publicado em República no dia 27 de junho de 1935, elencando várias questões supostamente problemáticas no pedido da emissora. O texto até reconhecia a "finalidade eminentemente educacional" da emissora e o seu mérito para campanhas de "educação e civismo" via a "rapida e simultanea difusão da idéia, por todos os recantos catarinenses", a despeito de ressalvar o fato da "iniciativa apenas interessar a parte da coletividade que possua aparelhos receptores". O texto prossegue reafirmando aa necessidadea que um empreendimento exije, auxílio financeiro e colaboração governamental permanente, salientando a regulação do já mencionado decreto nº 21.111, de 1932. A partir daí o parecer elenca

uma série de empecilhos que impediriam, naquele momento, o auxílio à Rádio Sociedade, dentre eles, o alto custo de uma estação emissora.

O hiato de atividades observado na Rádio Sociedade Santa Catarina entre 1935 e 1939 não foi um fenômeno isolado, mas sim um reflexo das dificuldades estruturais que afetavam a radiodifusão em âmbito nacional. Como aponta Ortriwano (2002), a década de 1930 no rádio brasileiro foi marcada por precariedade financeira, onde crises financeiras afetaram grandes veículos de comunicação, havendo inclusive a recorrente falta de pagamento de salários.

Segundo a edição d'A Gazeta desse mesmo dia, o parecer de Martinho fora aprovado no Conselho Consultivo do Estado. Com isso, a próxima menção — e última a ser feita até 1939 — à Rádio Sociedade Santa Catarina seria no Jornal O Estado, em uma coluna escrita pelo pseudônimo de Thorn em 08 de julho de 1935. O texto, intitulado "Radio Farroupilha", parabeniza a emissora gaúcha pela "esplendida commemoração do Centenario Farroupilha", ressaltando que se trata de "uma das mais potentes estações radio emissoras do continente sul americano". A argumentação frisa a compreensão dos "actuais dirigentes da terra gaúcha a alta finalidade e os serviços immensos que á collectividade poderia prestar a radio-telephonia", descrita de modo exaltado como "maior meio de expansão", "maior meio de propaganda" e "maior vehículo educacional do seculo". A partir daí, o sucesso gaúcho é contrastado com a situação desfavorável do rádio em Santa Catarina, e sobretudo, da Rádio Sociedade, descrita como condenada:

> Apesar da maior boa-vontade e esforços individuais não foi possivel ainda a Santa Catharina, de uma maneira digna, por meio do radio, fazer ouvir a sua além de seus estreitos limites

> territoriais. Houve, é verdade, além da pequena, ineficiente para o Estado, actual irradiadora de Blumenau, em fins de 1929 ou principios de 30, um pequeno número de amadores que se abalançaram a fazer a primeira, porém, precaria irradiação radiophonica em Santa Catharina. Florianopolis teve, dessa fórma, a primasia de elevar aos ares a primeira voz catharinense. Ahiestá, abandonada de todos, esquecida dos poderes publicos e mesmo dos amadores do radio, condemnada talvez á dissolução, a Radio Sociedade de Santa Catharina. (O Estado, 08.07.1935)

Além da situação em torno da associação florianopolitana, chamam atenção outras duas menções: a de uma suposta transmissão amadora em Florianópolis ocorrida na virada da década anterior, fato não encontrado na literatura sobre o tema; e a citação à emissora blumenauense, que é descrita contudo como incipiente para atender às demandas do estado. Nesse momento, a Rádio Clube de Blumenau estava em processo de consolidação para se tornar uma emissora oficial, algo que conseguiria no ano seguinte sob o prefixo PRC-4.

Quanto à Rádio Sociedade Santa Catarina, não há menção nem de dissolução nem de eleições efetivas de Conselho Diretor entre os anos de 1934 e 1935. A próxima aparição, em outubro de 1939, apresenta uma série de convocações de assembleia geral reproduzidas n'A Gazeta e n'O Estado. Escritas por Florêncio Tiago da Costa, membro das primeiras gestões da Rádio Sociedade e, após, presidente em exercício, as convocações chamavam os sócios da Rádio Sociedade para uma assembleia no dia 16 de outubro, na sede da Associação Catarinense de Imprensa. O objetivo era de "tratar de assunto de interesse geral, eleição de uma Diretoria Provisoria para reerguimento desta Sociedade e providenciar a respeito da admissão de novos socios" (A Gazeta, 06.10.1939). O que leva a crer que a associação já estava sem atividades

há um tempo razoável. Nos dias 15 e 16 de outubro em questão, além da convocação, A Gazeta e O Estado também publicaram notas a respeito do assunto. O primeiro jornal enfatizava que, "tratando-se de levar adiante uma iniciativa de extraordinaria importancia para a capital, proporcionando-lhe uma estação de radio em condições de ser á voz sonora do nosso progressista Estado, é de se prever uma sessão concorrida e animada" (A Gazeta, 15.10.1939). Já O Estado colocava que a reunião consistiria numa "oportunidade para que venhamos a conseguir uma difusora para a nossa capital" e que, por isso mesmo, "é de crêr que a assembléa seja concorridíssima" (O Estado, 16.10.1939). Não foram encontradas menções a respeito de resultados dessa assembleia, nem da ação posterior da Rádio Sociedade Santa Catarina.

Considerações Finais

Este artigo consiste em um esforço inicial para a construção de uma narrativa histórica coerente da atividade da Rádio Sociedade Santa Catarina. Há, claro, uma restrição de pesquisa às menções em veículos de imprensa, com vistas a uma futura triangulação de dados com a análise de outras fontes já em fase de mapeamento, como o inventário de telegramas da instituição presente no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina e o livro Memórias de um Telegrafista, disponível na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e escrito por Dionísio Marcionilo de Souza, telegrafista diretamente atuante na concepção da Rádio Sociedade.

No entanto, a construção depreendida dos jornais já dá conta de apontar algumas importantes tendências presentes no cenário florianopolitano em relação à instalação da radiofonia. Ainda que pouco exitosa

no que diz respeito à instalação da emissora, é notável a sua tentativa de articulação com a imprensa local, a política estadual e instituições de fora do estado ligadas aos serviços de transmissão, demonstrando um interesse local pelo tema em paralelo cronológico às iniciativas presentes no interior do estado e mais de uma década antes da efetiva instalação de uma emissora de modo oficial na capital. As atividades noticiadas pelos jornais também mostram um retrato de uma entidade que, longe de estar unidimensionalmente ligada à construção de uma estação, também atuou em frentes como a solução de problemas de recepção e a difusão de conhecimento sobre o então novo meio de comunicação. Outro aspecto relevante é a sua capacidade de mobilização de membros que também eram personalidades de destaque local em campos como os da política, da academia, da advocacia, da telegrafia e do comércio.

Se o arrazoado expresso a partir da busca nas páginas dos jornais deixa algumas tendências evidentes, também abre espaço para alguns questionamentos que propulsionam futuras pesquisas. O mais latente deles é referente à própria decadência da Rádio Sociedade, que paradoxalmente acontece logo após a um momento de expresso otimismo em relação ao apoio governamental, seguido de um parecer negativo ao pedido de auxílio oficial e ao sumiço da instituição das páginas dos jornais. Considerando também as relações próximas entre a política e o rádio em Florianópolis, que viriam a se desenvolver sobretudo no período democrático entre 1945 e 1964 (Severo & Medeiros, 2005), uma hipótese plausível está relacionada com alguma influência decorrente da mudança no governo estadual. A frustração da Rádio Sociedade ocorre à época da troca governamental, ou seja, entre a solicitação de implantação da emissora, em memorial enviado ao então interventor Aristiliano

Ramos, e a emissão do parecer desfavorável, já no governo de Nereu Ramos. Nesse sentido vale, lembrar, por exemplo, que José da Costa Moellmann, constante do Conselho Diretor da Rádio Sociedade eleito em 1933, foi também exonerado da função de secretário da fazenda durante essa mesma troca de governo. Ainda que até o momento seja leviano apontar de forma certeira esse fator político como determinante sem outras evidências que o corroborem, é uma possibilidade em aberto para ser verificada em futuros estudos.

Da mesma forma, a menção em um texto opinativo de uma suposta transmissão amadora em Florianópolis na virada dos anos 1920 e 1930 também aponta, tal como no caso da própria Rádio Sociedade, para mais outras iniciativas anteriores ligadas à radiofonia na capital catarinense que ainda não foram sistematizadas nos estudos sobre a implantação pioneira do meio na cidade. Assim, nesse artigo com foco na Rádio Sociedade Santa Catarina e em próximos com avanços das pesquisas de revisão do relato histórico, pretendemos reelaborar a narrativa da trajetória precursora do rádio em Florianópolis e, por consequência, no estado catarinense.

Referências

A assembléa geral da Rádio Sociedade Santa Catarina. (1939, Outubro 16). *O Estado*, 4.

Alcar. (2019). *Manifestos - Carta de Natal*. https://redealcar.org/carta-de-natal/

Apparelho de radio para todos. (1933, Agosto 15). *O Estado*, 6.

Barbosa, M. (2010). Uma história dos sistemas de comunicação: balanço de um percurso teórico. *Conexão - Comunicação e Cultura, 9*(17), 11-29.

Bella iniciativa. (1933, Julho 6). *O Estado*, 1.

Budde, L. (2013). *Jornal O Estado: da glória à decadência (1915-2009)*. Editora Insular.

Calabre, L. (2009). *Políticas culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI*. Editora FGV. https://books.google.com.br/books?id=5YllDwAAQBAJ

Cellard, A. (2008). A Análise Documental. In J. Poupart, J.-P. Deslauriers, L.-H. Groulx, A. Laperriere, R. Mayer, & A. Pires (Orgs.), *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos* (pp. 295-315). Editora Vozes.

Conferência sobre rádio e cinema sonoro. (1933, Setembro 9). *República*, 2.

Conselho Consultivo do Estado (1935, Abril 11). *República*, 1.

Conselho Consultivo do Estado (1935, Junho 27). *República*, 4.

Estatutos da "Radio Sociedade Santa Catarina". (1933, Junho 25). *República*, 6.

Ferraretto, L. A. (2020). Rádio no Brasil: histórias a serem contadas. *Estudos em Jornalismo e Mídia, 17*(2), 11-21.

Gambaro, D. (2019). *A instituição social do rádio: (re)agregando as práticas discursivas da indústria no ecossistema midiático* [Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo]. Repositório Institucional da USP. https://teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27161/tde-23072019-105047/pt-br.php

Hartog, F. (2013). *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Editora Autêntica.

Irregularidade sanavel. (1933, Setembro 5). *O Estado*, 1.

Le Goff, J. (1990). *História e Memória*. Editora Unicamp.

Medeiros, R. & Vieira, L. H. (1999). *História do rádio em Santa Catarina.* Editora Insular.

Mustafá, I. (2009). *Alô, alô, Joinville! Está no ar a Rádio Difusora! A radiodifusão em Joinville/SC (1941-1961)* [Dissertação de Mestrado, Universidade do Estado de Santa Catarina]. Repositório Institucional UDESC. https://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/478/izani_pibernat_mustafa.pdf

O espectaculo de ontem, no 'Municipal' do Rio. (1933, Agosto 8). *O Estado*, 6.

Ortriwano, G. S. (2002). Radiojornalismo no Brasil: fragmentos de história. *Revista USP,* (56), 66-85. https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i56p66-85

Radio club (1932, Julho 10). *República*, 4.

Radio Club Catharinense. (1931, Maio 19). *O Estado*, 6.

Radio Sociedade. (1933, Julho 28). *O Estado*, 1.

Radio Sociedade. (1933, Setembro 01). *O Estado*, 1.

Radio Sociedade de Santa Catharina. (1932, Julho 12). *O Estado*, 6.

Radio Sociedade de Santa Catharina. (1933, Novembro 28). *O Estado*, 1.

Radio Sociedade de Santa Catharina. (1933, Dezembro 7). *O Estado*, 1.

Radio Sociedade de Santa Catarina. (1939, Outubro 15). *A Gazeta*, 3.

Radio Sociedade Santa Catarina. (1932, Julho 12). *República*, 3.

Radio Sociedade Santa Catarina. (1932, Outubro 25). *República*, 2.

Radio Sociedade Santa Catarina (1933, Junho 25). *República*, 2.

Radio Sociedade Santa Catarina. (1933, Julho 6). *República*, 2.

Radio Sociedade Santa Catarina. (1939, Outubro 6). *A Gazeta*, 2.

Radio Sociedade Santa Catarina: um dedo de palestra com o seu Secretario sr. Dionysio M. de Souza. (1933, Agosto 08). *O Estado*, 6.

Radio Sociedade Santa Catharina (1934, Outubro 17). *A Gazeta*, 6.

Rádio Sociedade Sta. Catharina. (1935, Março 26). *A Gazeta*, 6.

Ricoeur, P. (1997). *Tempo e Narrativa Tomo III*. Papirus.

Severo, A., & Medeiros, R. (2005). *Caros Ouvintes: os 60 anos do rádio em Florianópolis. Editora Insular.*

Sociedade de amadores de Radio. (1932, Julho 7). *O Estado*, 1.

Thorn (1935, Julho 8). Radio Farroupilha. *O Estado*, 1.

Valente, C. (2005). A imprensa na Grande Florianópolis. In M. J. Baldessar, & R. Christofoletti (Orgs.). *Jornalismo em perspectiva* (pp. 71-84). UFSC/Sindjor,

Índice Remissivo

A

Algarve 250, 251, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267

Alma Preta 103, 104, 113, 116, 117, 118, 119, 120

assessoria 32, 33, 34, 35, 36, 37, 41, 42, 43

assessoria de imprensa 33, 35, 36, 37, 42, 43

assessorias 31, 33, 34, 37, 38, 39, 44, 45

assessorias de imprensa 45

audiovisual 34, 53, 58, 62, 64, 68, 69, 117, 124, 125, 129, 130, 131, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 166, 167, 168, 185, 186, 192, 263, 268

C

cinema 53, 124, 125, 126, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 166, 169, 174, 288, 297

comunicação 25, 26, 27, 31, 32, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 55, 58, 68, 70, 100, 104, 106, 108, 110, 116, 119, 120, 126, 138, 140, 142, 145, 173, 175, 178, 180, 183, 184, 185, 186, 188, 191, 195, 197, 211, 217, 218, 222, 227, 228, 229, 230, 231, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 252, 256, 269, 274, 286, 289, 292, 295, 297

Comunicação 3, 14, 16, 25, 26, 27, 29, 30, 47, 48, 49, 72, 103, 110, 123, 145, 150, 175, 188, 195, 224, 225, 227, 229, 234, 250, 251, 269, 271, 272, 297

comunitário 123, 124, 125, 130, 138, 139, 141

comunitários 126, 130, 133, 138, 140

consumo digital 196, 198

D

documentário 123, 124, 125, 126, 127, 129, 132, 141, 144, 168

E

educomunicação 124, 125, 133, 141, 142, 178, 185, 186, 192

escola 127, 128, 132, 137, 141, 142, 144, 146, 169, 171, 173, 196, 197, 200, 201, 207, 217, 222, 223, 231, 233, 236, 284

F

Facebook 62, 102, 148, 152, 229, 236, 239, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 248, 256

feminismo 14, 18, 21, 22, 25, 29

feminista 14, 15, 18, 19, 21, 24, 28, 29

G

gênero 15, 18, 30, 219, 259, 262

gêneros 52, 250, 254, 258, 259, 261, 263, 266

guerra fria 88

Guerra Fria 75, 76, 77, 78, 79, 81, 82, 83, 84, 85, 88, 94, 96, 97, 98, 99, 100, 102

I

inclusão 82, 123, 125, 138, 139, 141, 181, 187

Instagram 62, 70, 144, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 160, 161, 165, 174, 203, 204, 214, 256

J

jornalismo 19, 25, 31, 41, 43, 47, 48, 75, 76, 77, 83, 84, 85, 86, 87, 89, 94, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 113, 116, 117, 118, 119, 120, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 192, 231, 233, 236, 275

Jornalismo 14, 17, 26, 47, 84, 101, 115, 118, 120, 177, 189, 193, 227, 229, 236, 248, 272, 297, 300

jornalismo investigativo 75, 76, 77, 83, 84, 85, 87, 89, 94, 96, 97, 98, 99, 100

jornalista 34, 36, 40, 41, 44, 47, 76, 83, 87, 88, 90, 92, 95, 193, 278
juventude 91, 123, 125, 128, 131, 138, 139, 142, 197, 215, 223

L

lusofonia 250, 251, 252, 253, 254, 260, 265, 268, 270

M

Moçambique 227, 229, 233, 236, 248, 253
música 124, 127, 130, 158, 163, 164, 250, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 269, 271

N

negra 103, 104, 105, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121
negro 112, 113, 114, 288

R

rádio 68, 272, 273, 274, 278, 279, 281, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 295, 296, 297, 298, 300
radiofonia 272, 294, 296
rádios 73, 288
rede social 70, 153, 158, 159, 212
redes sociais 64, 66, 67, 69, 70, 71, 130, 144, 147, 148, 149, 151, 152, 154, 165, 166, 168, 169, 170, 171, 175, 189, 190, 196, 197, 202, 203, 204, 206, 208, 211, 217, 222, 224, 226, 227, 229, 230, 233, 236, 242, 243, 245, 247, 248, 253, 256, 264
religião 197, 198, 199, 201, 217, 221, 224, 225

T

tecnologia 55, 56, 57, 60, 72, 123, 125, 130, 133, 139, 140, 141, 148, 174, 180, 193, 210, 230, 233
tecnologia social 123, 125, 130, 133, 139, 140, 141
telejornalismo 182, 183, 184, 185, 186, 187, 189, 192, 194, 195
televisão 49, 50, 51, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 71, 72, 73, 74, 177, 178, 179, 180, 181, 183, 186, 188, 191, 194
TikTok 144, 152, 153, 161, 162, 163, 164, 165, 175, 176, 203, 204
Tô no Clima 177, 178, 188, 189, 190, 191, 195
TV 54, 55, 56, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 166, 177, 178, 179, 181, 182, 183, 186, 188, 189, 191, 193

V

vídeo 59, 144, 152, 153, 154, 156, 159, 161, 162, 164, 165, 178, 203, 207, 211, 214, 216

Y

YouTube 62, 64, 66, 67, 68, 70, 71, 72, 144, 148, 152, 178, 189, 195, 205

RIA
Editorial